

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

— DA POLÍTICA DE —
ASSISTÊNCIA SOCIAL

2026



Prefeitura do
Município de
MARMELEIRO - PR



DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MARMELEIRO - PR

2026



Departamento Municipal de Assistência Social



Prefeito Municipal

Jander Luiz Loss

Vice-Prefeita

Marga Suzana Vigano Felipe

Diretora Municipal de Assistência Social

Luana Verginia Ribas

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Maria Julcira Menegazzo

Divisão de Assistência Social

Idiones Maria Bruni Padilha

Divisão de Proteção Social Especial

Marieli Bonato

Girlei da Rosa Braz

Auxiliar Administrativo

Marivone de Fátima Francescon

Elaboração do Diagnóstico Socioterritorial

Emmanuel Tornquist Ferreira de Fama

Flávia Bedin

Nádia Bonatto

Colaboradores na elaboração do Diagnóstico Socioterritorial

Anne Caroline D. Zorzi Avila

Girlei da Rosa Braz

Assessoria Técnica

Flávia Bedin



EQUIPAMENTOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS

Coordenação: Anne Caroline D. Zorzi Avila

CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Coordenação: Geraldo Cavanhari

CADASTRO ÚNICO E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Coordenação: Dangrei Lourdes Dalla Corte

UNIDADE DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL CASA LAR

Coordenação: Luana Verginia Ribas



**OUTROS PROGRAMAS, SERVIÇOS E UNIDADES DE ATENDIMENTO
VINCULADOS AO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

CONSELHO TUTELAR (2024-2028)

Carla Daiane de Campos

Jessica Suian Krassmann

Lidiane Pereira Kempfer

Lucéli Costa Boneti

Sandra de Souza Schio



LISTA DE SIGLAS

AB - Taxa de Abandono Escolar
AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AP - Taxa de Aprovação Escolar
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância
ATLAS Brasil - Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CADUNICO - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAPS - Centro de Atenção Psicossocial
CECAD - Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único
CEDEC - Coordenadoria Estadual de Defesa Civil
CEF - Caixa Econômica Federal
CFA - Clima Subtropical Úmido
CID - Classificação Internacional de Doenças
CIT - Comissão Intergestores Tripartite
CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMDI - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
CMDM - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
CMDPD - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência
CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil
CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social
CNJ - Conselho Nacional de Justiça
CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
COVID-19 - Coronavirus Disease 2019
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA - Educação de Jovens e Adultos
FGV DGPE - Diretoria de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas
FIA - Fundo da Infância e Adolescência
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPM - Fundo de Participação dos Municípios



FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

GPTE - Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos

IAS - Instituto Água e Saneamento

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-E - Índice de Desenvolvimento Humano Estadual

IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

ILPI - Instituição de Longa Permanência para Idosos

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte

ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

ITBI - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis

LA - Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Liberdade Assistida

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

MJSP - Ministério da Justiça e Segurança Pública

MS - Ministério da Saúde

MSE - Medida Socioeducativa em Meio Aberto

NOB-RH/SUAS - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS

NOB/SUAS - Norma Operacional Básica do SUAS

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OSC - Organização da Sociedade Civil

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAB - Programa Auxílio Brasil (extinto)

PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAF - Plano de Acompanhamento Familiar

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PBF - Programa Bolsa Família

PCD - Pessoa com Deficiência

PIA - Plano Individual de Atendimento

PIB - Produto Interno Bruto



PMAS - Plano Municipal de Assistência Social

PNADC - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PPA - Plano Plurianual

PROCAD - Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no SUAS

PROGOV - Programa de Avaliação de Contas Municipais de Governo

PSB - Proteção Social Básica

PSC - Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade

PSE - Proteção Social Especial

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

RMA - Registro Mensal de Atendimento

SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica

SAGICAD - Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único

SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SEDEF - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família

SGD - Sistema de Garantia de Direitos

SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SINISA - Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico

SISC - Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SISDC - Sistema Informatizado da Defesa Civil do Paraná

SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social

SPSBD - Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

TCE/PR - Tribunal de Contas do Estado do Paraná

TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação

TNSS - Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UBS - Unidade Básica de Saúde

UPA - Unidade de Pronto Atendimento



LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - A ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS DO MUNICÍPIO	34
GRÁFICO 02 - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA POPULAÇÃO MUNICIPAL	40
GRÁFICO 03 - DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS POR GÊNERO	41
GRÁFICO 04 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M)	43
GRÁFICO 05 - POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL DO MUNICÍPIO	44
GRÁFICO 06 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR IDADE E SEXO (PIRÂMIDE ETÁRIA): MARMELEIRO	46
GRÁFICO 07 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR IDADE E SEXO (PIRÂMIDE ETÁRIA): ESTADO DO PARANÁ	46
GRÁFICO 08 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR IDADE E SEXO (PIRÂMIDE ETÁRIA): BRASIL	46
GRÁFICO 09 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR COR OU RAÇA	49
GRÁFICO 10 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR RELIGIÃO	50
GRÁFICO 11 - TAXAS BRUTAS DE NATALIDADE: MUNICÍPIO E ESTADO	51
GRÁFICO 12 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO FORMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	62
GRÁFICO 13 - COBERTURA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA POR RECORTE TERRITORIAL: MUNICÍPIO, ESTADO E PAÍS	63
GRÁFICO 14 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO FORMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	65
GRÁFICO 15 - COBERTURA DOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO POR RECORTE TERRITORIAL: MUNICÍPIO, ESTADO E PAÍS	66
GRÁFICO 16 - DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO	67
GRÁFICO 17 - COBERTURA DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS POR RECORTE TERRITORIAL: MUNICÍPIO, ESTADO E PAÍS	68
GRÁFICO 18 - EMPREGOS FORMAIS (RAIS) POR SEXO	76
GRÁFICO 19 - ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS NO MERCADO DE TRABALHO	77
GRÁFICO 20 - PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) MUNICIPAL	84
GRÁFICO 21 - FAMÍLIAS COM CADASTRO ÚNICO REALIZADO NO DOMICÍLIO	89
GRÁFICO 22 - POPULAÇÃO TOTAL E POPULAÇÃO INSCRITA NO CADASTRO ÚNICO	90
GRÁFICO 23 - FAMÍLIAS COM CADASTRO ÚNICO ATUALIZADO	92
GRÁFICO 24 - TEMPO DESDE A ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL DAS FAMÍLIAS	93
GRÁFICO 25 - FAMÍLIAS COM PELO MENOS UM MEMBRO QUE TRABALHA	95
GRÁFICO 26 - FAMÍLIAS COM PELO MENOS UM MEMBRO QUE TRABALHA NA AGRICULTURA	95



GRÁFICO 27 - POPULAÇÃO INSCRITA NO CADASTRO ÚNICO POR ATIVIDADE PRINCIPAL	96
GRÁFICO 28 - FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO POR FAIXA DE RENDA	97
GRÁFICO 29 - FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO POR FAIXA DE RENDA PER CAPITA	97
GRÁFICO 30 - EVOLUÇÃO DA PROPORÇÃO DE POBREZA NO CADASTRO ÚNICO APÓS O PBF	100
GRÁFICO 31 - FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)	101
GRÁFICO 32 - PESSOAS EM FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PBF	102
GRÁFICO 33 - FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS E VALOR MÉDIO DO PBF	103
GRÁFICO 34 - COBERTURA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	109
GRÁFICO 35 - BENEFICIÁRIOS DO BPC: PESSOAS IDOSAS E COM DEFICIÊNCIA	111
GRÁFICO 36 - LOCALIZAÇÃO DOS DOMICÍLIOS DAS FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO	113
GRÁFICO 37 - CONDIÇÕES DO PAVIMENTO DOS DOMICÍLIOS	114
GRÁFICO 38 - CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS POR MATERIAL PREDOMINANTE NO PISO	115
GRÁFICO 39 - CONDIÇÕES DO DOMICÍLIOS POR MATERIAL PREDOMINANTE NA PAREDE	115
GRÁFICO 40 - CONDIÇÕES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NOS DOMICÍLIOS	117
GRÁFICO 41 - CONDIÇÕES POR TIPO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NOS DOMICÍLIOS	118
GRÁFICO 42 - DOMICÍLIOS COM BANHEIRO	119
GRÁFICO 43 - CONDIÇÕES DO ESCOAMENTO SANITÁRIO DOS DOMICÍLIOS	120
GRÁFICO 44 - ACESSO À COLETA DE LIXO NOS DOMICÍLIOS	121
GRÁFICO 45 - ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA POR TIPO DE ILUMINAÇÃO	122
GRÁFICO 46 - FAMÍLIAS UNIPESSOAIS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO	124
GRÁFICO 47 - FAMÍLIAS UNIPESSOAIS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	125
GRÁFICO 48 - FAIXA ETÁRIA E SEXO DAS PESSOAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO	126
GRÁFICO 49 - RESPONSÁVEL FAMILIAR INSCRITO NO CADASTRO ÚNICO POR SEXO	128
GRÁFICO 50 - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS E RESPONSÁVEIS FAMILIARES INSCRITOS NO CADASTRO ÚNICO POR RAÇA/COR	129
GRÁFICO 51 - GRAU DE PARENTESCO DAS PESSOAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO EM RELAÇÃO AO RESPONSÁVEL FAMILIAR	130
GRÁFICO 52 - FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	132



GRÁFICO 53 - FAMÍLIAS INSCRITAS QUE POSSUEM PESSOAS QUE RECEBEM CUIDADOS PERMANENTES	133
GRÁFICO 54 - FAMÍLIAS EM OUTROS GRUPOS POPULACIONAIS TRADICIONAIS E ESPECÍFICOS	135
GRÁFICOS 55 - FAMÍLIAS COM PELO MENOS UMA PESSOA QUE SABE LER E ESCREVER INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO	136
GRÁFICOS 56 – PESSOAS QUE SABEM LER E ESCREVER INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO	136
GRÁFICO 57 - PESSOAS QUE FREQUENTA ESCOLA INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO	137
GRÁFICO 58 - INSTRUÇÃO DE ENSINO DAS PESSOAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO	138
GRÁFICO 59 - INDICADORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	142
GRÁFICO 60 - REGISTROS DE MEDIDAS PROTETIVAS (MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA)	143
GRÁFICO 61 - NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA REGISTRADAS NO SINAN	145
GRÁFICO 62 - INDICADORES DE MORTALIDADE MATERNA, INFANTIL E FETAL	162
GRÁFICO 63 - ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER	164
GRÁFICO 64 - TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO POR SEXO E COR OU RAÇA	174
GRÁFICO 65 - IDEB - ANOS INICIAIS	178
GRÁFICO 66 - IDEB - ANOS FINAIS	179
GRÁFICO 67 - IDEB - ENSINO MÉDIO	180
GRÁFICO 68 - NÍVEIS DE INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO	181
GRÁFICO 69 - MATRÍCULAS E CONCLUINTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA	183
GRÁFICO 70 - EVOLUÇÃO DA AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL - ASSISTÊNCIA SOCIAL	197
GRÁFICO 71 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS CONCEDIDOS (2020–2025)	202
GRÁFICO 72 - TOTAL DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS POR NATUREZA NO PERÍODO DE 2020-2025	203
GRÁFICO 73 - EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA CARTÃO COMIDA BOA (2021–2026)	205
GRÁFICO 74 - EVOLUÇÃO MENSAL DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO PAIF (2025)	210
GRÁFICO 75 – PÚBLICO PRIORITÁRIO ATENDIDO PELO SCFV POR FAIXA ETÁRIA	217
GRÁFICO 76 - CASOS ACOMPANHADOS PELO PAEFI (2025)	220



GRÁFICO 77 - EVOLUÇÃO DAS DEMANDAS ATENDIDAS PELO PAEFI POR TIPO DE VIOLAÇÃO (2020 A 2025)	222
GRÁFICO 78 - DISTRIBUIÇÃO TOTAL DAS DEMANDAS ATENDIDAS PELO PAEFI POR TIPO DE VIOLAÇÃO (2020 A 2025)	223
GRÁFICO 79 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (2022–2025)	226
GRÁFICO 80 - ESCUTA ESPECIALIZADA POR ÓRGÃO EXECUTOR NO MUNICÍPIO DE MARMELEIRO (2024–2025)	231
GRÁFICO 81 - DISTRIBUIÇÃO TOTAL DOS ATENDIMENTOS DE ESCUTA ESPECIALIZADA POR SEXO E POR DEPARTAMENTO (2024–2025)	234
GRÁFICO 82 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SUAS NO MUNICÍPIO	239
GRÁFICO 83 - FUNÇÕES DOS PROFISSIONAIS DO SUAS NO MUNICÍPIO	240
GRÁFICO 84 - VÍNCULOS DE TRABALHO DAS EQUIPES DO SUAS NO MUNICÍPIO	241



LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - DIVISÃO TERRITORIAL: BAIRROS E COMUNIDADES DO MUNICÍPIO	30
QUADRO 02 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	32
QUADRO 03 - COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS MUNICIPAIS POR FONTE (MILHÕES DE REAIS)	33
QUADRO 04 - INDICADORES DA EVOLUÇÃO DAS RECEITAS MUNICIPAIS (R\$ MILHÕES)	35
QUADRO 05 - CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS POR NATUREZA (EM MILHÕES)	37
QUADRO 06 - COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS MUNICIPAIS POR CATEGORIA ECONÔMICA (R\$ POR HABITANTE)	39
QUADRO 07 - DISTRIBUIÇÃO DEMOGRÁFICA MUNICIPAL E ANÁLISE COMPARATIVA COM O ESTADO	45
QUADRO 08 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO MUNICIPAL POR FAIXA ETÁRIA E SEXO ...	47
QUADRO 09 - SÉRIE HISTÓRICA DE NASCIDOS VIVOS SEGUNDO FAIXA ETÁRIA MATERNA	52
QUADRO 10 - TAXAS DE MORTALIDADE: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE MUNICÍPIO E ESTADO	53
QUADRO 11 - POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA POR TIPO DE LIMITAÇÃO FUNCIONAL	54
QUADRO 12 - POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA POR FAIXA ETÁRIA E SEXO	55
QUADRO 13 - POPULAÇÃO IDOSA (60 ANOS OU MAIS) NO MUNICÍPIO	56
QUADRO 14 - POPULAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (0 A 19 ANOS)	57
QUADRO 15 - DRENAGEM URBANA E IMPACTOS DE EVENTOS HIDROLÓGICOS POR RECORTE TERRITORIAL: MUNICÍPIO, ESTADO E PAÍS	70
QUADRO 16 - REGISTRO DE EVENTOS DE DESASTRES NATURAIS NO MUNICÍPIO	71
QUADRO 17 - ESTABELECIMENTOS FORMAIS (RAIS) POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA	78
QUADRO 18 - NÚMERO DE EMPREGOS (RAIS), SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA	79
QUADRO 19 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR CATEGORIA DE EMPREGO	80
QUADRO 20 - EMPREGOS FORMAIS (RAIS) POR GRAU DE ESCOLARIDADE	82
QUADRO 21 - RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL POR CATEGORIA DE EMPREGO	85
QUADRO 22 - FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS INSCRITOS NO CADASTRO ÚNICO	88
QUADRO 23 - PERFIL OCUPACIONAL DAS FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO ..	95
QUADRO 24 - EVOLUÇÃO DA RENDA DA POPULAÇÃO MUNICIPAL (2000–2017)	99



QUADRO 25 - FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO E BENEFICIÁRIAS DO PBF POR LOCALIDADE (ÁREA URBANA)	105
QUADRO 26 - FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO E BENEFICIÁRIAS DO PBF POR LOCALIDADE (ÁREA RURAL)	105
QUADRO 27 - CLASSIFICAÇÃO DOS DOMICÍLIOS POR QUALIDADE HABITACIONAL	116
QUADRO 28 - FAIXA ETÁRIA E SEXO DAS PESSOAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO	127
QUADRO 29 - REGISTROS DE OCORRÊNCIAS/VÍTIMAS DE CRIMES NO MUNICÍPIO	140
QUADRO 30 - NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA DE REPETIÇÃO POR SEXO E FAIXA ETÁRIA	147
QUADRO 31 - NOTIFICAÇÕES DE LESÃO AUTOPROVOCADA POR SEXO E FAIXA ETÁRIA	148
QUADRO 32 - NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA FÍSICA POR SEXO E FAIXA ETÁRIA	149
QUADRO 33 - NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA/MORAL POR SEXO E FAIXA ETÁRIA	151
QUADRO 34 - NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA SEXUAL POR SEXO E FAIXA ETÁRIA	152
QUADRO 35 - NOTIFICAÇÕES DE OUTRAS VIOLÊNCIAS POR SEXO E FAIXA ETÁRIA	154
QUADRO 36 - MEIOS OU INSTRUMENTOS UTILIZADOS PARA PRÁTICA DA VIOLÊNCIA	156
QUADRO 37 - TIPO DE RELAÇÃO DOS AGRESSORES COM AS VÍTIMAS	157
QUADRO 38 - ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE EXISTENTES NO MUNICÍPIO	159
QUADRO 39 - PROFISSIONAIS DE SAÚDE NA REDE MUNICIPAL	161
QUADRO 40 - MORTALIDADE POR CAUSAS (CID-10) NO MUNICÍPIO	163
QUADRO 41 - NOTIFICAÇÕES EPIDEMIOLÓGICAS NO MUNICÍPIO	165
QUADRO 42 - OUTROS INDICADORES DE SAÚDE	167
QUADRO 43 - MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA POR MODALIDADE DE ENSINO	170
QUADRO 44 - DOCENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA POR MODALIDADE DE ENSINO	171
QUADRO 45 - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	173
QUADRO 46 - TAXAS DE ALFABETIZAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA	175
QUADRO 47 - TAXAS DE APROVAÇÃO (AP) E ABANDONO (AB) ESCOLAR	177
QUADRO 48 - PESSOAS COM NÍVEL SUPERIOR COMPLETO POR ÁREA DE FORMAÇÃO	184
QUADRO 49 - TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: ÂMBITO NACIONAL E MUNICIPAL	187
QUADRO 50 - ESTRUTURA DO ÓRGÃO GESTOR E SUAS SUBDIVISÕES ADMINISTRATIVAS	190
QUADRO 51 - INDICADORES DA GESTÃO NO SUAS	191
QUADRO 52 - SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS OFERTADOS POR TIPO DE ATENDIMENTO	193



QUADRO 53 - AÇÕES RELACIONADAS AO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)	194
QUADRO 54 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO MUNICÍPIO	194
QUADRO 55 - INDICADORES DA GESTÃO DO TRABALHO NO SUAS	195
QUADRO 56 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS CONCEDIDOS (2020–2025)	202
QUADRO 57 - FAMÍLIAS EM ACOMPANHAMENTO PELO PAIF E VOLUME DE ATENDIMENTOS	209
QUADRO 58 - CASOS EM ACOMPANHAMENTO PELO PAEFI (2025)	220
QUADRO 59 - MOTIVOS DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (2022–2025)	227
QUADRO 60 - ACOLHIMENTOS EM ILPIs	229
QUADRO 61 - DISTRIBUIÇÃO DOS CASOS DE ESCUTA ESPECIALIZADA POR BAIRROS DO PERÍMETRO URBANO, SEGUNDO ÓRGÃO EXECUTOR (2024–2025)	232
QUADRO 62 - DISTRIBUIÇÃO DOS CASOS DE ESCUTA ESPECIALIZADA POR COMUNIDADES RURAIS, SEGUNDO ÓRGÃO EXECUTOR (2024–2025)	233
QUADRO 63 - PERFIL DOS SUPOSTOS AGRESSORES NOS CASOS DE ESCUTA ESPECIALIZADA, POR DEPARTAMENTO EXECUTOR (2024–2025)	235
QUADRO 64 - QUADRO DE PROFISSIONAIS DO ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	237



LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - COMPOSIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	42
FIGURA 02 - FOCOS DE CALOR E COBERTURA VEGETAL POR FLORA NATIVA NO MUNICÍPIO	60
FIGURA 03 - TAXA DE ATIVIDADE E SITUAÇÃO OCUPACIONAL (2000-2010)	75
FIGURA 04 - EVOLUÇÃO DA RENDA, POBREZA E ÍNDICE DE GINI (2000–2010)	98
FIGURA 05 - ORGANOGRAMA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	189
FIGURA 06 - AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL - ASSISTÊNCIA SOCIAL EM 2025	198



LISTA DE MAPAS

MAPA 01 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MARMELEIRO	29
MAPA 02 - MAPA DA REDE DE PROTEÇÃO DE MARMELEIRO (ÁREA URBANA)	243



APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico Socioterritorial do município de Marmeleiro tem como finalidade apresentar uma leitura abrangente, analítica e fundamentada da realidade social local, evidenciando vulnerabilidades, potencialidades e as dinâmicas que configuram o território. Trata-se de um instrumento estratégico no âmbito da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), voltado ao aperfeiçoamento dos processos de planejamento, monitoramento e avaliação da política pública de Assistência Social.

Fundamentado nas diretrizes estabelecidas pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742/1993), pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e pela Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS/2012), o diagnóstico socioterritorial consolida-se como ferramenta essencial para o fortalecimento da gestão descentralizada e participativa. Sua construção possibilita compreender as formas pelas quais as desigualdades sociais se expressam no território, subsidiando a organização e qualificação da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais direcionados à população em situação de vulnerabilidade e risco social.

Nesse contexto, a Vigilância Socioassistencial assume papel estruturante no SUAS, sendo responsável pela produção, sistematização, análise e disseminação de informações qualificadas acerca das situações de vulnerabilidade e risco, bem como sobre a cobertura e a qualidade das ofertas socioassistenciais. Tal função permite o acompanhamento contínuo das transformações sociais, dos fluxos populacionais e das condições de acesso a direitos, contribuindo para que o planejamento da política pública seja orientado por evidências consistentes.

Parte-se do entendimento de que o território constitui o espaço concreto onde se materializam as relações sociais, econômicas e culturais, configurando-se como locus prioritário de intervenção da Assistência Social. A análise territorial possibilita identificar áreas com maior incidência de pobreza, situações de violação de direitos, precariedades habitacionais, desemprego, insegurança alimentar e fragilidades nas redes de apoio familiar e comunitário.

O presente diagnóstico também observa as orientações da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), que organiza e normatiza as ofertas da Proteção Social Básica e Especial. Nessa perspectiva, contribui para o planejamento integrado da rede socioassistencial, favorecendo a otimização de recursos, a qualificação da oferta e a articulação intersetorial com políticas públicas correlatas, como saúde, educação, habitação, trabalho e renda.

No contexto de Marmeleiro, a elaboração deste diagnóstico representa um avanço significativo para o fortalecimento da gestão municipal do SUAS, ao proporcionar uma compreensão contextualizada da realidade local e das especificidades territoriais. A identificação qualificada das expressões da questão social possibilita o direcionamento de ações mais



assertivas, ampliando o acesso aos direitos socioassistenciais e contribuindo para a redução das desigualdades.

Por fim, este documento configura-se como instrumento técnico-político que subsidia a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), orientando a definição de prioridades, metas e estratégias de intervenção. Ao articular dados quantitativos e qualitativos, oriundos da Vigilância Socioassistencial e de fontes complementares, reafirma o compromisso da gestão pública municipal com a transparência, a eficiência e a efetividade das políticas sociais, em consonância com o princípio da Assistência Social como direito de cidadania e dever do Estado.



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	24
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	27
2.1 Aspectos históricos.....	27
2.2 Formação administrativa.....	28
2.3 Localização geográfica e inserção regional.....	28
2.4 Extensão territorial.....	30
2.5 Estrutura fiscal e financeira do município.....	31
2.5.1 Receita bruta e receita líquida (milhões de R\$ e per capita).....	32
2.5.2 Origem dos Recursos Financeiros (milhões de R\$).....	33
2.5.3 Natureza do Gasto (Milhões de R\$).....	37
2.6 Participação política e representatividade social.....	40
2.7 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	42
3. DINÂMICA DEMOGRÁFICA E PERFIL POPULACIONAL.....	44
3.1 População residente.....	44
3.2 População residente por faixa etária e sexo.....	46
3.3 População residente por cor ou raça.....	48
3.4 Perfil religioso da população.....	49
3.5 Taxa de crescimento populacional.....	50
3.6 Taxa de natalidade.....	51
3.7 Taxa de mortalidade.....	53
3.8 População com deficiência.....	54
3.9 População idosa.....	56
3.10 População de crianças e adolescentes.....	57
4. ASPECTOS AMBIENTAIS E DE INFRAESTRUTURA.....	60
4.1 Meio ambiente.....	60
4.2 Acesso ao Saneamento Básico.....	61
4.3 Esgotamento Sanitário.....	64
4.4 Resíduos sólidos.....	67
4.5 Drenagem e águas pluviais.....	69
4.6 Registros de ocorrências de desastres naturais e/ou ambientais.....	71
5. ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA E MERCADO DE TRABALHO.....	74
5.1 Taxa de atividade e a situação ocupacional.....	74
5.2 Emprego formal e evolução da ocupação no território.....	75
5.3 Estrutura produtiva: número de estabelecimentos por atividade econômica.....	77
5.4 Ocupação segundo a atividade econômica.....	79
5.5 Distribuição da ocupação segundo a categoria do emprego no trabalho principal.....	80
5.6 Distribuição da ocupação segundo o grau de escolaridade.....	82
5.7 Renda.....	83
5.7.1 Renda per capita.....	84
5.7.2 Produto Interno Bruto (PIB).....	84
5.7.3 Rendimento médio mensal.....	85
6. PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO.....	88
6.1 Número de famílias e Pessoas inseridas no Cadastro Único.....	88
6.2 Cadastramento no domicílio.....	89



6.3 Perfil socioeconômico da população e vulnerabilidade social.....	90
6.4 Atualização cadastral.....	91
6.4.1 Famílias por cadastro atualizado.....	92
6.4.2 Famílias por número de meses após atualização.....	93
6.4.3 Cobertura do Cadastro Único.....	94
6.5 Trabalho no Cadastro Único.....	94
6.5.1 Perfil ocupacional das famílias e pessoas cadastradas.....	95
6.6 Renda do Cadastro Único.....	97
6.6.1 Programa Bolsa Família (PBF).....	101
6.6.2. Distribuição das Famílias Inscritas no Cadastro Único e Beneficiárias do Programa Bolsa Família por Localidade.....	104
6.6.3 Cobertura do Programa Bolsa Famílias.....	108
6.6.4 Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas idosas e pessoas com deficiência (PCD).....	110
6.7 Características dos domicílios.....	112
6.7.1 Domicílios por situação.....	112
6.7.2 Domicílios por tipo de calçamento.....	113
6.7.3 Condições estruturais dos domicílios: material de construção.....	114
6.7.4 Abastecimento de água dos domicílios cadastrados.....	116
6.7.5 Domicílios com banheiro.....	118
6.7.6 Domicílios por forma de escoamento sanitário.....	119
6.7.7 Domicílios por forma de destino de lixo.....	120
6.7.8 Domicílios por tipo de iluminação.....	122
6.8 Famílias unipessoais.....	123
6.9 Características das pessoas.....	126
6.9.1 Faixa etária e sexo das pessoas inscritas no Cadastro Único.....	126
6.9.2 Pessoas e responsável familiar por sexo.....	128
6.9.3 Pessoas e responsável familiar por raça/cor.....	129
6.9.4 Pessoas por grau de parentesco em relação ao Responsável Familiar.....	130
6.10 Pessoas com deficiência.....	131
6.10.1 Famílias que tem pessoas com deficiência.....	132
6.10.2 Famílias que tem pessoas que recebem cuidados permanente.....	133
6.11 Pessoas em situação de rua, transeuntes e GPTE.....	134
6.12 Escolaridade da população.....	136
6.12.1 Famílias e pessoas que sabem ler e escrever.....	136
6.12.2 Pessoas que frequentam a escola.....	137
6.12.3 Pessoas por grau de instrução.....	138
7. SEGURANÇA PÚBLICA.....	140
7.1 Registros de ocorrências.....	140
7.2 Violência contra a mulher.....	142
8. NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA.....	145
8.1 Comparativo de notificações.....	145
8.2 Tipos de violência.....	146
8.2.1 Violência de repetição.....	147
8.2.2 Lesão autoprovocada.....	148
8.2.3 Violência física.....	149



8.2.4 Violência psicológica e moral.....	150
8.2.5 Tortura.....	152
8.2.6 Violência sexual.....	152
8.2.7 Violência financeira e econômica.....	153
8.2.8 Negligência e abandono.....	154
8.2.9 Outros tipos de violência.....	154
8.3 Meios e instrumentos associados às ocorrências de violência.....	155
8.4 Relação dos agressores com a vítima.....	157
9. SAÚDE.....	159
9.1 Estabelecimentos e profissionais de saúde.....	159
9.2 Mortalidade materna e infantil.....	161
9.3 Mortalidade por tipo de causa (CID).....	162
9.4 Esperança de vida ao nascer.....	164
9.5 Indicadores epidemiológicos.....	165
9.6 Outros indicadores de saúde.....	167
10. EDUCAÇÃO.....	170
10.1 Rede de educação básica.....	170
10.2 Taxa de alfabetização.....	174
10.3 Taxas de aprovação e abandono escolar na educação básica.....	176
10.4 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).....	178
10.5 Nível de instrução.....	181
10.6 Ensino superior.....	182
11. ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	186
11.1 Aspecto históricos da implantação da Assistência Social no município.....	186
11.2 Estrutura atual da Política de Assistência Social.....	188
11.3 Gestão municipal do SUAS.....	189
11.3.1 Estrutura administrativa.....	189
11.3.2 Gestão do SUAS.....	191
11.3.3 Serviços.....	192
11.3.4 Benefícios.....	193
11.3.5 Gestão do trabalho.....	195
11.4 Conselhos de direito vinculados ao Departamento.....	196
11.5 Programa de Avaliação de Contas Municipais de Governo (ProGov - TCE/PR).....	197
12. BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS.....	200
12.1 Benefícios Eventuais Municipal no Âmbito do SUAS.....	200
12.2 Cartão Comida Boa.....	204
13. EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	207
13.1 Proteção Social Básica (PSB).....	208
13.1.1 Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).....	208
13.1.2 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).....	209
13.1.3 Programa Nossa Gente Paraná.....	212
13.1.4 Nascer Bem Paraná.....	213
13.1.5 Programa Caixa d'Água Boa.....	213
13.1.6 Centro de Convivência.....	214
13.1.7 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).....	214
13.1.7.1 Número de inseridos por faixa etária.....	215



13.1.7.2 Caracterização do Público Prioritário e não Prioritário do SCFV.....	215
13.2 Proteção Social Especial (PSE).....	218
13.2.1 Proteção Social Especial de Média Complexidade.....	218
13.2.1.1 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).....	219
13.2.1.2 Principais tipos de violação de direitos, por categoria.....	221
13.2.2 Proteção Social Especial de Alta Complexidade.....	225
13.2.2.1 Serviço de Acolhimento Institucional e Familiar de Crianças e Adolescentes.....	225
13.2.2.2 Dados das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI's).....	229
13.3 Procedimento de Escuta Especializada.....	230
14. RECURSOS HUMANOS NO SUAS.....	237
14.1 Composição da Equipe do Órgão Gestor da Assistência Social.....	237
14.2 Equipes de referência dos serviços socioassistenciais.....	238
15. ANÁLISE TERRITORIAL E DISTRIBUIÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO.....	242
15.1 Rede de Proteção.....	242
15.2 Mapeamento da rede socioassistencial e intersetorial.....	243
15.2.1 Identificação das unidades de atendimento.....	244
15.2.1.1 Equipamentos de Educação.....	244
15.2.1.2 Equipamentos de Saúde.....	244
15.2.1.3 Equipamentos de Assistência Social.....	245
15.2.1.4 Outros Equipamentos e Órgão de Defesa.....	245
15.3 Cobertura da Rede de Proteção.....	245
16. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO DIAGNÓSTICO.....	247
REFERÊNCIAS.....	251



1. INTRODUÇÃO

O Diagnóstico Socioterritorial configura-se como ferramenta estratégica no âmbito da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), destinada à análise das expressões da vulnerabilidade e do risco social no território de Marmeleiro. Sua finalidade central consiste em subsidiar os processos de planejamento, monitoramento e avaliação das ações socioassistenciais, oferecendo base técnica qualificada para a definição de estratégias voltadas à proteção social, à inclusão e à melhoria das condições de vida da população.

Mais do que um levantamento descritivo de indicadores, o diagnóstico assume caráter analítico e interpretativo da realidade social. Nesse sentido, possibilita não apenas a identificação das demandas registradas nos sistemas administrativos, mas também a análise de lacunas na cobertura dos serviços, desigualdades territoriais e segmentos populacionais que não acessam plenamente as políticas públicas.

Nesse contexto, a elaboração do diagnóstico encontra-se intrinsecamente relacionada à função da Vigilância Socioassistencial, reconhecida como eixo estruturante do SUAS. Conforme estabelecido na Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS/2012), compete a essa área a produção, sistematização e análise de informações voltadas à identificação de vulnerabilidades, riscos, potencialidades e necessidades de proteção social, subsidiando a tomada de decisões e o aprimoramento contínuo da gestão da política de Assistência Social.

Art. 87. A Vigilância Socioassistencial é caracterizada como uma das funções da política de assistência social e deve ser realizada por intermédio da **produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas**, e trata:

I - das situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios;

II - do tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial.

[...]

Art. 88, §2º A Vigilância Socioassistencial deverá cumprir seus objetivos, fornecendo informações estruturadas que:

I - contribuam para que as equipes dos serviços socioassistenciais avaliem sua própria atuação;

II - ampliem o conhecimento das equipes dos serviços socioassistenciais sobre as características da população e do território de forma a melhor atender às necessidades e demandas existentes;

III - proporcionem o planejamento e a execução das ações de busca ativa que assegurem a oferta de serviços e benefícios às famílias e indivíduos



mais vulneráveis, superando a atuação pautada exclusivamente pela demanda espontânea (BRASIL, 2012, pág. 40-41).

A partir dessa perspectiva, a Vigilância Socioassistencial possibilita a compreensão qualificada da dinâmica social do município de Marmeleiro, permitindo identificar grupos populacionais e territórios em maior situação de vulnerabilidade, bem como orientar o aprimoramento das políticas públicas com base em evidências consistentes e atualizadas.

Entretanto, a leitura da realidade territorial não se esgota no campo da Assistência Social. As condições de vida da população são resultantes da interação entre diferentes políticas públicas, cujos efeitos se inter-relacionam na organização social e territorial. Nesse sentido, a análise integrada das políticas e serviços existentes no território torna-se fundamental para compreender como programas, ações e recursos governamentais impactam diretamente o cotidiano da população.

A presença de políticas públicas estruturadas e de serviços qualificados constitui elemento central para a garantia do acesso equitativo a direitos fundamentais, tais como saúde, educação, segurança, infraestrutura e assistência social. No plano territorial, esses elementos assumem papel decisivo na redução de desigualdades, na promoção do desenvolvimento local e no fortalecimento da autonomia das comunidades.

Tal efetividade depende, sobretudo, de processos consistentes de planejamento e de execução das ações governamentais, bem como da articulação intersetorial entre as diversas políticas públicas. Essa integração possibilita que as intervenções sejam mais aderentes às necessidades específicas da população, respeitando as particularidades de cada território e ampliando a capacidade de resposta do Estado às demandas sociais.

Dessa forma, a análise da disponibilidade, da cobertura e da qualidade dos serviços públicos configura etapa essencial para a construção de políticas sociais efetivas, orientadas à promoção da inclusão, à proteção social e ao desenvolvimento sustentável.

Nessa direção, o Diagnóstico Socioterritorial de Marmeleiro apresenta uma leitura integrada e contextualizada da realidade municipal, contemplando diferentes dimensões que estruturam o território. Entre os aspectos analisados, destacam-se: a caracterização geral do município, os dados demográficos, as condições ambientais, a dimensão socioeconômica, o perfil das famílias inscritas no Cadastro Único, os indicadores de segurança pública e de violência, além das áreas de saúde e educação.

No campo específico da Assistência Social, o diagnóstico aborda a organização da política no município, incluindo a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, os equipamentos públicos, os recursos humanos do SUAS e os registros de atendimentos e visitas domiciliares realizados no território.

Para a construção deste documento, foram utilizadas fontes oficiais e reconhecidas, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Cadastro Único para Programas



Sociais do Governo Federal (CadÚnico), o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), painéis estatísticos nacionais e estaduais, o Registro Mensal de Atendimentos (RMA), além de dados produzidos pelo próprio município de Marmeleiro, oriundos dos registros administrativos e dos processos de monitoramento realizados pela rede socioassistencial.



2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

A caracterização do município envolve a análise de aspectos históricos, geográficos e socioeconômicos que definem sua identidade e seu contexto de desenvolvimento. Essas informações servem como evidência para o planejamento de ações e a formulação de políticas públicas adequadas à realidade local.

2.1 Aspectos históricos

O processo de colonização de Marmeleiro teve início por volta de 1887, em um contexto marcado por grandes dificuldades naturais e sociais. A região era coberta por extensas matas de araucárias e apresentava escassez de caminhos, além da presença dos indígenas Tupi-guaranis, que resistiam à ocupação de seu território. Esses fatores fizeram com que muitos colonos desistissem de se fixar na área. Mesmo assim, documentos históricos apontam Francisco José Siqueira como o primeiro habitante da localidade, chegando ainda em 1887, embora a ocupação efetiva só tenha se consolidado a partir de 1915, com a chegada das primeiras famílias.

Em 1912, Manoel Ribeiro Leal, orientado pelo Departamento de Terras do Paraná, deslocou-se para o sudoeste do estado em busca de terras férteis, fixando-se inicialmente em Campo Erê. Posteriormente, ele e seus companheiros encontraram áreas produtivas às margens do Rio Marmeleiro, onde iniciaram plantações. No entanto, ao retornarem para colher a produção, foram surpreendidos por conflitos com os indígenas, o que resultou em uma retirada forçada e trágica. Durante a travessia do rio, Vicente Teixeira acabou falecendo por afogamento, em um local hoje conhecido como Passo da Sepultura, fato que marcou profundamente a história local.

Com o avanço da colonização, as famílias passaram a desbravar as matas para o cultivo de milho, feijão, trigo, mandioca e arroz, além da criação de animais como galinhas, porcos e bois. A abundância de pinheirais favoreceu o desenvolvimento da atividade madeireira, atraindo novos migrantes e impulsionando a instalação das primeiras serrarias. Esse período corresponde à fase extrativista da economia local, baseada principalmente na exploração da madeira e da erva-mate, que teve seu auge entre as décadas de 1960 e 1970.

Outro fator decisivo para o crescimento de Marmeleiro foi a construção da estrada estratégica que ligava Pato Branco a Francisco Beltrão, facilitando o transporte, a comunicação e o comércio. A partir da década de 1940, o núcleo urbano começou a se estruturar com a instalação de casas comerciais, serrarias e empresas colonizadoras, como a firma Dambros, Piva & Cia, que adquiriu grandes áreas de terra e incentivou a vinda de novas famílias, contribuindo para a organização territorial e econômica da região. Dessa forma, em 1958, pioneiros se mobilizaram através de uma comissão em defesa da emancipação político-administrativa do município.



Ao longo do tempo, a economia local passou da fase extrativista para a exploração agropecuária, intensificada a partir do final da década de 1950, quando praticamente todas as terras agricultáveis foram ocupadas. Atualmente, além da agropecuária, o município conta com atividades industriais que impulsionam o desenvolvimento econômico e social.

Conhecido como a “Passarela do Sudoeste”, Marmeleiro destaca-se por sua localização geográfica estratégica, funcionando como entroncamento rodoviário e passagem obrigatória para quem se desloca pelo sudoeste do Paraná em direção à Argentina, Santa Catarina e à região oeste do estado. Sua população, formada por descendentes de italianos, alemães, poloneses e outras etnias, preserva uma rica diversidade cultural, marcada pela hospitalidade, pelo trabalho e pelo forte vínculo com a história e a identidade local.

2.2 Formação administrativa

O processo de formação administrativa de Marmeleiro está diretamente ligado ao crescimento do vilarejo e ao fortalecimento de sua economia local. Diante desse cenário, em 1958, foi organizada uma comissão composta por pioneiros da região com o objetivo de lutar pela emancipação político-administrativa do então distrito, que, após os trâmites legais, o projeto de emancipação foi aprovado em 1959.

A emancipação oficial ocorreu em 25 de julho de 1960, por meio da Lei Estadual nº 4.245, que elevou Marmeleiro à categoria de município. A instalação administrativa definitiva deu-se em 25 de novembro de 1961, com a posse do primeiro prefeito eleito, o Sr. Assis Gabriel Bandeira. Essa data passou a ser celebrada oficialmente como o Dia do Município, simbolizando o início da autonomia administrativa e política de Marmeleiro.

O nome do município tem origem na presença abundante da árvore marmeleiro nas margens do rio que atravessa o território, elemento natural que marcou a paisagem local e influenciou a denominação da cidade.

2.3 Localização geográfica e inserção regional

Localizado na Mesorregião Sudoeste do Estado do Paraná, porção sul, o município de Marmeleiro possui área territorial de 387,612 km², conforme estimativa de 2024, e densidade demográfica de 41,02 habitantes por quilômetro quadrado. Na comparação com os demais municípios paranaenses, ocupava as posições 180º em território e 108º em densidade, entre os 399 municípios do estado. No cenário nacional, situava-se nas posições 2.920º e 1.804º, respectivamente, entre os 5.571 municípios brasileiros. O município integra a Região Imediata de Francisco Beltrão e a Região Intermediária de Cascavel, conforme ilustrado no Mapa 1 (IBGE, 2022).

MAPA 01 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

**FONTE:** Abreu, 2006.

O município sedia a Comarca de Marmeleiro, que integra outros dois municípios e está situado próximo ao centro regional de Francisco Beltrão, polo de referência para políticas públicas e serviços especializados. Suas coordenadas aproximadas são 26° 08' 56" S de latitude e 53° 01' 33" W de longitude, com altitude média de cerca de 650 metros.

Com área territorial de 387,612 km², Marmeleiro faz divisa com os municípios de Francisco Beltrão, Flor da Serra do Sul e Renascença, além do Estado de Santa Catarina. Seu relevo é predominantemente ondulado a suavemente acidentado, com altitudes médias entre 650 e 750 metros, o que favorece a ocupação rural e o desenvolvimento de atividades agropecuárias. Os solos são variados, destacando-se latossolos, nitossolos e cambissolos, geralmente com boa aptidão agrícola. A vegetação original pertence ao domínio da Floresta Ombrófila Mista (Mata de Araucárias), atualmente bastante reduzida em função da expansão agrícola.

No que se refere à hidrografia, Marmeleiro integra a bacia hidrográfica do rio Iguaçu, tendo como principal curso d'água o rio Marmeleiro, além de outros rios e córregos que garantem boa disponibilidade hídrica. O clima do município é subtropical úmido (Cfa), com temperaturas médias anuais em torno de 18 °C a 19 °C, verões quentes e chuvosos e invernos amenos, com ocorrência ocasional de geadas. Esse conjunto de características naturais contribui para a vocação agrícola do município e influencia diretamente sua organização territorial e econômica.



2.4 Extensão territorial

Segundo dados obtidos por meio do Relatório de Análise Temática Integrada (Marmeleiro, 2019), o município compreende uma área total de aproximadamente 38.810 hectares ($\approx 388 \text{ km}^2$). Deste total, 37.433 hectares ($\approx 373 \text{ km}^2$) correspondem à área rural, o que representa cerca de 96% do território municipal. Essa configuração revela uma predominância expressiva de zonas rurais, caracterizadas por pequenas comunidades dispersas geograficamente.

A sede urbana, núcleo histórico de ocupação desde a década de 1940, localiza-se na porção nordeste do território, em zona limítrofe com os municípios de Francisco Beltrão e Renascença. Atualmente, a divisão administrativa compõe-se de 10 bairros e 39 localidades rurais, estas últimas distribuídas entre as bacias hidrográficas dos rios Marmeleiro e Marrecas, conforme detalhado no Quadro 01.

QUADRO 01 - DIVISÃO TERRITORIAL: BAIRROS E COMUNIDADES DO MUNICÍPIO

ÁREA URBANA (BAIRROS)	ÁREA RURAL (COMUNIDADES)	
	BACIA DO RIO MARMELEIRO	BACIA DO RIO MARREAS
Centro	Linha Itaíba	Santa Luzia
Alvorada	Pocinho	Medianeira
Industrial	Km 10	Água Verde
Ipiranga	Linha Félix	Km 18
Passarela	São Braz	Anjo da Guarda
Três Pinheiros	Fazenda Doca	Ipoméia
Perin	Novo São João	Mandori
Santa Rita	Gruta	São Luiz
Jardim Bandeira	Nossa Senhora Aparecida	São Jorge
Jardim Araucária	Santa Terezinha	Km 6
	Novo Progresso	Sanga Seca
	Bom Jesus	Quibebe
	Burrinho	Km 15
	São Domingos	
	São Francisco	
	Linha Jandira	
	Padre Anchieta	



	Santo Antônio	
	São Pedro	
	São Sebastião	
	Nossa Senhora de Fátima	
	Vila Guaraci, Barra Bonita	
	Linha Modelo	
	Bela Vista	
	São Mateus	
	Faxinal do Campo Erê	

FONTE: Marmeleiro (2019).

Destaca-se que a delimitação oficial dos bairros não abrange a totalidade do perímetro urbano. Existem áreas, como o loteamento Pedra Branca (ao norte, próximo a Francisco Beltrão), que, embora integradas à dinâmica urbana, não pertencem formalmente a nenhum bairro. Adicionalmente, nomenclaturas consolidadas pelo uso popular (como o "Coophamar" no bairro Três Pinheiros) referem-se a loteamentos específicos e não a unidades administrativas oficiais.

Essa coexistência de bairros instituídos com localidades reconhecidas apenas pelo uso cotidiano aponta lacunas no ordenamento urbano e na organização administrativa. Para a Política de Assistência Social, tais ambiguidades podem dificultar a territorialização dos serviços, o mapeamento preciso de vulnerabilidades e a eficiência da busca ativa.

Diante da vasta extensão rural e da dispersão das comunidades, torna-se imperativo que o planejamento das políticas públicas (Assistência Social, Saúde e Educação) considere as barreiras geográficas. A garantia da proteção social em Marmeleiro depende, portanto, de estratégias que assegurem a capilaridade do atendimento, tais como o fortalecimento de equipes volantes, a regularidade de visitas domiciliares e a logística de transporte, visando a universalização do acesso para a população referenciada em áreas remotas.

2.5 Estrutura fiscal e financeira do município

As finanças municipais constituem o principal instrumento de governança fiscal, refletindo a capacidade do Município de mobilizar, alocar e gerir recursos públicos de forma eficiente e sustentável. A análise da receita total, da arrecadação própria, das transferências intergovernamentais e do endividamento evidencia o fortalecimento da capacidade fiscal municipal no período recente, marcado por crescimento contínuo das receitas, ampliação da autonomia financeira e ausência de endividamento relevante nos exercícios mais recentes.



O desempenho positivo da arrecadação própria, associado ao crescimento das transferências constitucionais e voluntárias, ampliou a previsibilidade orçamentária e a margem de investimento do município, criando condições favoráveis para o planejamento de médio e longo prazo e para a sustentação das políticas públicas estratégicas.

Da mesma forma, a análise da estrutura e do comportamento dos gastos municipais permite avaliar a capacidade de resposta do governo local às demandas da população. A distribuição dos recursos entre custeio, investimentos e políticas setoriais revela não apenas as prioridades administrativas, mas também o grau de garantia dos direitos sociais. No caso de Marmeleiro, observa-se a centralidade dos gastos em áreas essenciais, como Saúde, Educação e Assistência Social, acompanhada de crescimento expressivo dos investimentos, especialmente a partir de 2022, indicando esforço de direcionamento de recursos para ações estruturantes e melhoria da infraestrutura pública.

O monitoramento sistemático dos indicadores financeiros municipais, como o valor da receita e do gasto por habitante, a proporção entre despesas obrigatórias e discricionárias e o volume de recursos destinados às políticas sociais, constitui elemento fundamental para subsidiar o planejamento orçamentário. Essa análise orienta decisões de alocação de recursos e contribui para assegurar que as políticas públicas sejam executadas de forma eficiente, equitativa e alinhada aos objetivos de desenvolvimento local, garantindo maior estabilidade, previsibilidade e sustentabilidade das finanças municipais.

2.5.1 Receita bruta e receita líquida (milhões de R\$ e per capita)

O Quadro 02 apresenta a evolução das Receitas Municipais e reúne a série histórica das receitas do município entre 2020 e 2024, considerando três dimensões principais: Receita Bruta, Receita Líquida e Receita por Habitante. Os dados, extraídos da Diretoria de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV DGPE, 2026), permitem visualizar a dinâmica financeira municipal ao longo dos últimos cinco anos, evidenciando tendências de crescimento, oscilações e a capacidade fiscal do município em relação à sua população.

QUADRO 02 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

ANO	RECEITA BRUTA (R\$ MI)	RECEITA LÍQUIDA (R\$ MI)	RECEITA POR HABITANTE (R\$)
2020	118,03	51,22	8.215,39
2021	137,82	81,13	9.579,54
2022	176,75	104,39	12.268,62
2023	194,11	115,36	13.473,44
2024	214,79	125,80	13.532,08

FONTE: FGV DGPE, 2026.



Os dados apresentados no Quadro 02 evidenciam uma trajetória consistente de crescimento das receitas municipais entre 2020 e 2024, indicando o fortalecimento da capacidade fiscal do município ao longo do período analisado. A Receita Bruta apresentou elevação contínua, passando de R\$ 118,03 milhões em 2020 para R\$ 214,79 milhões em 2024, o que representa um crescimento acumulado de aproximadamente 82% no período.

A Receita Líquida registrou crescimento ainda mais expressivo, evoluindo de R\$ 51,22 milhões em 2020 para R\$ 125,80 milhões em 2024, o que corresponde a um aumento acumulado de cerca de 146%.

A Receita por Habitante também apresentou trajetória positiva, passando de R\$ 8.215,39 em 2020 para R\$ 13.532,08 em 2024, o que representa um crescimento aproximado de 65% no período. Esse indicador demonstra que o aumento da arrecadação superou o crescimento populacional, fortalecendo a capacidade do município de ofertar serviços públicos e realizar investimentos compatíveis com as demandas da população. Apesar de uma leve desaceleração do crescimento entre 2023 e 2024, os resultados consolidam um cenário fiscal mais robusto, favorável ao planejamento de médio e longo prazo e à sustentabilidade das finanças municipais.

2.5.2 Origem dos Recursos Financeiros (milhões de R\$)

O Quadro 03 e o Gráfico 01 elaborado a partir dos dados da FGV DGPE (2026) representa a evolução das diferentes fontes de receita municipal entre 2020 e 2024, discriminando: Receitas Geradas no Município, Transferências da União, Transferências do Estado, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Outras Transferências e Endividamento.

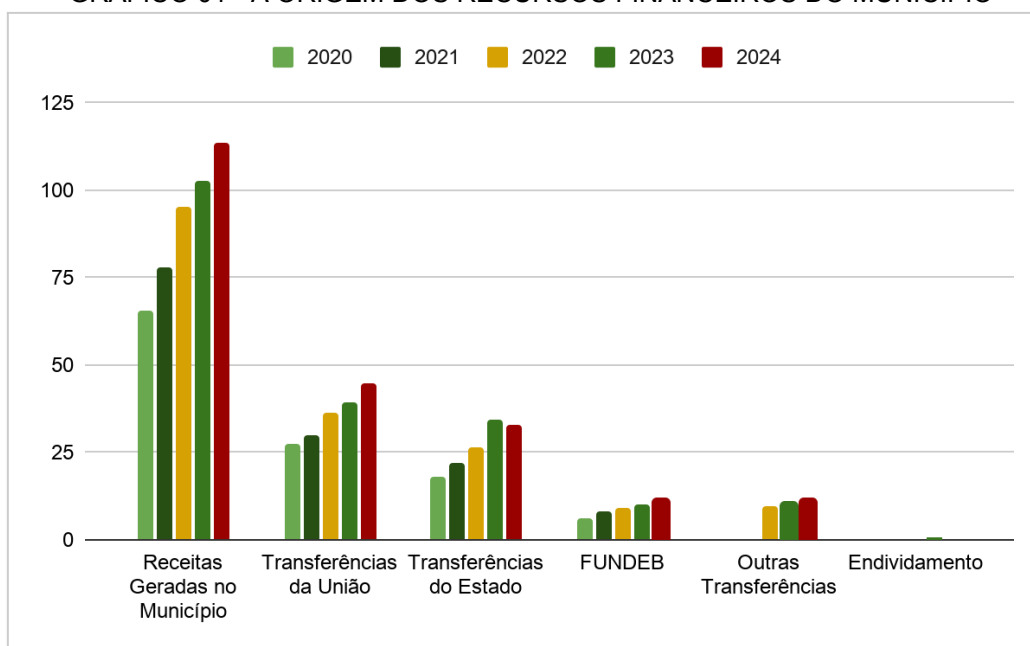
A visualização permite identificar com clareza a participação relativa de cada fonte no financiamento municipal e as variações anuais, destacando tendências de crescimento, estabilidade ou oscilações. Isso contribui para compreender a dinâmica de financiamento do município e a capacidade de sustentação das políticas públicas ao longo do período analisado.

QUADRO 03 - COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS MUNICIPAIS POR FONTE (MILHÕES DE REAIS)

ORIGEM	2020	2021	2022	2023	2024
Receitas Geradas no Município	65,57	77,71	95,41	102,59	113,58
Transferências da União	27,64	29,91	36,21	39,28	44,87
Transferências do Estado	18,04	22,02	26,41	34,49	32,78
FUNDEB	6,33	8,10	9,31	10,35	11,80
Outras Transferências	0,07	0,07	9,41	10,40	11,77
Endividamento	0,39	0	0	0	0

FONTE: FGV DGPE, 2026.

GRÁFICO 01 - A ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS DO MUNICÍPIO



FONTE: FGV DGPE, 2026.

A análise dos dados evidencia crescimento contínuo e consistente das receitas totais do Município de Marmeleiro/PR no período de 2020 a 2024, passando de R\$ 65,57 milhões para R\$ 113,58 milhões, o que representa um aumento acumulado de aproximadamente 73,2%. Esse comportamento indica fortalecimento da capacidade financeira municipal e maior disponibilidade de recursos para a implementação de políticas públicas.

As Receitas Geradas no Município apresentaram evolução positiva ao longo de todo o período, passando de R\$ 65,57 milhões em 2020 para R\$ 113,58 milhões em 2024, evidenciando crescimento expressivo da arrecadação própria, associado à ampliação da base econômica local e à melhoria dos mecanismos de arrecadação, o que contribui para a redução da dependência exclusiva de transferências intergovernamentais.

As Transferências da União cresceram de R\$ 27,64 milhões em 2020 para R\$ 44,87 milhões em 2024, correspondendo a um aumento aproximado de 62,3%, refletindo tanto o crescimento das transferências constitucionais quanto a maior captação de recursos vinculados a programas federais. De forma semelhante, as Transferências do Estado também apresentaram crescimento relevante, passando de R\$ 18,04 milhões para R\$ 32,78 milhões, o que representa um incremento aproximado de 81,7%, reforçando a importância dessas fontes para o equilíbrio fiscal do município.

O FUNDEB manteve trajetória ascendente ao longo do período analisado, com crescimento de R\$ 6,33 milhões em 2020 para R\$ 11,80 milhões em 2024, o que corresponde a um aumento aproximado de 86,4%, evidenciando a ampliação dos recursos destinados à educação básica e o fortalecimento da capacidade de manutenção e investimento na rede municipal de ensino.



Destaca-se ainda o expressivo crescimento das Outras Transferências (exceto FUNDEB) a partir de 2022, quando os valores passaram de R\$ 0,07 milhão para R\$ 11,77 milhões em 2024, representando um crescimento superior a 16.700%, o que indica maior captação de recursos por meio de convênios, transferências voluntárias e emendas parlamentares, ampliando significativamente a margem de investimentos do município.

Quanto ao endividamento, observa-se comportamento controlado e decrescente, com registro apenas em 2020 (R\$ 0,39 milhão) e inexistência de valores nos exercícios subsequentes, o que representa uma redução de 100% no período analisado. Esse cenário demonstra equilíbrio fiscal, responsabilidade na gestão financeira e ausência de comprometimento relevante das receitas futuras, configurando fator positivo para a sustentabilidade das contas públicas municipais.

QUADRO 04 - INDICADORES DA EVOLUÇÃO DAS RECEITAS MUNICIPAIS (R\$ MILHÕES)

INDICADOR	2020	2024	VARIAÇÃO (%)	ANÁLISE
Receita Total	65,57	113,58	+73,2%	Crescimento expressivo da capacidade financeira e maior previsibilidade orçamentária
Arrecadação Própria (Impostos, Taxas e Contribuições)	7,28	12,85	+76,5%	Fortalecimento da autonomia financeira municipal
ISSQN	1,82	3,48	+91,2%	Expansão do setor de serviços
IRRF	1,28	3,02	+135,9%	Maior formalização da folha e ampliação da base tributária
IPTU	1,69	2,38	+40,8%	Estabilidade do cadastro imobiliário
ITBI	1,14	1,91	+71,1%	Dinâmica positiva do mercado imobiliário
Taxas	1,35	2,01	+48,9%	Maior eficiência na cobrança de serviços
Transferências da União (Total)	27,64	44,87	+62,3%	Fonte central de financiamento municipal
FPM	16,02	32,05	+100,1%	Principal componente das transferências federais
Transferências do SUS	6,99	7,00	+0,1%	Estabilidade no financiamento da saúde
Educação / FNDE	0,77	1,23	+59,7%	Reforço no financiamento da educação básica
Transferências do Estado (Total)	35,65	31,09	-12,8%	Oscilações pontuais, com recuperação no final do período
ICMS	13,79	23,29	+68,9%	Bom desempenho da atividade econômica regional
IPVA	2,61	5,53	+111,9%	Ampliação da frota veicular



Programas Estaduais de Saúde	1,01	1,41	+39,6%	Reforço no custeio da saúde
Receitas Patrimoniais	0,22	3,62	+99,1%	Diversificação das fontes de receita
Outras Receitas Correntes	1,15	2,29	+99,1%	Ampliação de recursos para investimentos
Receitas de Capital	0,61	4,46	+631,1%	Ampliação de recursos para investimentos
Operações de Crédito	0,39	0,00	-100%	Ausência de endividamento recente

FONTE: FGV DGPE, 2026.

A análise dos dados demonstrados no Quadro 04, extraídos da base da FGV Municípios, evidencia crescimento contínuo e consistente das receitas totais do Município de Marmeleiro/PR no período de 2020 a 2024, refletindo o fortalecimento da capacidade financeira municipal e maior previsibilidade orçamentária.

A arrecadação própria, composta por Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, apresentou evolução significativa, passando de R\$ 7,28 milhões em 2020 para R\$ 12,85 milhões em 2024, o que representa um crescimento aproximado de 77% no período. Esse desempenho demonstra avanço na autonomia financeira municipal e maior eficiência nos mecanismos de arrecadação.

Entre os tributos próprios, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) evoluiu de R\$ 1,82 milhões para R\$ 3,48 milhões, correspondendo a um aumento de aproximadamente 91%, refletindo a expansão do setor de serviços. O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) apresentou crescimento ainda mais expressivo, passando de R\$ 1,28 milhão para R\$ 3,02 milhões, o que representa um aumento aproximado de 136%, indicando maior formalização da folha de pagamentos e ampliação da base tributária. O Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) cresceu de R\$ 1,69 milhão para R\$ 2,38 milhões, com aumento aproximado de 41%, mantendo trajetória positiva até 2023, com leve oscilação em 2024. O Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) passou de R\$ 1,14 milhão para R\$ 1,95 milhão, representando crescimento aproximado de 71%, associado à dinâmica do mercado imobiliário. As Taxas evoluíram de R\$ 1,35 milhão para R\$ 2,01 milhões, com aumento aproximado de 49%, indicando maior eficiência na cobrança de serviços públicos.

As Contribuições, vinculadas majoritariamente à Iluminação Pública, mantiveram valores relativamente estáveis no período, com variações pontuais, demonstrando previsibilidade dessa fonte de receita.

As Transferências do Governo Federal apresentaram crescimento relevante, passando de R\$ 27,64 milhões em 2020 para R\$ 44,87 milhões em 2024, o que representa um aumento aproximado de 62%, reforçando seu papel central no financiamento municipal. O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) permaneceu como o principal componente dessas transferências, evoluindo de R\$ 16,02 milhões para R\$ 32,05 milhões, o que corresponde a um



crescimento aproximado de 100%, refletindo o desempenho da arrecadação nacional e os critérios de distribuição.

As Transferências do Governo Estadual também apresentaram evolução positiva. O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cresceu de R\$ 13,79 milhões para R\$ 23,29 milhões, representando um aumento aproximado de 69%, evidenciando o bom desempenho da atividade econômica regional. O Imposto Sobre Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) apresentou crescimento expressivo, passando de R\$ 2,61 milhões para R\$ 5,53 milhões, com aumento aproximado de 112%, refletindo a ampliação da frota veicular. O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI Exportação) manteve valores modestos e estáveis, enquanto os Programas Estaduais de Saúde cresceram de R\$ 1,01 milhão para R\$ 1,41 milhão, correspondendo a um aumento aproximado de 40%.

As Receitas Patrimoniais apresentaram crescimento significativo, passando de R\$ 0,22 milhão em 2020 para R\$ 3,62 milhões em 2024, o que representa um aumento superior a 1.500%, impulsionado principalmente pelas Receitas de Valores Mobiliários, indicando melhoria na gestão financeira dos recursos disponíveis. As Outras Receitas Correntes cresceram de R\$ 1,15 milhão para R\$ 2,29 milhões, com aumento aproximado de 99% no período.

As Receitas de Capital também registraram expansão relevante, passando de R\$ 0,61 milhão em 2020 para R\$ 4,46 milhões em 2024, representando um crescimento aproximado de 631%, com destaque para transferências destinadas a investimentos e registros pontuais de Alienação de Bens.

2.5.3 Natureza do Gasto (Milhões de R\$)

O Quadro 05, elaborado a partir dos dados da FGV DGPE (2026) apresenta a evolução da natureza dos gastos municipais no período de 2020 a 2022, distribuídos em quatro categorias: Pessoal, Custeio (exceto Pessoal e Dívida), Investimentos e Inversões e Dívida Pública. A visualização permite identificar como o município direcionou seus recursos ao longo de três anos, evidenciando oscilações entre despesas obrigatórias, gastos de manutenção dos serviços públicos e capacidade de investimento.

QUADRO 05 - CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS POR NATUREZA (EM MILHÕES)

GASTO	2020	2021	2022
Pessoal	27,01	28,28	32,23
Custeio - Exceto Pessoal e Dívida	22,04	24,01	33,43
Investimentos e Inversões	0,96	1,50	6,72
Dívida Pública	0,12	0,19	0,32

FONTE: FGV DGPE, 2026.



A análise da natureza dos gastos do Município de Marmeleiro/PR no período de 2020 a 2022 evidencia crescimento das despesas totais, acompanhado de mudanças relevantes na composição do gasto público. Observa-se uma reorganização da estrutura das despesas, com redução relativa dos gastos com pessoal e ampliação significativa dos investimentos, indicando maior capacidade de direcionamento de recursos para ações estruturantes.

As despesas com pessoal permaneceram como o principal componente da despesa municipal, porém com redução de sua participação relativa, passando de 53,9% do total das despesas em 2020 para 44,3% em 2022, apesar do crescimento nominal de R\$ 27,01 milhões para R\$ 32,23 milhões. Esse comportamento indica crescimento controlado da folha de pagamentos.

As despesas de custeio, exceto pessoal e dívida, apresentaram crescimento expressivo tanto em termos absolutos quanto relativos, passando de R\$ 22,04 milhões (44,0% do total) em 2020 para R\$ 33,43 milhões (46,0%) em 2022.

Os investimentos e inversões financeiras registraram evolução significativa no período analisado, passando de R\$ 0,96 milhão em 2020 para R\$ 6,72 milhões em 2022, com aumento de sua participação no total das despesas de 1,9% para 9,2%. Esse desempenho evidencia ampliação relevante da capacidade de investimento do município, com destinação de recursos para obras, aquisição de equipamentos e melhorias na infraestrutura urbana e nos serviços públicos.

As despesas com dívida pública mantiveram participação residual ao longo de todo o período, variando de 0,2% em 2020 para 0,4% em 2022, mesmo com leve crescimento nominal. Esse cenário demonstra baixo comprometimento das finanças municipais com encargos da dívida, reforçando o perfil fiscal equilibrado e responsável do Município.

De forma geral, a estrutura de gastos analisada revela equilíbrio fiscal, controle das despesas obrigatórias e priorização progressiva dos investimentos, fatores que contribuem para a sustentabilidade das contas públicas no médio e longo prazo. Contudo, a redução relativa da participação das despesas com pessoal, embora positiva sob a ótica fiscal, demanda atenção quanto à manutenção da força de trabalho necessária à prestação dos serviços públicos essenciais, especialmente nas áreas de saúde, educação e assistência social. Nesse contexto, torna-se fundamental que o município alinhe o controle da folha de pagamentos ao planejamento de recursos humanos, de modo a evitar riscos de insuficiência de profissionais e garantir a continuidade e a qualidade do atendimento à população.

2.5.3.1 Gastos Municipais por Habitante por Função de Governo

O Quadro 06 apresenta os gastos por habitante do Município, organizados por funções de governo, conforme metodologia da FGV Municípios. Os valores correspondem à somatória das contas orçamentárias, permitindo analisar a priorização das políticas públicas, o equilíbrio entre



despesas administrativas e finalísticas e a evolução dos gastos ao longo do período de 2019 a 2021. Essa abordagem facilita comparações temporais e a avaliação da aderência do gasto público às demandas sociais, econômicas e institucionais do município.

QUADRO 06 - COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS MUNICIPAIS POR CATEGORIA ECONÔMICA (R\$ POR HABITANTE)

GASTOS	COMPREENDE SOMATÓRIA DAS CONTAS	2019	2020	2021
Funções do Estado e sua representação	Legislativa, judiciária, Defesa Nacional e Relações Exteriores	142,01	86,10	89,90
Direitos Sociais	Habitação, Transportes, Segurança Pública, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho e Educação	2.486,76	2.486,76	2.713,03
Investimento Social e seus Direitos	Cultura, Direitos da Cidadania e Desporto e Lazer	78,83	50,26	58,16
Infraestrutura Social	Urbanismo e Saneamento	469,40	260,28	267,00
Economia	Organização Agrária, Indústria, Comércio e Agricultura	106,36	111,65	92,30
Economia e Sociedade do Futuro	Gestão Ambiental e Ciência e Tecnologia	115,88	126,34	148,65
Administração Pública	Administração	303,29	309,92	300,54
Encargos de Estado	Encargos Especiais	53,53	58,50	82,35

FONTE: FGV DGPE, 2026.

A visualização dos dados permite identificar a priorização orçamentária e a distribuição dos recursos públicos entre áreas estratégicas da administração municipal.

Observa-se que os Direitos Sociais concentram a maior parcela dos gastos ao longo de todo o período, refletindo a centralidade das políticas de saúde, educação, assistência social, previdência e segurança pública na estrutura orçamentária municipal. Esse comportamento indica alinhamento com as funções essenciais de atendimento direto à população.

Os gastos com Infraestrutura Social (urbanismo e saneamento) e com Administração Pública mantêm participação relevante, ainda que com oscilações, evidenciando o esforço do município na manutenção da máquina administrativa e na provisão de serviços urbanos básicos.

As funções relacionadas à Economia, ao Investimento Social e seus Direitos e à Economia e Sociedade do Futuro apresentam valores menores em termos relativos, porém com variações que indicam avanços graduais em áreas como gestão ambiental, ciência e tecnologia, cultura e cidadania.

De forma geral, o gráfico evidencia uma estrutura de gastos orientada à garantia dos direitos sociais, com espaço para aprimoramento progressivo dos investimentos estratégicos,

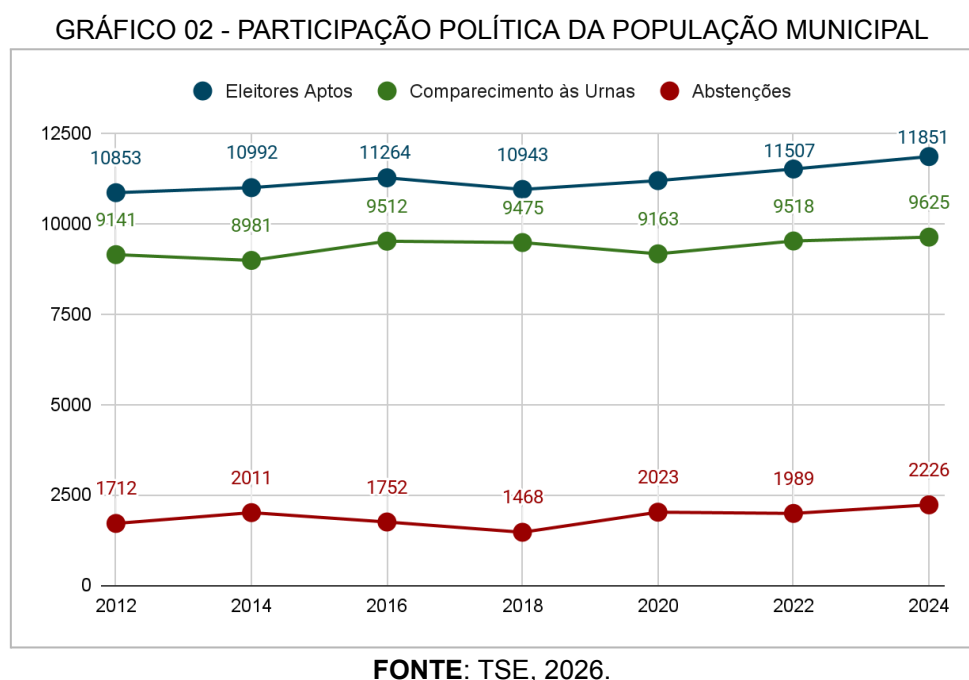


especialmente aqueles voltados ao desenvolvimento sustentável e à modernização da gestão pública.

2.6 Participação política e representatividade social

A participação política é um indicador essencial para compreender o grau de engajamento e interesse da população nas decisões que envolvem o desenvolvimento municipal. A análise de dados como o número de eleitores aptos, o comparecimento às urnas, as abstenções e o gênero dos candidatos permite avaliar o nível de envolvimento cívico, a confiança nas instituições e a representatividade política local. Esses elementos são fundamentais em um diagnóstico socioterritorial, pois revelam o quanto a população se reconhece como parte ativa do processo democrático, além de evidenciar possíveis desigualdades de gênero e desafios à ampliação da participação e da inclusão nos espaços de poder.

Dessa forma, o Gráfico 02 ilustra a evolução do número de eleitores aptos, do comparecimento às urnas e das abstenções nas eleições municipais realizadas entre 2012 e 2024, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

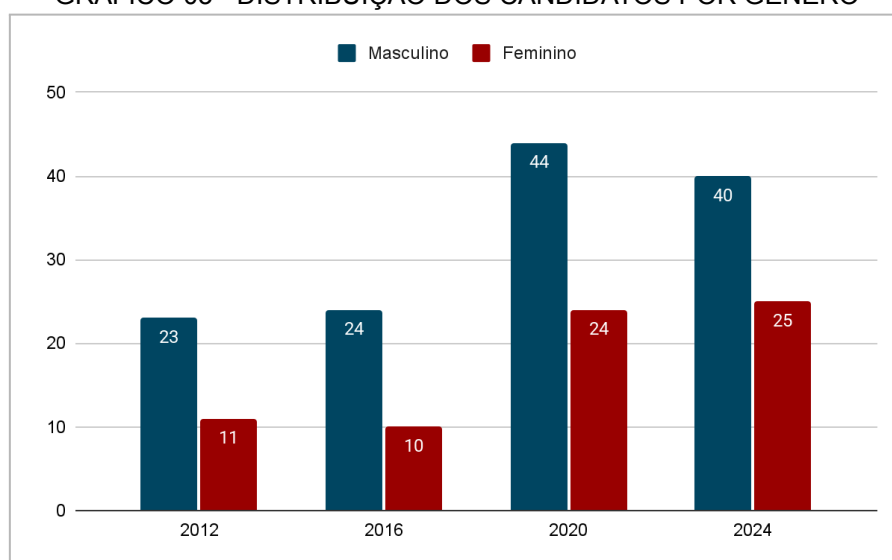


A análise dos dados eleitorais de Marmeleiro entre 2012 e 2024 evidencia relativa estabilidade no número de eleitores aptos, com crescimento gradual ao longo dos anos, passando de 10.853 em 2012 para 11.851 em 2024 (aumento aproximado de 9,2%). O comparecimento às urnas manteve-se, em geral, elevado, variando entre cerca de 78,5% (2014, com 8.981 votantes) e 86,6% (2018, com 9.475 votantes). Observa-se que, mesmo com oscilações, a participação eleitoral permaneceu acima de 80% na maior parte dos pleitos, indicando um padrão consistente de engajamento da população no processo democrático local.

Por outro lado, as abstenções apresentaram variações importantes ao longo do período analisado. Em termos percentuais, elas oscilaram entre aproximadamente 13,4% (2018, com 1.468 abstenções) e 21,5% (2014, com 2.011 abstenções), com destaque também para 2024, que registrou 18,8% de eleitores ausentes. Esses dados sugerem que, embora a maioria dos eleitores continue participando das eleições, há uma tendência recente de leve aumento das abstenções, o que pode estar relacionado a fatores como desinteresse político, dificuldades logísticas ou contextos sociais específicos de cada período eleitoral.

Além disso, o Gráfico 03 apresenta a distribuição dos candidatos às eleições municipais por gênero, permitindo observar a participação feminina e masculina nos processos eleitorais ao longo dos anos.

GRÁFICO 03 - DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS POR GÊNERO



FONTE: TSE, 2026.

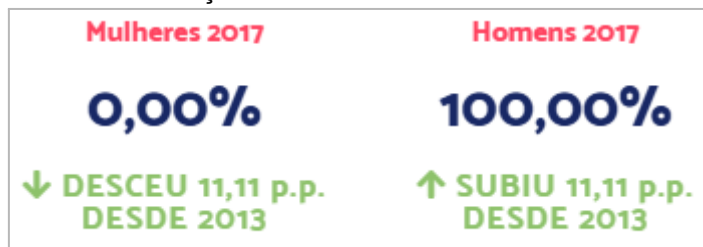
A análise do perfil dos candidatos nas eleições entre 2012 e 2024 evidencia a predominância masculina ao longo de todo o período, embora haja avanços graduais na participação feminina. Em 2012, do total de 34 candidaturas, 67,6% eram masculinas e 32,4% femininas. Em 2016, esse padrão manteve-se semelhante, com 34 candidatos, sendo 70,6% homens e 29,4% mulheres. Esses dados demonstram que, nos primeiros anos analisados, a representação feminina permaneceu abaixo de um terço do total de candidaturas, refletindo uma desigualdade de gênero ainda significativa no cenário político local.

Nos pleitos mais recentes, observa-se um crescimento expressivo do número total de candidaturas e uma melhora relativa na participação feminina. Em 2020, dos 68 candidatos registrados, 64,7% eram homens e 35,3% mulheres, indicando avanço em relação aos anos anteriores. Já em 2024, apesar da permanência da maioria masculina, a proporção feminina atingiu seu maior patamar no período, com 25 mulheres entre 65 candidatos, o que corresponde a 38,5%, frente a 61,5% de homens. Essa evolução sugere uma ampliação gradual da presença

feminina na disputa eleitoral em Marmeleiro, ainda que o equilíbrio de gênero não tenha sido plenamente alcançado.

Por fim, a Figura 01 apresenta algumas estatísticas em relação à composição do Poder Legislativo de Marmeleiro, destacando a distribuição das cadeiras por sexo.

FIGURA 01 - COMPOSIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES



FONTE: Atlas Brasil, 2026.

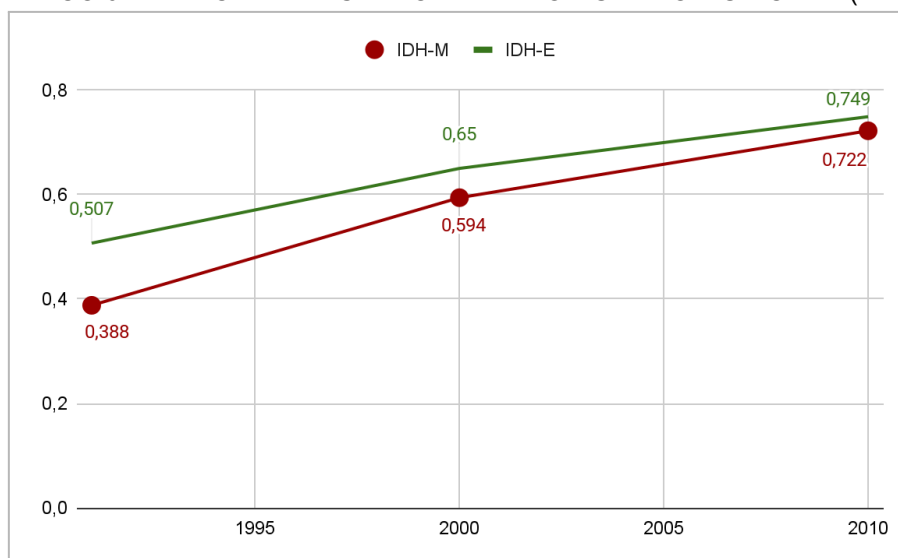
Destaca-se que, em 2013, apenas uma mulher ocupava o cargo de vereadora no município. Já em 2017, nenhuma mulher foi eleita para o Legislativo municipal, resultando em uma composição formada por 100% de representantes do sexo masculino. Esse cenário evidencia, naquele período, uma baixa representatividade feminina na política local e limitações no acesso das mulheres aos espaços de poder e decisão.

Entretanto, nas eleições de 2024, observa-se uma mudança significativa nesse panorama. As mulheres passaram a ser maioria na composição do Poder Legislativo municipal, com a eleição de cinco vereadoras e quatro vereadores, representando um marco histórico para o município. Além disso, uma das vereadoras eleitas assumiu o cargo de presidente da Câmara Municipal, reforçando o avanço da participação feminina em posições de liderança. Esse resultado evidencia não apenas o fortalecimento do protagonismo das mulheres na política local, mas também o crescente reconhecimento, por parte da população, da importância da presença feminina nos espaços de representação e decisão pública.

2.7 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida que avalia o progresso de determinada localidade em três dimensões básicas: saúde (expectativa de vida), educação (anos de escolaridade) e renda (produto nacional bruto per capita). Ele foi criado para complementar o PIB (Produto Interno Bruto), oferecendo uma visão mais abrangente do bem-estar de uma população em vez de focar apenas na dimensão econômica. O Gráfico 04 demonstra a evolução comparativa do IDH-M do município de Marmeleiro em relação ao Estado do Paraná (IDH-E) nos anos de 1991, 2000 e 2010.

GRÁFICO 04 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M)

**FONTE:** IBGE, 2026.

A evolução do IDH-M demonstra um avanço significativo ao longo das últimas décadas. Em 1991, o município apresentava um IDH de 0,388, considerado muito baixo, bem inferior ao IDH do Estado, que era de 0,507. Essa diferença evidencia um contexto inicial de maior vulnerabilidade socioeconômica no município em relação à média estadual, refletindo limitações sobretudo nas dimensões de renda, educação e longevidade.

No ano 2000, observa-se um crescimento expressivo do IDH-M, que alcançou 0,594, representando um aumento de 53,1% em relação a 1991. Apesar do avanço, o índice municipal ainda permanecia abaixo do estadual (0,650), embora a distância entre ambos tenha diminuído consideravelmente. Esse período indica melhorias importantes nas condições de vida da população local, possivelmente associadas à ampliação do acesso à educação básica, serviços de saúde e políticas públicas de inclusão social.

Em 2010, o município atingiu um IDH-M de 0,722, enquadrando-se na faixa de alto desenvolvimento humano. Comparativamente, o IDH do Estado foi de 0,749, mantendo-se ligeiramente superior. No entanto, a diferença entre os índices torna-se pequena, demonstrando que o município conseguiu reduzir de forma consistente as desigualdades em relação ao contexto estadual. Entre 2000 e 2010, o crescimento do IDH-M foi de aproximadamente 21,5%, consolidando uma trajetória contínua de desenvolvimento.

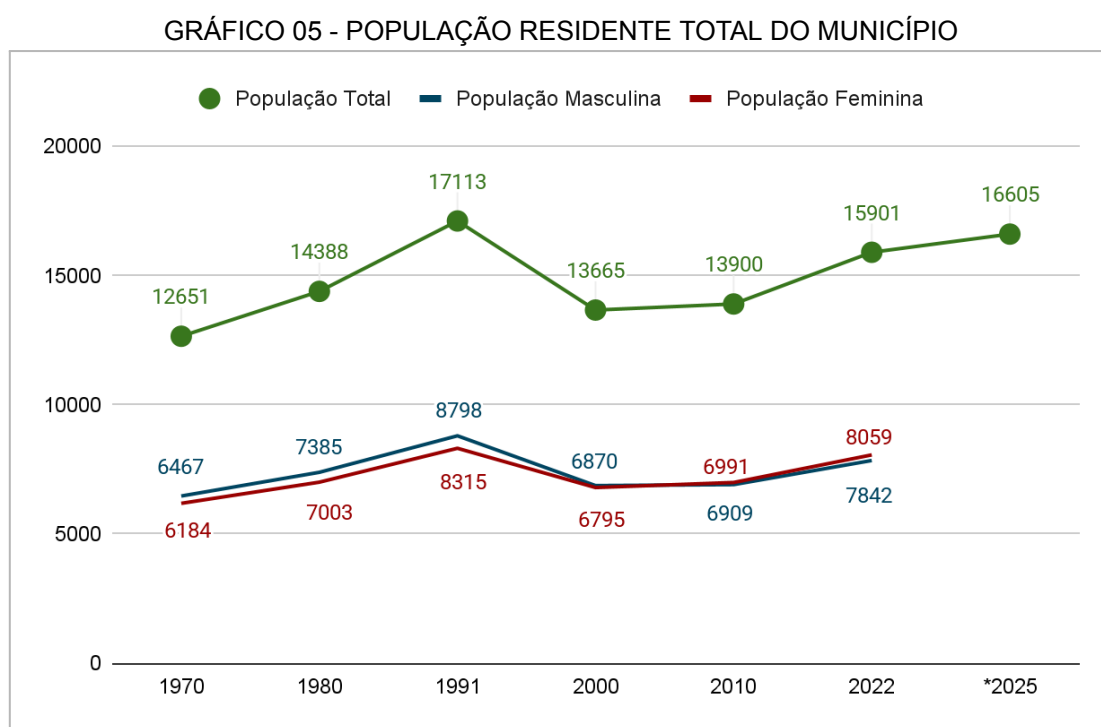
Por fim, destaca-se que os dados mais recentes do IDH-M, com base no Censo Demográfico de 2022, ainda não foram divulgados pelo IBGE.

3. DINÂMICA DEMOGRÁFICA E PERFIL POPULACIONAL

O estudo dos dados demográficos é fundamental para compreender a estrutura populacional de um território, permitindo analisar tendências de crescimento, distribuição etária, densidade populacional e outras características relevantes. Esses indicadores fornecem informações essenciais para o planejamento de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento local. A partir da análise da população estimada, censitária e sua distribuição entre áreas urbanas e rurais, é possível identificar padrões e desafios específicos do município, oferecendo uma base sólida para a elaboração de diagnósticos mais precisos e direcionados.

3.1 População residente

O Gráfico 05 apresenta um comparativo do crescimento populacional do município de Marmeleiro segundo os últimos Censos Demográficos do IBGE.



FONTE: IBGE, 2026.

O crescimento populacional de Marmeleiro ao longo das últimas décadas evidencia períodos distintos de expansão, retração e retomada. Entre 1970 e 1991, o município apresentou crescimento expressivo, passando de 12.651 para 17.113 habitantes, o que representa um aumento de aproximadamente 35,3%, impulsionado pelo processo de ocupação e consolidação socioeconômica local. Contudo, entre 1991 e 2000 ocorreu uma redução significativa da população, que caiu para 13.665 habitantes, correspondendo a uma diminuição de cerca de 20,1%, possivelmente relacionada ao êxodo rural e à migração para centros urbanos maiores.



A partir dos anos 2000, Marmeleiro volta a apresentar crescimento gradual, sendo que entre 2000 e 2010, o aumento foi de aproximadamente 1,7%, enquanto no período de 2010 a 2022 o crescimento se intensificou, alcançando 14,4%. Destaca-se que a partir de 2010 a população feminina passou a ultrapassar a masculina, com 6.991 mulheres frente a 6.909 homens, tendência que se consolidou em 2022, quando as mulheres somaram 8.059 habitantes, contra 7.842 homens. Considerando a estimativa populacional de 2025, com 16.605 habitantes, projeta-se um crescimento de cerca de 4,4% em relação a 2022, indicando a continuidade da retomada populacional e a consolidação da predominância feminina no município.

Além disso, o Quadro 07 apresenta a distribuição da população de Marmeleiro segundo o local de moradia (urbano e rural) e o sexo, permitindo observar a composição demográfica do município a partir desses dois recortes em comparativo com o cenário Estadual.

QUADRO 07 - DISTRIBUIÇÃO DEMOGRÁFICA MUNICIPAL E ANÁLISE COMPARATIVA COM O ESTADO

DEMOGRAFIA	DATA	MUNICÍPIO	ESTADO
População Estimada	2025	16.605	11.890.517
População Censitária Total	2022	15.901	11.444.380
População Censitária Urbana	2022	11.278	10.179.847
População Censitária Rural	2022	4.623	1.264.533
População Censitária Masculina	2022	7.842	5.577.350
População Censitária Feminina	2022	8.059	5.867.030

FONTE: Adaptado de IBGE, 2022.

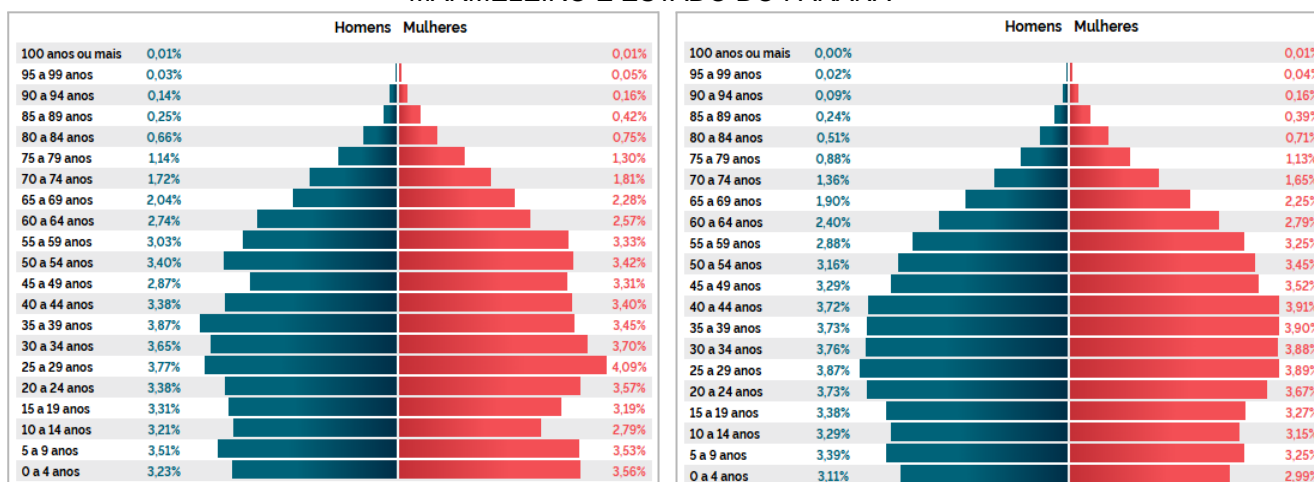
A análise demográfica do município de Marmeleiro evidencia um cenário de crescimento que acompanha a tendência observada no Estado do Paraná, que apresentou crescimento em torno de 3,9%, passando de 11.444.380 habitantes em 2022 para uma estimativa de 11.890.517 em 2025. Tal dinâmica indica relativa estabilidade demográfica, com expansão moderada tanto em nível municipal quanto estadual, aspecto relevante para o planejamento de políticas públicas e dimensionamento da oferta de serviços.

No que se refere à distribuição da população, Marmeleiro possui 70,9% dos habitantes vivendo em área urbana e 29,1% em área rural, proporção significativamente mais equilibrada quando comparada ao Paraná, onde cerca de 89,0% da população é urbana e apenas 11,0% rural. Quanto à composição por sexo, observa-se no município um leve predomínio feminino, com 50,7% de mulheres e 49,3% de homens, padrão semelhante ao estadual, onde as mulheres representam aproximadamente 51,3% da população. Esses dados indicam que Marmeleiro mantém características próprias de municípios de pequeno porte, com presença rural expressiva, o que reforça a necessidade de um diagnóstico socioterritorial que considere as especificidades do meio rural, além das demandas urbanas.

3.2 População residente por faixa etária e sexo

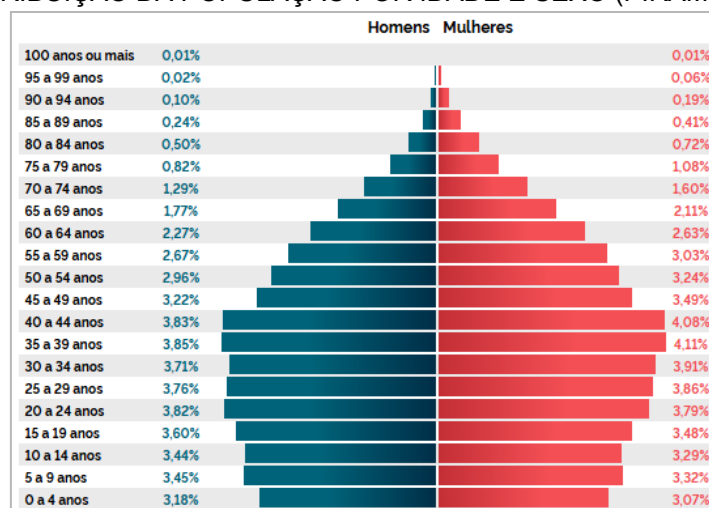
A análise da população residente por faixa etária e sexo, apresentada por meio das pirâmides etárias, permite compreender a estrutura etária do município e identificar tendências de crescimento, envelhecimento populacional e distribuição de gênero. A seguir, por meio dos Gráficos 06, 07 e 08, são apresentadas as pirâmides etárias nacional, estadual e municipal, possibilitando uma análise comparativa entre os diferentes níveis e a identificação de características demográficas específicas do município em relação ao contexto mais amplo.

GRÁFICOS 06 E 07 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR IDADE E SEXO (PIRÂMIDE ETÁRIA): MARMELEIRO E ESTADO DO PARANÁ



FONTE: IBGE, 2022a.

GRÁFICO 08 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR IDADE E SEXO (PIRÂMIDE ETÁRIA): BRASIL



FONTE: IBGE, 2022a.

A pirâmide etária de Marreleiro evidencia uma estrutura populacional marcada pela maior concentração de pessoas nas faixas etárias adultas, especialmente entre 25 e 49 anos, com destaque para os grupos de 30 a 44 anos, que apresentam os maiores percentuais tanto entre homens quanto entre mulheres. Observa-se também uma base relativamente estreita, indicando



redução proporcional da população infantil e jovem (0 a 14 anos), o que sugere queda na fecundidade e no crescimento vegetativo. Além disso, nas faixas etárias mais elevadas, especialmente a partir dos 60 anos, há maior participação feminina, fenômeno associado à maior expectativa de vida das mulheres, padrão típico de municípios de pequeno porte em processo de envelhecimento populacional.

Quando comparada à pirâmide etária do Paraná, nota-se que Marmeleiro apresenta um envelhecimento mais perceptível, com menor peso relativo das faixas jovens e maior concentração nas idades adultas e idosas. O Estado, embora também apresente sinais claros de transição demográfica, ainda mantém uma base ligeiramente mais ampla, indicando maior equilíbrio entre as gerações. As faixas de 20 a 39 anos no Paraná mostram percentuais mais homogêneos, refletindo maior dinamismo populacional, associado à urbanização e à atração econômica de centros regionais.

Em relação à pirâmide etária do Brasil, a diferença torna-se ainda mais evidente. A estrutura nacional, embora também caminhe para o envelhecimento, mantém uma base proporcionalmente mais larga do que a de Marmeleiro, demonstrando maior presença de crianças e jovens. Assim, enquanto o Brasil e o Paraná apresentam pirâmides em processo de transição para um formato mais estacionário, Marmeleiro já se aproxima de uma estrutura mais envelhecida, com impactos diretos no planejamento de políticas públicas, especialmente nas áreas de saúde, assistência social, previdência e mercado de trabalho, aspecto central para o diagnóstico socioeconômico do município.

Além disso, por meio do Quadro 08, é possível verificar o número total de pessoas por grupos de idade e sexo residentes em Marmeleiro, segundo o Censo Demográfico de 2022.

QUADRO 08 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO MUNICIPAL POR FAIXA ETÁRIA E SEXO

GRUPO DE IDADE	POPULAÇÃO FEMININA	POPULAÇÃO MASCULINA
100 anos ou mais	2	1
95 a 99 anos	8	4
90 a 94 anos	25	22
85 a 89 anos	67	39
80 a 84 anos	119	105
75 a 79 anos	207	181
70 a 74 anos	288	273
65 a 69 anos	362	324
60 a 64 anos	409	436
55 a 59 anos	529	482
50 a 54 anos	544	541



45 a 49 anos	527	456
40 a 44 anos	540	537
35 a 39 anos	548	616
30 a 34 anos	588	580
25 a 29 anos	650	599
20 a 24 anos	568	537
15 a 19 anos	508	526
10 a 14 anos	443	511
5 a 9 anos	561	558
0 a 4 anos	566	514
TOTAL	8.059	7.842

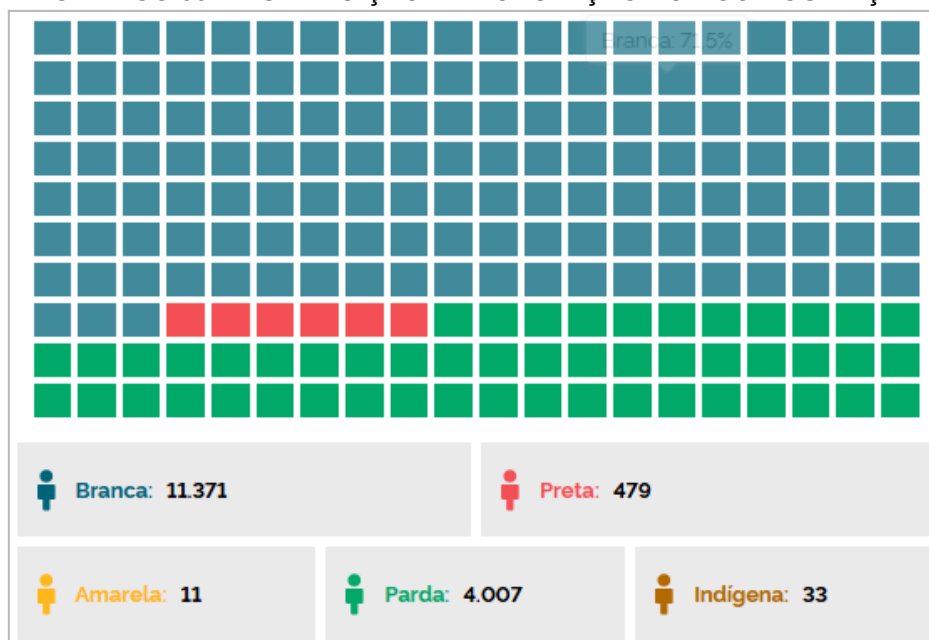
FONTE: IBGE, 2022a.

Destaca-se que a distribuição da população de Marmeleiro por sexo indica um leve predomínio feminino e nas faixas etárias mais avançadas, essa diferença se torna mais evidente: a população com 60 anos ou mais soma aproximadamente 18,1% do total municipal, sendo 18,5% entre as mulheres e 17,7% entre os homens. Destacam-se as faixas acima de 80 anos, nas quais a presença feminina é significativamente superior, como no grupo de 85 a 89 anos, em que as mulheres representam cerca de 63% do total, e nos grupos de 95 anos ou mais, onde a predominância feminina é ainda mais acentuada. Esses dados refletem a maior longevidade das mulheres e reforçam a feminização do envelhecimento no município.

Nas faixas etárias mais jovens, observa-se maior equilíbrio entre os sexos, com ligeira predominância masculina em alguns grupos. A população de 0 a 14 anos representa cerca de 19,9% do total, sendo aproximadamente 19,5% feminina e 20,2% masculina, indicando maior participação de meninos na infância. Entre os jovens de 15 a 29 anos, o contingente corresponde a cerca de 21,3% da população, com distribuição bastante equilibrada entre mulheres ($\approx 21,4\%$) e homens ($\approx 21,2\%$). Já nas idades adultas, especialmente entre 30 e 59 anos, concentra-se a maior parcela da população municipal, com pequenas oscilações entre os sexos, evidenciando uma base produtiva expressiva. De forma geral, os dados demonstram equilíbrio por sexo nas idades jovens e adultas e clara predominância feminina nas faixas etárias mais elevadas.

3.3 População residente por cor ou raça

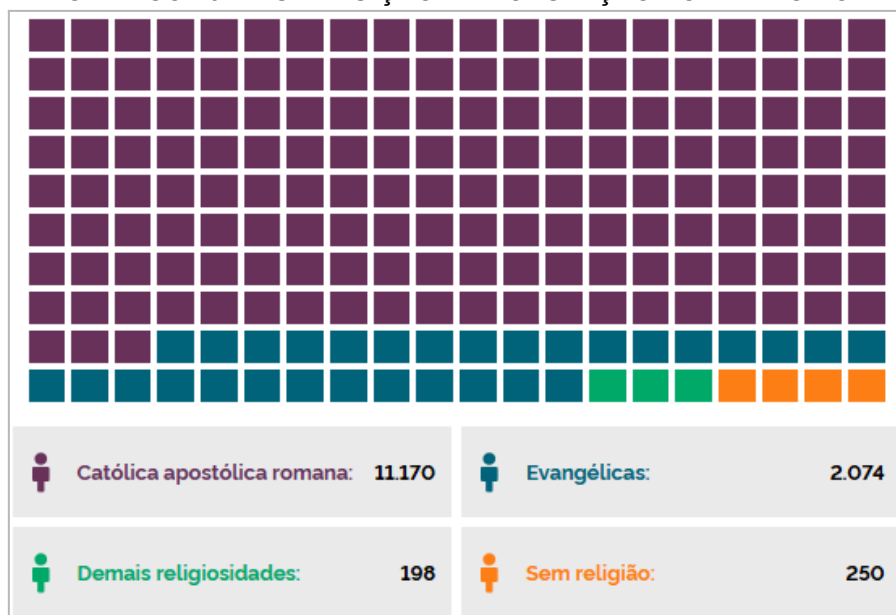
O Gráfico 09 detalha a distribuição populacional por raça e cor, informação essa importante para elaboração de políticas públicas de igualdade racial.

GRÁFICO 09 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR COR OU RAÇA**FONTE:** IBGE, 2022a.

A análise da composição da população por cor ou raça evidencia a predominância da população branca, que corresponde a aproximadamente 71,5% do total (11.371 pessoas), seguida pela população parda, que representa cerca de 25,2% (4.007 pessoas), demonstrando significativa diversidade étnico-racial no município. A população preta soma 3,0% (479 pessoas), enquanto os grupos indígena e amarelo apresentam participação percentual reduzida, com aproximadamente 0,2% (33 pessoas) e 0,07% (11 pessoas), respectivamente. Esses dados indicam um perfil populacional majoritariamente branco, mas com presença relevante de outros grupos raciais, o que deve ser considerado no planejamento de políticas públicas voltadas à inclusão, equidade e valorização da diversidade.

3.4 Perfil religioso da população

A composição religiosa de uma população é um importante indicador sociocultural que reflete valores, tradições e transformações sociais ao longo do tempo. Em Marmeleiro, os dados do Censo Demográfico de 2022 mostram a distribuição das diferentes crenças religiosas presentes na comunidade. Esses números oferecem uma base para compreender a diversidade religiosa local e permitem analisar tendências atuais e históricas no contexto da religiosidade brasileira, conforme ilustrado no Gráfico 10.

GRÁFICO 10 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR RELIGIÃO**FONTE:** IBGE, 2022a.

A análise da distribuição religiosa demonstra ampla predominância da religião Católica Apostólica Romana, que reúne aproximadamente 81,5% da população (11.170 pessoas), evidenciando forte tradição religiosa no município. As igrejas evangélicas correspondem a cerca de 15,1% (2.074 pessoas), configurando-se como o segundo maior grupo religioso e indicando crescimento e diversificação do campo religioso local. As demais religiosidades representam aproximadamente 1,4% (198 pessoas), enquanto a população sem religião soma cerca de 1,8% (250 pessoas). Já os que não sabem ou não declararam representam um percentual residual, em torno de 0,07% (10 pessoas). Esse cenário aponta para um perfil majoritariamente cristão, com presença crescente de pluralidade religiosa, aspecto relevante para o planejamento de ações socioculturais e de políticas públicas inclusivas.

3.5 Taxa de crescimento populacional

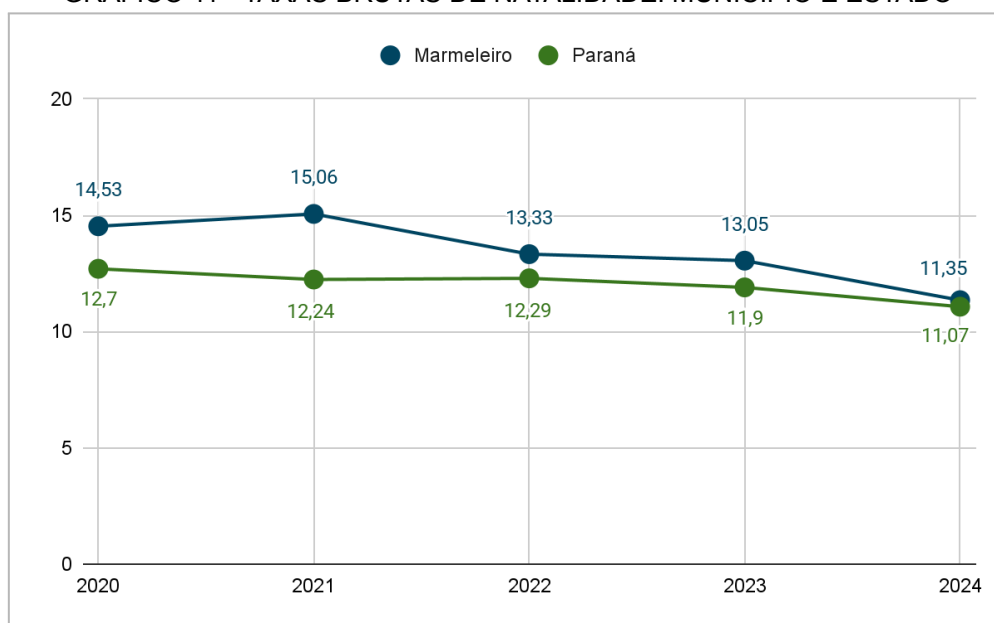
A taxa de crescimento populacional anual de Marmeleiro, conforme o Censo Demográfico do IBGE (2022a), é de 1,13%, valor que a coloca na 845ª posição no ranking nacional, porém ainda significativamente acima das médias brasileira e paranaense, estimadas em 0,52% e 0,76%, respectivamente.

Esse desempenho demográfico indica um ritmo de expansão mais acelerado que o observado no país e no Estado, aproximando o município de centros regionais como Francisco Beltrão, que apresenta taxa equivalente (1,7%). Além disso, supera significativamente o crescimento de municípios vizinhos, como Renascença (0,04%), Flor da Serra do Sul (-0,79%) e Campo Erê (0,22%), reforçando a atratividade local e a dinâmica positiva de desenvolvimento populacional.

3.6 Taxa de natalidade

A taxa bruta de natalidade corresponde ao número de nascidos vivos para cada mil habitantes em um determinado período. Ela indica a frequência de nascimentos em uma população e é calculada dividindo-se o total de nascidos vivos pela população total, multiplicando o resultado por mil. Em Marmeleiro, o IPARDES (2026) registra oscilações recentes nessa taxa, que, apesar da taxa de crescimento populacional acima da média, a taxa de natalidade vem apresentando redução ao longo dos anos, conforme demonstrado no Gráfico 11.

GRÁFICO 11 - TAXAS BRUTAS DE NATALIDADE: MUNICÍPIO E ESTADO



FONTE: IPARDES, 2026.

A análise da taxa de natalidade entre 2020 e 2024 mostra que o município manteve índices consistentemente superiores às médias estaduais do Paraná ao longo de todo o período. Em 2020, Marmeleiro registrou uma taxa de natalidade de 14,53%, enquanto o Paraná apresentou 12,7%, indicando um ritmo de nascimentos cerca de 14,4% maior no município em relação ao estado. Em 2021, a diferença permaneceu significativa com 15,06% em Marmeleiro versus 12,24% no Paraná, um aumento relativo de quase 23%. Já em 2022 e 2023, apesar da redução gradual nas taxas em ambas as localidades, Marmeleiro continuou acima da média estadual (13,33% vs. 12,29% e 13,05% vs. 11,9%, respectivamente).

Observa-se uma tendência de queda progressiva nas taxas de natalidade tanto em Marmeleiro quanto no Paraná ao longo desses cinco anos, refletindo possivelmente mudanças demográficas ou socioeconômicas como envelhecimento populacional e redução de fecundidade. Em 2024, a taxa de Marmeleiro foi 11,35%, ainda acima da estadual (11,07%), embora a diferença relativa tenha diminuído (aproximadamente 2,5%). Isso indica que, apesar de uma convergência dos valores, Marmeleiro segue mantendo um padrão de natalidade um pouco mais elevado quando comparado ao conjunto do estado.



Complementarmente, o Quadro 09 apresenta a distribuição do número de nascidos vivos segundo a faixa etária da mãe, permitindo compreender com maior precisão o perfil reprodutivo do município.

QUADRO 09 - SÉRIE HISTÓRICA DE NASCIDOS VIVOS SEGUNDO FAIXA ETÁRIA MATERNA

FAIXA ETÁRIA	2020	2021	2022	2023	2024
De 10 a 14 anos	-	-	-	1	1
De 15 a 19 anos	19	23	23	14	17
De 20 a 24 anos	58	49	53	57	44
De 25 a 29 anos	63	57	60	60	47
De 30 a 34 anos	42	58	47	52	39
De 35 a 39 anos	22	18	24	22	28
De 40 a 44 anos	5	12	5	6	8
De 45 a 49 anos	-	-	-	-	2
De 50 anos e mais	-	-	-	-	-
Idade Ignorada	-	-	-	-	-
TOTAL	209	217	212	212	186

FONTE: IPARDES, 2026.

A análise dos nascidos vivos no período de 2020 a 2024 evidencia relativa estabilidade no total anual até 2023, com leve redução em 2024, quando os registros passaram de 212 para 186 nascimentos (queda aproximada de 12,3%). Em todos os anos, observa-se predominância de nascimentos entre mães de 20 a 34 anos, faixa considerada de menor risco obstétrico. Em 2024, por exemplo, esse grupo concentrou cerca de 70% dos nascidos vivos (130 registros), embora se perceba uma tendência de redução gradual dos valores absolutos, especialmente nas faixas de 20 a 24 e 25 a 29 anos, o que pode indicar adiamento da maternidade ou diminuição geral da fecundidade no município.

Por outro lado, chama atenção a persistência, ainda que em números reduzidos, de nascimentos entre mães adolescentes. A faixa de 15 a 19 anos apresentou oscilações ao longo do período, atingindo pico em 2021 e 2022 (23 nascimentos em cada ano) e mantendo, em 2024, 17 registros, o equivalente a aproximadamente 9% do total. Além disso, houve registros entre mães de 10 a 14 anos em 2023 e 2024, situação que merece atenção especial por envolver riscos sociais e de saúde, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas à educação sexual, planejamento reprodutivo e proteção social.

Observa-se também crescimento proporcional dos nascimentos em faixas etárias mais elevadas, pois, em 2024, mães com 35 anos ou mais responderam por cerca de 20% dos nascidos vivos, incluindo dois registros na faixa de 45 a 49 anos, inexistentes nos anos anteriores.

Essa evolução sugere tendência de postergação da maternidade, associada a mudanças no perfil socioeconômico e reprodutivo das mulheres. Apesar de refletir maior autonomia reprodutiva, esse fenômeno exige atenção do sistema de saúde, uma vez que gestações em idades mais avançadas estão associadas a maiores riscos obstétricos e neonatais, demandando acompanhamento pré-natal mais qualificado.

3.7 Taxa de mortalidade

A taxa de mortalidade é um indicador estatístico que mede o número total de óbitos em relação à população total de um determinado local e período, geralmente expressa por mil habitantes. Esse indicador permite avaliar a intensidade das mortes em uma população e é influenciado por fatores socioeconômicos, condições de saúde e infraestrutura. No município de Marmeleiro, o IPARDES (2026) registrou algumas oscilações na taxa de mortalidade nos últimos anos, conforme demonstra o Quadro 10.

QUADRO 10 - TAXAS DE MORTALIDADE: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE MUNICÍPIO E ESTADO

MORTALIDADE	2020	2021	2022	2023	2024
Geral - Marmeleiro	6,39	9,79	7,17	7,76	7,69
Infantil - Marmeleiro	4,78	18,43	4,72	28,30	5,38
Geral - Paraná	7,16	9,70	7,84	7,09	7,52
Infantil - Paraná	9,30	9,46	10,32	10,80	10,65

FONTE: IPARDES, 2026.

A taxa de mortalidade geral em Marmeleiro apresentou variações ao longo do período analisado, com destaque para 2021, quando atingiu 9,79%, acompanhando o impacto observado também no Paraná (9,70‰), cenário este possivelmente associado ao agravamento da pandemia. Nos demais anos, Marmeleiro manteve taxas inferiores ou muito próximas às estaduais: em 2020 (6,39%) ficou 10,8% abaixo do Paraná (7,16%); em 2022 (7,17%) foi 8,5% menor que a taxa estadual (7,84%); em 2023 (7,76%) superou o Paraná (7,09%) em cerca de 9,5%; e em 2024 (7,69%) permaneceu ligeiramente acima do índice estadual (7,52%), indicando relativa estabilidade e convergência ao padrão estadual.

Em relação à mortalidade infantil, Marmeleiro apresentou maior instabilidade e forte oscilação anual, característica comum em municípios de pequeno porte. Em 2020 (4,78%) e 2022 (4,72%), os índices municipais foram 48,6% e 54,3% inferiores, respectivamente, às taxas do Paraná. Entretanto, em 2021 houve um pico expressivo (18,43%), quase 95% acima do índice estadual (9,46%), e em 2023 a taxa atingiu 28,30%, valor 162% superior ao do Paraná (10,80%). Já em 2024, o indicador municipal recuou para 5,38%, ficando 49,5% abaixo da média estadual (10,65%). Esses dados indicam que, embora Marmeleiro apresente bons resultados em alguns



anos, a mortalidade infantil exige atenção contínua, especialmente no fortalecimento da atenção pré-natal, neonatal e da vigilância em saúde.

3.8 População com deficiência

Segundo dados do IBGE (2022a), 7,5% da população de Marmeleiro possui algum tipo de deficiência e 0,6% é diagnosticada com autismo. A análise desse público permite compreender seu perfil e identificar tanto os tipos de dificuldade mais presentes quanto às faixas etárias em que a incidência é maior, informações essenciais para orientar políticas públicas, uma vez que as necessidades de atendimento, acessibilidade e cuidado variam conforme o ciclo de vida. Esses dados também ajudam a observar tendências associadas ao envelhecimento da população e a planejar ações voltadas à promoção da inclusão e da qualidade de vida. Nesse sentido, o Quadro 11 apresenta a quantidade de pessoas residentes em Marmeleiro com dois anos ou mais de idade com deficiência segundo o tipo de dificuldade, enquanto o Quadro 12 demonstra a distribuição deste público por faixa etária e sexo.

QUADRO 11 - POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA POR TIPO DE LIMITAÇÃO FUNCIONAL

TIPO DE DIFICULDADE	PESSOAS	%
Dificuldade permanente para enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contato	488	3,1
Dificuldade permanente para ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos	228	1,5
Dificuldade permanente para andar ou subir degraus, mesmo usando prótese ou outro aparelho de auxílio	506	3,3
Dificuldade permanente para pegar pequenos objetos, como botão ou lápis, ou abrir e fechar tampas de garrafas, mesmo usando aparelho de auxílio	240	1,5
Dificuldade permanente para se comunicar, realizar cuidados pessoais, trabalhar ou estudar por causa de alguma limitação nas funções mentais	308	2,0

FONTE: IBGE, 2022b.

Os dados sobre pessoas com deficiência no município de Marmeleiro indicam maior incidência de limitações relacionadas à mobilidade e à visão. A dificuldade permanente para andar ou subir degraus, mesmo com o uso de próteses ou aparelhos de auxílio, é a mais frequente, atingindo 506 pessoas, o que corresponde a 3,3% da população. Em seguida, destaca-se a dificuldade permanente para enxergar, mesmo com o uso de óculos ou lentes de contato, que afeta 488 pessoas (3,1%), evidenciando a relevância de políticas públicas voltadas à acessibilidade urbana, mobilidade e atenção à saúde visual.

Outras limitações também apresentam percentuais significativos, como a dificuldade permanente para se comunicar, realizar cuidados pessoais, trabalhar ou estudar em função de limitações mentais, que acometem 308 pessoas (2,0%). Já as dificuldades permanentes para



ouvir (228 pessoas; 1,5%) e para pegar pequenos objetos ou realizar movimentos finos (240 pessoas; 1,5%) aparecem com menor proporção, mas ainda demandam atenção do poder público. De forma geral, o conjunto dos dados reforça a necessidade de ações integradas nas áreas de saúde, educação, assistência social e infraestrutura, visando à inclusão, autonomia e melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência no município.

QUADRO 12 - POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA POR FAIXA ETÁRIA E SEXO

FAIXA ETÁRIA	HOMENS	MULHERES
2 a 4 anos	-	-
5 a 9 anos	-	2
10 a 14 anos	-	6
15 a 19 anos	22	16
20 a 24 anos	44	22
25 a 29 anos	27	6
30 a 34 anos	11	4
35 a 39 anos	26	10
40 a 44 anos	12	12
45 a 49 anos	43	34
50 a 54 anos	62	50
55 a 59 anos	55	66
60 a 69 anos	111	140
70 a 74 anos	41	84
75 a 79 anos	38	58
80 a 84 anos	57	26
85 a 89 anos	16	19
90 a 94 anos	10	16
95 a 99 anos	9	7
100 anos ou mais	-	-
TOTAL	584	576

FONTE: IBGE, 2022b.

A análise das pessoas com deficiência por faixa etária e sexo evidencia uma forte concentração nas idades mais avançadas, especialmente a partir dos 50 anos, com crescimento progressivo nos grupos de 60 a 69 anos e 70 a 79 anos. Na faixa de 60 a 69 anos, observa-se o maior contingente, com 111 homens e 140 mulheres, indicando maior prevalência feminina nesse

grupo etário. De modo geral, até a meia-idade predominam os homens em várias faixas, como entre 20 a 24 anos (44 homens e 22 mulheres) e 50 a 54 anos (62 homens e 50 mulheres), enquanto nas idades mais elevadas as mulheres passam a representar a maioria, refletindo também sua maior longevidade.

Nos extremos etários, nota-se baixa ocorrência de registros, especialmente na infância, com ausência de casos entre 2 e 4 anos e registros pontuais entre 5 e 14 anos, concentrados no sexo feminino. A partir dos 70 anos, embora haja redução gradual do total absoluto, os números permanecem relevantes, com destaque para 70 a 74 anos (41 homens e 84 mulheres) e 75 a 79 anos (38 homens e 58 mulheres). O total geral apresenta equilíbrio entre os sexos, com 584 homens e 576 mulheres, reforçando que a deficiência está distribuída de forma relativamente homogênea entre homens e mulheres, mas fortemente associada ao envelhecimento populacional. Por fim, reitera-se que não se recomenda somar estes dados, uma vez que uma mesma pessoa pode apresentar mais de um tipo de deficiência, o que pode resultar em sobreposição dos registros.

3.9 População idosa

De acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE (2022), o município de Marmeleiro possui 2.872 pessoas idosas, número que vem crescendo de forma contínua desde o Censo de 2010, conforme demonstrado no Quadro 13.

QUADRO 13 - POPULAÇÃO IDOSA (60 ANOS OU MAIS) NO MUNICÍPIO

GRUPO DE IDADE	POPULAÇÃO FEMININA - 2010	POPULAÇÃO FEMININA - 2022	POPULAÇÃO MASCULINA - 2010	POPULAÇÃO MASCULINA - 2022
60 a 64 anos	291	409	297	436
65 a 69 anos	222	362	222	324
70 a 74 anos	151	288	180	273
75 a 79 anos	122	207	98	181
80 a 84 anos	70	119	58	105
85 a 89 anos	34	67	25	39
90 a 94 anos	6	25	4	22
95 a 99 anos	4	8	-	4
100 anos ou mais	4	2	-	1
TOTAL	904	1.487 ↑ 64,5%	884	1.385 ↑ 56,7%

FONTE: IBGE, 2022.



Os dados evidenciam um crescimento expressivo da população idosa em Marmeleiro entre 2010 e 2022, tanto entre mulheres quanto entre homens, reforçando o processo de envelhecimento populacional do município. O total de idosas passou de 904 para 1.487, um aumento absoluto de 583 pessoas, o que representa um crescimento de aproximadamente 64,5%. Entre os homens, o número de idosos subiu de 884 para 1.385, acréscimo de 501 pessoas, correspondendo a um aumento de cerca de 56,7%. Esses percentuais indicam que o envelhecimento ocorre de forma intensa em ambos os sexos, com maior crescimento relativo entre as mulheres.

Ao analisar por faixas etárias, observa-se que o aumento não se concentra apenas nos idosos mais jovens (60 a 69 anos), mas também avança para idades mais elevadas, evidenciando maior longevidade. Entre as mulheres de 60 a 64 anos, houve crescimento de 40,5%, enquanto na faixa de 70 a 74 anos o aumento foi ainda mais significativo, chegando a 90,7%. Destaca-se também a elevação nas idades mais avançadas: o grupo feminino de 90 a 94 anos cresceu mais de 300%, ainda que em números absolutos reduzidos. Entre os homens, padrões semelhantes são observados, como o crescimento de 46,8% na faixa de 60 a 64 anos e de 51,7% entre 75 a 79 anos, além do aumento expressivo nos grupos acima de 85 anos.

De forma geral, o conjunto dos dados revela não apenas o aumento do número de idosos, mas também a expansão das faixas etárias mais longevas, indicando melhoria nas condições de sobrevivência e maior expectativa de vida da população local. Esse cenário reforça a necessidade de planejamento de políticas públicas voltadas ao envelhecimento ativo, ampliação da rede de atenção à saúde, assistência social e adequação dos serviços municipais para atender a uma população idosa cada vez mais numerosa e diversa em termos de idade.

3.10 População de crianças e adolescentes

Conforme dados do IBGE (2022), o município de Marmeleiro possui um total de 4.187 habitantes com idade entre 0 e 19 anos, não havendo, até o momento, uma estratificação específica para a faixa etária de até 18 anos incompletos, conforme apresentado no Quadro 14.

Complementarmente, informações do Grupo Marista (2022), obtidas por meio do Centro de Defesa da Infância, indicam que, no mesmo período, o município contava com 3.754 crianças e adolescentes.

QUADRO 14 - POPULAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (0 A 19 ANOS)

GRUPO DE IDADE	POPULAÇÃO FEMININA - 2010	POPULAÇÃO FEMININA - 2022	POPULAÇÃO MASCULINA - 2010	POPULAÇÃO MASCULINA - 2022
0 a 4 anos	414	566	482	514
5 a 9 anos	553	561	509	558
10 a 14 anos	711	443	642	511



15 a 19 anos	629	508	668	526
TOTAL	2307	2078 ↓9,9%	2301	2109 ↓8,3%

FONTE: IBGE, 2022.

A análise dos dados de crianças e adolescentes (0 a 19 anos) em Marmeleiro entre 2010 e 2022 revela uma redução do contingente jovem, indicando mudanças importantes na dinâmica demográfica do município. Entre as meninas, o total passou de 2.307 em 2010 para 2.078 em 2022, o que representa uma queda de aproximadamente 9,9%. Já entre os meninos, a redução foi de 2.301 para 2.109, correspondendo a um decréscimo de cerca de 8,3%. Esses percentuais evidenciam uma diminuição consistente da população jovem, em contraste com o crescimento observado na população idosa.

Por faixa etária, observa-se que os grupos mais jovens apresentam comportamentos distintos. A faixa etária de 0 a 4 anos registrou aumento entre as meninas (+36,7%) e crescimento mais moderado entre os meninos (+6,6%), sugerindo uma leve recuperação recente dos nascimentos. No entanto, esse crescimento não se mantém nas faixas etárias seguintes. O grupo de 10 a 14 anos apresentou queda acentuada, especialmente entre as meninas, com redução de 37,7%, enquanto entre os meninos a diminuição foi de 20,4%. Tendência semelhante é observada entre 15 e 19 anos, com retração de 19,2% no contingente feminino e 21,3% no masculino.

De modo geral, os dados apontam para um estreitamento das faixas etárias de crianças e adolescentes, refletindo a queda da fecundidade em períodos anteriores e possíveis movimentos migratórios de jovens e famílias. Esse cenário reforça a necessidade de readequação das políticas públicas, com atenção à reorganização da rede educacional, ao mesmo tempo em que exige estratégias para retenção de jovens, estímulo à permanência escolar, qualificação profissional e fortalecimento de oportunidades locais, considerando o avanço simultâneo do envelhecimento populacional no município.

Isto posto, a análise dos dados demográficos de Marmeleiro evidencia um território em processo avançado de transição demográfica, marcado pelo envelhecimento populacional, redução relativa das faixas etárias mais jovens e manutenção de um crescimento moderado. Esse cenário impõe desafios significativos à Política Municipal de Assistência Social, especialmente no que se refere à reorganização da oferta de serviços socioassistenciais, que deve se adaptar a um público progressivamente mais idoso, com maior incidência de situações de dependência, deficiência e vulnerabilidades associadas ao ciclo de vida. Ao mesmo tempo, a presença ainda expressiva de crianças, adolescentes e jovens, ainda que em redução, somada à persistência de situações como a maternidade na adolescência, exige a continuidade e o fortalecimento de ações preventivas e protetivas no âmbito da Proteção Social Básica (PSB), com foco na garantia de direitos, no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e na prevenção de situações de risco social.



Ademais, as especificidades territoriais do município, como a significativa população residente na área rural, a diversidade étnico-racial e as desigualdades que atravessam diferentes grupos sociais, reforçam a necessidade de um olhar territorializado e equitativo na gestão do SUAS. Torna-se fundamental que o planejamento e a execução das ações considerem as barreiras de acesso aos serviços, as múltiplas expressões da vulnerabilidade e as demandas emergentes decorrentes das mudanças demográficas, assegurando a ampliação da cobertura, a qualificação da oferta e a integração intersetorial. Nesse contexto, a assistência social deve se consolidar como política pública essencial na garantia de direitos, atuando de forma proativa na redução das desigualdades, na promoção da inclusão social e na proteção dos segmentos mais vulnerabilizados da população.

4. ASPECTOS AMBIENTAIS E DE INFRAESTRUTURA

O levantamento de dados sobre os aspectos ambientais e de infraestrutura do município é essencial para compreender as condições de vida da população e as características do território. Essas informações permitem identificar desigualdades no acesso a serviços básicos, como abastecimento de água, saneamento, coleta de resíduos e condições de moradia, além de evidenciar vulnerabilidades relacionadas à ocupação do solo, riscos ambientais e sustentabilidade urbana e rural. A análise integrada desses fatores contribui para o planejamento de políticas públicas mais adequadas à realidade local, promovendo qualidade de vida, equidade territorial e desenvolvimento sustentável.

4.1 Meio ambiente

A Figura 02 apresentada, com base nos dados do Atlas Brasil (2026), mostram dois indicadores ambientais relevantes para o município de Marmeleiro/PR.

FIGURA 02 - FOCOS DE CALOR E COBERTURA VEGETAL POR FLORA NATIVA NO MUNICÍPIO



FONTE: Atlas Brasil, 2026.

A análise dos dados apresentados para o Município de Marmeleiro no ano de 2017 revela um cenário ambiental que combina preservação relativa da vegetação nativa com baixa incidência de queimadas, indicando condições ambientais favoráveis e baixo nível de pressão antrópica associada ao uso do fogo.

A cobertura vegetal por flora nativa, correspondente a 20,64% do território municipal, evidencia a existência de remanescentes naturais relevantes, ainda que em proporção limitada. Esse percentual é compatível com municípios de base agropecuária do Sudoeste do Paraná, onde a expansão das atividades produtivas historicamente reduziu áreas de vegetação original. Ainda assim, a presença de mais de um quinto do território coberto por vegetação nativa representa um ativo ambiental importante, contribuindo para a conservação da biodiversidade, a proteção de recursos hídricos e a regulação climática local.



Por outro lado, a concentração de focos de calor, representada por 0,01 por mil do total de queimadas registradas no Brasil, indica a baixíssima participação do município nos eventos de queimada em escala nacional. Esse dado sugere que Marmeleiro não se configura como área crítica em relação ao uso do fogo, seja para manejo agrícola, seja por ocorrências acidentais ou ilícitas, refletindo práticas produtivas menos dependentes da queima e, possivelmente, maior controle ambiental e fiscalização.

A combinação desses dois indicadores aponta para um equilíbrio ambiental relativamente favorável: embora a cobertura de vegetação nativa possa ser ampliada para fortalecer a resiliência ambiental do território, a baixa incidência de queimadas reduz riscos de degradação, perda de biodiversidade e emissões de gases de efeito estufa. Esse cenário cria condições propícias para o fortalecimento de políticas municipais voltadas à proteção ambiental, à recuperação de áreas degradadas, ao incentivo a práticas agropecuárias sustentáveis e à ampliação de corredores ecológicos.

4.2 Acesso ao Saneamento Básico

A análise das condições de habitação no território está intrinsecamente relacionada ao acesso da população aos serviços de saneamento básico, constituindo-se como dimensão fundamental para a compreensão das vulnerabilidades socioterritoriais e das desigualdades no acesso a direitos. Tais condições impactam diretamente a saúde, a segurança e a qualidade de vida das famílias, além de incidirem sobre as demandas apresentadas às políticas públicas.

Para essa avaliação, utilizam-se indicadores adaptados de bases nacionais, especialmente do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA), que permitem identificar os déficits de atendimento a partir da estimativa da população não atendida pelos serviços. Nos componentes de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos urbanos, a metodologia considera a diferença entre a população total e aquela efetivamente atendida, evidenciando lacunas no acesso e desigualdades territoriais que tendem a se concentrar em áreas periféricas, rurais e de ocupação mais precária.

A base de cálculo dos indicadores utiliza dados populacionais do IBGE, provenientes de censos, contagens e projeções. Contudo, diante da indisponibilidade de informações atualizadas para o ano de referência, foram adotadas metodologias estimativas simplificadas propostas pelo Ministério das Cidades, assegurando a continuidade da análise e a comparabilidade dos dados.

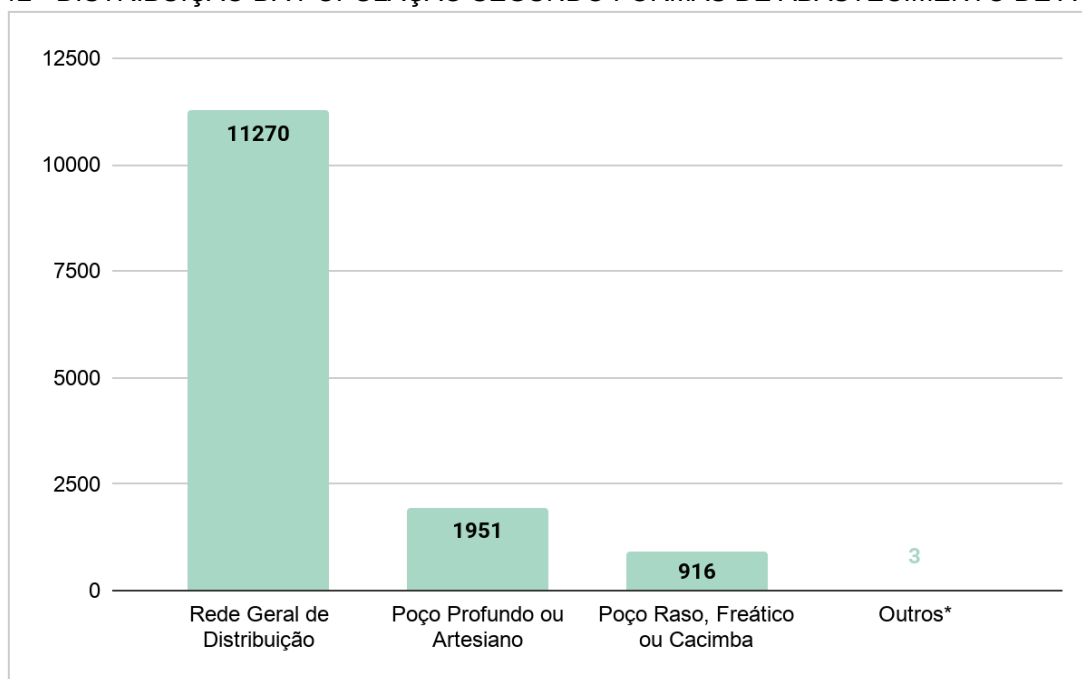
Destaca-se que, no caso do esgotamento sanitário, os dados disponíveis não distinguem de forma precisa entre coleta e tratamento, o que limita a aferição da qualidade do serviço e pode ocultar situações de risco sanitário. Já no componente de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, a ausência de indicadores consolidados de cobertura exige uma abordagem indireta, centrada na identificação de domicílios expostos a riscos de inundação, os quais estão fortemente associados às dinâmicas de uso e ocupação do solo, às características ambientais e ao regime de chuvas.

As condições precárias de habitação e o acesso insuficiente ao saneamento básico configuram-se como fatores que potencializam situações de vulnerabilidade e risco social, incidindo diretamente sobre o cotidiano das famílias. Tais condições podem agravar quadros de insegurança, adoecimento, violação de direitos e fragilização de vínculos, demandando respostas articuladas entre as políticas sociais.

Dessa forma, a leitura integrada entre habitação e saneamento básico não apenas evidencia déficits de infraestrutura, mas também subsidia a identificação de territórios prioritários para a atuação estatal, orientando o planejamento de ações, a organização da oferta de serviços e a articulação intersetorial com políticas como saúde, meio ambiente, urbanismo e habitação. Trata-se, portanto, de um eixo estratégico para qualificar a intervenção pública e promover a ampliação do acesso a direitos fundamentais.

O Gráfico 12 apresenta as principais formas de acesso à água no município de Marmeleiro, com base nos dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA), elaborados a partir do Censo Demográfico do IBGE de 2022. O gráfico permite visualizar a distribuição da população segundo o tipo de abastecimento de água utilizado nos domicílios, evidenciando o grau de cobertura da rede pública e a presença de formas alternativas de acesso.

GRÁFICO 12 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO FORMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA



FONTE: IAS, 2026.

Os dados indicam que 70,9% dos domicílios são atendidos por rede geral de distribuição de água, evidenciando uma cobertura predominante desse serviço essencial no município. No entanto, observa-se que aproximadamente 29% da população depende de fontes alternativas de abastecimento, o que revela a persistência de desigualdades no acesso à infraestrutura básica.

Destaca-se a utilização de poços profundos ou artesianos (12,3%) e de poços rasos, freáticos ou cacimbas (5,85%), formas de abastecimento que, embora possam atender às necessidades imediatas, nem sempre asseguram padrões adequados de qualidade e potabilidade da água, especialmente na ausência de monitoramento regular.

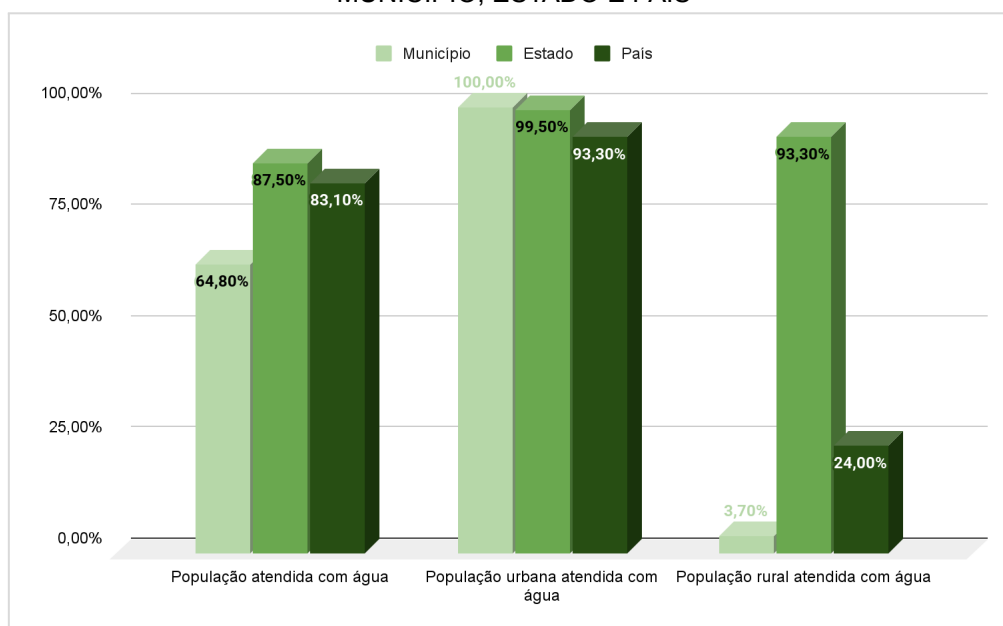
Além disso, ainda que com baixa representatividade numérica, o grupo classificado como “outros” inclui formas de abastecimento como fontes naturais (nascentes e minas), uso de carro-pipa, captação de água da chuva e utilização de águas superficiais (rios, açudes, córregos e lagos). Essas modalidades, em geral, estão associadas a maior vulnerabilidade sanitária e instabilidade no acesso, podendo indicar situações mais críticas e desprotegidas no território.

Nesse contexto, a dependência de fontes alternativas de abastecimento pode expor parte da população a riscos à saúde, relacionados à contaminação da água e à irregularidade no fornecimento, além de refletir limitações na cobertura dos serviços públicos de saneamento. Tal realidade tende a incidir de forma mais intensa em áreas rurais, periféricas ou de ocupação mais precária.

Dessa forma, embora a maioria dos domicílios esteja conectada à rede geral, os dados evidenciam a existência de segmentos populacionais em situação de maior vulnerabilidade, reforçando a necessidade de expansão e qualificação dos serviços de abastecimento de água, bem como de estratégias intersetoriais que considerem as especificidades territoriais e promovam a equidade no acesso a esse direito fundamental.

O Gráfico 13 apresenta a cobertura do serviço de abastecimento de água no município em comparação com os índices do estado e do país, com base em dados do SINISA. A análise contempla a população total atendida, bem como os recortes urbano e rural, possibilitando identificar desigualdades no acesso ao serviço.

GRÁFICO 13 - COBERTURA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA POR RECORTE TERRITORIAL: MUNICÍPIO, ESTADO E PAÍS



FONTE: IAS, 2026.



Os dados indicam que 64,8% da população total de Marmeleiro tem acesso ao abastecimento de água, percentual inferior ao observado no estado do Paraná (87,5%) e no país (83,1%). Esse cenário revela um déficit relevante na cobertura do serviço no município, indicando que uma parcela significativa da população ainda não é atendida pela rede pública.

No recorte urbano, observa-se que 100% da população é atendida, superando os índices estaduais (99,5%) e nacional (93,3%). Esse dado demonstra que o acesso ao abastecimento de água está universalizado na área urbana, refletindo maior concentração de infraestrutura e cobertura dos serviços.

Por outro lado, no meio rural, apenas 3,7% da população do município é atendida com abastecimento de água, índice inferior tanto ao estadual (15,1%) quanto ao nacional (24%). Embora o estado e o país também apresentem limitações na cobertura rural, a situação do município é consideravelmente mais crítica, evidenciando uma forte desigualdade territorial.

Essa discrepância entre área urbana e rural indica que o déficit de acesso à água em Marmeleiro está concentrado no meio rural, onde a grande maioria da população depende de fontes alternativas de abastecimento. Essa condição pode implicar maior vulnerabilidade sanitária, insegurança no acesso à água e riscos à saúde, especialmente em contextos de menor infraestrutura.

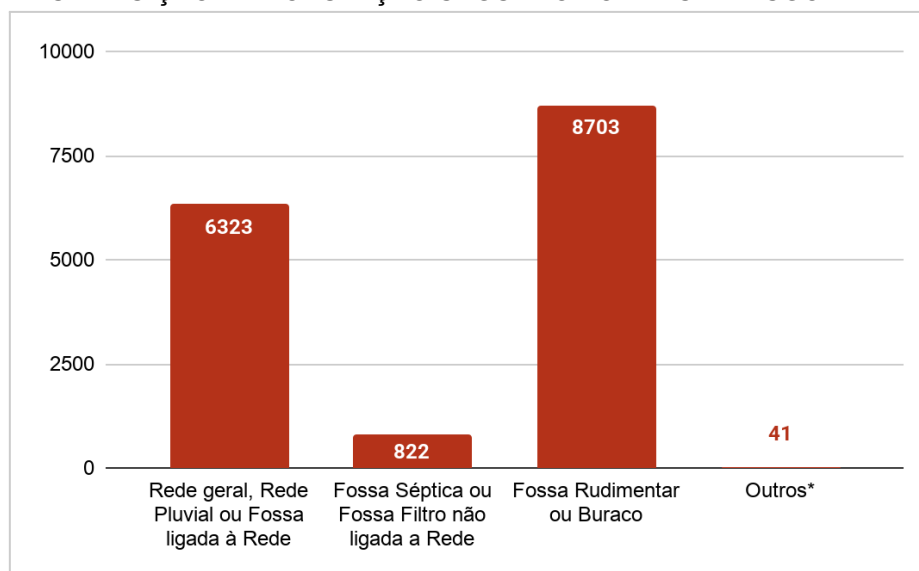
Dessa forma, os dados evidenciam a necessidade de priorização de políticas públicas voltadas ao saneamento rural, com estratégias específicas que considerem as características do território. Além disso, reforçam a importância da articulação intersetorial, uma vez que a precariedade no acesso à água impacta diretamente as condições de vida das famílias e as demandas apresentadas às políticas sociais.

4.3 Esgotamento Sanitário

O esgotamento sanitário constitui um dos componentes essenciais do saneamento básico, sendo fundamental para a proteção da saúde pública, a preservação do meio ambiente e a melhoria das condições de vida da população. A ausência ou precariedade desse serviço está diretamente associada ao aumento do risco de doenças de veiculação hídrica, à contaminação do solo e dos corpos d'água, bem como ao agravamento das vulnerabilidades sociais, especialmente em territórios com menor cobertura de infraestrutura urbana. No contexto do diagnóstico socioterritorial, a análise do acesso ao esgotamento sanitário permite identificar desigualdades territoriais, subsidiar o planejamento intersetorial das políticas públicas e orientar a priorização de investimentos voltados à universalização do saneamento e à garantia de condições dignas de vida para a população.

O Gráfico 14 apresenta a distribuição das formas de esgotamento sanitário utilizadas pelos domicílios do município, conforme dados do Censo Demográfico do IBGE de 2022. As informações permitem identificar o acesso às diferentes soluções de destinação de esgoto, evidenciando as condições de infraestrutura sanitária no território.

GRÁFICO 14 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO FORMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO



FONTE: IAS, 2026.

Os dados indicam que 39,8% dos domicílios estão ligados à rede geral de esgotamento sanitário, rede pluvial ou fossa conectada à rede, representando a forma mais estruturada de destinação dos efluentes. Ainda assim, esse percentual demonstra que menos da metade dos domicílios dispõe de soluções mais adequadas, evidenciando limitações na cobertura do serviço. Observa-se que 5,2% dos domicílios utilizam fossa séptica ou fossa filtro não ligada à rede, alternativa que pode ser considerada adequada quando corretamente implantada e mantida, sobretudo em áreas não atendidas por rede pública.

Entretanto, a maioria dos domicílios (54,8%) utiliza fossa rudimentar ou buraco, o que configura uma condição de maior precariedade. Esse tipo de solução está associado a riscos ambientais e sanitários, como a contaminação do solo e das águas subterrâneas, além de favorecer a disseminação de doenças.

Ainda que com baixa representatividade (0,3%), o grupo “outros” inclui formas como valas e lançamento direto de esgoto em corpos hídricos, caracterizando situações mais críticas de inadequação sanitária, com impactos diretos ao meio ambiente e à saúde pública.

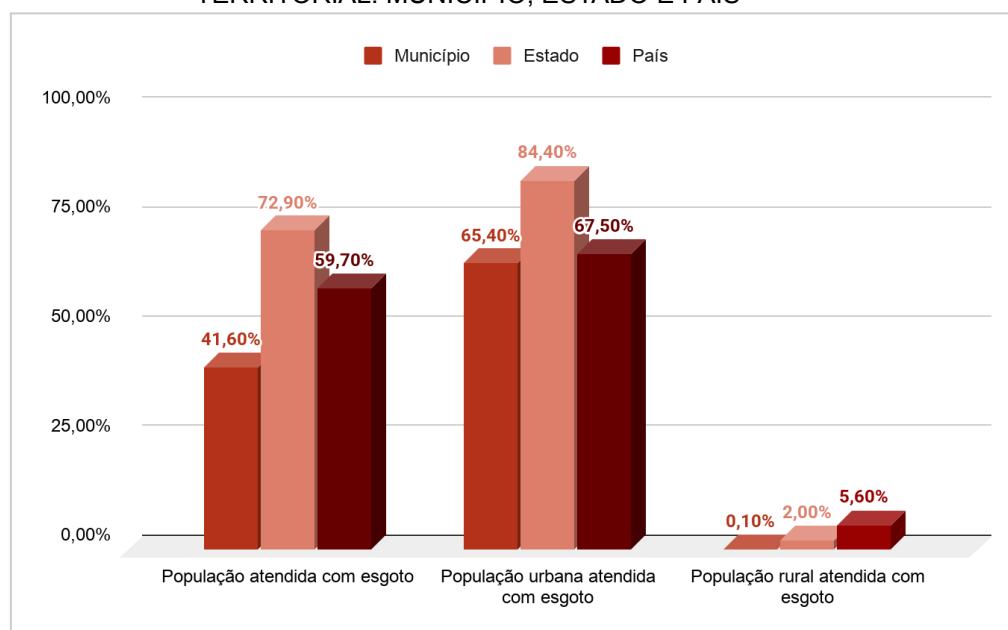
Diante desse cenário, evidencia-se uma predominância de soluções precárias de esgotamento sanitário no município, indicando um déficit estrutural importante no acesso a serviços adequados. Essa realidade impacta diretamente as condições de vida da população, especialmente nos territórios mais vulneráveis, e reforça a necessidade de investimentos na ampliação da rede de esgoto e na qualificação das soluções individuais.

Além disso, os dados apontam para a importância de ações intersetoriais, envolvendo saneamento, saúde e assistência social, uma vez que essas condições incidem diretamente sobre situações de vulnerabilidade, adoecimento e risco social.

O Gráfico 15 apresenta a cobertura dos serviços públicos de esgotamento sanitário no município de Marmeleiro, em comparação com os dados do estado do Paraná e do Brasil. As

informações são provenientes do SINISA, e contemplam a população total atendida, bem como os recortes urbano e rural.

GRÁFICO 15 - COBERTURA DOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO POR RECORTE TERRITORIAL: MUNICÍPIO, ESTADO E PAÍS



FONTE: IAS, 2026.

Os dados indicam que 41,6% da população total de Marmeleiro tem acesso aos serviços de esgotamento sanitário, percentual inferior ao registrado no estado do Paraná (72,9%) e no país (59,7%). Esse cenário evidencia um déficit expressivo na cobertura do serviço no município, indicando que mais da metade da população não dispõe de acesso à rede de esgoto.

No recorte urbano, observa-se que 65,4% da população é atendida, índice também inferior ao estadual (84,4%) e ao nacional (67,5%). Embora a cobertura urbana seja superior à média geral do município, ainda há uma lacuna significativa mesmo em áreas com maior concentração de infraestrutura, o que demonstra limitações na expansão do serviço.

A situação mais crítica é verificada no meio rural, onde apenas 0,1% da população possui acesso ao esgotamento sanitário, percentual extremamente inferior ao estadual (2%) e ao nacional (5,6%). Esse dado evidencia uma quase inexistência de cobertura no meio rural, indicando que praticamente toda a população rural depende de soluções individuais, muitas vezes precárias.

A análise conjunta dos dados demonstra que o município apresenta baixa cobertura de esgotamento sanitário em todos os recortes, com destaque para a situação crítica da área rural e insuficiência também no meio urbano. Esse cenário reforça a existência de desigualdades territoriais e limitações estruturais no acesso a serviços essenciais de saneamento.

Do ponto de vista socioterritorial, essa realidade pode implicar riscos à saúde pública, contaminação ambiental e agravamento de situações de vulnerabilidade social, especialmente em territórios com maior precariedade habitacional. A ausência ou inadequação do esgotamento

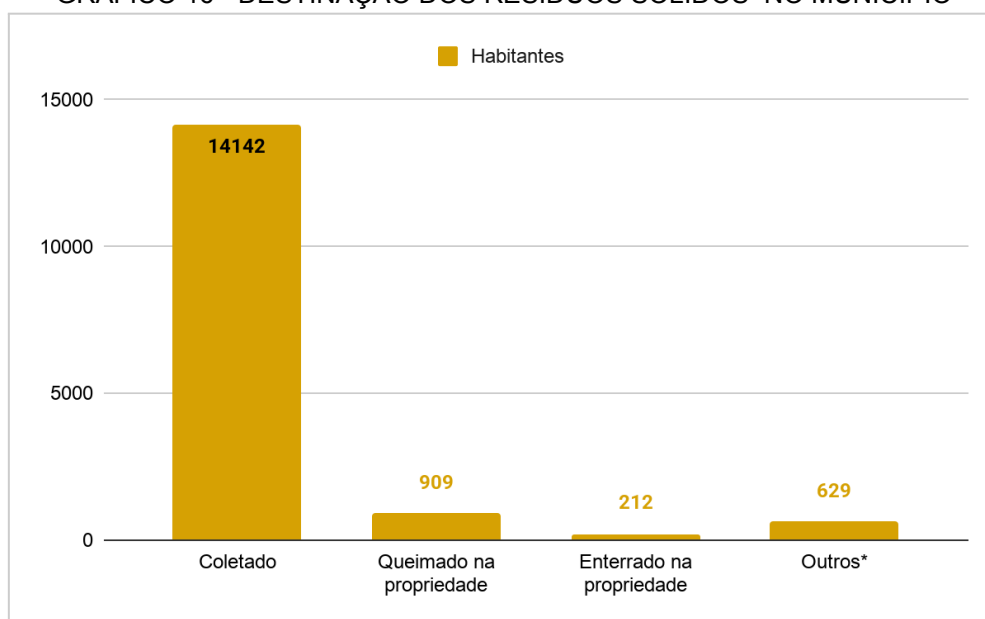
sanitário está diretamente associada à disseminação de doenças, à degradação das condições de vida e à sobrecarga de outras políticas públicas.

Dessa forma, os dados evidenciam a necessidade de ampliação e qualificação dos serviços de esgotamento sanitário no município, com especial atenção às áreas rurais e aos territórios mais vulneráveis. Além disso, reforçam a importância de ações intersetoriais, articulando saneamento, saúde, meio ambiente e assistência social, visando à redução das desigualdades e à garantia de condições dignas de vida à população.

4.4 Resíduos sólidos

O Gráfico 16 apresenta a distribuição das formas de destinação dos resíduos sólidos domiciliares no município de Marmeleiro, com base em dados do SINISA, elaborados a partir do Censo Demográfico do IBGE de 2022. As informações evidenciam o percentual da população atendida pela coleta regular, bem como as demais formas de destinação utilizadas, permitindo analisar as condições de manejo de resíduos no território.

GRÁFICO 16 - DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO



FONTE: IAS, 2026.

Os dados indicam que 89% da população do município tem seu lixo coletado, o que representa uma cobertura elevada do serviço de coleta de resíduos sólidos, evidenciando um nível significativo de atendimento por parte do poder público.

Entretanto, observa-se que 11% da população utiliza formas alternativas de destinação dos resíduos, o que revela a persistência de situações de inadequação no manejo. Dentre essas, destaca-se que 5,7% da população (909 habitantes) realiza a queima do lixo na propriedade, prática que pode gerar impactos ambientais e riscos à saúde, devido à emissão de poluentes e substâncias tóxicas.

Além disso, 1,3% da população (212 habitantes) realiza o enterramento dos resíduos, prática que, embora menos visível, pode ocasionar contaminação do solo e das águas subterrâneas, especialmente quando realizada sem critérios técnicos adequados.

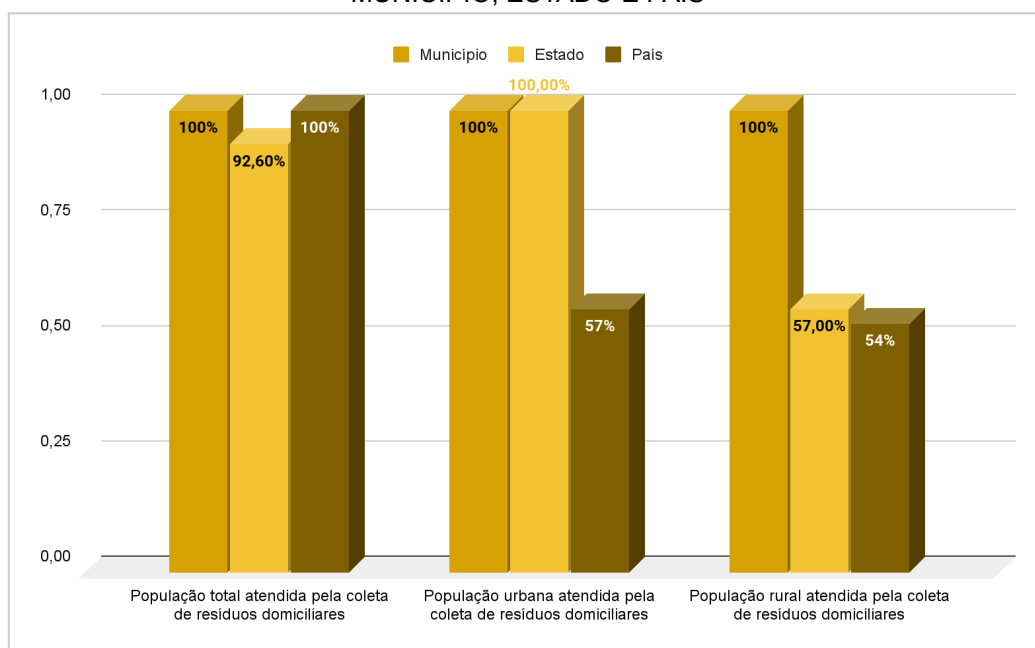
O grupo classificado como “outros” (4% ou 629 habitantes) inclui formas como o descarte em terrenos baldios, encostas ou áreas públicas, evidenciando situações de destinação irregular, que contribuem para a degradação ambiental, proliferação de vetores e agravamento de problemas sanitários.

Nesse contexto, embora o município apresenta boa cobertura de coleta de resíduos sólidos, os dados indicam a existência de parcelas da população expostas a práticas inadequadas de destinação, refletindo desigualdades territoriais e possíveis limitações no alcance do serviço, especialmente em áreas mais afastadas ou de difícil acesso.

Dessa forma, os dados reforçam a necessidade de ampliação e qualificação das estratégias de manejo de resíduos sólidos, incluindo ações de educação ambiental, fiscalização e expansão da coleta, além da articulação com outras políticas públicas. A persistência dessas práticas inadequadas também se relaciona diretamente com as condições de habitação e vulnerabilidade social, constituindo um elemento relevante para a identificação de territórios prioritários e para o planejamento de intervenções integradas.

O Gráfico 17 apresenta a proporção de domicílios atendidos pelo serviço de coleta de resíduos sólidos no município de Marmeleiro em comparação aos índices do estado do Paraná e do Brasil, com base em dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA). Os dados evidenciam o nível de cobertura do serviço, considerando tanto a área urbana quanto rural, permitindo avaliar a abrangência e a efetividade da política de manejo de resíduos no território.

GRÁFICO 17 - COBERTURA DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS POR RECORTE TERRITORIAL: MUNICÍPIO, ESTADO E PAÍS



FONTE: IAS, 2026.



Os dados indicam que o município de Marmeleiro apresenta 100% de cobertura na coleta de resíduos sólidos domiciliares, tanto na área urbana quanto rural, conforme informações do SINISA (2023). Esse resultado posiciona o município em patamar superior ao do estado do Paraná (92,6%) e do país (91,3%) no atendimento total, evidenciando a universalização formal do serviço no território.

No recorte urbano, tanto o município quanto o estado e o país apresentam 100% de cobertura, demonstrando que a coleta está plenamente consolidada nesses espaços. Já no meio rural, o município também registra 100% de atendimento, contrastando de forma significativa com os índices estadual (57%) e nacional (53,8%), o que indica um diferencial importante na abrangência do serviço em áreas rurais.

Entretanto, ao relacionar esses dados com as informações do Censo Demográfico de 2022 sobre o destino dos resíduos, observa-se que nem toda a população utiliza efetivamente o serviço disponível, uma vez que ainda há registro de práticas como queima, enterramento e descarte irregular de resíduos.

Essa discrepância evidencia que, embora o município tenha alcançado a universalização da oferta do serviço, persistem desafios relacionados à adesão da população, ao uso efetivo da coleta e às condições reais de acesso, especialmente em contextos rurais ou mais dispersos. Tal situação pode estar associada a fatores como frequência da coleta, distância entre domicílios, hábitos culturais e ausência de ações contínuas de educação ambiental.

Dessa forma, os dados revelam que o município apresenta avanço significativo na estruturação do serviço, superando os referenciais estadual e nacional em cobertura, mas ainda enfrenta desafios no que se refere à efetividade do uso e à eliminação de práticas inadequadas de destinação de resíduos.

Esse cenário reforça a necessidade de ações complementares à oferta do serviço, incluindo estratégias de sensibilização e educação ambiental, bem como o monitoramento das condições de acesso, de modo a garantir não apenas a disponibilidade, mas também a utilização adequada e universalizada do serviço, contribuindo para a melhoria das condições ambientais e de saúde da população.

4.5 Drenagem e águas pluviais

O Quadro 15 apresenta indicadores relacionados à drenagem e ao manejo das águas pluviais urbanas no município de Marmeleiro, com base em dados do SINISA (2023), elaborados a partir do Censo Demográfico do IBGE (2022). São evidenciados três aspectos principais: o percentual de domicílios sujeitos a risco de inundação, a parcela da população impactada por eventos hidrológicos e a quantidade de ocorrências de enxurradas, inundações ou alagamentos nos últimos cinco anos, permitindo a comparação com os cenários estadual e nacional.



QUADRO 15 - DRENAGEM URBANA E IMPACTOS DE EVENTOS HIDROLÓGICOS POR RECORTE TERRITORIAL: MUNICÍPIO, ESTADO E PAÍS

LOCALIDADE	DOMICÍLIOS SUJEITOS A RISCO DE INUNDAÇÕES	PARCELA DA POPULAÇÃO IMPACTADA POR EVENTOS HIDROLÓGICOS	QUANTIDADE DE ENXURRADAS, INUNDAÇÕES E ALAGAMENTOS (ÚLTIMOS 5 ANOS)
Município	0,2%	0%	1
Estado	1,5%	0,7%	3
País	4,3%	1,3%	6

FONTE: IAS, 2026.

Os dados indicam que o município de Marmeleiro apresenta baixa exposição a riscos associados à drenagem urbana, com apenas 0,2% dos domicílios sujeitos a risco de inundação, o que corresponde a 10 domicílios, percentual significativamente inferior ao registrado no estado (1,5%) e no país (4,3%). Esse resultado sugere uma condição territorial relativamente favorável, possivelmente associada a características geográficas, baixa densidade urbana ou menor impermeabilização do solo.

No que se refere à parcela da população impactada por eventos hidrológicos, o município registra 0%, enquanto o estado apresenta 0,7% e o país 1,3%. Esse dado reforça a baixa incidência de impactos diretos sobre a população, indicando que eventos críticos são pouco frequentes ou de baixa intensidade no território municipal.

Quanto à ocorrência de eventos hidrológicos, foi registrado apenas 1 evento nos últimos cinco anos, número inferior ao observado no estado (3 ocorrências) e no país (6 ocorrências). Esse indicador corrobora a leitura de um cenário de baixo histórico de ocorrências relacionadas a enxurradas, inundações ou alagamentos.

Entretanto, é importante considerar que esses resultados devem ser analisados à luz do contexto territorial do município, no qual apenas 1,4% da área é classificada como urbana. Esse fator tende a reduzir naturalmente os riscos associados à drenagem, uma vez que áreas menos urbanizadas apresentam maior capacidade de infiltração da água no solo.

Por outro lado, a baixa incidência de registros também pode estar relacionada à subnotificação ou ausência de sistemas estruturados de monitoramento, o que reforça a necessidade de aprimorar os mecanismos de registro e acompanhamento desses eventos.

Dessa forma, embora o município apresente indicadores mais favoráveis em relação ao estado e ao país, o cenário demanda atenção preventiva, especialmente diante de possíveis mudanças no uso do solo e eventos climáticos extremos. Torna-se fundamental investir em planejamento urbano, manutenção dos sistemas de drenagem e estratégias de adaptação climática, visando preservar as condições atuais e evitar o agravamento futuro dos riscos.



4.6 Registros de ocorrências de desastres naturais e/ou ambientais

Segundo dados da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil (CEDEC), o município de Marmeleiro registrou 47 ocorrências de desastres naturais e/ou ambientais cadastrados no Sistema Informatizado da Defesa Civil do Paraná (SISDC) desde dezembro de 1981, até setembro de 2025, conforme demonstra o Quadro 16.

QUADRO 16 - REGISTRO DE EVENTOS DE DESASTRES NATURAIS NO MUNICÍPIO

DATA	DESASTRE	AFETADOS	ÓBITOS	PREJUÍZO
21/09/25	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	80	0	R\$0,00
14/10/22	Transporte de passageiros e cargas não-perigosas rodoviário	1	0	R\$0,00
11/10/22	Enxurradas	448	0	R\$57.168.000,00
14/08/22	Transporte de passageiros e cargas não-perigosas rodoviário	1	0	R\$0,00
05/01/22	Estiagem	4.000	0	R\$249.279.926,70
14/09/21	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	96	0	R\$8.500,00
31/05/21	Estiagem	4.000	0	R\$115.011.173,33
22/05/21	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	80	0	R\$205.000,00
01/05/20	Transporte de produtos perigosos rodoviário	1	0	R\$0,00
01/10/17	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	140	0	R\$4.200,00
29/08/17	Transporte de passageiros e cargas não-perigosas rodoviário	2	1	R\$0,00
09/12/15	Enxurradas	92	0	R\$0,00
27/11/15	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	58	0	R\$70.000,00
07/09/15	Tempestade Local/Convectiva - Granizo	696	0	R\$64.000,00
09/03/15	Transporte de produtos perigosos rodoviário	1	0	R\$0,00
02/09/14	Tempestade Local/Convectiva - Granizo	8.003	0	R\$1.165.000,00
27/06/14	Enxurradas	6	0	R\$0,00
03/10/13	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	76	0	R\$0,00
03/06/12	Enxurradas	8	0	R\$0,00
27/05/12	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	1.000	0	R\$277.000,00
13/01/12	Estiagem	5.076	0	R\$17.860.000,00
26/11/11	Tempestade Local/Convectiva - Granizo	302	0	R\$0,00



19/08/11	Enxurradas	2.500	0	R\$430.000,00
09/08/11	Tempestade Local/Convectiva - Granizo	40	0	R\$0,00
21/07/11	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	30	0	R\$0,00
22/12/10	Enxurradas	200	0	R\$0,00
07/10/10	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	85	0	R\$0,00
22/04/10	Enxurradas	5.950	0	R\$2.545.000,00
07/09/09	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	5.315	0	R\$292.000,00
02/04/09	Estiagem	5.293	0	R\$161.000,00
20/09/07	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	88	0	R\$0,00
17/01/06	Estiagem	6.500	0	R\$117.000,00
03/01/04	Estiagem	13.665	0	R\$0,00
09/10/03	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	107	0	R\$0,00
05/10/02	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	70	0	R\$0,00
01/10/01	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	0	0	R\$0,00
10/10/98	Tempestade Local/Convectiva - Granizo	1.137	0	R\$0,00
04/10/98	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	0	0	R\$0,00
27/09/98	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	0	0	R\$0,00
09/12/97	Tempestade Local/Convectiva - Granizo	0	0	R\$0,00
05/01/97	Tempestade Local/Convectiva - Granizo	0	0	R\$0,00
14/08/96	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	0	0	R\$0,00
27/09/95	Tempestade Local/Convectiva - Granizo	0	0	R\$0,00
13/03/91	Estiagem	0	0	R\$0,00
01/05/90	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	0	0	R\$0,00
06/05/87	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	0	0	R\$0,00
01/12/81	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	0	0	R\$0,00
TOTAL		65.147	1	R\$444.657.800,03

FONTE: CEDEC, 2026.

Os dados indicam que, ao longo do período analisado, os desastres de maior impacto para o diagnóstico local são os de origem climática, especialmente estiagens, enxurradas e tempestades locais/convectivas (vendaval e granizo). Embora as estiagens representem menor frequência de registros, elas concentram os maiores impactos humanos e econômicos, com destaque para os eventos de 2004, 2006, 2009, 2012, 2021 e 2022, que juntos somam dezenas



de milhares de pessoas afetadas e mais de R\$ 381 milhões em prejuízos, correspondendo a aproximadamente 86% do prejuízo total registrado. Isso evidencia elevada vulnerabilidade do território a eventos de seca prolongada, com forte repercussão socioeconômica, especialmente em atividades produtivas e no abastecimento.

As enxurradas, embora menos recorrentes que as tempestades, também apresentam impactos expressivos, tanto em número de afetados quanto em danos financeiros, como observado em 2009, 2010, 2011 e 2022, este último com prejuízo superior a R\$ 57 milhões. Já as tempestades locais/convectivas, sobretudo vendavais e episódios de granizo, são os eventos mais frequentes ao longo da série histórica, afetando um grande número de pessoas de forma pontual. Apesar de, em geral, apresentarem prejuízos financeiros menores, esses eventos revelam recorrência elevada e potencial de danos à infraestrutura urbana, habitações e serviços, exigindo ações contínuas de prevenção e resposta.

Observa-se ainda que os eventos relacionados ao transporte rodoviário, embora presentes nos registros, têm baixo impacto agregado, com poucos afetados e praticamente nenhum prejuízo financeiro, não configurando risco estrutural relevante no diagnóstico. Do ponto de vista humano, o histórico revela apenas um óbito em todo o período, indicando boa capacidade de resposta emergencial; contudo, o elevado número total de afetados (65.147 pessoas) reforça a necessidade de planejamento preventivo, fortalecimento da defesa civil, ações de gestão de riscos climáticos, especialmente voltadas à estiagem e às enxurradas, além de investimentos em adaptação, infraestrutura resiliente e políticas de mitigação dos impactos socioeconômicos.

A análise integrada da drenagem e manejo das águas pluviais urbanas e dos registros de ocorrências de desastres naturais e ambientais em Marameleiro indica baixa proporção de domicílios situados em áreas de risco de inundação (0,2%), evidenciando reduzida exposição estrutural a esse tipo de evento. Contudo, a recorrência de enxurradas ao longo da série histórica aponta para vulnerabilidades associadas a eventos climáticos de alta intensidade e curta duração, que impactam o território de forma localizada, com danos à infraestrutura e à população. Esse cenário indica limitações na capacidade de escoamento e necessidade de qualificação da drenagem urbana, especialmente em pontos críticos.

No conjunto, o eixo de Aspectos Ambientais e de Infraestrutura revela um território com condições ambientais relativamente favoráveis, caracterizado pela presença de vegetação nativa e baixa incidência de queimadas, aliado à cobertura universal da coleta de resíduos sólidos. Por outro lado, persistem desigualdades no acesso ao abastecimento de água, principalmente na área rural, e fragilidades no esgotamento sanitário, ainda dependente de soluções individuais. Associadas às vulnerabilidades frente a eventos climáticos, especialmente estiagens e enxurradas, essas condições evidenciam a necessidade de qualificação da infraestrutura, ampliação do acesso aos serviços de saneamento e fortalecimento de estratégias de gestão de riscos, com foco na redução das desigualdades territoriais e no aumento da resiliência local.



5. ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA E MERCADO DE TRABALHO

A análise da dimensão socioeconômica constitui uma etapa importante do Diagnóstico Socioterritorial, pois possibilita compreender as condições de vida da população e os fatores estruturais que incidem sobre as situações de vulnerabilidade e risco social no território. O estudo de indicadores relacionados à ocupação, à renda e à inserção produtiva permite identificar desigualdades sociais, fragilidades no acesso ao trabalho e à renda, bem como potencialidades locais, subsidiando o planejamento e a execução de ações e serviços socioassistenciais voltados à garantia de direitos.

Esses indicadores evidenciam a forma como a população se distribui entre diferentes níveis de renda e condições de inserção no mercado de trabalho, refletindo diretamente na demanda por serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social. Quando articulados às demais dimensões do diagnóstico socioterritorial, como a demográfica, a territorial, a de infraestrutura e a rede de proteção social, esses dados possibilitam uma leitura integrada da realidade municipal, contribuindo para a identificação de territórios e grupos populacionais em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Nesse contexto, o levantamento e a análise dos dados de ocupação e renda não se restringem à mensuração de indicadores, mas permitem compreender os processos estruturais que produzem e reproduzem desigualdades sociais, impactando diretamente o acesso a direitos e a autonomia das famílias. Essa compreensão é fundamental para orientar o planejamento intersetorial, o fortalecimento da rede socioassistencial e a organização das ofertas da Proteção Social Básica e Especial, em consonância com as diretrizes do SUAS.

Adicionalmente, a análise da ocupação configura-se como um componente relevante do diagnóstico socioterritorial, ao possibilitar a compreensão da estrutura produtiva local e do perfil do mercado de trabalho. O estudo contempla a taxa de atividade da população, as principais atividades econômicas responsáveis pela absorção da mão de obra e a relação entre escolaridade e oportunidades de inserção laboral. Também são analisados o número de estabelecimentos por atividade econômica e as ocupações predominantes no território, permitindo identificar setores com maior potencial de geração de emprego e renda. Essas informações subsidiam a articulação intersetorial com políticas de trabalho, emprego e renda, bem como o planejamento de ações de inclusão produtiva, qualificação profissional e fortalecimento da autonomia das famílias acompanhadas pela Política de Assistência Social.

5.1 Taxa de atividade e a situação ocupacional

A taxa de atividade e a situação ocupacional configuram-se como indicadores fundamentais para a análise do mercado de trabalho, pois permitem compreender o comportamento da população em relação à participação econômica e às condições de inserção

laboral. Nesse sentido, a Figura 03 apresenta a evolução desses indicadores no município de Marmeleiro, com base nos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, evidenciando mudanças no perfil da população economicamente ativa e na estrutura do mercado de trabalho ao longo do período analisado.

FIGURA 03 - TAXA DE ATIVIDADE E SITUAÇÃO OCUPACIONAL (2000-2010)



FONTE: Atlas Brasil, 2026.

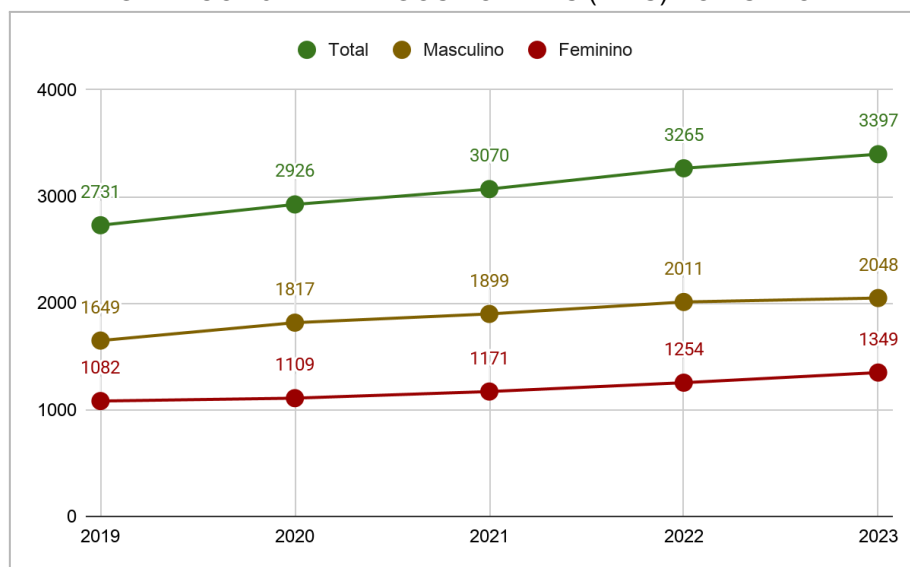
Observa-se que, entre 2000 e 2010, o município apresentou uma melhora consistente nos indicadores do mercado de trabalho da população com 18 anos ou mais. A taxa de atividade aumentou de 73,80% para 76,59%, indicando que uma parcela maior da população em idade adulta passou a participar do mercado de trabalho, seja ocupada ou em busca de ocupação. Paralelamente, a taxa de desocupação caiu de 4,77% para 3,16%, o que evidencia um cenário mais favorável de absorção da mão de obra e redução do desemprego nesse período.

Além disso, houve avanço no grau de formalização do trabalho, que passou de 45,02% em 2000 para 51,38% em 2010 entre a população ocupada adulta. Esse crescimento sugere uma melhoria na qualidade das ocupações, com maior acesso a vínculos formais, direitos trabalhistas e proteção social. Em conjunto, esses indicadores apontam para um processo de fortalecimento do mercado de trabalho local na década analisada, marcado tanto pelo aumento da participação econômica quanto pela redução do desemprego e pela ampliação da formalização.

5.2 Emprego formal e evolução da ocupação no território

Segundo dados do IBGE, em 2023 o município de Marmeleiro contava com 4.557 pessoas ocupadas em postos de trabalho formais, com rendimento médio mensal correspondente a 2,2 salários mínimos, patamar este alinhado à média nacional. Entretanto, em 2010, 33,2% da população apresentava renda mensal per capita de até meio salário mínimo, evidenciando a persistência de vulnerabilidades socioeconômicas no território (IBGE, 2022).

Complementarmente, conforme os dados disponibilizados pelo IPARDES, observa-se uma trajetória de crescimento no número de empregos formais nos últimos anos, indicando uma ampliação tanto da participação feminina quanto da masculina no mercado de trabalho local, conforme apresentado no Gráfico 18.

GRÁFICO 18 - EMPREGOS FORMAIS (RAIS) POR SEXO**FONTE: IPARDES, 2026.**

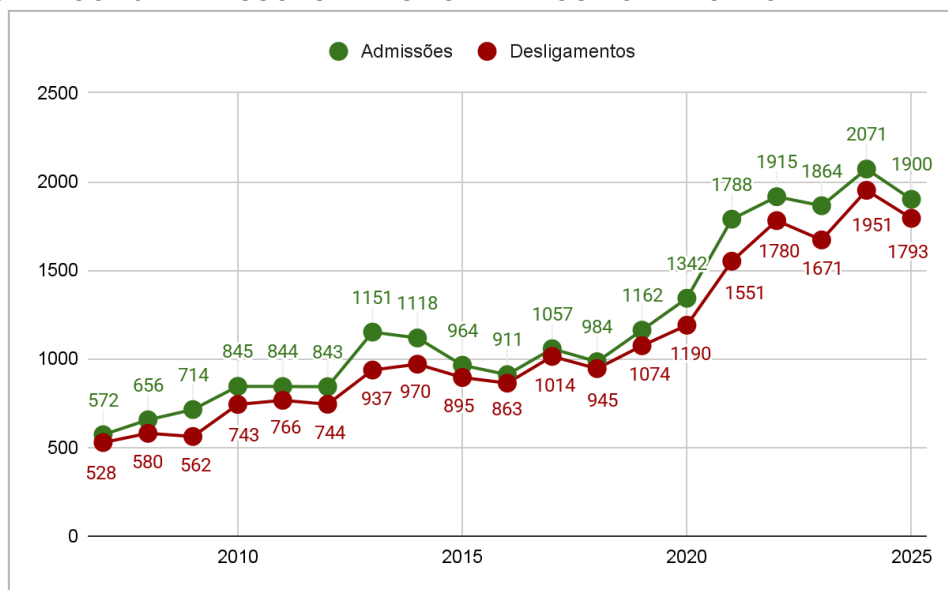
Estes dados indicam um crescimento contínuo do número de empregos formais entre 2019 e 2023, passando de 2.731 para 3.397 vínculos, o que representa um aumento aproximado de 24,4% no período. Esse avanço ocorreu de forma progressiva, inclusive nos anos de 2020 e 2021, sinalizando relativa resiliência do mercado de trabalho formal local, mesmo diante dos impactos econômicos associados à pandemia de Coronavirus Disease (COVID-19). Em termos absolutos, observa-se a geração líquida de 666 novos postos de trabalho formais ao longo dos cinco anos analisados.

A desagregação por sexo evidencia a predominância masculina no mercado de trabalho formal durante todo o período. Em 2023, os homens ocupavam cerca de 60,3% dos vínculos (2.048 empregos), enquanto as mulheres representavam 39,7% (1.349 empregos). Essa proporção se mantém relativamente estável ao longo dos anos, indicando uma estrutura ocupacional ainda marcada por desigualdade de gênero. Em 2019, por exemplo, a participação feminina era de aproximadamente 39,6%, percentual muito próximo ao observado em 2023, o que demonstra que, apesar do crescimento do emprego, não houve mudança significativa na composição por sexo.

Por outro lado, ao analisar a taxa de crescimento, percebe-se que o aumento do emprego feminino (cerca de 24,7%) foi ligeiramente superior ao masculino (aproximadamente 24,2%) entre 2019 e 2023, ainda que essa diferença seja pequena. Esse dado sugere uma ampliação gradual da inserção das mulheres no mercado de trabalho formal, porém insuficiente para alterar de forma expressiva o padrão de desigualdade existente. Dessa forma, estes resultados reforçam a importância de políticas públicas voltadas à promoção da equidade de gênero no emprego, especialmente no acesso a oportunidades formais e em setores tradicionalmente masculinizados.

Além disso, o Gráfico 19 apresenta o histórico anual de admissões e desligamentos desde 2007, permitindo analisar as dinâmicas do mercado de trabalho local ao longo do tempo.

GRÁFICO 19 - ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS NO MERCADO DE TRABALHO



FONTE: CAGED, 2026.

A análise do número de admissões e desligamentos ao longo da série histórica revela uma tendência predominantemente positiva do mercado de trabalho formal, ainda que marcada por oscilações pontuais. A queda mais significativa ocorreu em 2015, possivelmente relacionada à crise econômica nacional, período em que houve retração da atividade produtiva em todo o país. Além disso, identificam-se quedas sutis em anos específicos, como 2018 e 2023, que indicam momentos de desaceleração no ritmo de geração de empregos, sem, contudo, configurar uma inversão da tendência de médio e longo prazo.

Um aspecto central do diagnóstico é que, em nenhum ano da série histórica, o número de desligamentos superou o de admissões, o que evidencia a manutenção de saldos positivos ou próximos do equilíbrio ao longo do tempo. Esse comportamento se manteve inclusive durante o período da pandemia da COVID-19, quando, apesar das restrições econômicas e das incertezas no mercado de trabalho, a dinâmica de contratações permaneceu superior à de desligamentos, demonstrando resiliência do mercado formal local.

Essa trajetória dos fluxos de admissões e desligamentos reflete os dados trazidos anteriormente, que apontam crescimento do estoque de empregos formais entre 2019 e 2023, passando de 2.731 para 3.397 vínculos. Mesmo com oscilações pontuais nos fluxos anuais, os saldos acumulados positivos sustentaram a expansão do emprego formal, reforçando o diagnóstico de um mercado de trabalho em crescimento gradual, ainda que sujeito a variações conjunturais.

5.3 Estrutura produtiva: número de estabelecimentos por atividade econômica

O número de estabelecimentos ativos por setor econômico é um indicador relevante para avaliar a estrutura produtiva e o dinamismo empresarial de um município. Ele reflete o



comportamento de diferentes segmentos da economia e permite identificar setores em expansão ou retração ao longo do tempo. Entre 2019 e 2023, o cenário mostra variações importantes que evidenciam tanto a recuperação econômica pós-pandemia quanto a consolidação de atividades comerciais e de serviços como principais pilares da economia local, conforme demonstrado no Quadro 17.

QUADRO 17 - ESTABELECIMENTOS FORMAIS (RAIS) POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

ATIVIDADE ECONÔMICA	2019	2020	2021	2022	2023
Extração de Minerais	-	-	-	-	-
Indústria de Transformação	72	75	81	87	86
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1	1	1	1	1
Construção Civil	24	26	26	30	33
Comércio	175	183	197	224	238
Serviços	159	156	171	196	197
Administração Pública Direta e Indireta	2	2	2	2	2
Agropecuária	36	33	27	32	37
Atividade Não Especificada ou Classificada	-	-	-	4	-
TOTAL	469	476	505	576	594

FONTE: IPARDES, 2026.

A análise do número de estabelecimentos formais no município de Marmeleiro evidencia uma trajetória de crescimento consistente ao longo do período de 2019 a 2023, que passou de 469 para 594, representando um aumento acumulado de aproximadamente 26,7% no quinquênio.

De forma semelhante ao comportamento observado na geração de empregos, mesmo durante os anos mais críticos da pandemia de COVID-19, não se observa retração significativa no número de estabelecimentos; ao contrário, houve expansão gradual, de 469 em 2019 para 505 em 2021 (+7,7%), indicando relativa resiliência da estrutura produtiva local frente aos impactos econômicos da crise sanitária.

O setor de Comércio destaca-se como o principal vetor desse crescimento, ampliando o número de estabelecimentos de 175 em 2019 para 238 em 2023, o que corresponde a um aumento de cerca de 36%. Os Serviços também apresentaram evolução expressiva, passando de 159 para 197 estabelecimentos no mesmo período (+23,9%), com leve recuo em 2020 — possivelmente associado às restrições impostas pela pandemia — seguido de forte recuperação a partir de 2021. A Indústria de Transformação manteve tendência positiva e relativamente estável, crescendo de 72 para 86 estabelecimentos entre 2019 e 2023 (+19,4%), o que sugere fortalecimento gradual da base industrial local.

Por sua vez, a Construção Civil apresentou crescimento contínuo, especialmente no período pós-pandemia, passando de 24 estabelecimentos em 2019 para 33 em 2023 (+37,5%), sinalizando retomada de investimentos e dinamismo do setor imobiliário. A Agropecuária, embora tenha registrado queda entre 2019 e 2021 (de 36 para 27, -25%), mostrou recuperação nos anos seguintes, alcançando 37 estabelecimentos em 2023, superando o patamar inicial. De modo geral, os dados indicam que os impactos da pandemia sobre o número de estabelecimentos formais foram limitados e temporários, com rápida recuperação e expansão posterior, reforçando a capacidade de adaptação e a diversificação econômica do município.

5.4 Ocupação segundo a atividade econômica

A distribuição da ocupação segundo os setores de atividade econômica constitui um elemento importante do diagnóstico socioterritorial, pois evidencia como os empregos se organizam no município. A análise do número de empregos por atividade econômica permite identificar os setores que mais absorvem mão de obra, as vocações produtivas locais e possíveis fragilidades da estrutura econômica, subsidiando a compreensão da dinâmica territorial e o planejamento de políticas públicas, conforme apresentado no Quadro 18.

QUADRO 18 - NÚMERO DE EMPREGOS (RAIS), SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA

ATIVIDADE ECONÔMICA	2019	2020	2021	2022	2023
Extração de Minerais	-	-	-	-	-
Indústria de Transformação	639	684	720	712	703
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1	1	1	1	1
Construção Civil	62	96	109	64	46
Comércio	844	902	983	1.055	1.216
Serviços	551	608	631	753	771
Administração Pública Direta e Indireta	488	482	483	499	511
Agropecuária	146	153	143	147	149
Atividade não Especificada ou Classificada	-	-	-	34	-

FONTE: IPARDES, 2026.

A análise da distribuição do número de empregos formais segundo a atividade econômica em Marmeleiro evidencia um crescimento consistente do mercado de trabalho no município entre 2019 e 2023, puxado principalmente pelos setores de Comércio e Serviços, que concentram a maior parte das ocupações e apresentam trajetória de expansão contínua.

O Comércio destaca-se como principal atividade econômica do município, ampliando seu contingente de empregos de 844 em 2019 para 1.216 em 2023, o que corresponde a um



crescimento expressivo de cerca de 44,1%. O setor de Serviços também apresentou evolução relevante, passando de 551 para 771 empregos no mesmo período (+39,9%), reforçando a importância das atividades terciárias na estrutura produtiva local. A Indústria de Transformação, embora mantenha papel significativo, com mais de 700 empregos ao longo da série, apresentou crescimento até 2021 e leve retração posterior, encerrando 2023 com 703 postos, ainda assim 10,0% acima do nível observado em 2019.

Por outro lado, a Construção Civil apresentou forte oscilação, com pico em 2021 (109 empregos) e queda acentuada até 2023, quando registrou apenas 46 vínculos formais, indicando maior sensibilidade a ciclos econômicos e investimentos pontuais. A Administração Pública manteve relativa estabilidade, com leve crescimento de 4,7% no período (de 488 para 511 empregos), funcionando como importante elemento de sustentação do emprego local. Já a Agropecuária apresentou comportamento estável, com pequenas variações em torno de 150 empregos, reforçando seu papel tradicional, porém com menor capacidade de expansão. Em conjunto, esses dados revelam uma estrutura ocupacional cada vez mais concentrada nos setores de comércio e serviços, aspecto central para a leitura socioterritorial e para o planejamento de políticas públicas de desenvolvimento e inclusão produtiva.

5.5 Distribuição da ocupação segundo a categoria do emprego no trabalho principal

O Quadro 19 apresenta a distribuição dos trabalhadores segundo a categoria do emprego no trabalho principal, destacando o total de trabalhadores, assim como a divisão entre homens e mulheres. Estes dados permitem observar diferenças relevantes na ocupação e formalização do emprego entre os gêneros.

QUADRO 19 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR CATEGORIA DE EMPREGO

CATEGORIA DO EMPREGO NO TRABALHO PRINCIPAL	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico	3890	2349	1541
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico - com carteira de trabalho assinada	3123	1787	1336
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada	767	562	205
Trabalhador doméstico	380	37	343
Trabalhador doméstico (inclusive diarista) - com carteira de trabalho assinada	33	-	33
Trabalhador doméstico (inclusive diarista) - sem carteira de trabalho assinada	346	37	310
Militar do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros militar	21	15	6
Empregado no setor público	861	208	653



Empregado no setor público - funcionário estatutário	602	160	442
Empregado no setor público - empregado não estatutário	259	48	211
Empregado no setor público - empregado não estatutário com carteira de trabalho assinada	150	31	119
Empregado do setor público - empregado não estatutário sem carteira de trabalho assinada	109	18	91
Empregado de empresas estatais	11	2	9
Empregado de empresas estatais com carteira de trabalho assinada	4	-	4
Empregado de empresas estatais sem carteira de trabalho assinada	7	2	5
Empregador (com pelo menos um empregado)	432	287	144
Empregador com CNPJ	396	252	144
Empregador sem CNPJ	36	36	-
Conta própria (sem empregados)	2370	1578	792
Conta própria com CNPJ	615	373	241
Conta própria sem CNPJ	1756	1204	551
TOTAL	7.965	4.476	3.489

FONTE: IBGE, 2022c.

A análise da ocupação segundo a categoria do emprego no trabalho principal no município de Marameleiro evidencia a predominância do emprego no setor privado, que concentra 3.890 pessoas ocupadas, correspondendo a aproximadamente 48,8% do total de ocupações. Dentre esses trabalhadores, observa-se elevado grau de formalização, uma vez que 80,3% possuem carteira de trabalho assinada (3.123 vínculos), enquanto 19,7% estão em situação informal (767 trabalhadores). A inserção masculina é majoritária nesse segmento, especialmente entre os trabalhadores sem carteira assinada, dos quais cerca de 73,3% são homens, indicando maior exposição masculina à informalidade no setor privado.

O trabalho por conta própria constitui o segundo maior contingente de ocupação no município, reunindo 2.370 pessoas, o equivalente a cerca de 29,8% do total. Destaca-se que a maior parte desses trabalhadores atua sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) (1.756 pessoas), representando aproximadamente 74,1% dos conta própria, o que evidencia a presença significativa de atividades autônomas informais no território. Esse tipo de ocupação apresenta forte predominância masculina, com os homens correspondendo a cerca de 66,6% do total de trabalhadores por conta própria, reforçando o perfil de informalidade associado a esse grupo.

O emprego no setor público responde por 861 ocupações, o que corresponde a aproximadamente 10,8% do total. Diferentemente do setor privado, observa-se aqui uma



expressiva participação feminina, com as mulheres representando cerca de 75,8% dos vínculos públicos, especialmente entre os funcionários estatutários. Esse dado sugere maior estabilidade e formalização das ocupações femininas no município, além de indicar o papel relevante do setor público como espaço de inserção laboral das mulheres.

Por fim, o trabalho doméstico e a categoria de empregadores apresentam menor participação relativa, mas revelam importantes assimetrias de gênero. O trabalho doméstico concentra apenas 4,8% das ocupações, porém é fortemente feminizado, com as mulheres representando cerca de 90,3% dos trabalhadores, além de elevado nível de informalidade (91,1% sem carteira assinada). Já os empregadores, que somam 5,4% do total, são majoritariamente homens (66,4%), indicando desigualdades no acesso à posição de comando e à formalização de empreendimentos. Esses elementos reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas à redução da informalidade e das desigualdades de gênero no mercado de trabalho local.

5.6 Distribuição da ocupação segundo o grau de escolaridade

A análise do grau de escolaridade da população ocupada permite compreender o nível de qualificação da força de trabalho e suas transformações ao longo do tempo. Esse indicador é essencial para o planejamento de políticas públicas voltadas à educação, empregabilidade e desenvolvimento econômico.

Entre 2019 e 2023, observa-se uma tendência de elevação na escolaridade média, refletindo tanto o avanço do acesso à educação formal quanto a maior exigência de qualificação nos diferentes setores produtivos. Dessa forma, os dados detalhados podem ser observados no Quadro 20.

QUADRO 20 - EMPREGOS FORMAIS (RAIS) POR GRAU DE ESCOLARIDADE

GRAU DE ESCOLARIDADE	2019	2020	2021	2022	2023
Analfabetos	2	1	2	6	7
Ensino Fundamental Incompleto	275	272	269	258	252
Ensino Fundamental Completo	339	354	337	362	358
Ensino Médio Incompleto	306	333	311	313	356
Ensino Médio Completo	1.267	1.381	1.564	1.706	1.788
Ensino Superior Incompleto	106	100	103	116	110
Ensino Superior Completo	430	476	475	496	516
Mestrado e/ou Doutorado	6	9	9	8	10

FONTE: IPARDES, 2026.



A análise do número de empregos formais segundo o grau de escolaridade no município de Marmeleiro, entre 2019 e 2023, evidencia avanços relevantes no perfil educacional da força de trabalho, acompanhando a expansão geral do emprego no período. O total de vínculos cresceu aproximadamente 24,4%, com destaque para a ampliação dos postos ocupados por trabalhadores com Ensino Médio completo, que aumentaram de 1.267 para 1.788 vínculos (+41,1%). Esse grupo passou a concentrar cerca de 52,6% dos empregos formais em 2023, frente a 46,4% em 2019, consolidando-se como o principal nível de escolaridade demandado pelo mercado de trabalho local.

Observa-se também avanço, ainda que mais moderado, dos vínculos ocupados por trabalhadores com Ensino Superior completo, que cresceram de 430 para 516 empregos no período (+20,0%), mantendo participação relativamente estável no total (em torno de 15%). O número de trabalhadores com Mestrado e/ou Doutorado, embora residual, apresentou leve expansão absoluta (de 6 para 10 vínculos), sinalizando uma diversificação gradual do perfil ocupacional e a presença, ainda que limitada, de atividades que demandam maior qualificação técnica e acadêmica.

Por outro lado, identificam-se alguns retrocessos e desafios estruturais. Os empregos ocupados por trabalhadores com Ensino Fundamental incompleto recuaram de 275 para 252 vínculos (-8,4%), reduzindo sua participação relativa no total, o que pode ser interpretado como um movimento positivo de elevação da escolaridade média, mas também como possível dificuldade de inserção formal para esse grupo. Em contraste, o número de vínculos ocupados por analfabetos, embora pequeno, aumentou de 2 para 7 no período, indicando a persistência de segmentos altamente vulneráveis no mercado de trabalho local. Esses dados reforçam a importância de políticas públicas voltadas à qualificação profissional, à elevação da escolaridade e à inclusão produtiva, como estratégias centrais para o desenvolvimento socioeconômico e a redução das desigualdades no território.

5.7 Renda

A renda constitui um dos principais indicadores socioeconômicos para compreender as condições de vida e o desenvolvimento de uma população. Por meio de sua análise, é possível avaliar o poder de compra, o acesso a bens e serviços e as desigualdades existentes entre diferentes grupos sociais. No contexto municipal, a avaliação da renda per capita, do Produto Interno Bruto (PIB), do rendimento médio dos trabalhadores e da população economicamente ativa permite traçar um panorama detalhado da dinâmica econômica local, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais eficazes, voltadas à promoção do crescimento econômico e à redução das disparidades sociais, tornando-se uma ferramenta essencial para o planejamento e a gestão do desenvolvimento municipal sustentável.

5.7.1 Renda per capita

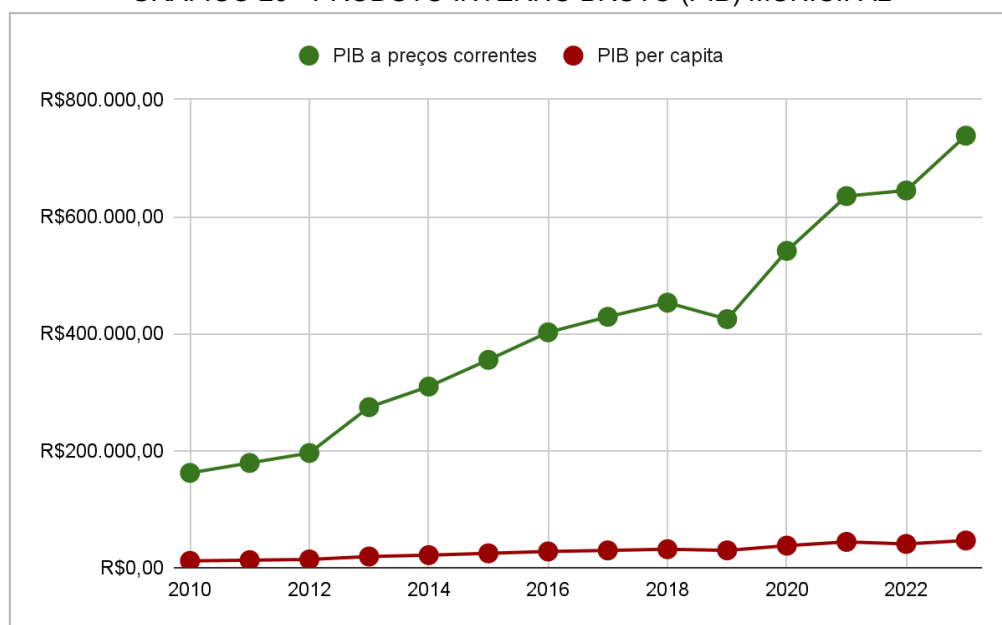
Segundo dados do IBGE, em 2023 o salário médio mensal dos trabalhadores formais de Marmeleiro era equivalente a 2,2 salários mínimos, posicionando o município na 1.405ª colocação no ranking nacional, na 128ª posição no Estado do Paraná e na 4ª posição na região geográfica imediata (IBGE, 2022).

De acordo com informações do Ministério da Saúde (MS, 2010), a renda média per capita do município apresentava, em 1991, o valor de R\$ 178,44; em 2000, R\$ 389,98; e, em 2010, R\$ 745,62. Esses dados evidenciam uma tendência de crescimento contínuo da renda média da população de Marmeleiro ao longo das últimas décadas, refletindo avanços nas condições econômicas locais e no poder aquisitivo dos habitantes.

5.7.2 Produto Interno Bruto (PIB)

O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos em um país, estado ou cidade em um determinado período, enquanto, o PIB per capita é o resultado da divisão do PIB total pelo número de habitantes, representando a média de riqueza que cada pessoa teria se a produção fosse distribuída igualmente. No Gráfico 20, está ilustrada a variação do PIB de Marmeleiro desde 2010.

GRÁFICO 20 - PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) MUNICIPAL



FONTE: IBGE, 2025.

A análise dos dados do PIB de Marmeleiro demonstra uma tendência geral de crescimento econômico ao longo do período de 2010 a 2023, tanto no PIB per capita quanto no PIB total a preços correntes. Em 2010, o município apresentava um PIB per capita de R\$ 11.646,07 e um PIB total de aproximadamente R\$ 161,9 milhões. Já em 2023, esses valores atingiram R\$ 46.437,51 e



cerca de R\$ 738,4 milhões, respectivamente. Isso representa um aumento aproximado de 298,8% no PIB per capita e 355,8% no PIB total ao longo de treze anos, evidenciando uma expansão significativa da atividade econômica municipal.

Observa-se que entre 2010 e 2018 ocorreu um crescimento relativamente contínuo. O PIB per capita passou de R\$ 11.646,07 para R\$ 31.572,14, o que representa uma elevação de aproximadamente 171% nesse intervalo. De forma semelhante, o PIB total a preços correntes aumentou de R\$ 161,9 milhões para cerca de R\$ 452,9 milhões, correspondendo a um crescimento de cerca de 179,6%. Esse comportamento indica um período de expansão econômica consistente no município, possivelmente associado ao fortalecimento das atividades produtivas locais e ao aumento da renda média da população.

Entretanto, a série histórica também apresenta oscilações pontuais. Em 2019 houve uma redução do PIB per capita para R\$ 29.566,81, representando uma queda aproximada de 6,3% em relação a 2018, além de uma diminuição do PIB total em torno de 6,2%. Nos anos seguintes observa-se recuperação significativa, especialmente entre 2020 e 2021, quando o PIB per capita cresceu cerca de 17,1% e 17,1%, respectivamente. Apesar de uma leve retração em 2022 (queda de aproximadamente 8% no PIB per capita), o município voltou a apresentar crescimento em 2023, com aumento de cerca de 14,5%, alcançando o maior valor da série. Esses dados evidenciam que, embora sujeito a variações conjunturais, o desempenho econômico de Marmeleiro apresenta trajetória de crescimento no longo prazo.

5.7.3 Rendimento médio mensal

Os dados apresentados no Quadro 21 referem-se ao valor do rendimento nominal médio mensal de todos os trabalhos das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e com rendimento de trabalho, expresso em reais. As informações estão detalhadas por sexo e segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal, abrangendo o total da população, bem como homens e mulheres. Essa categorização inclui trabalhadores do setor privado, do setor público, militares, empregadores e trabalhadores por conta própria, além da distinção entre trabalhadores com carteira assinada e sem carteira assinada.

QUADRO 21 - RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL POR CATEGORIA DE EMPREGO

CATEGORIA DO EMPREGO NO TRABALHO PRINCIPAL	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico	R\$ 2.189,18	R\$ 2.395,7	R\$ 1.874,37
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico - com carteira de trabalho assinada	R\$ 2.315,45	R\$ 2.577,59	R\$ 1.964,89
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador	R\$ 1.674,72	R\$ 1.817,27	R\$ 1.283,4



doméstico - sem carteira de trabalho assinada			
Trabalhador doméstico	R\$ 1.143,83	R\$ 1.311,32	R\$ 1.125,91
Trabalhador doméstico (inclusive diarista) - com carteira de trabalho assinada	R\$ 1.484,33	-	R\$ 1.484,33
Trabalhador doméstico (inclusive diarista) - sem carteira de trabalho assinada	R\$ 1.111,14	R\$ 1.311,32	R\$ 1.087,42
Militar do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros militar	R\$ 5.059,53	R\$ 4.671,04	R\$ 6.000,00
Empregado no setor público	R\$ 3.917,63	R\$ 5.664,25	R\$ 3.360,8
Empregado no setor público - funcionário estatutário	R\$ 4.132,54	R\$ 5.576,8	R\$ 3.610,51
Empregado no setor público - empregado não estatutário	R\$ 3.417,49	R\$ 5.954,02	R\$ 2.836,09
Empregado no setor público - empregado não estatutário com carteira de trabalho assinada	R\$ 3.682,16	R\$ 6.812,61	R\$ 2.875,41
Empregado do setor público - empregado não estatutário sem carteira de trabalho assinada	R\$ 3.053,08	R\$ 4.450,35	R\$ 2.784,77
Empregado de empresas estatais	R\$ 1.397,24	R\$ 1.212,00	R\$ 1.440,38
Empregado de empresas estatais com carteira de trabalho assinada	R\$ 1.700,00	-	R\$ 1.700,00
Empregado de empresas estatais sem carteira de trabalho assinada	R\$ 1.203,72	R\$ 1.212,00	R\$ 1.200,00
Empregador (com pelo menos um empregado)	R\$ 8.771,92	R\$ 9.162,63	R\$ 7.994,31
Empregador com CNPJ	R\$ 9.289,36	R\$ 10.032,35	R\$ 7.994,31
Empregador sem CNPJ	R\$ 3.030,11	R\$ 3.030,11	-
Conta própria (sem empregados)	R\$ 3.974,25	R\$ 4.345,32	R\$ 3.235,3
Conta própria com CNPJ	R\$ 4.710,3	R\$ 5.073,36	R\$ 4.148,17
Conta própria sem CNPJ	R\$ 3.716,54	R\$ 4.119,57	R\$ 2.835,77
TOTAL	R\$ 3.220,71	R\$ 3.667,5	R\$ 2.647,48

FONTE: IBGE, 2022c.

Os dados apresentados evidenciam diferenças relevantes no rendimento nominal médio mensal conforme a categoria do emprego e o sexo dos trabalhadores. No total geral, o rendimento médio mensal é de R\$ 3.220,71, sendo R\$ 3.667,50 para os homens e R\$ 2.647,48 para as mulheres, demonstrando uma diferença significativa de renda entre os sexos. Essa desigualdade também é observada na maioria das categorias ocupacionais, indicando que, em geral, os homens apresentam rendimentos médios superiores aos das mulheres.

No setor privado, o rendimento médio dos empregados é de R\$ 2.189,18, sendo maior entre os trabalhadores com carteira assinada (R\$ 2.315,45) em comparação aos sem carteira



assinada (R\$ 1.674,72). Essa diferença evidencia a importância da formalização do vínculo de trabalho, que está associada a rendimentos mais elevados e maior estabilidade laboral. Entre os trabalhadores domésticos, os rendimentos são significativamente menores, com média de R\$ 1.143,83, reforçando a vulnerabilidade econômica dessa categoria.

Por outro lado, as maiores médias de rendimento são observadas entre empregadores, que apresentam rendimento médio de R\$ 8.771,92, chegando a R\$ 9.289,36 entre aqueles com CNPJ, evidenciando maior capacidade de geração de renda nessa categoria. Também se destacam os militares, com média de R\$ 5.059,53, e os empregados do setor público, cujo rendimento médio é de R\$ 3.917,63, especialmente entre os funcionários estatutários (R\$ 4.132,54). Já os trabalhadores por conta própria apresentam média de R\$ 3.974,25, sendo maior entre aqueles com CNPJ (R\$ 4.710,30) em comparação aos sem CNPJ (R\$ 3.716,54), o que sugere que a formalização também contribui para melhores rendimentos nessa categoria. De forma geral, os dados indicam que níveis mais altos de formalização e posições ocupacionais de maior responsabilidade estão associados a rendimentos mais elevados, enquanto ocupações informais e de menor qualificação apresentam médias salariais inferiores.

Por fim, a análise da dimensão socioeconômica de Marmeleiro, quando articulada ao contexto demográfico, evidencia um cenário de avanços importantes na geração de emprego, formalização e crescimento econômico, mas que ainda convive com desigualdades estruturais e segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade. O crescimento do emprego formal, a expansão da atividade econômica e a elevação da escolaridade da força de trabalho indicam um território com potencial de desenvolvimento e inclusão produtiva. No entanto, a persistência de expressiva informalidade, especialmente entre trabalhadores por conta própria e no trabalho doméstico, as desigualdades de gênero nos rendimentos e na inserção ocupacional, bem como a concentração de renda em determinados grupos, revelam que os benefícios desse crescimento não se distribuem de forma equitativa. Além disso, quando considerados os dados demográficos, como o envelhecimento populacional e a redução relativa de jovens, observa-se a necessidade de reconfiguração das estratégias de desenvolvimento local, de modo a garantir sustentabilidade econômica e proteção social ao longo do ciclo de vida.

Nesse contexto, a Política de Assistência Social assume um papel importante no enfrentamento dessas desigualdades, especialmente junto às famílias com baixa renda, inserção precária no mercado de trabalho e acesso limitado a direitos. A presença de trabalhadores em ocupações informais ou com baixos rendimentos reforça a importância das ações de PSB, como o acompanhamento familiar, a inclusão em programas de transferência de renda, o fortalecimento de vínculos e a articulação com políticas de trabalho e renda. O envelhecimento populacional e a feminização de determinadas vulnerabilidades exigem respostas específicas da proteção social. Assim, o diagnóstico evidencia que o enfrentamento das vulnerabilidades socioeconômicas no município depende de uma atuação integrada e intersetorial, capaz de promover inclusão produtiva, reduzir desigualdades e assegurar a garantia de direitos à população.



6. PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é o principal instrumento de coleta e gestão de informações socioeconômicas das famílias brasileiras em situação de pobreza ou vulnerabilidade social. Ele constitui a base de dados que subsidia o acesso a diversos programas e benefícios sociais de diferentes políticas públicas, sendo, portanto, uma ferramenta estratégica para o planejamento, a gestão e a avaliação das ações governamentais.

Sua função é identificar e caracterizar as condições de vida das famílias, reunindo informações sobre renda, composição familiar, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, habitação e acesso a serviços públicos.

O CadÚnico desempenha papel central na produção de evidências sobre a realidade social dos territórios, permitindo identificar o perfil das famílias em situação de vulnerabilidade, mapear desigualdades e orientar o planejamento e a implementação de ações e serviços das políticas sociais. Ao favorecer a articulação intersetorial e a formulação de estratégias integradas de desenvolvimento social, constitui um instrumento essencial para o fortalecimento da gestão pública e para a promoção de políticas mais efetivas, sustentáveis e territorialmente orientadas.

6.1 Número de famílias e Pessoas inseridas no Cadastro Único

O Quadro 22 apresenta o quantitativo de famílias e pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal no município de Marmeleiro, com base na extração do Sistema de Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD) referente a dezembro de 2025.

QUADRO 22 - FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS INSCRITOS NO CADASTRO ÚNICO

CADASTRADOS NO CADASTRO ÚNICO	TOTAL
Famílias cadastradas	3.116
Pessoas Cadastradas	7.097

FONTE: CECAD, 2026.

A análise evidencia a expressiva presença de famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica no Município de Marmeleiro.

O total de 3.116 famílias cadastradas, abrangendo 7.097 pessoas, indica que uma parcela significativa da população municipal encontra-se referenciada no Cadastro Único, o que reforça a centralidade desse instrumento para a identificação das condições sociais da população e para o acesso a benefícios e serviços das políticas públicas. A média aproximada de 2,3 pessoas por família cadastrada sugere a predominância de arranjos familiares de pequeno porte, associada a

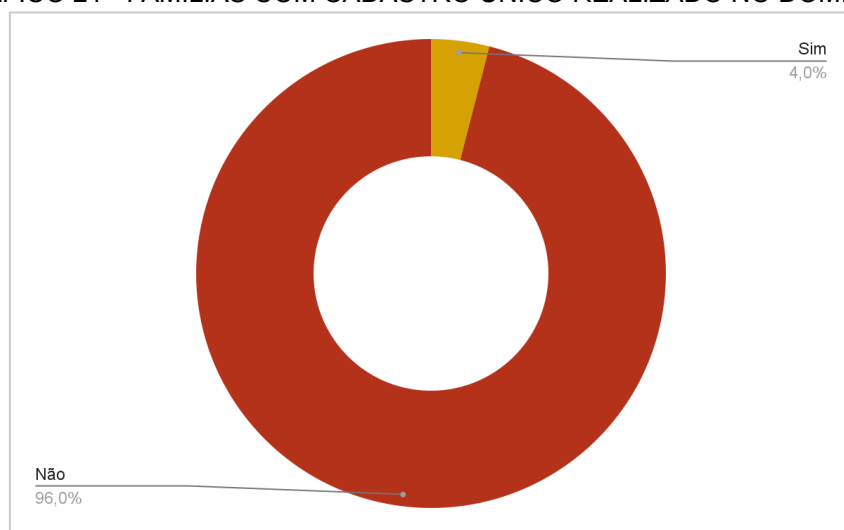
fatores como envelhecimento populacional, redução da taxa de fecundidade e maior incidência de famílias monoparentais.

Esses dados evidenciam a importância estratégica da Política de Assistência Social no território, especialmente no âmbito do SUAS, tanto na gestão de programas de transferência de renda quanto na oferta de serviços socioassistenciais de PSB. O volume de famílias cadastradas demanda estrutura administrativa adequada, equipes técnicas qualificadas e ações permanentes de atualização cadastral e acompanhamento familiar.

6.2 Cadastramento no domicílio

O Cadastro Único realizado em domicílio garante maior inclusão das famílias em situação de vulnerabilidade social, permitindo observar de perto suas condições de vida e superar barreiras de acesso. Essa abordagem possibilita a coleta de informações mais precisas e contextualizadas, fortalecendo a equidade no atendimento, ampliando a cobertura do Cadastro Único e apoiando o planejamento e a execução de políticas públicas. De acordo com informações da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD, 2026), o Gráfico 21 demonstra a distribuição das famílias cadastradas em domicílio.

GRÁFICO 21 - FAMÍLIAS COM CADASTRO ÚNICO REALIZADO NO DOMICÍLIO



FONTE: SAGICAD, 2026.

A análise dos dados apresentados no Gráfico 21, evidencia que, no Município de Marmeleiro, apenas 4% das famílias cadastradas no Cadastro Único tiveram o cadastramento realizado em domicílio, enquanto 96% foram cadastradas por outras formas de atendimento. Esse resultado indica que, embora o cadastramento domiciliar seja reconhecido como uma estratégia fundamental para a inclusão de famílias em situação de maior vulnerabilidade social, sua utilização ainda é bastante limitada no território. Considerando que o Cadastro Único atende prioritariamente famílias com dificuldades de mobilidade, acesso à informação ou inserção nos

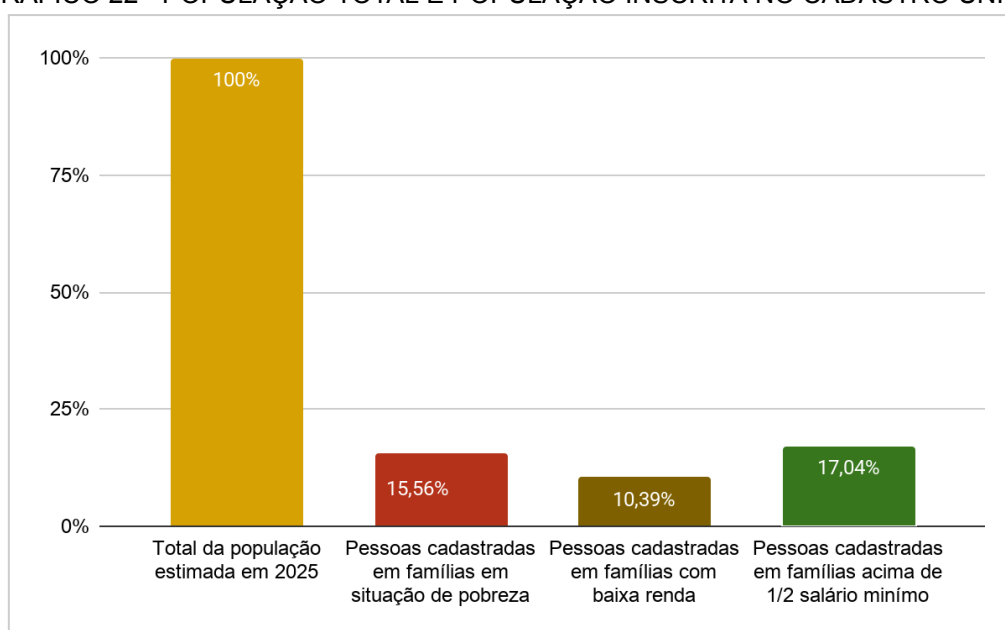
serviços públicos, o baixo percentual de visitas domiciliares pode sinalizar barreiras operacionais, como restrições de equipe, limitações logísticas ou priorização do atendimento presencial nas unidades.

A reduzida realização de cadastros em domicílio pode impactar a identificação de situações de vulnerabilidade mais complexas, especialmente entre famílias isoladas, com pessoas idosas, com deficiência, acamadas ou residentes em áreas rurais ou periféricas. Nessas situações, o atendimento exclusivamente por demanda espontânea tende a sub-representar públicos que enfrentam maiores obstáculos de acesso às políticas públicas.

6.3 Perfil socioeconômico da população e vulnerabilidade social

O Gráfico 22 representa a distribuição da população municipal segundo a condição de cadastramento no Cadastro Único, evidenciando o total de habitantes, o volume de pessoas cadastradas e a proporção de famílias em diferentes faixas de renda. A visualização permite identificar o alcance do Cadastro Único em relação à população total do município e compreender o perfil socioeconômico das famílias inscritas, destacando a parcela em situação de pobreza, baixa renda e renda acima de meio salário mínimo per capita.

GRÁFICO 22 - POPULAÇÃO TOTAL E POPULAÇÃO INSCRITA NO CADASTRO ÚNICO



FONTE: CECAD, 2026.

O município apresenta uma população estimada de 16.605 habitantes em 2025, dos quais 7.140 pessoas encontram-se cadastradas no Cadastro Único, correspondendo a aproximadamente 43% da população total. Esse dado evidencia elevada capilaridade do instrumento e, sobretudo, a expressiva presença de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, demandando atenção contínua da política de Assistência Social.



No que se refere à distribuição por faixas de renda, observa-se que 2.584 pessoas (15,56%) vivem em famílias em situação de pobreza, configurando um contingente significativo da população municipal com restrição severa de renda. Este grupo constitui público prioritário da PSB, demandando ações sistemáticas de acompanhamento familiar, acesso a benefícios eventuais e programas de transferência de renda, além de articulação intersetorial para enfrentamento das múltiplas vulnerabilidades associadas à pobreza.

Adicionalmente, 1.726 pessoas (10,39%) estão inseridas em famílias classificadas como de baixa renda, situando-se acima da linha de pobreza, porém ainda em condição de elevada vulnerabilidade social. Trata-se de famílias expostas a riscos sociais recorrentes, com maior suscetibilidade ao desemprego, à informalidade do trabalho e à instabilidade de renda, o que pode resultar em agravamento das situações de vulnerabilidade e ingresso no grupo da pobreza, caso não haja acompanhamento e proteção adequados.

Destaca-se, ainda, a presença de 2.830 pessoas (17,04%) pertencentes a famílias com renda per capita superior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, igualmente inscritas no Cadastro Único. Esse dado reforça que a renda, de forma isolada, não é suficiente para caracterizar a ausência de vulnerabilidade social, indicando a ocorrência de outros fatores de risco, como composição familiar ampliada, presença de pessoas com deficiência, necessidade de cuidados permanentes, elevados gastos com saúde, moradia ou transporte, bem como vínculos de trabalho precários.

De forma integrada, constata-se que 25,95% da população municipal encontra-se em situação de pobreza ou baixa renda, enquanto uma parcela adicional permanece cadastrada em razão de vulnerabilidades não estritamente monetárias. Tal cenário evidencia que a vulnerabilidade social no município assume caráter estrutural, exigindo planejamento contínuo, fortalecimento das equipes de referência e consolidação de estratégias preventivas no âmbito da PSB.

6.4 Atualização cadastral

A atualização cadastral do Cadastro Único é uma exigência fundamental para assegurar que as informações registradas reflitam com precisão a situação socioeconômica das famílias. Conforme as normas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), o cadastro deve ser atualizado a cada 24 meses ou sempre que ocorrerem mudanças relevantes, como alterações na composição familiar, renda, endereço, escola das crianças ou outros dados que impactem o perfil da família.

Essa atualização é indispensável porque o Cadastro Único serve de base para a inclusão, permanência e revisão das famílias em diversos programas sociais, entre eles o Programa Bolsa Família (PBF), a Tarifa Social de Energia Elétrica e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

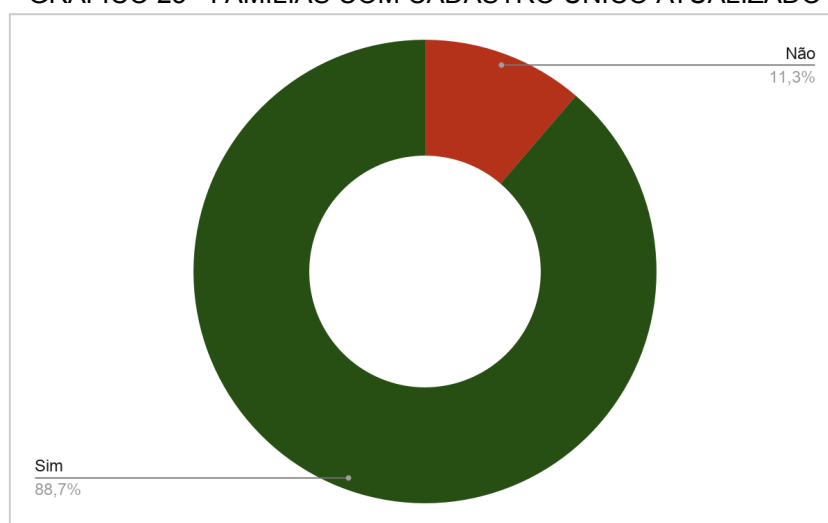
Quando o cadastro ultrapassa o prazo de atualização, ele passa a ser considerado desatualizado, o que pode resultar na suspensão ou no cancelamento dos benefícios vinculados.

Assim, o processo de atualização cadastral constitui um importante instrumento de gestão e controle social, garantindo que as políticas públicas sejam direcionadas, de forma justa e eficaz, às famílias que realmente necessitam.

6.4.1 Famílias por cadastro atualizado

De acordo com os dados disponibilizados pela SAGICAD, o Gráfico 23 apresenta a proporção de famílias que estão com o Cadastro Único atualizado em comparação às famílias com cadastro não atualizado.

GRÁFICO 23 - FAMÍLIAS COM CADASTRO ÚNICO ATUALIZADO



FONTE: SAGICAD, 2026.

A análise dos dados evidencia que 88,7% das famílias do Município de Marmeleiro encontram-se com o Cadastro Único atualizado, enquanto 11,3% apresentam cadastro não atualizado.

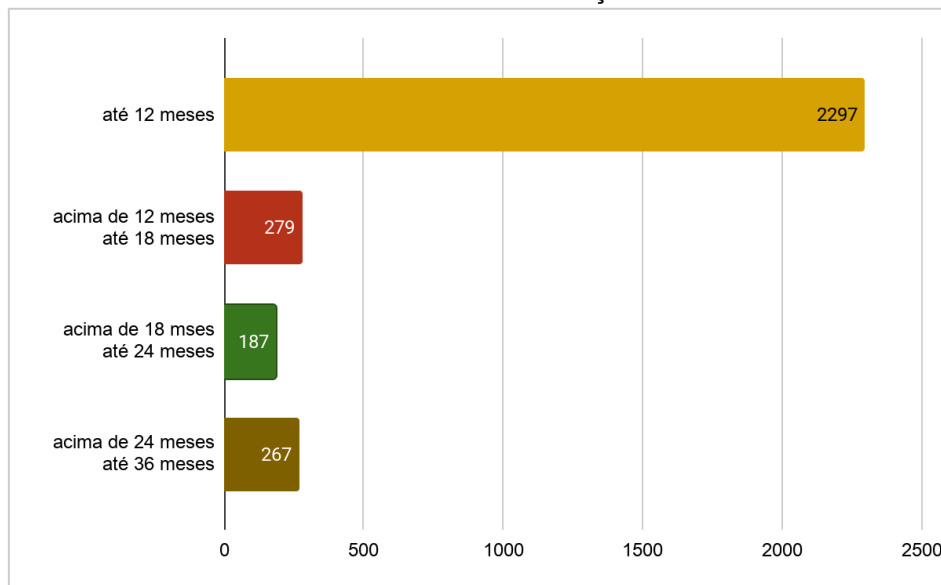
Esse resultado indica um desempenho positivo da gestão municipal do Cadastro Único, demonstrando elevada taxa de atualização cadastral e capacidade operacional das equipes responsáveis, especialmente no âmbito da PSB. A manutenção de um percentual elevado de cadastros atualizados contribui diretamente para a fidedignidade das informações socioeconômicas, a correta focalização dos programas sociais e a garantia de acesso regular aos benefícios, como o PBF.

Por outro lado, a existência de 11,3% de cadastros desatualizados sinaliza a necessidade de atenção permanente, uma vez que a desatualização pode resultar em bloqueio ou cancelamento de benefícios, além de comprometer a efetividade do planejamento e do monitoramento das políticas públicas. Esse grupo tende a concentrar famílias com maior mobilidade residencial, dificuldades de acesso aos serviços ou em situações de vulnerabilidade mais complexas.

6.4.2 Famílias por número de meses após atualização

Conforme o Gráfico 24, elaborado a partir das informações da SAGICAD, 2026, observa-se a distribuição das famílias do município conforme o tempo decorrido desde a última atualização cadastral. Esse indicador é fundamental para o monitoramento da gestão do Cadastro Único, pois permite identificar a regularidade das atualizações e orientar ações de busca ativa para manutenção da base de dados.

GRÁFICO 24 - TEMPO DESDE A ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL DAS FAMÍLIAS



FONTE: SAGICAD, 2026.

A análise da atualização cadastral das famílias inscritas no Cadastro Único demonstra que 2.297 famílias (75,81%) encontram-se com cadastro atualizado há até 12 meses, o que indica conformidade majoritária com as diretrizes vigentes e maior confiabilidade das informações utilizadas para o planejamento, acompanhamento familiar e concessão de benefícios e serviços socioassistenciais.

Por outro lado, identifica-se um conjunto de 733 famílias (24,19%) com cadastro desatualizado há mais de 12 meses, distribuídas da seguinte forma: 279 famílias (9,21%) com atualização entre 12 e 18 meses, 187 famílias (6,17%) entre 18 e 24 meses e 267 famílias (8,81%) com atualização superior a 24 meses e até 36 meses.

A presença de quase um quarto das famílias com cadastro desatualizado constitui fragilidade relevante na gestão da informação social, podendo gerar distorções no diagnóstico socioassistencial, prejuízos ao adequado direcionamento das ações do SUAS e riscos de exclusão ou concessão indevida de benefícios. Tal situação reforça a necessidade de fortalecimento das estratégias de busca ativa, priorização das famílias com maior tempo de desatualização e adoção de rotinas sistemáticas de monitoramento cadastral.



6.4.3 Cobertura do Cadastro Único

A estimativa de famílias com perfil para inclusão no Cadastro Único baseia-se nas normativas federais que definem como público prioritário as famílias em situação de pobreza, com renda familiar mensal de até R\$ 218,00 por pessoa, e as famílias de baixa renda, com renda de até meio salário-mínimo por pessoa ou renda familiar total de até três salários-mínimos.

No município de Marmeleiro, a estimativa oficial aponta a existência de 1.479 famílias com perfil para inserção no Cadastro Único, conforme dados da VIS Data. Esse parâmetro representa o público potencialmente elegível para acesso a programas sociais e serviços socioassistenciais vinculados à política de Assistência Social.

Entretanto, os dados cadastrais atuais indicam que o município possui 1.616 famílias registradas no Cadastro Único com perfil, sendo 1.059 famílias em situação de pobreza e 557 famílias classificadas como de baixa renda. Esse quantitativo supera a estimativa de famílias apontada pelo VIS Data (1.479), evidenciando que 137 famílias cadastradas não se enquadram nos critérios de elegibilidade previstos para o Cadastro Único.

Esse cenário resulta em uma taxa de cobertura de 109%, o que, por um lado, demonstra o alcance territorial da gestão municipal na execução do Cadastro Único, garantindo acesso amplo ao instrumento. Por outro lado, sinaliza fragilidades na qualificação cadastral, indicando a necessidade de revisão criteriosa dos registros ativos, especialmente no que se refere à renda declarada e às condições socioeconômicas das famílias.

A presença de famílias fora do perfil estimado pode decorrer de fatores como desatualização cadastral, alterações recentes na renda familiar, ou ainda da permanência no sistema de famílias que superaram a condição de vulnerabilidade inicialmente identificada. Tal situação pode comprometer a fidedignidade das informações utilizadas para o planejamento socioassistencial, a focalização das ações do SUAS e a adequada alocação de recursos públicos.

6.5 Trabalho no Cadastro Único

O Cadastro Único reúne informações essenciais sobre as condições socioeconômicas das famílias brasileiras, incluindo renda, escolaridade, composição familiar e situação de trabalho. O levantamento sobre ocupação é particularmente relevante, pois permite identificar o nível de inserção produtiva da população, compreender barreiras de acesso ao mercado de trabalho e orientar políticas públicas de geração de renda, qualificação profissional e inclusão produtiva. Esses dados também subsidiam a articulação entre a assistência social e as políticas de trabalho, emprego e economia solidária, fortalecendo estratégias integradas de enfrentamento da pobreza. Além disso, possibilitam o monitoramento das situações de vulnerabilidade social e a definição de prioridades para o planejamento das ações governamentais. Dessa forma, contribuem para a ampliação do acesso a direitos e para a promoção da autonomia das famílias atendidas.

6.5.1 Perfil ocupacional das famílias e pessoas cadastradas

O Quadro 23 demonstra o perfil ocupacional das famílias inscritas no Cadastro Único do município de Marmeleiro.

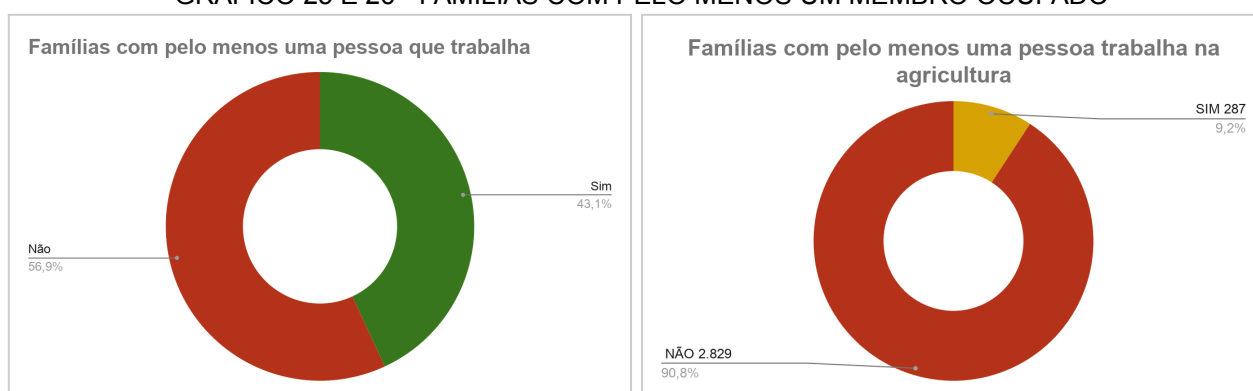
QUADRO 23 - PERFIL OCUPACIONAL DAS FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO

FAMÍLIAS CADASTRADAS	PESSOAS CADASTRADAS	PESSOAS QUE TRABALHAM	PESSOAS QUE TRABALHAM NA AGRICULTURA.
3.166	7.097	1.711	315

FONTE: SAGICAD, 2026.

Além disso, os Gráficos 25 e 26 apresentam a distribuição das famílias cadastradas no Cadastro Único conforme a existência de ao menos uma pessoa ocupada no núcleo familiar. Os dados, extraídos da base da SAGICAD (Dezembro de 2025), permitem identificar o perfil ocupacional das famílias em situação de vulnerabilidade social no município e apoiar o planejamento de ações voltadas ao fortalecimento da renda e à inserção produtiva.

GRÁFICO 25 E 26 - FAMÍLIAS COM PELO MENOS UM MEMBRO OCUPADO



FONTE: SAGICAD, 2026.

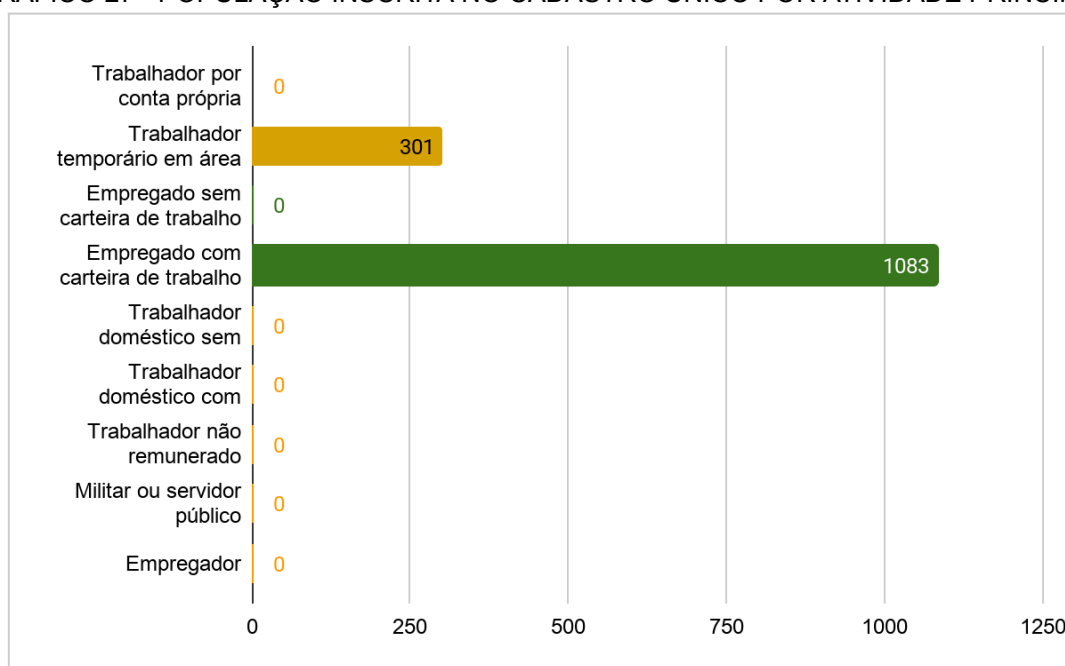
Os dados apresentados nos gráficos anteriores indicam que o município possui 3.116 famílias cadastradas no Cadastro Único, totalizando 7.097 pessoas, o que evidencia a relevância desse instrumento como base estruturante para a identificação das condições socioeconômicas da população em situação de vulnerabilidade social. Do total de pessoas cadastradas, 1.711 declararam exercer alguma atividade de trabalho, correspondendo a aproximadamente 24,1%, o que revela baixo nível de inserção produtiva entre as famílias acompanhadas pela política de Assistência Social.

Ao analisar o recorte familiar, observa-se que apenas 43,1% das famílias possuem pelo menos uma pessoa que trabalha, enquanto 56,9% não contam com nenhum membro inserido em atividade laboral. Esse dado evidencia elevada dependência de transferências de renda e de políticas públicas de proteção social, reforçando a centralidade da Assistência Social na mitigação das vulnerabilidades associadas à ausência ou insuficiência de renda do trabalho.

No que se refere às atividades vinculadas ao meio rural, constata-se que 315 pessoas exercem atividades na agricultura, criação de animais, pesca, coleta ou extração vegetal, distribuídas em 287 famílias, o que representa cerca de 9,2% do total de famílias cadastradas. Ainda que proporcionalmente minoritário, esse contingente revela a presença de vínculos laborais marcados pela sazonalidade e pela informalidade, características que ampliam a instabilidade de renda e os riscos sociais.

Conforme dados da SAGICAD (2026), o Gráfico 27 apresenta a distribuição das pessoas cadastradas em famílias no Cadastro Único segundo a sua atividade de trabalho principal. Esse indicador permite compreender a estrutura ocupacional da população economicamente ativa do município.

GRÁFICO 27 - POPULAÇÃO INSCRITA NO CADASTRO ÚNICO POR ATIVIDADE PRINCIPAL



FONTE: SAGICAD, 2026.

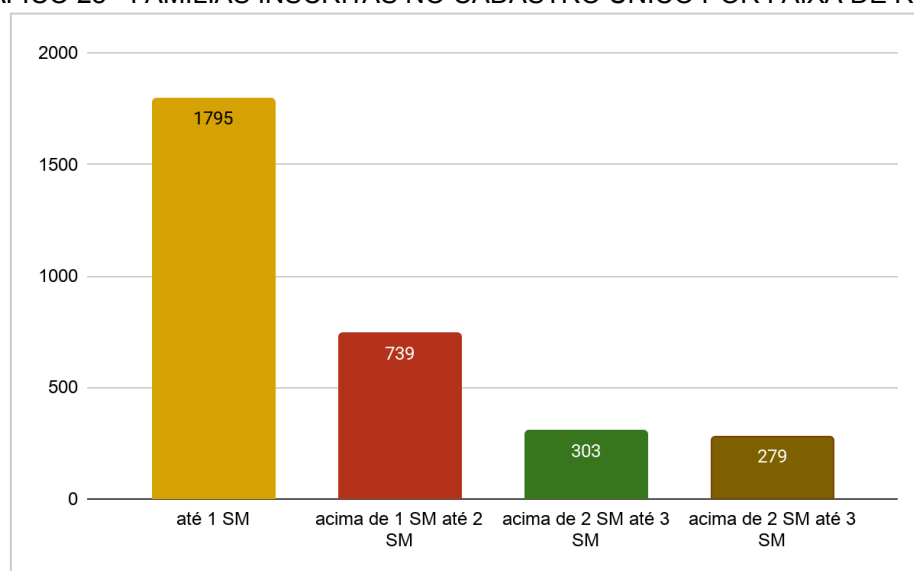
A análise da atividade de trabalho principal evidencia a predominância de empregados com carteira de trabalho assinada (1.083 pessoas), seguida por trabalhadores temporários em área rural (361 pessoas). A expressiva participação de trabalhadores temporários reforça a existência de relações de trabalho precárias, com rendimentos irregulares e maior exposição a períodos de desproteção social, mesmo entre famílias com inserção produtiva.

Observa-se, ainda, baixa representatividade de categorias como trabalhador por conta própria, empregado sem carteira assinada, trabalhador doméstico e empregador, indicando limitada diversificação das formas de inserção econômica e reduzidas possibilidades de autonomia financeira para parcela significativa das famílias cadastradas. Esse cenário evidencia a necessidade de fortalecimento de ações voltadas à qualificação profissional e à ampliação das oportunidades de geração de renda. Além disso, reforça a importância da articulação intersetorial para promover a inclusão produtiva e reduzir situações de vulnerabilidade socioeconômica.

6.6 Renda do Cadastro Único

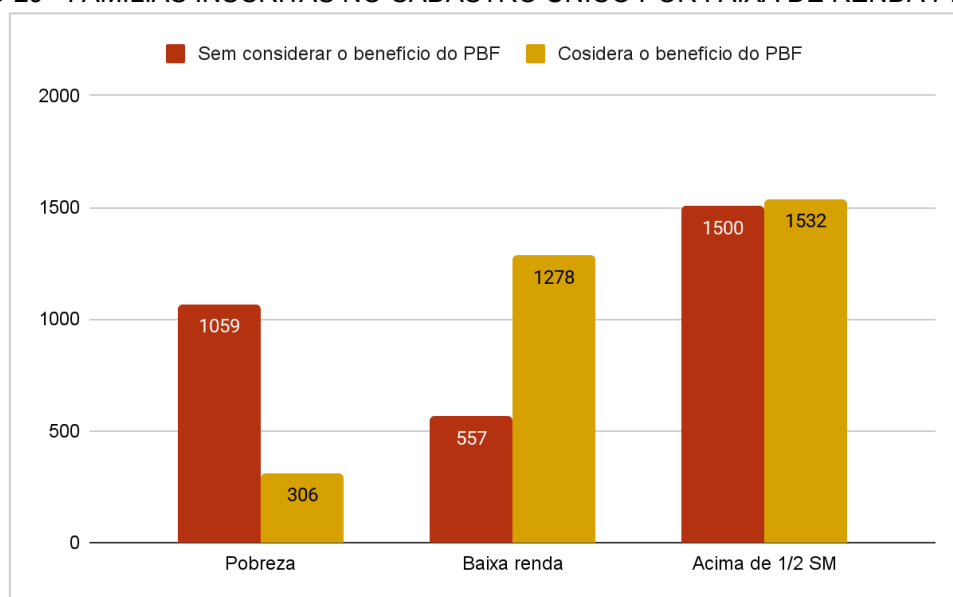
Os Gráficos 28 e 29 apresentados evidenciam a distribuição das famílias inscritas no Cadastro Único do município de Marmeleiro, segundo faixas de renda familiar e renda per capita, com base nos dados da SAGICAD. Para qualificar a leitura do perfil socioeconômico das famílias, foram elaborados dois gráficos: um referente à renda familiar total, organizada por intervalos salariais, e outro por faixa de renda, permitindo a comparação da renda per capita sem a consideração do PBF e da renda per capita com a inclusão do valor do benefício.

GRÁFICO 28 - FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO POR FAIXA DE RENDA



FONTE: SAGICAD, 2026.

GRÁFICO 29 - FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO POR FAIXA DE RENDA PER CAPITA



FONTE: SAGICAD, 2026.

A análise da renda familiar total evidencia que 1.795 famílias (57,6%) possuem renda de até 1 salário mínimo, concentrando-se majoritariamente nos estratos de maior vulnerabilidade



socioeconômica. Outras 739 famílias (23,7%) situam-se na faixa acima de 1 até 2 salários mínimos, enquanto 303 famílias (9,7%) apresentam renda entre 2 e 3 salários mínimos, e 279 famílias (9,0%) possuem renda superior a 3 salários mínimos. Essa distribuição confirma a predominância de famílias com baixa capacidade de geração de renda, inclusive entre aquelas que ultrapassam os critérios monetários mais restritivos utilizados para a caracterização da pobreza.

No que se refere à renda per capita com a inclusão do valor do PBF, observa-se redução expressiva do número de famílias em situação de pobreza, que passam a 306 famílias (9,8%), concomitantemente à ampliação do contingente de famílias classificadas como de baixa renda (1.278 famílias – 41,0%) e acima de ½ salário mínimo per capita (1.532 famílias – 49,2%). Esse deslocamento entre faixas de renda evidencia o papel central do PBF como mecanismo de complementação de renda, contribuindo para a redução imediata das situações de pobreza extrema.

Entretanto, embora o benefício promova melhora nos indicadores de renda, os dados indicam que parcela significativa das famílias permanece em patamares de vulnerabilidade social, sobretudo na faixa de baixa renda, o que reforça que o PBF, embora essencial, não é suficiente, de forma isolada, para assegurar autonomia econômica e a superação das vulnerabilidades sociais.

De forma integrada, os dados evidenciam que a vulnerabilidade socioeconômica no município não se restringe às famílias classificadas como pobres, estendendo-se a um contingente expressivo de famílias de baixa renda e renda intermediária, as quais permanecem expostas a riscos sociais, especialmente diante da instabilidade do trabalho e da elevação do custo de vida.

FIGURA 04 - EVOLUÇÃO DA RENDA, POBREZA E ÍNDICE DE GINI (2000–2010)



FONTE: Atlas Brasil, 2026.

Além disso, os dados de renda per capita mensal, ilustrados por meio da Figura 04, indicam um crescimento expressivo da renda no município de Marmeleiro entre 2000 e 2010. Em valores reais (a preços de agosto de 2010), a renda per capita passou de R\$ 388,34 para R\$ 751,42, o que representa um aumento de aproximadamente 93,5% no período.

Esse avanço evidencia uma melhora significativa da capacidade média de renda da população, possivelmente associada à ampliação das atividades econômicas locais, ao aumento



do emprego formal, à valorização de rendimentos do trabalho e à incidência de políticas públicas de transferência de renda no período.

Entretanto, a análise do nível de renda deve ser considerada de forma integrada a outros indicadores socioeconômicos. Apesar do crescimento expressivo da renda média, os dados de 2010 apontam que 10,53% da população ainda se encontrava em situação de pobreza, o que revela que os ganhos econômicos não foram distribuídos de forma homogênea. Esse aspecto é reforçado pelo Índice de Gini de 0,51, indicador que, embora tenha apresentado redução em relação a 2000, ainda denota elevada concentração de renda.

QUADRO 24 - EVOLUÇÃO DA RENDA DA POPULAÇÃO MUNICIPAL (2000–2017)

CATEGORIA	2000	2010	2014	2017
Extremamente pobre	14,23%	2,48%	11,46%	13,16%
Pobres	29,91%	10,23%	32,42%	41,76%
Vulneráveis à pobreza	53,66%	24,26%	41,42%	65,56%

FONTE: Atlas Brasil, 2026.

A análise da evolução dos indicadores de pobreza e vulnerabilidade social em Marmeleiro, conforme demonstrados no Quadro 24, revela avanços significativos no período intercensitário (2000–2010), seguidos pela intensificação da vulnerabilidade a partir de 2014, conforme dados administrativos do Cadastro Único.

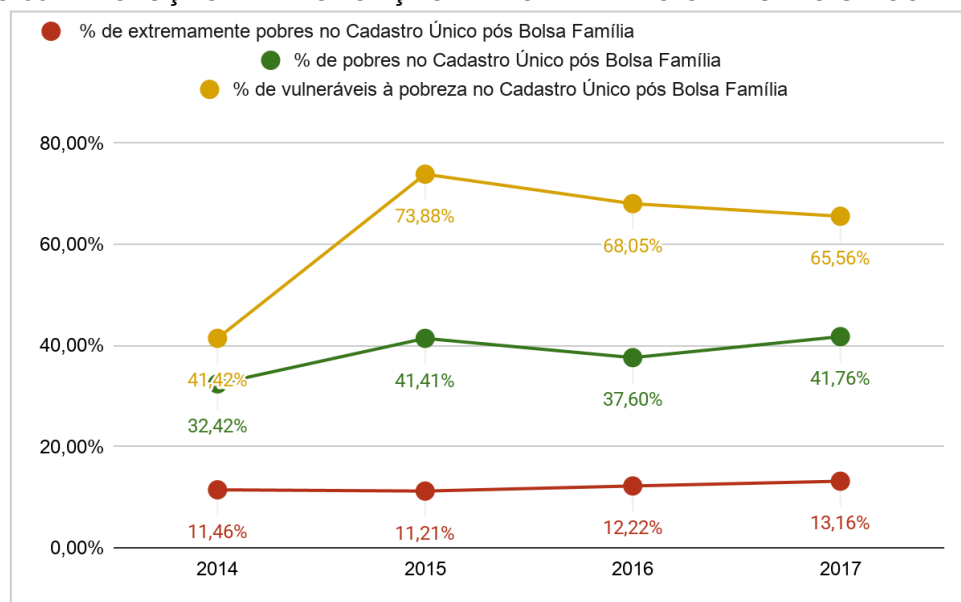
Entre 2000 e 2010, observa-se uma redução expressiva da pobreza em todas as suas dimensões. A proporção de pessoas em extrema pobreza caiu de 14,23% para 2,48%, enquanto a população pobre foi reduzida de 29,91% para 10,53%. Da mesma forma, o contingente de pessoas vulneráveis à pobreza apresentou diminuição relevante, passando de 53,66% para 24,26%. Esse movimento está alinhado ao crescimento real da renda per capita no período, à ampliação do emprego formal e à consolidação de políticas públicas de proteção social e transferência de renda, com destaque para o PBF.

No entanto, a análise dos dados do Cadastro Único para os anos de 2014 e 2017, considerando a renda familiar per capita após o recebimento do Bolsa Família, evidencia uma tendência inversa, com aumento da proporção de famílias em situação de vulnerabilidade. A participação de pessoas em extrema pobreza passou de 11,46% para 13,16%, enquanto a proporção de pessoas pobres aumentou de 32,42% para 41,76%. De forma ainda mais acentuada, o percentual de pessoas vulneráveis à pobreza elevou-se de 41,42% para 65,56% no período.

Esse cenário indica que, apesar da presença do benefício de transferência de renda, um número crescente de famílias permanece com renda insuficiente para superar a pobreza, o que aponta para fragilidades estruturais na capacidade de geração de renda do município e para a insuficiência do benefício, isoladamente, como estratégia de superação da vulnerabilidade social.

O Gráfico 30 apresenta a evolução da proporção de famílias em situação de extrema pobreza, pobreza e vulnerabilidade à pobreza inscritas no Cadastro Único após a incidência do PBF, no período de 2014 a 2017. As informações foram extraídas do Atlas Brasil (2026) e permitem analisar o comportamento dos diferentes estratos de renda das famílias acompanhadas pela política de assistência social ao longo do período.

GRÁFICO 30 - EVOLUÇÃO DA PROPORÇÃO DE POBREZA NO CADASTRO ÚNICO APÓS O PBF



FONTE: Atlas Brasil, 2026.

A análise do gráfico evidencia mudanças relevantes no perfil socioeconômico das famílias inscritas no Cadastro Único no período analisado. Observa-se, inicialmente, um crescimento gradual da proporção de famílias em extrema pobreza, que passa de 11,46% em 2014 para 13,16% em 2017, indicando o agravamento das situações de maior vulnerabilidade social e a persistência de dificuldades estruturais para a superação da pobreza extrema, mesmo após o acesso ao PBF. Esse movimento está associado, em grande medida, ao contexto de desaceleração econômica e restrição do mercado de trabalho observado a partir de 2014.

No que se refere às famílias classificadas como pobres, verifica-se um comportamento oscilante, porém mantendo-se em patamar elevado ao longo de todo o período. A proporção cresce de 32,42% em 2014 para 41,41% em 2015, reduz-se em 2016 para 37,60% e volta a aumentar em 2017, alcançando 41,76%. Esses dados revelam a dificuldade de mobilidade socioeconômica das famílias beneficiárias, indicando que parte significativa permanece na condição de pobreza por períodos prolongados, mesmo com a incidência da transferência de renda.

Já o grupo de famílias vulneráveis à pobreza apresentou um aumento expressivo em 2015, quando atingiu 73,88%, seguido de uma redução gradual nos anos subsequentes, chegando a 65,56% em 2017. Apesar da queda, o percentual permanece elevado, o que evidencia a existência de um amplo contingente de famílias em situação de instabilidade econômica,

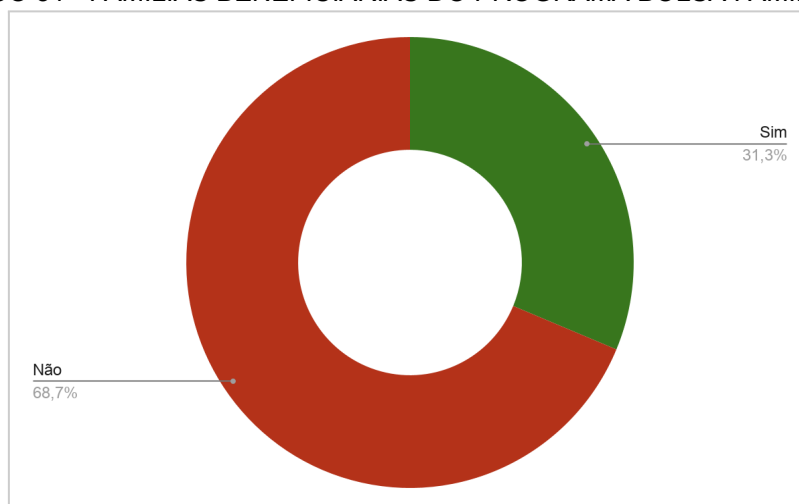
altamente suscetíveis a choques de renda e ao retorno a condições mais severas de pobreza. Esse comportamento reforça o caráter preventivo do Cadastro Único e a importância de ações articuladas entre a política de assistência social e outras políticas públicas, especialmente aquelas voltadas à geração de trabalho e renda, para a redução sustentável das vulnerabilidades sociais.

6.6.1 Programa Bolsa Família (PBF)

O PBF constitui-se como a principal política pública de transferência de renda do Estado brasileiro, com papel central na proteção social de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Integrado ao SUAS, o programa articula o alívio imediato da pobreza por meio da complementação de renda com o acesso a direitos básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e territoriais. Nesse contexto, a análise dos dados do PBF torna-se fundamental para compreender o perfil socioeconômico das famílias beneficiárias, a incidência da pobreza no território e os desafios para o fortalecimento das ações de acompanhamento familiar e de promoção da autonomia. O acesso ao programa está condicionado à inscrição e à atualização do Cadastro Único, sendo elegíveis as famílias com renda mensal per capita de até R\$ 218,00, valor que caracteriza a situação de pobreza e extrema pobreza segundo os parâmetros vigentes. A priorização considera, ainda, a presença de gestantes, crianças, adolescentes e jovens na composição familiar. A permanência no programa está vinculada ao cumprimento das condicionalidades nas áreas de saúde e educação, como o acompanhamento do calendário vacinal, do pré-natal e da frequência escolar, reforçando o caráter intersectorial da política e seu papel na garantia de direitos e na redução das vulnerabilidades sociais.

O Gráfico 31 apresenta a proporção de famílias inscritas no Cadastro Único que são beneficiárias do PBF no município. Do total de 3.166 famílias cadastradas, 31,30% (976 famílias) recebem o benefício, enquanto 68,70% (2.140 famílias) não são contempladas pelo programa.

GRÁFICO 31 - FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)

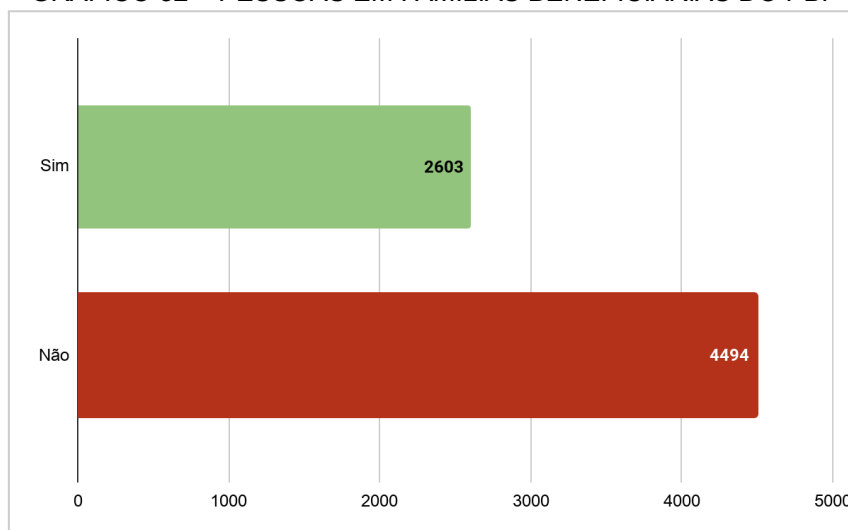


FONTE: SAGICAD, 2026.

Os dados evidenciam que pouco menos de um terço das famílias inscritas no Cadastro Único em Marmeleiro acessam o PBF, o que indica que a maior parte das famílias cadastradas não se enquadra, no momento, nos critérios de renda e elegibilidade do programa. Esse resultado revela a diversidade de perfis socioeconômicos presentes no Cadastro Único, que abrange não apenas famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, mas também aquelas em condição de baixa renda que demandam acompanhamento da política de assistência social sem necessariamente acessar a transferência direta de renda. Ao mesmo tempo, a expressiva proporção de famílias não beneficiárias reforça a importância do Cadastro Único como instrumento estratégico de planejamento, permitindo identificar vulnerabilidades, orientar o acompanhamento familiar pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e subsidiar ações intersetoriais voltadas à inclusão produtiva, ao acesso a serviços e à prevenção do agravamento das situações de risco social.

O Gráfico 32 apresenta a distribuição das pessoas inscritas no Cadastro Único do município de Marmeleiro conforme a condição de recebimento do PBF, com base nos dados da SAGICAD (2026). Do total de 7.097 pessoas cadastradas, 2.603 integram famílias beneficiárias do programa, enquanto 4.494 pertencem a famílias que não recebem o benefício.

GRÁFICO 32 – PESSOAS EM FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PBF



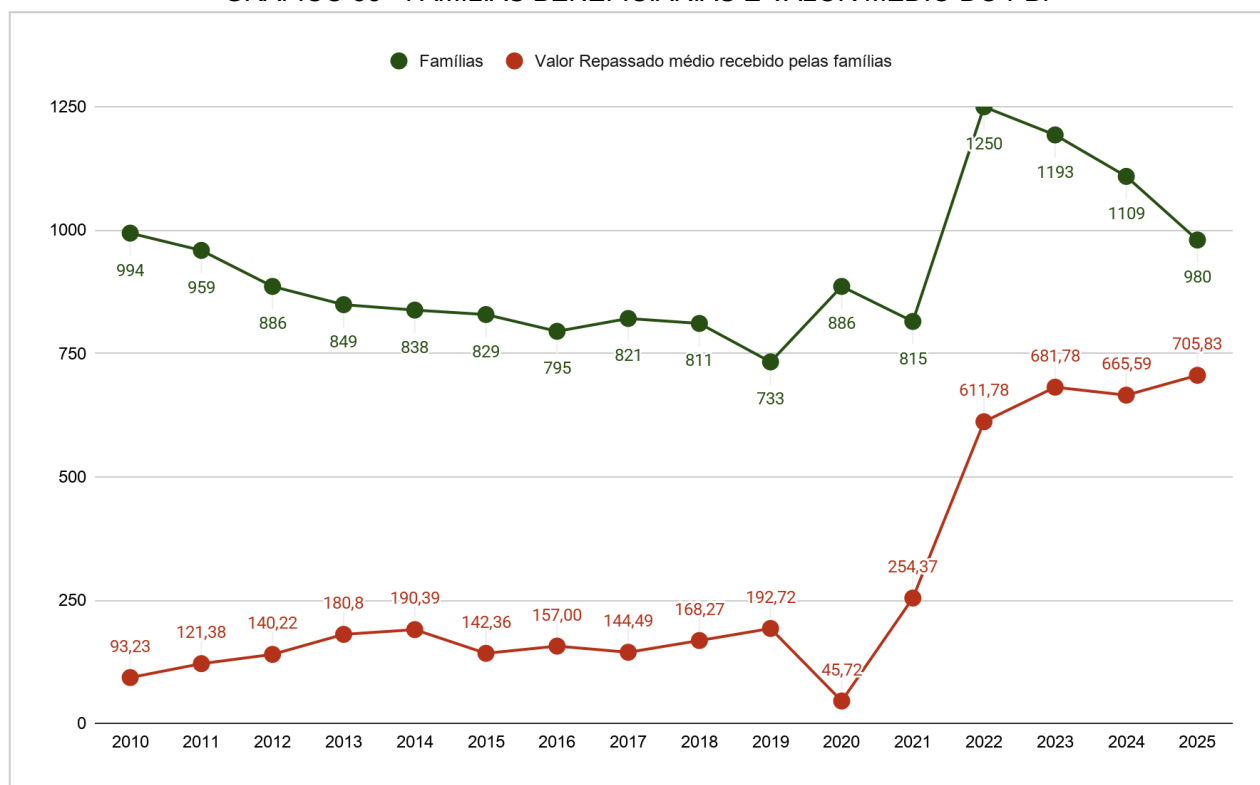
FONTE: SAGICAD, 2026.

Os dados demonstram que uma parcela significativa da população inscrita no Cadastro Único em Marmeleiro não integra famílias beneficiárias do PBF, apesar de estar registrada no principal instrumento de identificação das famílias de baixa renda. A presença de 2.603 pessoas em famílias beneficiárias indica a relevância do programa para a proteção social de um contingente expressivo da população municipal, especialmente no enfrentamento imediato da pobreza e da insegurança de renda. Por outro lado, o número majoritário de pessoas vinculadas a famílias não beneficiárias reforça que o Cadastro Único contempla diferentes níveis de vulnerabilidade social, incluindo famílias que, embora não atendam aos critérios de renda do

programa, demandam acompanhamento, acesso a serviços e inclusão em outras políticas públicas.

O Gráfico 33 apresenta a evolução do número de famílias beneficiadas e do valor médio repassado às famílias por meio do Programa de Transferência de Renda no município de Marmeleiro, no período de 2010 a 2025, com base em dados da SAGICAD, considerando como referência o mês de dezembro de cada ano. Os dados evidenciam, de forma comparativa, a dinâmica de cobertura do programa ao longo do tempo e as variações no valor médio dos benefícios concedidos às famílias atendidas. Observa-se que, ao longo da série histórica, há oscilações tanto no quantitativo de famílias beneficiadas quanto nos valores médios transferidos, refletindo alterações normativas, econômicas e conjunturais que impactaram a política de proteção social no período analisado.

GRÁFICO 33 - FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS E VALOR MÉDIO DO PBF



FONTE: SAGICAD, 2025a.

A análise dos dados do município de Marmeleiro evidencia mudanças significativas na cobertura e no valor médio do Programa de Transferência de Renda ao longo do período analisado, especialmente a partir do contexto da pandemia de COVID-19. Observa-se que, durante esse período, houve aumento expressivo no número de famílias beneficiadas, movimento associado não apenas à intensificação das vulnerabilidades socioeconômicas decorrentes da crise sanitária e econômica, mas também a alterações nos processos de cadastramento. Parte relevante das inclusões ocorreu por meio do aplicativo da Caixa Econômica Federal (CEF), sem a



gestão direta dos municípios, o que fragilizou o controle territorial e a qualificação das informações cadastrais.

Nesse contexto, verificou-se aumento significativo de cadastros unipessoais, inclusive com situações em que membros de uma mesma família passaram a acessar mais de um benefício, distorcendo o perfil real das unidades familiares. Tal situação foi posteriormente constatada por estudos e levantamentos do IBGE, que demonstraram a existência de menor número de famílias unipessoais nos municípios do que aquelas registradas no Cadastro Único durante o período de expansão do programa. Como resposta a essas inconsistências, foi instituído o Programa de Fortalecimento do Cadastro Único (PROCAD), a partir de 2023, por meio do qual os municípios passaram a receber orientações técnicas e recursos financeiros para aprimorar a gestão, a qualificação cadastral e a adequação dos registros ao perfil real das famílias.

No que se refere aos valores repassados, destaca-se que, em 2022, ainda sob a denominação de Programa Auxílio Brasil (PAB), foi aprovado, em decorrência do cenário pandêmico, o valor mínimo de R\$600,00 por família, o que explica o aumento expressivo do valor médio recebido naquele ano. Mesmo após o retorno do PBF em novo formato, esse valor mínimo foi mantido, refletindo a consolidação de um patamar mais elevado de proteção de renda às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Dessa forma, a elevação dos valores médios observada a partir de 2022 não se configura como fenômeno pontual, mas como resultado de uma decisão política de recomposição e fortalecimento do benefício, alinhada às necessidades sociais evidenciadas no período pós-pandemia.

De maneira geral, os dados revelam que as oscilações no número de famílias beneficiadas e nos valores médios transferidos em Marmeleiro estão diretamente relacionadas às mudanças institucionais do programa, aos efeitos da pandemia, às fragilidades temporárias na gestão cadastral e, posteriormente, aos esforços de correção e qualificação conduzidos pelos municípios a partir de 2023, reafirmando a centralidade do Cadastro Único como instrumento estratégico da política de assistência social.

6.6.2. Distribuição das Famílias Inscritas no Cadastro Único e Beneficiárias do Programa Bolsa Família por Localidade

O levantamento das famílias inscritas no Cadastro Único e beneficiárias do PBF por localidade constitui instrumento fundamental para a leitura territorial da vulnerabilidade social no município. A identificação da distribuição dessas famílias por bairros e comunidades do interior permite compreender a dinâmica espacial da pobreza e das desigualdades, qualificando o planejamento das ações socioassistenciais, a organização da oferta de serviços e a definição de estratégias de busca ativa, acompanhamento familiar e articulação intersetorial.

Nesse contexto, a distribuição espacial das famílias do Cadastro Único e do PBF configura-se como importante ferramenta para o diagnóstico socioterritorial, subsidiando a



alocação mais eficiente de recursos, a priorização de territórios e públicos, o fortalecimento das ações preventivas e a qualificação das respostas do SUAS às demandas da população em situação de vulnerabilidade.

Os Quadros 25 e 26 apresentam a distribuição das famílias inscritas no Cadastro Único e beneficiárias do PBF por bairros e comunidades do interior do município de Marmeleiro, conforme dados extraídos do CECAD, com referência em 2026.

QUADRO 25 - FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO E BENEFICIÁRIAS DO PBF POR LOCALIDADE (ÁREA URBANA)

BAIRRO	NÚMERO DE FAMÍLIAS COM CADASTRO ÚNICO	% EM RELAÇÃO AO TOTAL DO CAD	BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA	% EM RELAÇÃO AO TOTAL DO PBF
Alto São Mateus	100	3,21%	48	4,92%
Alvorada	155	4,97%	43	4,41%
Bairro Araucária	54	1,73%	18	1,84%
Cohapar Iii	61	1,96%	37	3,79%
Coophamar	90	2,89%	28	2,87%
Industrial	5	0,16%	4	0,41%
Ipiranga	281	9,02%	69	7,07%
Jardim Bandeira	343	11,01%	135	13,83%
Passarela	174	5,58%	54	5,53%
Pedra Branca	5	0,16%	4	0,41%
Perin	64	2,05%	18	1,84%
Santa Rita	274	8,79%	96	9,84%
Tres Pinheiros	93	2,98%	30	3,07%
Centro	375	13,03%	90	9,22%
Morador De Rua	9	0,29%	7	0,72%
SUBTOTAL	2.083	66,85%	681	69,78% %

FONTE: CECAD, 2026.

QUADRO 26 - FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO E BENEFICIÁRIAS DO PBF POR LOCALIDADE (ÁREA RURAL)

COMUNIDADE RURAL	NÚMERO DE FAMÍLIAS COM CADASTRO ÚNICO	% EM RELAÇÃO AO TOTAL	BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA	% EM RELAÇÃO AO TOTAL
Acampamento Sao Francisco	37	1,19%	32	3,28%



Assentamento Karl Marx	22	0,71%	18	1,84%
Linha Agua Branca	39	1,25%	6	0,61%
Linha Água Verde	10	0,32%	3	0,31%
Linha Anjo Da Guarda	14	0,45%	10	1,02%
Linha Barra Bonita	43	1,38%	11	1,13%
Linha Bela Vista	59	1,89%	13	1,33%
Linha Bom Jesus	18	0,58%	6	0,61%
Linha Felix	5	0,16%	2	0,20%
Linha Gruta	14	0,45%	3	0,31%
Linha Hipica	9	0,29%	7	0,72%
Linha Itaiba	30	0,96%	11	1,13%
Linha Jandira	4	0,13%	0	0,00%
Linha Km 02	30	0,96%	13	1,33%
Linha Km 04	17	0,55%	10	1,02%
Linha Km 06	18	0,58%	3	0,31%
Linha Km 10	11	0,35%	3	0,31%
Linha Km 15	12	0,39%	4	0,41%
Linha Km 18	13	0,42%	3	0,31%
Linha Manduri	22	0,71%	6	0,61%
Linha Marmeleiro / Vila Roma	81	2,60%	33	3,38%
Linha Medianeira	7	0,22%	5	0,51%
Linha Negreiro	20	0,64%	11	1,13%
Linha Nossa Senhora Aparecida	20	0,64%	6	1,13%
Linha Nossa Senhora De Fátima	42	1,35%	9	0,92%
Linha Novo Progresso	52	1,67%	16	1,64%
Linha Novo São João	18	0,58%	5	0,51%
Linha Padre Anchieta	9	0,29%	3	0,31%
Linha Perseverança	44	1,41%	14	1,43%
Linha Pocinho	23	0,74%	6	0,61%
Linha Quibebe	7	0,22%	2	0,20%



Linha Rio Fria	15	0,48%	5	0,51%
Linha Sanga Seca	14	0,45%	6	0,61%
Linha Santa Luzia	6	0,19%	2	0,20%
Linha Santa Terezinha	17	0,55%	4	0,41%
Linha Santo Antonio	69	2,21%	23	2,36%
Linha São Braz	5	0,16%	0	0,00%
Linha Sao Domingos	46	1,48%	11	1,13%
Linha Sao Francisco	28	0,90%	7	0,72%
Linha Sao Jorge	21	0,67%	8	0,82%
Linha Sao Luiz	4	0,13%	2	0,20%
Linha Sao Mateus	7	0,22%	2	0,20%
Linha Sao Pedro	17	0,55%	4	0,41%
Linha Sao Sebastiao	2	0,06%	1	0,10%
Linha Stolfo	2	0,06%	0	0,00%
SUBTOTAL	1.033	33,15%	295	30,22%
TOTAL	3.116	100%	976	100%

FONTE: CECAD, 2026.

A análise da distribuição das famílias inscritas no Cadastro Único e beneficiárias do PBF no município evidencia um padrão combinado de concentração urbana e maior intensidade relativa da vulnerabilidade no meio rural. A área urbana reúne 2.083 famílias cadastradas (66,85% do total de 3.116) e 681 beneficiárias do PBF (69,78% de 976), enquanto a área rural concentra 1.033 cadastradas (33,15%) e 295 beneficiárias (30,22%). Esse cenário indica que a maior demanda em termos absolutos está no perímetro urbano, porém a dependência proporcional da transferência de renda tende a ser mais elevada em determinados territórios rurais, exigindo leituras diferenciadas para o planejamento das ações.

No espaço urbano, destacam-se territórios com elevada proporção de beneficiários em relação ao total de cadastrados, como o Bairro Industrial, onde 4 das 5 famílias cadastradas recebem o benefício (80,0%), e o Bairro Pedra Branca, também com 4 de 5 famílias (80,0%). Embora representem baixo volume absoluto (0,41% do total de beneficiários cada), esses dados sinalizam situações pontuais de alta vulnerabilidade. Em termos de maior relevância territorial, o Bairro Cohapar III apresenta 37 beneficiários entre 61 cadastrados (60,7%), e o Bairro Alto São Mateus registra 48 beneficiários entre 100 cadastrados (48,0%), combinando volume significativo e elevada dependência do programa. Além disso, bairros como Jardim Bandeira, com 135



beneficiários (13,83% do total do PBF) entre 343 cadastrados, e Santa Rita, com 96 beneficiários (9,84%) entre 274 cadastrados, concentram grande número de famílias em situação de vulnerabilidade, configurando áreas prioritárias para a atuação da política de assistência social.

No meio rural, a análise revela maior intensidade da vulnerabilidade socioeconômica, expressa na elevada proporção de beneficiários em diversas localidades. O Acampamento São Francisco apresenta 32 beneficiários entre 37 cadastrados (86,5%), e o Assentamento Karl Marx registra 18 beneficiários entre 22 cadastrados (81,8%), indicando forte dependência da transferência de renda. Situações semelhantes são observadas na Linha Hípica, com 7 beneficiários entre 9 cadastrados (77,8%), na Linha Medianeira, com 5 entre 7 (71,4%), e na Linha Anjo da Guarda, com 10 entre 14 famílias (71,4%). Ainda que esses territórios representem menor participação no total de beneficiários do município, evidenciam contextos de elevada fragilidade socioeconômica, agravados pela dispersão territorial e pelas dificuldades de acesso aos serviços públicos.

De forma integrada, os dados demonstram que a vulnerabilidade no município se expressa de maneira heterogênea: enquanto o perímetro urbano concentra maior número absoluto de famílias beneficiárias, como no Jardim Bandeira (135 famílias, 13,83%) e no Centro (90 famílias, 9,22%), o meio rural apresenta territórios com maior proporção de famílias dependentes do programa, como no Acampamento São Francisco (86,5%) e no Assentamento Karl Marx (81,8%). Essa configuração reforça a necessidade de estratégias territorializadas, que considerem tanto a concentração quanto a intensidade da vulnerabilidade, orientando a priorização de territórios, a ampliação da busca ativa, o fortalecimento do acompanhamento familiar e a articulação intersetorial, com vistas à redução das desigualdades socioterritoriais e à promoção da autonomia das famílias.

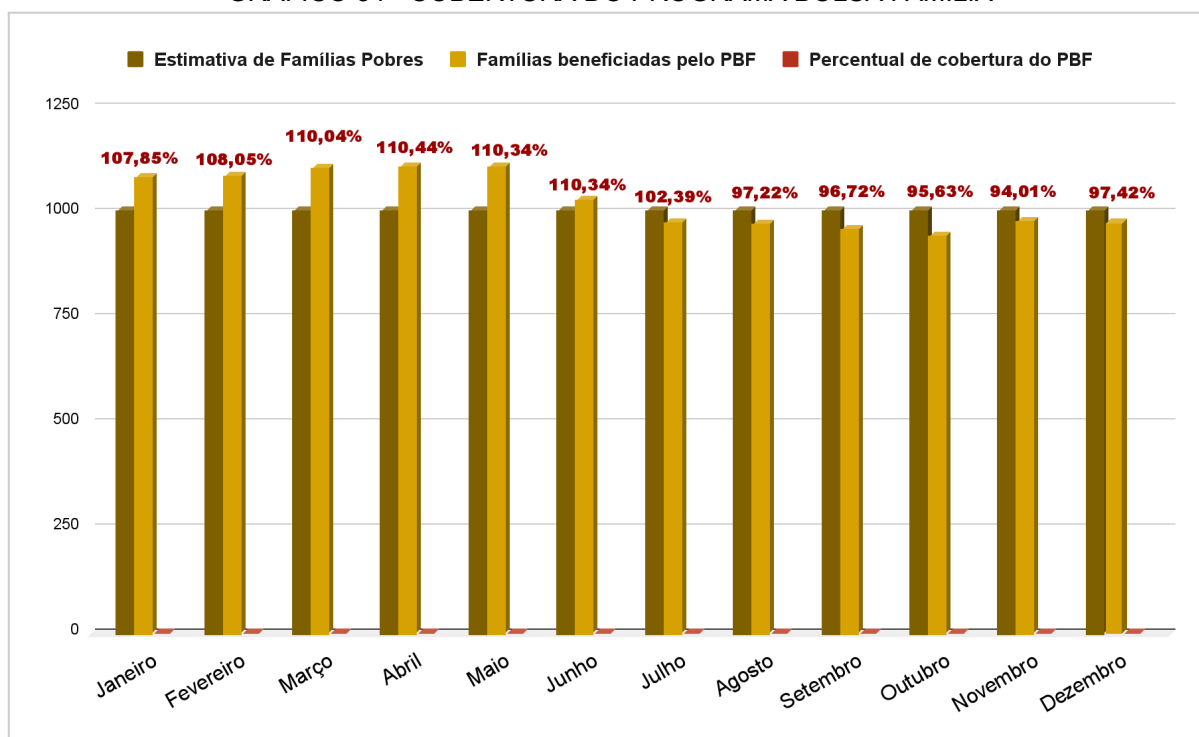
6.6.3 Cobertura do Programa Bolsa Famílias

A cobertura do PBF constitui um dos principais indicadores de efetividade da política de transferência de renda no enfrentamento à pobreza, na medida em que expressa a capacidade da gestão pública em alcançar as famílias que atendem aos critérios de elegibilidade definidos pela política nacional. A comparação entre a estimativa de famílias pobres, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), e o número de famílias efetivamente beneficiadas permite avaliar o grau de alcance do programa no território e a aderência da cobertura às necessidades socioeconômicas locais.

O Gráfico 34 apresenta a evolução da cobertura do PBF no município de Marmeleiro ao longo do ano de 2025, considerando o período de janeiro a dezembro, com base em dados da SAGICAD (2026). A cobertura é calculada a partir da relação entre a estimativa de famílias pobres, conforme a PNADC 2022, e a quantidade de famílias efetivamente beneficiadas pelo PBF a cada mês. Os dados permitem visualizar a dinâmica mensal da cobertura do programa,

evidenciando variações no número de famílias atendidas e no percentual de cobertura em relação ao público potencial estimado.

GRÁFICO 34 - COBERTURA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA



FONTE: SAGICAD, 2025a.

A análise da cobertura do PBF no município de Marmeleiro ao longo de 2025 evidência que, nos primeiros meses do ano, o número de famílias beneficiadas superou a estimativa de famílias pobres definida pela PNADC, resultando em percentuais de cobertura superiores a 100%. Entre janeiro e junho, a cobertura variou de 107,85% a 110,44%, indicando que o programa alcançou não apenas as famílias estimadas como pobres, mas também famílias em condição próxima ao critério de elegibilidade, compatível com os parâmetros do Cadastro Único e com a dinâmica real das condições socioeconômicas do território.

A partir de julho, observa-se uma inflexão na série histórica, com redução progressiva no número de famílias beneficiadas e, consequentemente, no percentual de cobertura do programa. Em julho, a cobertura ainda se mantém ligeiramente acima de 100%; contudo, a partir de agosto, passa a situar-se abaixo da estimativa de famílias pobres, atingindo o menor percentual em novembro, com 94,04%. Esse movimento está associado, em grande medida, aos processos de qualificação cadastral, revisão de benefícios e exclusão de registros inconsistentes, intensificados no contexto do fortalecimento da gestão municipal do Cadastro Único.

No mês de dezembro, verifica-se uma recuperação parcial da cobertura, que alcança 97,42%, indicando recomposição do público beneficiário ao final do exercício. De forma geral, os dados demonstram que o PBF manteve elevada capacidade de alcance ao longo de 2025, com cobertura próxima ou superior à estimativa de famílias pobres durante grande parte do período, ao



mesmo tempo em que refletem os efeitos positivos do aprimoramento da gestão, da atualização cadastral e do maior alinhamento entre a base de dados e o perfil real das famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social no município.

6.6.4 Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas idosas e pessoas com deficiência (PCD)

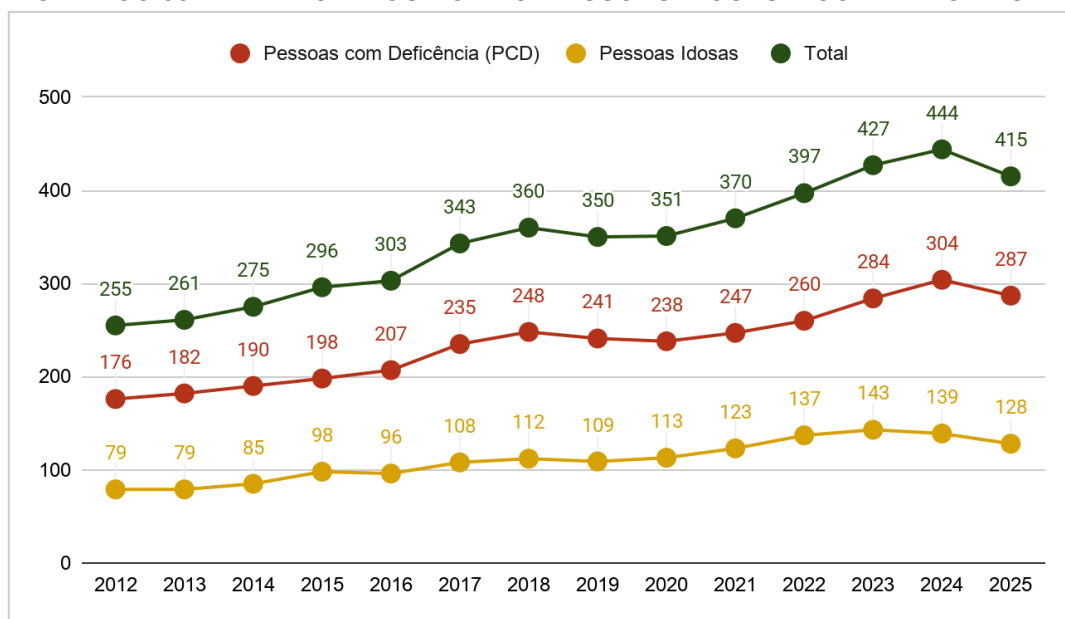
O BPC, previsto no artigo 203, inciso V, da Constituição Federal e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742/1993), constitui uma das principais garantias de proteção social no âmbito do SUAS. Ele assegura um salário mínimo mensal a pessoas idosas com 65 anos ou mais e a pessoas com deficiência de qualquer idade que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem tê-la provida por sua família.

No caso das pessoas idosas, o BPC representa um direito fundamental que contribui para assegurar condições mínimas de dignidade, autonomia e inclusão social nos domicílios cujo acesso à renda é limitado. Já para as pessoas com deficiência (PCD), o benefício considera a interação entre impedimentos de longo prazo e as barreiras existentes no ambiente, que possam restringir a participação plena e efetiva na sociedade. A avaliação para o BPC-PCD envolve análise social e avaliação médica, reconhecendo tanto as condições de saúde quanto os impactos nas atividades da vida diária.

É importante destacar que o acesso ao BPC não depende de contribuições previdenciárias, reforçando seu caráter assistencial e voltado à proteção de indivíduos em situação de maior vulnerabilidade. Entretanto, exige o cadastramento atualizado no Cadastro Único, utilizado como instrumento de verificação da composição e renda familiar per capita. Além da garantia de renda, o benefício contribui para a redução das situações de insegurança econômica e para a ampliação do acesso a outros direitos e serviços socioassistenciais. O acompanhamento das famílias beneficiárias pela rede socioassistencial também favorece a identificação de demandas específicas e o encaminhamento para outras políticas públicas. Dessa forma, o BPC desempenha importante função na prevenção do agravamento das vulnerabilidades e na promoção da proteção social de indivíduos e famílias em situação de maior fragilidade social.

O Gráfico 35 apresenta a evolução do número de beneficiários do BPC no município de Marmeleiro, no período de 2012 a 2025, desagregada entre PCD e idosos, bem como o total de beneficiários, com base em dados da SAGICAD (2026). Os dados permitem acompanhar a trajetória de acesso ao BPC ao longo da série histórica, evidenciando a ampliação e as oscilações no público atendido, em consonância com as transformações demográficas, sociais e normativas que impactam a política de Assistência Social.

GRÁFICO 35 - BENEFICIÁRIOS DO BPC: PESSOAS IDOSAS E COM DEFICIÊNCIA



FONTE: SAGICAD, 2025a.

A análise dos dados evidencia o crescimento consistente do número de beneficiários do BPC no município de Marmeleiro ao longo da maior parte da série histórica, especialmente entre as Pessoas com Deficiência. Entre 2012 e 2018, observa-se aumento contínuo tanto no número de beneficiários PCD quanto de idosos, refletindo a ampliação do acesso ao benefício, o aprimoramento dos processos de identificação da população elegível e o fortalecimento das ações de cadastramento e acompanhamento no âmbito do Cadastro Único.

No período entre 2019 e 2021, os dados indicam relativa estabilidade no total de beneficiários, com pequenas oscilações entre os grupos, contexto influenciado pelas restrições impostas pela pandemia da COVID-19, que impactaram os fluxos de avaliação, concessão e revisão dos benefícios. Ainda assim, nota-se manutenção da tendência de crescimento, com destaque para o aumento do número de idosos beneficiários em 2021, associado ao processo de envelhecimento populacional e à intensificação das vulnerabilidades socioeconômicas no período.

A partir de 2022, verifica-se nova aceleração no crescimento do total de beneficiários, atingindo o maior patamar da série histórica em 2024, com 444 pessoas atendidas, resultado impulsionado principalmente pelo aumento expressivo de PCD beneficiárias do BPC. Em 2025, observa-se redução no total de beneficiários, tanto entre PCD quanto entre idosos, movimento que pode estar relacionado a processos de revisão de benefícios, reavaliações administrativas, óbitos e atualização cadastral, sem, contudo, descaracterizar a tendência estrutural de ampliação do acesso observada ao longo do período analisado.

De forma geral, os dados demonstram a relevância do BPC como instrumento central de proteção social para pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade no município de Marmeleiro, ao mesmo tempo em que reforçam a importância da qualificação permanente do Cadastro Único, do acompanhamento sistemático das famílias e da articulação



entre a política de Assistência Social e as demais políticas públicas para garantir a continuidade do acesso e a efetividade do benefício.

6.7 Características dos domicílios

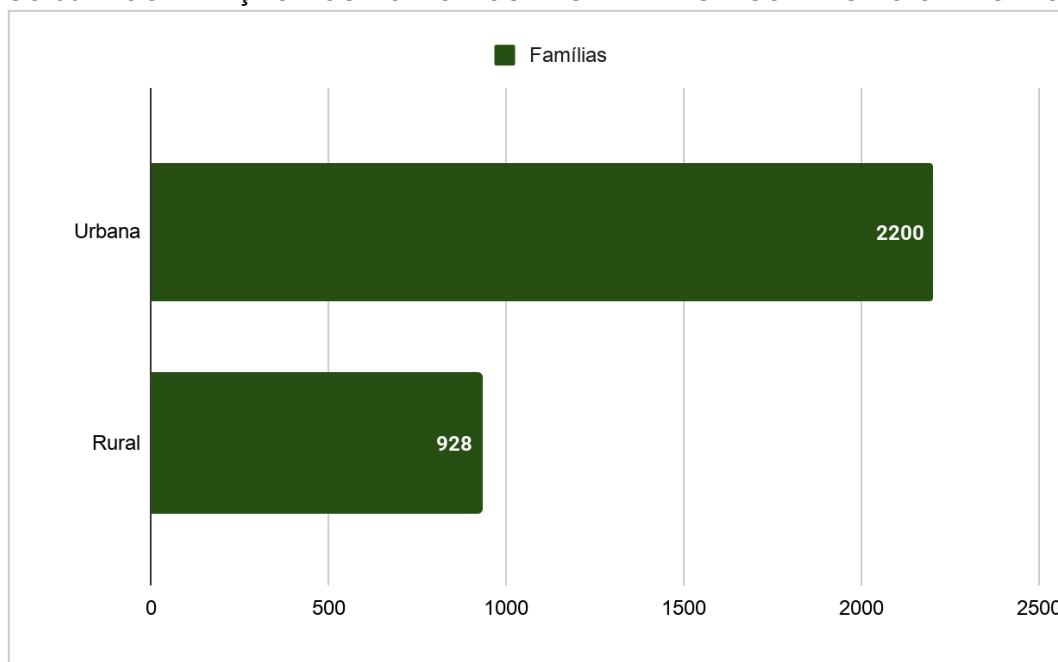
As características dos domicílios constituem indicadores estruturais fundamentais para o diagnóstico socioterritorial, na medida em que expressam a materialização das desigualdades sociais no território e funcionam como indicador indireto que abrange múltiplas dimensões das condições de vida da população. Do ponto de vista conceitual, o domicílio não se restringe à dimensão física de abrigo, mas representa a interface entre o espaço privado da reprodução social e o espaço público da vida coletiva, condensando informações sobre infraestrutura urbana, acesso a serviços básicos, regularidade fundiária e vulnerabilidades socioespaciais. Sua relevância analítica reside na capacidade de revelar territórios de exclusão acumulada, segmentar o espaço urbano em categorias diferenciadas de qualidade habitacional e subsidiar o planejamento de políticas públicas integradas nas áreas de habitação, saneamento, assistência social e desenvolvimento urbano. Ademais, as características domiciliares operam como indicadores de realização de direitos humanos fundamentais, permitindo monitorar o cumprimento de direitos à moradia adequada, ao saneamento básico e à vida digna, bem como orientar intervenções prioritárias em territórios de maior vulnerabilidade estrutural.

Nesse sentido, a análise das condições habitacionais e de infraestrutura dos domicílios cadastrados no Cadastro Único do município de Marmeleiro assume caráter estratégico para a compreensão da distribuição espacial das vulnerabilidades e para o direcionamento das políticas socioassistenciais.

6.7.1 Domicílios por situação

A identificação da área de residência das famílias inscritas no Cadastro Único, entre zona rural e urbana, constitui elemento essencial para a segmentação territorial das vulnerabilidades. Essa distinção permite direcionar estratégias diferenciadas de busca ativa e de articulação intersetorial, considerando as especificidades de acesso aos serviços públicos em cada contexto. Além disso, contribui para o planejamento das ações socioassistenciais e para a distribuição mais adequada dos recursos e serviços ofertados à população. A análise territorial também possibilita identificar áreas com maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade, subsidiando intervenções mais efetivas e compatíveis com as demandas locais. Dessa forma, fortalece a organização da rede de proteção social e amplia a capacidade de resposta das políticas públicas às diferentes realidades do município. De acordo com dados da SAGICAD (2026), o município de Marmeleiro apresenta a seguinte distribuição das famílias por área de domicílio, conforme demonstrado no Gráfico 36.

GRÁFICO 36 - LOCALIZAÇÃO DOS DOMICÍLIOS DAS FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO

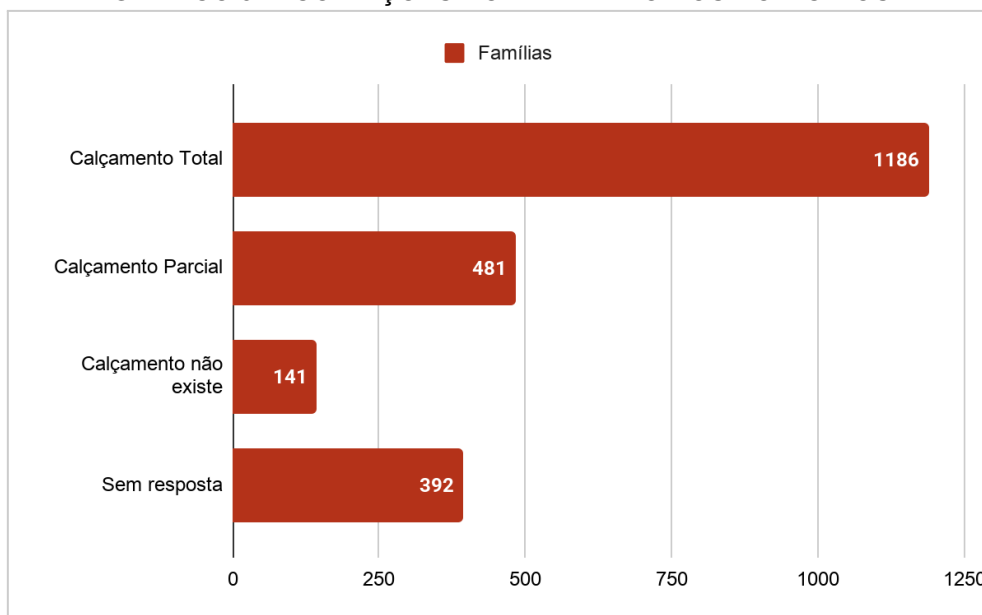


FONTE: SAGICAD, 2026.

A distribuição das famílias cadastradas no Cadastro Único de Marmeleiro revela predominância da incidência da vulnerabilidade socioassistencial na área urbana, que concentra 70,3% das famílias (2.200), enquanto a zona rural abriga 29,7% (928 famílias). Essa configuração territorial indica que as políticas socioassistenciais devem priorizar a expansão da cobertura da rede de atenção no espaço urbano, onde se verifica maior densidade de famílias em situação de vulnerabilidade. No entanto, a expressiva presença de famílias na zona rural, quase um terço do total, demanda estratégias específicas de acesso, considerando as barreiras geográficas e a menor disponibilidade de equipamentos públicos nessas localidades. A articulação intersetorial torna-se particularmente relevante nesse contexto, de modo a garantir equidade no acesso aos serviços em todo o território municipal.

6.7.2 Domicílios por tipo de calçamento

As condições de acessibilidade e mobilidade urbana das famílias cadastradas no Cadastro Único de Marmeleiro apresentam heterogeneidade significativa no que tange à infraestrutura viária. De acordo com dados da SAGICAD (2026), o município registra predominância de domicílios com calçamento total (1.186 famílias), correspondente a 54,5% do total, seguido por calçamento parcial em 481 famílias (22,1%). Destaca-se, contudo, a presença de 141 famílias (6,5%) em localidades sem qualquer tipo de calçamento, além de 392 registros sem resposta (18,0%), conforme demonstrado no Gráfico 37.

GRÁFICO 37 - CONDIÇÕES DO PAVIMENTO DOS DOMICÍLIOS

FONTE: SAGICAD, 2026.

A análise desses dados evidencia que, embora mais da metade das famílias em situação de vulnerabilidade residam em vias com infraestrutura viária consolidada, parcela expressiva, cerca de 28,6% quando considerados os domicílios com calçamento parcial, sem calçamento e sem informação, enfrenta dificuldades de acesso que comprometem a efetivação do direito à mobilidade e à circulação urbana. A ausência de calçamento em 141 domicílios sinaliza territórios de exclusão infraestrutural, frequentemente associados a assentamentos irregulares, áreas de expansão urbana desordenada ou localidades rurais, onde a precariedade das vias dificulta o acesso dos serviços públicos, a circulação de transporte coletivo e as condições de segurança dos pedestres.

O elevado percentual de registros sem resposta (18,0%) aponta para a necessidade de aprimoramento dos instrumentos de coleta de dados do Cadastro Único, garantindo a completude das informações para o planejamento das ações da rede socioassistencial. Para as famílias em domicílios sem calçamento ou com infraestrutura parcial, recomenda-se a priorização em estratégias de busca ativa, considerando que a dificuldade de acesso pode representar barreira ao acesso continuado aos serviços socioassistenciais.

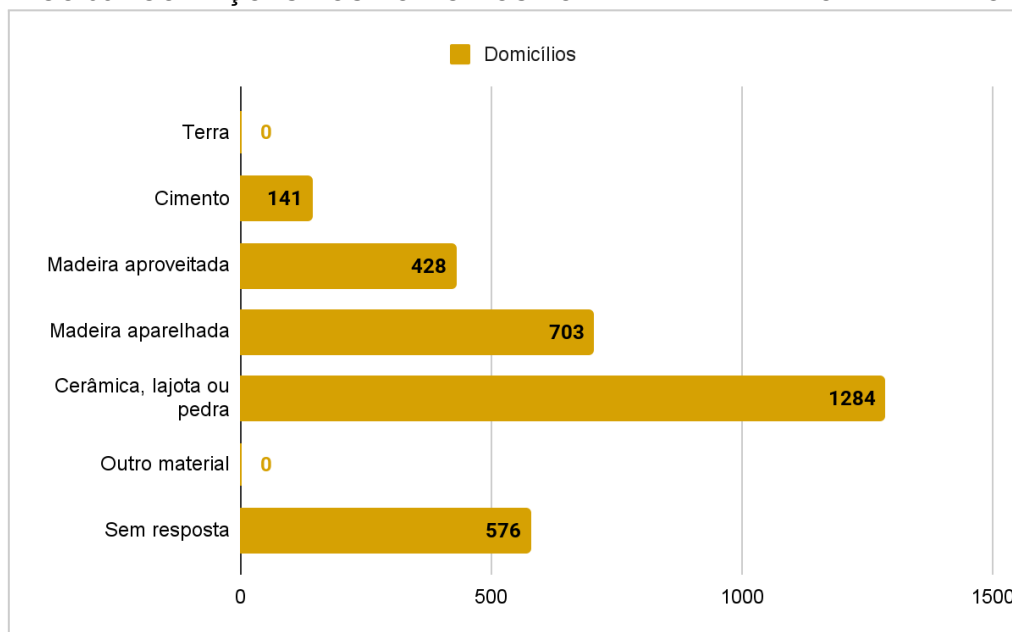
6.7.3 Condições estruturais dos domicílios: material de construção

As condições estruturais dos domicílios constituem indicadores sensíveis da qualidade habitacional e da segurança física das moradias, refletindo o grau de adequação do espaço residencial às necessidades de proteção, higiene e durabilidade das famílias em situação de vulnerabilidade.

De acordo com dados da SAGICAD (2026), os pisos dos domicílios cadastrados no Cadastro Único de Marmeleiro apresentam a seguinte distribuição: cerâmica, lajota ou pedra em

1.284 domicílios (58,9%), madeira aparelhada em 783 (35,9%), madeira aproveitada em 428 (19,6%), cimento em 141 (6,5%) e terra em proporção residual. Observa-se que 576 registros (26,4%) não possuem informação sobre o material do piso, conforme demonstrado no Gráfico 38.

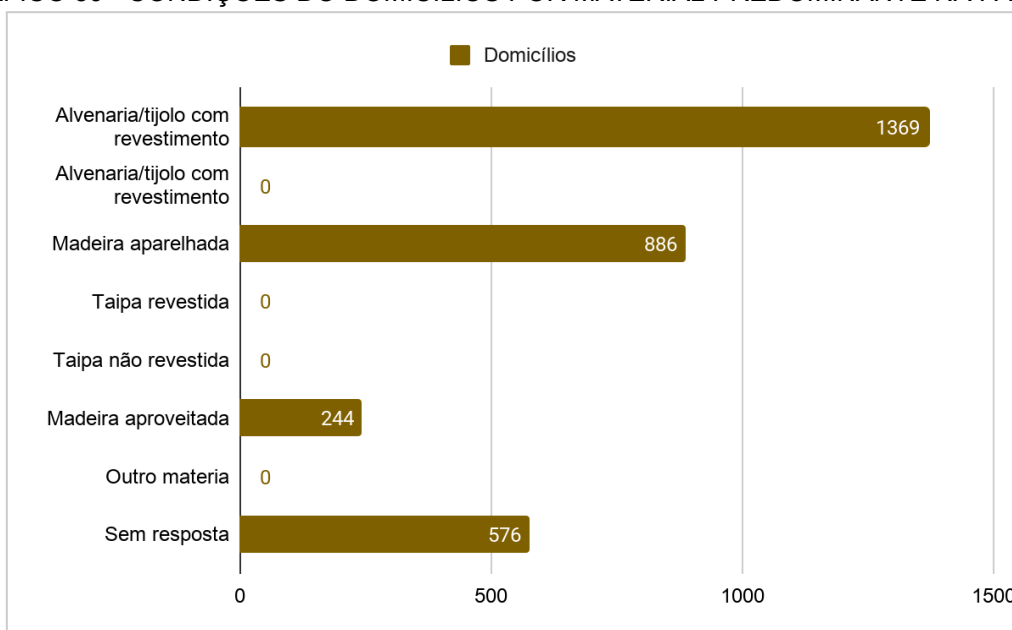
GRÁFICO 38 - CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS POR MATERIAL PREDOMINANTE NO PISO



FONTE: SAGICAD, 2026.

Quanto ao material das paredes, predomina a alvenaria/tijolo com revestimento em 1.366 domicílios (62,6%), seguida por madeira aparelhada em 886 (40,6%), madeira aproveitada em 244 (11,2%). Os registros sem resposta correspondem a 576 domicílios (26,4%), conforme Gráfico 39.

GRÁFICO 39 - CONDIÇÕES DO DOMICÍLIOS POR MATERIAL PREDOMINANTE NA PAREDE



FONTE: SAGICAD, 2026.



QUADRO 27 - CLASSIFICAÇÃO DOS DOMICÍLIOS POR QUALIDADE HABITACIONAL

DOMICÍLIOS	MATERIAL	SITUAÇÃO
Adequados	Alvenaria com revestimento + cerâmica/lajota/pedra	Maior durabilidade, higiene, proteção térmica e acústica
Precários	Madeira aproveitada, cimento ou terra	Vulnerabilidade a intempéries, riscos sanitários, menor durabilidade
Sem informação	Sem resposta em piso ou parede	Necessidade de atualização cadastral e visita domiciliar

FONTE: SAGICAD, 2026.

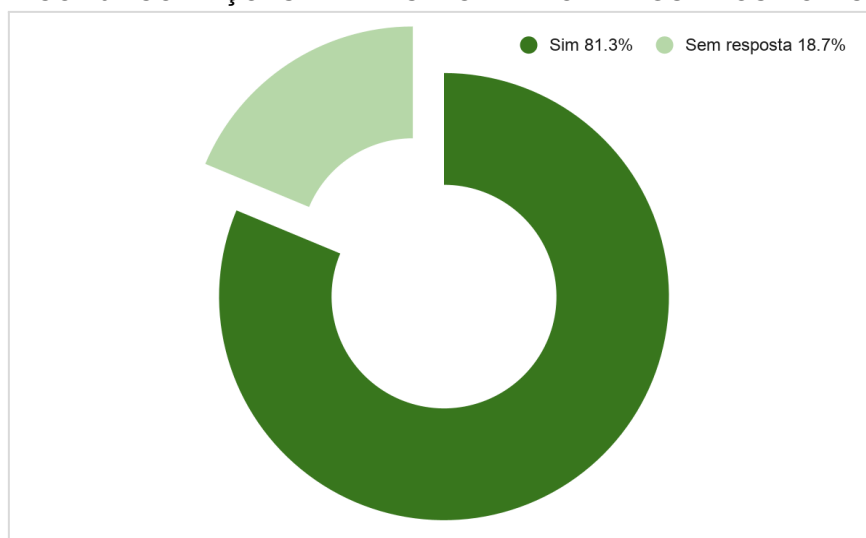
A presença expressiva de madeira aproveitada tanto em pisos (19,6%) quanto em paredes (11,2%) sinaliza fragilidade estrutural em parcela significativa das moradias, especialmente considerando que esse material é proveniente de reaproveitamento, com menor resistência e durabilidade. A combinação de madeira aproveitada em pisos e paredes, ainda que não seja possível quantificar a sobreposição exata devido às variáveis separadas, indica territórios de vulnerabilidade habitacional acentuada que demandam acompanhamento prioritário da assistência social.

O elevado percentual de registros sem resposta (26,4%) configura lacuna informacional crítica para o planejamento das políticas de habitação e assistência social, evidenciando a necessidade de atualização do Cadastro Único e de estratégias de busca ativa que contemplem a verificação in loco das condições habitacionais. A qualificação dessas informações é fundamental para subsidiar diagnósticos mais precisos e orientar a priorização de famílias em situação de maior risco social. Além disso, o conhecimento detalhado das condições de moradia favorece a articulação entre a assistência social e outras políticas públicas, especialmente as áreas de habitação, saúde e defesa civil. Dessa forma, fortalece-se a capacidade do poder público em desenvolver respostas mais efetivas para a superação das vulnerabilidades habitacionais identificadas.

6.7.4 Abastecimento de água dos domicílios cadastrados

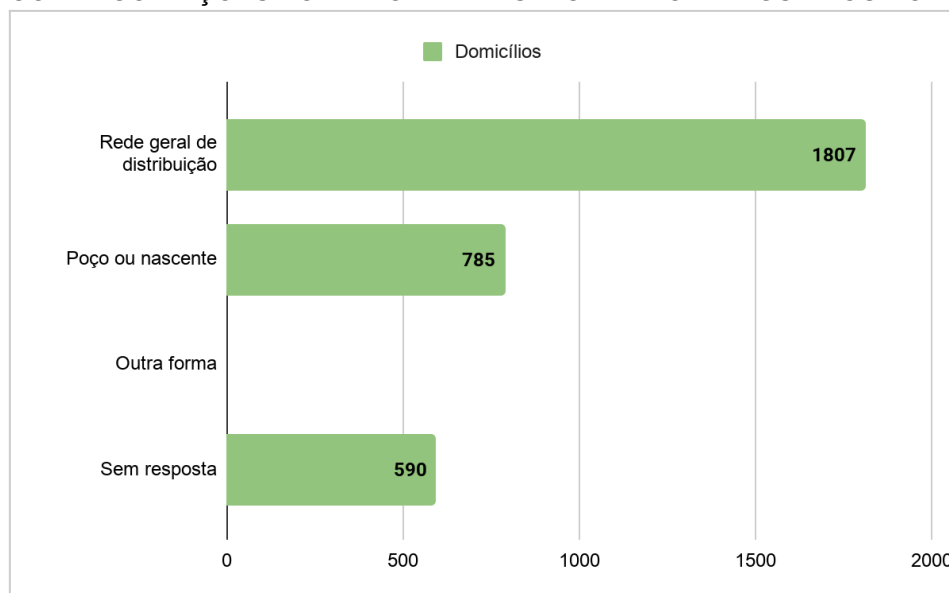
O Gráfico 40 apresenta a proporção de domicílios com acesso à água encanada no município de Marmeleiro, com base em dados da SAGICAD (2026). O indicador permite avaliar as condições de infraestrutura básica relacionadas ao abastecimento de água, evidenciando o alcance do serviço no território e contribuindo para a análise das condições de vida da população e da efetividade das políticas públicas de saneamento. Além disso, sua análise possibilita identificar possíveis desigualdades no acesso entre diferentes áreas do município, subsidiando ações de melhoria da cobertura dos serviços essenciais. Trata-se de um indicador fundamental para o planejamento de intervenções voltadas à universalização do acesso à água potável. Dessa forma, também contribui para a avaliação da qualidade da infraestrutura urbana e rural.

GRÁFICO 40 - CONDIÇÕES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NOS DOMICÍLIOS

**FONTE:** SAGICAD, 2026.

Os dados indicam que 81,3% dos domicílios possuem acesso à água encanada, o que demonstra uma cobertura significativa do serviço no município. No entanto, observa-se que 18,7% dos registros estão classificados como “sem resposta”, o que limita a precisão da análise e pode ocultar situações de ausência ou precariedade no acesso ao abastecimento de água. Ainda assim, a proporção de domicílios não confirmados com acesso ao serviço sugere a existência de possíveis lacunas, especialmente em áreas mais vulneráveis ou de difícil acesso, como zonas rurais ou ocupações dispersas. Nesse contexto, os dados reforçam a importância de qualificar os sistemas de informação e ampliar o monitoramento territorial, de modo a garantir maior confiabilidade dos registros e subsidiar o planejamento de ações voltadas à universalização do acesso à água, considerando sua centralidade para a saúde, a qualidade de vida e a redução das desigualdades. Além disso, a melhoria da completude dos registros contribui diretamente para diagnósticos mais precisos sobre a realidade local. O fortalecimento da coleta e atualização das informações permite identificar com maior clareza as áreas prioritárias de intervenção. Também se destaca a relevância da integração entre diferentes bases de dados para aprimorar o planejamento das políticas públicas de saneamento.

O Gráfico 41 apresenta a distribuição dos domicílios do município de Marmeleiro segundo a principal forma de abastecimento de água, com base em dados da SAGICAD (2026). O indicador permite analisar as diferentes fontes de acesso à água no território, contribuindo para a compreensão das condições de infraestrutura e saneamento básico, bem como para a identificação de possíveis desigualdades no acesso ao serviço.

GRÁFICO 41 - CONDIÇÕES POR TIPO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NOS DOMICÍLIOS

FONTE: SAGICAD, 2026.

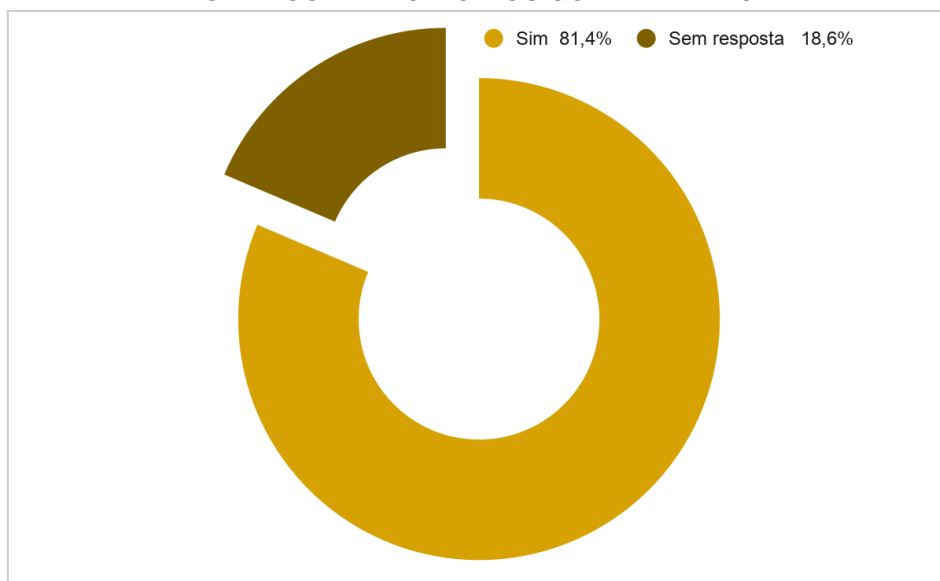
Os dados indicam que a maior parte dos domicílios (1.807), correspondente a aproximadamente 56,7%, é atendida pela rede geral de distribuição, evidenciando a predominância dessa forma de abastecimento no município e um nível relevante de cobertura do sistema público. No entanto, observa-se um contingente expressivo de domicílios (785), equivalente a cerca de 24,6%, que utilizam poço ou nascente como principal fonte de água, situação geralmente associada às áreas rurais ou a regiões não atendidas pela rede formal. Esse tipo de abastecimento pode apresentar variações quanto à qualidade da água e à segurança sanitária, demandando atenção do poder público.

Além disso, destaca-se o número significativo de registros sem resposta (590), representando aproximadamente 18,5% dos domicílios, o que limita a precisão da análise e pode ocultar situações de maior vulnerabilidade no acesso à água. De modo geral, os dados evidenciam a coexistência de diferentes formas de abastecimento no território, revelando desigualdades no acesso e indicando a necessidade de ampliação da rede pública, bem como de ações de monitoramento e garantia da qualidade da água, especialmente para as populações que dependem de fontes alternativas.

6.7.5 Domicílios com banheiro

Conforme informações da SAGICAD (2025) e conforme demonstrado no Gráfico 42, observa-se que a maioria dos domicílios cadastrados no município possui banheiro em seu interior. Esse indicador é de grande relevância, pois expressa condições básicas de infraestrutura domiciliar e saneamento, estando diretamente relacionado à saúde e à qualidade de vida das famílias.

GRÁFICO 42 - DOMICÍLIOS COM BANHEIRO



FONTE: SAGICAD, 2026.

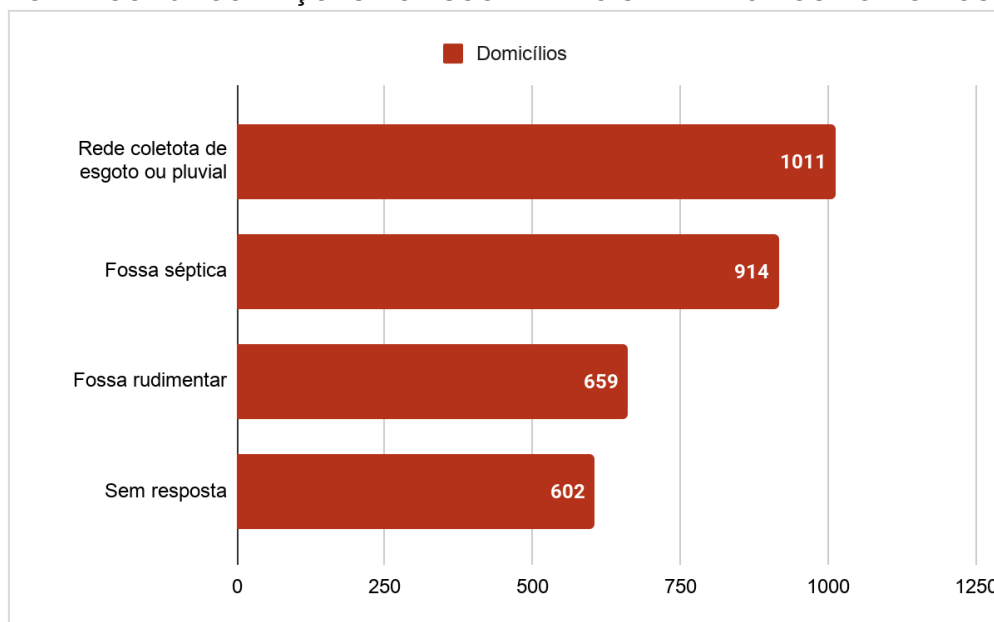
Os dados indicam que 81,4% dos domicílios possuem banheiro em seu interior, evidenciando um padrão satisfatório de infraestrutura básica no município e contribuindo positivamente para as condições de higiene e saúde da população. Esse resultado sugere que a maior parte das famílias dispõe de condições mínimas adequadas de saneamento no ambiente domiciliar.

Entretanto, observa-se que 18,6% dos registros estão classificados como “sem resposta”, o que limita a precisão da análise e pode ocultar situações de ausência desse equipamento essencial, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social. A ausência de informação qualificada dificulta a identificação de possíveis déficits e o direcionamento de ações específicas. Nesse sentido, embora os dados apontam um cenário majoritariamente positivo, é fundamental considerar a necessidade de qualificação dos registros e aprofundamento do diagnóstico, a fim de verificar se há domicílios sem acesso a banheiro e garantir a universalização desse componente básico de saneamento, essencial para a promoção da dignidade e da saúde pública.

6.7.6 Domicílios por forma de escoamento sanitário

Conforme informações da SAGICAD (2026), demonstrado no Gráfico 43, observa-se que os domicílios do município apresentam diferentes formas de escoamento sanitário, incluindo rede coletora de esgoto ou pluvial, fossa séptica e fossa rudimentar. Esse indicador é relevante, pois expressa as condições de saneamento básico e sua relação direta com a saúde pública, a qualidade de vida das famílias e os riscos socioambientais associados ao manejo inadequado de efluentes.

GRÁFICO 43 - CONDIÇÕES DO ESCOAMENTO SANITÁRIO DOS DOMICÍLIOS



FONTE: SAGICAD, 2026.

Os dados indicam que 31,7% dos domicílios (1.011) estão conectados à rede coletora de esgoto ou pluvial, enquanto 28,7% (914) utilizam fossa séptica, considerada uma solução individual mais adequada do ponto de vista sanitário. Em conjunto, essas formas representam cerca de 60,4% dos domicílios, sugerindo que a maior parte da população dispõe de condições relativamente seguras de esgotamento sanitário.

Por outro lado, observa-se que 20,6% dos domicílios (659) utilizam fossa rudimentar, forma considerada inadequada, por apresentar riscos à saúde pública e potencial de contaminação do solo e dos recursos hídricos. Esse dado evidencia a presença de fragilidades importantes no saneamento do município, especialmente em áreas com menor acesso à infraestrutura formal.

Além disso, destaca-se que 18,9% dos registros (602) estão classificados como “sem resposta”, o que limita a precisão da análise e pode ocultar situações ainda mais críticas de ausência ou inadequação do esgotamento sanitário.

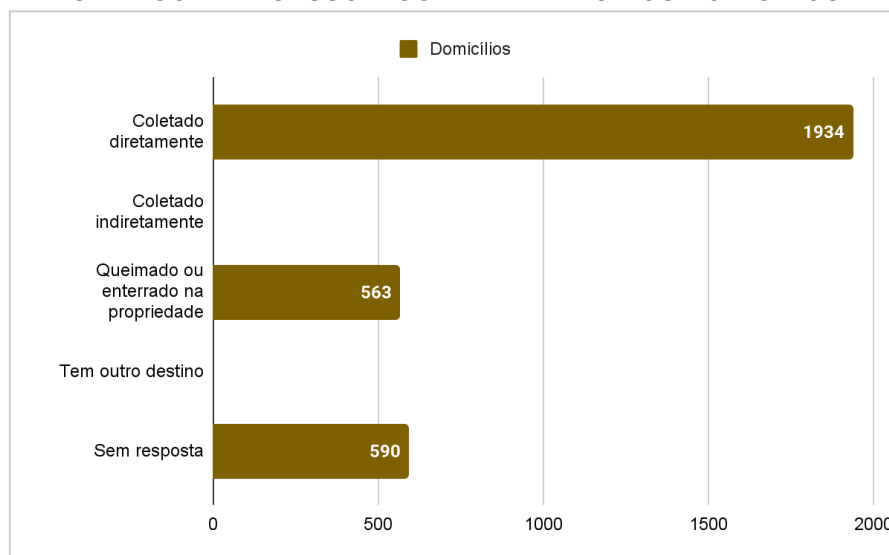
De forma geral, os dados revelam um cenário heterogêneo, com avanços na adoção de soluções adequadas, mas ainda com presença significativa de formas precárias, indicando a necessidade de ampliação da rede coletora, incentivo à adoção de sistemas adequados e qualificação das informações, com foco na redução das desigualdades e na promoção de melhores condições de saúde e saneamento no território.

6.7.7 Domicílios por forma de destino de lixo

Conforme informações da SAGICAD (2026), demonstrado no Gráfico 44, observa-se que os domicílios do município apresentam diferentes formas de destinação do lixo. O indicador permite analisar as condições de infraestrutura urbana, o alcance dos serviços públicos de coleta e as práticas adotadas pelas famílias no manejo dos resíduos, constituindo elemento relevante

para a avaliação das condições sanitárias e ambientais do território. Ressalta-se que há categorias sem registro de dados informados, o que deve ser considerado na interpretação dos resultados.

GRÁFICO 44 - ACESSO À COLETA DE LIXO NOS DOMICÍLIOS



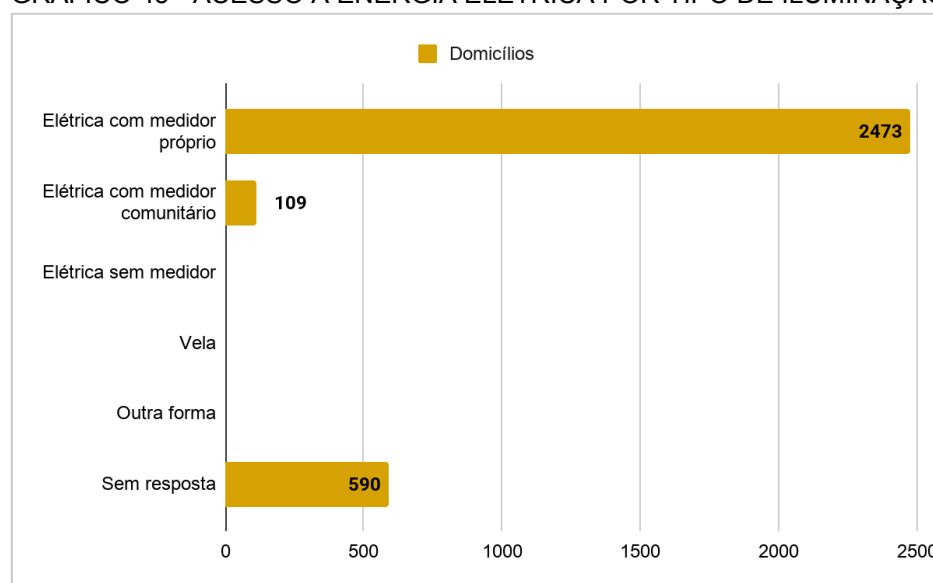
FONTE: SAGICAD, 2026.

Os dados indicam que 62,6% dos domicílios (1.934) contam com coleta direta de resíduos, evidenciando boa cobertura do serviço público e contribuindo positivamente para as condições sanitárias e ambientais do município. Por outro lado, 18,2% dos domicílios (563) realizam a queima ou enterramento do lixo na própria propriedade, prática considerada inadequada, pois pode gerar impactos ambientais negativos, como contaminação do solo, poluição do ar e riscos à saúde da população. Esse dado sugere a existência de limitações no acesso ao serviço de coleta, possivelmente em áreas rurais ou mais afastadas. Além disso, observa-se que 19,1% dos registros (590) estão classificados como “sem resposta”, o que compromete a precisão da análise e pode ocultar outras formas de destinação inadequada dos resíduos. Destaca-se ainda a ausência de registros nas categorias “coletado indiretamente” e “outro destino”, o que pode indicar subnotificação ou fragilidade no preenchimento das informações. De modo geral, embora o município apresente predominância da coleta direta, os dados evidenciam a necessidade de ampliar a cobertura do serviço, especialmente em áreas não atendidas, bem como de fortalecer ações de educação ambiental e qualificação dos registros, visando garantir o manejo adequado dos resíduos sólidos e a redução de riscos socioambientais. Nesse sentido, o aprimoramento da infraestrutura de coleta também se mostra essencial para reduzir práticas inadequadas de descarte. Além disso, o fortalecimento da gestão municipal de resíduos contribui para a sustentabilidade ambiental e para a melhoria das condições de vida da população.

6.7.8 Domicílios por tipo de iluminação

Conforme dados da SAGICAD (2026), demonstrado no Gráfico 45, observa-se que os domicílios do município apresentam diferentes formas de acesso à energia elétrica, com predominância de unidades com medidor próprio. Esse indicador é relevante, pois reflete o nível de infraestrutura domiciliar, o acesso a serviços essenciais e as condições de moradia das famílias. Ressalta-se a existência de registros sem resposta e de categorias sem preenchimento, o que deve ser considerado na interpretação dos dados.

GRÁFICO 45 - ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA POR TIPO DE ILUMINAÇÃO



FONTE: SAGICAD, 2026.

Os dados indicam que 77,9% dos domicílios (2.473) possuem acesso à energia elétrica com medidor próprio, evidenciando ampla cobertura do serviço e condições adequadas de fornecimento para a maior parte da população.

Além disso, 3,4% dos domicílios (109) utilizam medidor comunitário, o que pode indicar situações de compartilhamento do serviço, geralmente associadas a contextos de maior vulnerabilidade ou irregularidade na formalização do acesso.

Destaca-se que não há registros informados para as categorias “elétrica sem medidor”, “vela” ou “outra forma”, o que pode indicar ausência dessas situações ou, mais provavelmente, limitações no preenchimento dos dados.

Por fim, observa-se que 18,6% dos registros (590) estão classificados como “sem resposta”, o que compromete a precisão da análise e pode ocultar situações de acesso precário ou irregular à energia elétrica.

De modo geral, embora os dados indiquem um cenário predominantemente positivo quanto ao acesso à energia elétrica, a presença de medidores comunitários e, principalmente, o elevado percentual de registros sem informação evidenciam a necessidade de qualificação dos



dados e de monitoramento contínuo, a fim de assegurar o acesso universal, regular e seguro a esse serviço essencial.

De forma integrada, a análise das características dos domicílios cadastrados no município de Marmeleiro evidencia um território marcado pela coexistência de condições relativamente adequadas de infraestrutura com expressivas desigualdades socioterritoriais. Inicialmente, os dados apontam para a concentração das famílias em situação de vulnerabilidade na área urbana, sem desconsiderar a presença significativa na zona rural, onde as barreiras de acesso e a menor disponibilidade de serviços públicos demandam estratégias diferenciadas. As condições de infraestrutura viária e habitacional revelam fragilidades importantes, como a presença de domicílios em vias não pavimentadas ou parcialmente estruturadas e o uso de materiais construtivos precários, como madeira reaproveitada, indicando contextos de vulnerabilidade habitacional e exclusão infraestrutural. Na sequência, a análise das condições internas dos domicílios demonstra avanços no acesso a serviços essenciais, como energia elétrica, água encanada e presença de banheiro, ainda que persistam desigualdades nas formas de abastecimento de água, no esgotamento sanitário e na destinação de resíduos, com ocorrência de soluções individuais e práticas inadequadas. Soma-se a esse cenário o elevado percentual de registros sem resposta em diferentes variáveis, o que limita a precisão diagnóstica e pode ocultar situações mais críticas. Assim, o conjunto das evidências aponta para a necessidade de qualificação dos dados cadastrais, fortalecimento de estratégias de busca ativa e ampliação de ações intersetoriais, visando a melhoria das condições habitacionais, a redução das desigualdades e a garantia do acesso equitativo a serviços essenciais no território.

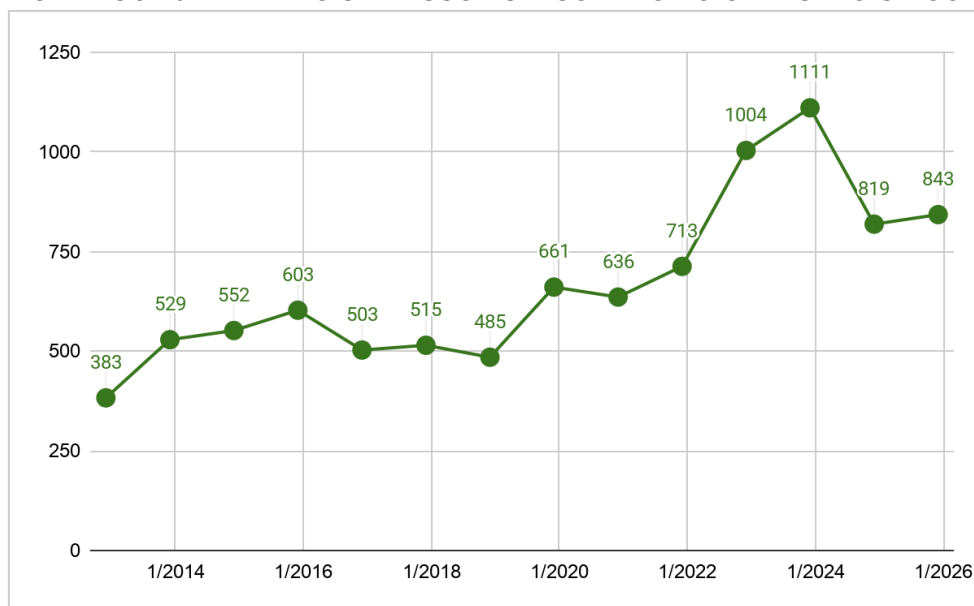
6.8 Famílias unipessoais

As famílias unipessoais, caracterizadas por indivíduos que residem sozinhos e são integralmente responsáveis por sua própria manutenção, têm se tornado um arranjo familiar cada vez mais presente no contexto social contemporâneo. Esse fenômeno reflete mudanças nos padrões de convivência, nas dinâmicas familiares e no ciclo de vida da população, além de produzir implicações relevantes no campo econômico e no acesso às políticas públicas.

Do ponto de vista socioterritorial, esse tipo de arranjo tende a apresentar maior vulnerabilidade, uma vez que a renda e a proteção social dependem exclusivamente de um único indivíduo, o que pode ampliar a exposição a situações de insegurança econômica e social. Nesse sentido, compreender a evolução das famílias unipessoais é fundamental para o planejamento e a adequação das políticas sociais, garantindo que esse público tenha acesso equitativo a programas e benefícios, como o Programa Bolsa Família.

Nesse contexto, o Gráfico 46, com base nos dados da SAGICAD (2026), apresenta a evolução dos cadastros de famílias unipessoais inscritas no Cadastro Único no município de Marmeleiro, evidenciando a tendência de crescimento desse tipo de arranjo familiar no território.

GRÁFICO 46 - FAMÍLIAS UNIPESSOAIS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO



FONTE: SAGICAD, 2026a.

A análise da evolução das famílias unipessoais no Cadastro Único em Marmeleiro evidencia crescimento significativo ao longo do tempo, com destaque para o período pós-pandemia e, especialmente, a partir de 2022 e 2023, quando se registram 1.004 famílias (30,49%) e 1.111 (31,03%), respectivamente. Esse movimento deve ser analisado não apenas como expressão de mudanças reais nos arranjos familiares, mas também à luz das diretrizes nacionais de qualificação cadastral.

Nesse sentido, a instituição do PROCAD em 2023 representa um marco importante na leitura desses dados, uma vez que o programa teve como um de seus principais objetivos a atualização e regularização dos cadastros unipessoais, além da intensificação da busca ativa e da qualificação das informações do Cadastro Único. O programa foi criado justamente em um contexto de identificação de inconsistências e crescimento atípico de registros unipessoais, que, em alguns casos, poderiam refletir fragmentação indevida de núcleos familiares para acesso a benefícios.

Dessa forma, o aumento expressivo observado em 2022 (30,49%) e 2023 (31,03%) pode estar associado tanto aos efeitos socioeconômicos da pandemia, como isolamento, perda de renda e fragilização de vínculos, quanto à ampliação do acesso e inclusão no Cadastro Único. Já a redução relativa nos anos seguintes, com 819 famílias (26,11%) em 2024 e 843 (27,05%) em 2025, pode indicar os efeitos das ações do PROCAD, especialmente no que se refere à revisão, averiguação e regularização dos cadastros, reduzindo possíveis inconsistências e qualificando a base de dados.

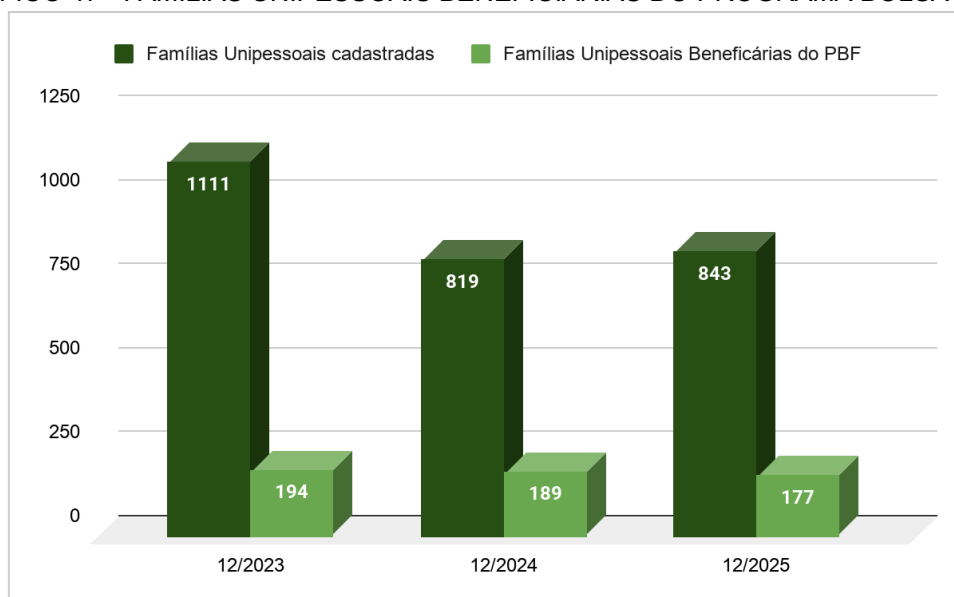
Assim, o comportamento do percentual de famílias unipessoais no município sugere um movimento combinado entre ampliação do acesso, impacto de contextos socioeconômicos críticos e posterior qualificação cadastral induzida por política pública federal. Esse cenário reforça a importância de analisar os dados do Cadastro Único de forma crítica, considerando não apenas a

evolução quantitativa, mas também os processos institucionais que influenciam sua composição, sendo fundamental o monitoramento contínuo desse público, dado seu potencial de maior vulnerabilidade social e econômica.

Conforme dados da SAGICAD (2026), apresentados no Gráfico 47, verifica-se a evolução da relação entre o total de famílias unipessoais cadastradas no Cadastro Único e aquelas beneficiárias do PBF no município, no período de 2023 a 2025.

Observa-se que, em 2023, havia 1.111 famílias unipessoais cadastradas, sendo 194 beneficiárias do programa. Em 2024, registram-se 819 famílias cadastradas e 189 beneficiárias. Já em 2025, são 843 famílias cadastradas, das quais 177 acessam o benefício.

GRÁFICO 47 - FAMÍLIAS UNIPESSOAIS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA



FONTE: SAGICAD, 2026a.

A relação entre o total de famílias unipessoais cadastradas e aquelas beneficiárias do PBF demonstra uma tendência de aumento proporcional ao longo do período analisado. Em 2023, das 1.111 famílias cadastradas, 194 eram beneficiárias, representando 16,26%. Em 2024, mesmo com a redução do total de cadastros para 819, o número de beneficiárias se manteve próximo (189), elevando levemente a proporção para 16,83%. Já em 2025, com 843 famílias cadastradas e 177 beneficiárias, observa-se novo aumento proporcional, atingindo 18,71%.

Esse comportamento indica que, ainda que o número total de cadastros tenha oscilado, a participação das famílias unipessoais no Bolsa Família cresceu de forma contínua, sugerindo maior concentração desse público entre os beneficiários do programa. Em outras palavras, há um aumento da representatividade das famílias unipessoais no universo de acesso ao benefício, o que pode refletir tanto maior vulnerabilidade desse grupo quanto um direcionamento mais intenso do programa para esse perfil.

A análise conjunta dos dados evidencia que, embora tenha ocorrido redução recente no número de famílias unipessoais cadastradas, sua participação no PBF aumentou

proporcionalmente. Esse movimento indica maior representatividade desse público entre os beneficiários, reforçando sua relevância e possível maior vulnerabilidade, além da necessidade de monitoramento contínuo e qualificação cadastral para garantir a adequada focalização das políticas públicas.

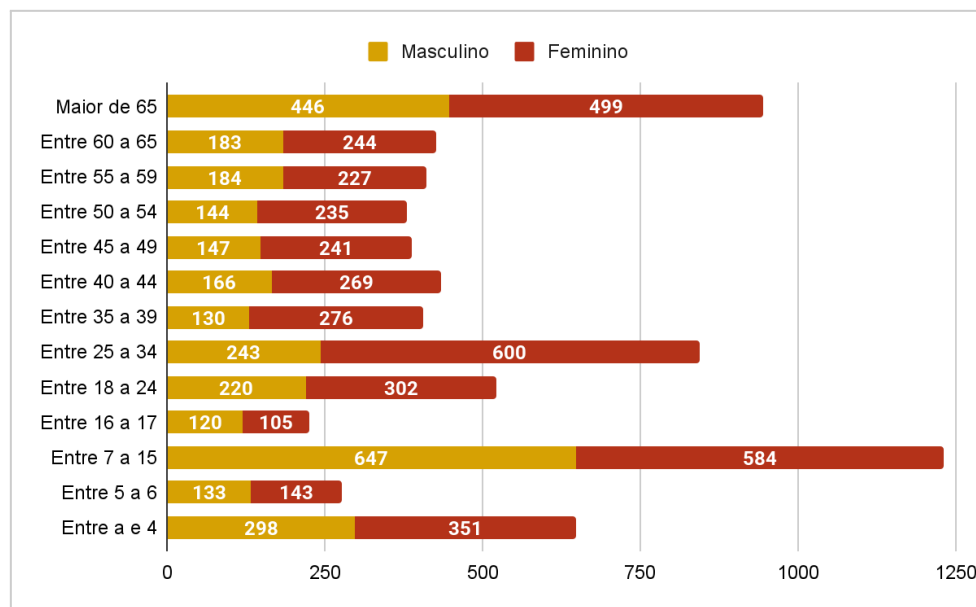
6.9 Características das pessoas

As informações sobre as pessoas cadastradas no Cadastro Único constituem elemento central para o diagnóstico socioterritorial, na medida em que permitem compreender o perfil socioeconômico e demográfico da população atendida. Variáveis como gênero, faixa etária, raça/cor e sexo do responsável familiar possibilitam identificar padrões de composição familiar, desigualdades e vulnerabilidades, subsidiando o planejamento e a qualificação das políticas públicas. A análise dessas características contribui para a construção de estratégias mais equitativas e adequadas às diferentes etapas do ciclo de vida da população.

6.9.1 Faixa etária e sexo das pessoas inscritas no Cadastro Único

O Gráfico 48, elaborado a partir de dados do CECAD (Março/2026), apresenta a distribuição da população cadastrada no município de Marmeleiro por faixa etária e sexo, permitindo visualizar a composição demográfica entre homens e mulheres nos diferentes grupos etários.

GRÁFICO 48 - FAIXA ETÁRIA E SEXO DAS PESSOAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO



FONTE: CECAD 2.0, 2026.

O Quadro 28 detalha os dados apresentados no gráfico, evidenciando os quantitativos absolutos e percentuais por faixa etária e sexo, possibilitando análise mais precisa da representatividade de cada grupo na população cadastrada.



QUADRO 28 - FAIXA ETÁRIA E SEXO DAS PESSOAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO

FAIXA ETÁRIA	MASCULINO	% MASCULINO	FEMININO	% FEMININO	TOTAL	% TOTAL
Entre 0 a 4	298	45,92%	351	54,08	649	9,09%
Entre 5 a 6	133	47,67%	146	52,33%	279	3,91%
Entre 7 a 15	647	52,26%	584	47,44%	1.231	17,24%
Entre 16 a 17	120	53,33%	105	46,67	225	3,15%
Entre 18 a 24	220	42,15%	302	57,85%	522	7,31%
Entre 25 a 34	243	28,83%	600	71,17%	843	11,81%
Entre 35 a 39	130	32,02%	276	67,98%	406	5,69%
Entre 40 a 44	166	38,16%	269	61,84%	435	6,09%
Entre 45 a 49	147	38,89%	241	62,11%	388	5,43%
Entre 50 a 54	144	37,99%	235	62,01%	379	5,31%
Entre 55 a 59	184	44,77%	227	55,23%	411	5,76%
Entre 60 a 64	183	42,86%	244	57,14%	427	5,98%
Maior que 65	446	47,20%	499	52,80%	945	13,24%
TOTAL	3.061	42,87%	4.079	57,13%	7.140	100,00%

FONTE: CECAD 2.0, 2026.

A análise dos dados evidencia que a população cadastrada no Cadastro Único em Marmeleiro é composta majoritariamente por mulheres, que somam 4.079 pessoas (57,13%), enquanto os homens representam 3.061 (42,87%), indicando uma diferença significativa de participação feminina no cadastro.

Do ponto de vista etário, observa-se maior concentração nas faixas de 7 a 15 anos, com 1.231 pessoas (17,24%), seguida pela população com 65 anos ou mais, com 945 pessoas (13,24%), e pela faixa de 25 a 34 anos, com 843 pessoas (11,81%). Esses dados indicam a presença expressiva de públicos prioritários das políticas sociais, como crianças, adolescentes e idosos.

Em relação à distribuição por sexo dentro das faixas etárias, verifica-se predominância feminina na maior parte dos grupos, com destaque para a faixa de 25 a 34 anos, na qual as mulheres representam 71,17% (600 pessoas) frente a 28,83% (243 homens), e na faixa de 35 a 39 anos, com 67,98% de mulheres (276). Esse padrão pode estar associado à maior presença de mulheres como responsáveis familiares no Cadastro Único.

Por outro lado, observa-se predominância masculina nas faixas de 7 a 15 anos, com 52,56% (647), e de 16 a 17 anos, com 53,33% (120), indicando maior presença de meninos e adolescentes do sexo masculino nesses grupos etários.

Nas faixas mais jovens, como de 0 a 4 anos, há relativa equidade, com leve predominância feminina (54,08%) em relação aos homens (45,92%). Já entre os idosos (65 anos ou mais), as mulheres também são maioria, representando 52,80% (499), o que reflete a maior longevidade feminina.

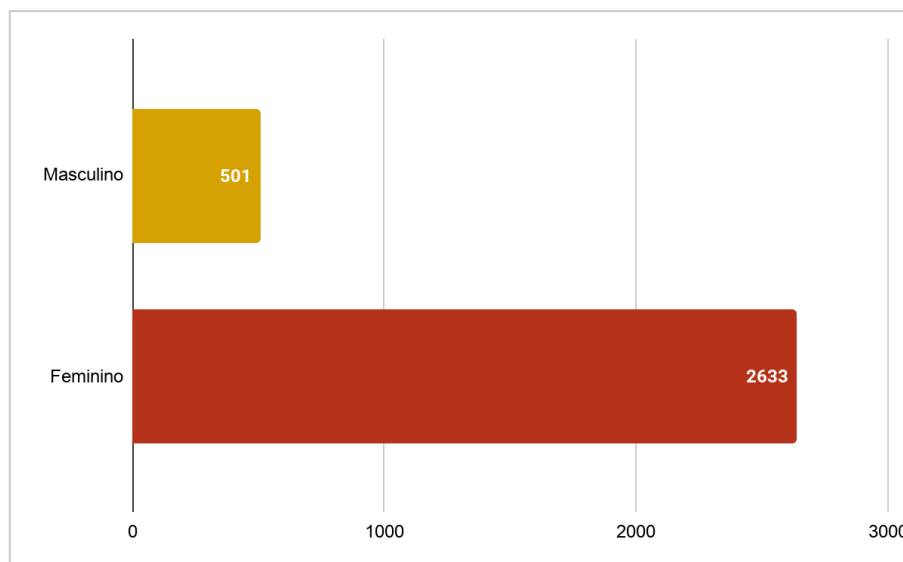
De modo geral, os dados evidenciam uma população cadastrada marcada por predominância feminina e concentração em faixas etárias estratégicas do ciclo de vida, especialmente infância, juventude e envelhecimento, o que reforça a necessidade de políticas públicas intersetoriais voltadas à proteção social, ao cuidado e à garantia de direitos desses grupos.

6.9.2 Pessoas e responsável familiar por sexo

A identificação do sexo do responsável familiar é um elemento relevante para a compreensão das dinâmicas familiares, da distribuição de responsabilidades e das possíveis desigualdades socioeconômicas entre homens e mulheres. Esse indicador permite analisar a predominância de chefia feminina, frequentemente associada a contextos de maior vulnerabilidade social, além de subsidiar o planejamento de políticas públicas mais sensíveis às desigualdades de gênero e voltadas ao fortalecimento da autonomia econômica das famílias.

Conforme dados da SAGICAD (fevereiro de 2026), o Gráfico 49 apresenta a distribuição dos responsáveis familiares cadastrados no Cadastro Único no município, segundo o sexo.

GRÁFICO 49 - RESPONSÁVEL FAMILIAR INSCRITO NO CADASTRO ÚNICO POR SEXO



FONTE: SAGICAD, 2026.

A análise dos dados evidencia uma predominância expressiva de responsáveis familiares do sexo feminino, que totalizam 2.633 registros, correspondendo a aproximadamente 84,02% do total, enquanto os homens representam 501 responsáveis, ou 15,98%.

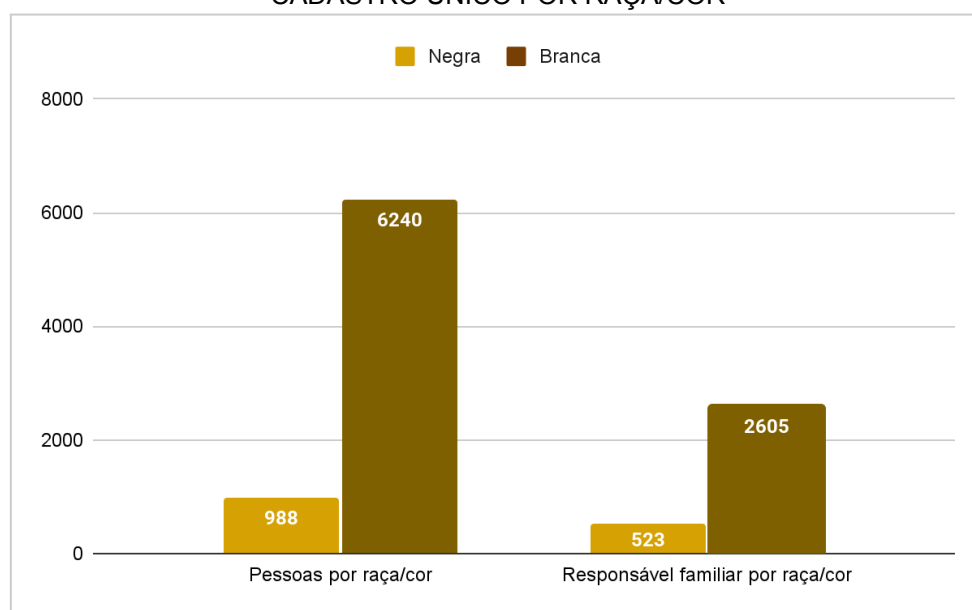
Esse cenário indica que a maioria dos domicílios cadastrados no Cadastro Único é chefiada por mulheres, o que reforça a centralidade feminina na organização e manutenção das famílias em situação de vulnerabilidade social. A elevada proporção de chefia feminina pode estar associada a fatores como monoparentalidade, maior responsabilização das mulheres pelo cuidado familiar e inserção precária no mercado de trabalho.

Além disso, esse perfil evidencia a necessidade de fortalecimento de políticas públicas voltadas às mulheres, especialmente no que se refere à geração de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços de proteção social, considerando que famílias chefiadas por mulheres tendem a apresentar maior exposição a riscos sociais e econômicos.

6.9.3 Pessoas e responsável familiar por raça/cor

Conforme dados da SAGICAD (2026), o Gráfico 50 apresenta a distribuição das pessoas cadastradas no Cadastro Único segundo raça/cor, bem como a raça/cor declarada dos responsáveis familiares.

GRÁFICO 50 - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS E RESPONSÁVEIS FAMILIARES INSCRITOS NO CADASTRO ÚNICO POR RAÇA/COR



FONTE: SAGICAD, 2026.

A análise da distribuição por raça/cor das pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal no município de Marmeleiro evidencia a predominância de pessoas que se autodeclaram brancas.

Do total de pessoas cadastradas, 86,3% se autodeclaram brancas (6.240 pessoas), enquanto 13,7% se autodeclaram negras (988 pessoas).

Entre os responsáveis familiares, essa tendência também se mantém: 83,3% são brancos (2.605 responsáveis) e 16,7% são negros (523 responsáveis).

Embora a população branca seja majoritária no município, observa-se que a proporção de pessoas negras entre os responsáveis familiares é ligeiramente superior à sua participação no total de pessoas cadastradas. Esse dado pode indicar uma presença relativamente maior de pessoas negras em posições de responsabilidade familiar dentro do Cadastro Único, o que pode estar associado a contextos de maior vulnerabilidade social.

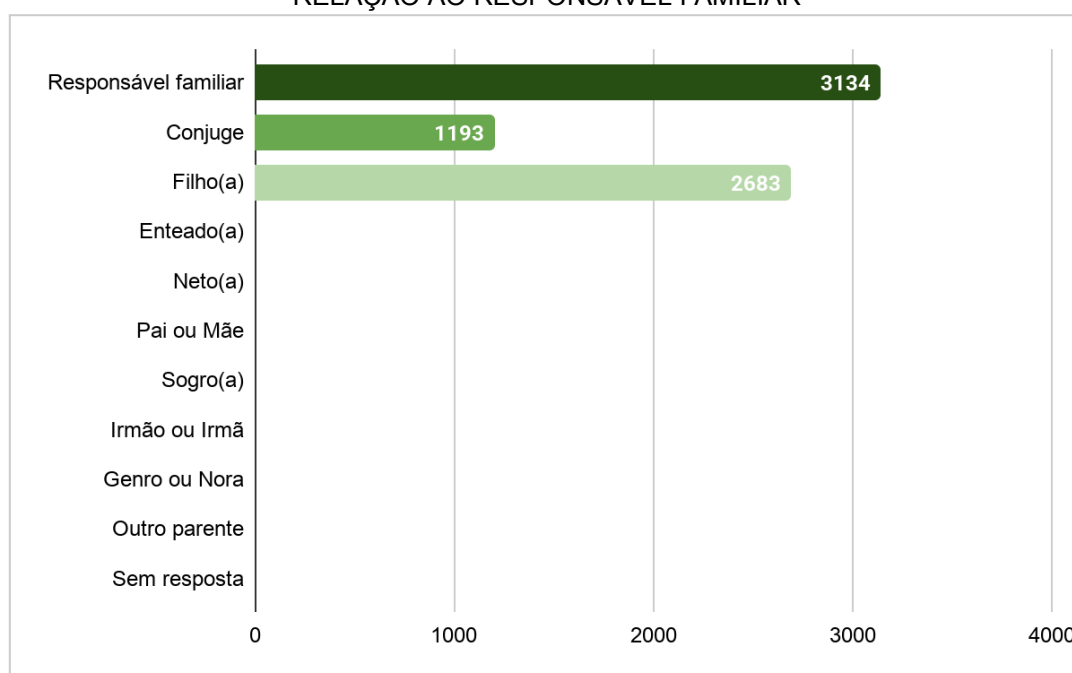
É importante destacar que, historicamente, a população negra enfrenta maiores desigualdades no acesso a direitos, como educação, trabalho e renda. Assim, a análise por raça/cor contribui para evidenciar possíveis assimetrias sociais e reforça a necessidade de políticas públicas orientadas pela equidade.

Nesse sentido, os dados subsidiam a atuação do SUAS, orientando o planejamento de ações mais sensíveis às desigualdades étnico-raciais e voltadas à promoção da justiça social no território.

6.9.4 Pessoas por grau de parentesco em relação ao Responsável Familiar

Identificar as pessoas por grau de parentesco em relação ao responsável familiar nas famílias do Cadastro Único é fundamental para compreender a estrutura e a composição familiar, bem como as relações de dependência e convivência no domicílio. Conforme informações da SAGICAD, e demonstrado no Gráfico 51, esses dados permitem analisar padrões familiares, subsidiar políticas públicas direcionadas a diferentes perfis de famílias e orientar políticas sociais de forma mais adequada às necessidades de cada grupo familiar.

GRÁFICO 51 - GRAU DE PARENTESCO DAS PESSOAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO EM RELAÇÃO AO RESPONSÁVEL FAMILIAR



FONTE: SAGICAD, 2026.



A análise da composição das famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, a partir do grau de parentesco com o responsável familiar, permite compreender a estrutura dos arranjos familiares no município de Marmeleiro. Considerando o total de 7.010 pessoas com grau de parentesco informado, observa-se que 3.134 são responsáveis familiares, correspondendo a 44,7%, enquanto 2.683 são filhos(as), representando 38,3%, e 1.193 são cônjuges, totalizando 17,0%.

Esses dados indicam a predominância de arranjos familiares nucleares; no entanto, revelam também um aspecto relevante: o número significativo de responsáveis familiares sem cônjuge. Ao relacionar o total de responsáveis familiares (3.134) com o número de cônjuges (1.193), observa-se que uma parcela expressiva desses responsáveis não possui cônjuge registrado, o que pode indicar a presença de famílias monoparentais, especialmente aquelas chefiadas por mulheres.

Esse tipo de arranjo familiar, bastante recorrente no contexto brasileiro, costuma estar associado a maiores níveis de vulnerabilidade social, em razão da sobrecarga de responsabilidades, especialmente no cuidado com os filhos e na provisão de renda. Assim, esse dado reforça a importância de políticas públicas que considerem as especificidades dessas famílias, com ações voltadas ao fortalecimento de vínculos, apoio à parentalidade e inclusão produtiva.

Além disso, chama atenção a ausência de registros em outras categorias de parentesco, como enteados, netos, pais, sogros, irmãos, genros ou noras, bem como na categoria “outro parente” e “sem resposta”. Essa ausência pode não refletir, necessariamente, a realidade do território, considerando que são comuns, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, arranjos familiares ampliados e diversos.

Dessa forma, é possível que haja subnotificação ou inadequação no registro das informações, seja por limitações no preenchimento, interpretação dos conceitos ou pela tendência de enquadrar as famílias em modelos mais padronizados. Essa possível padronização pode comprometer a leitura mais fiel da realidade socioterritorial, dificultando a identificação de demandas específicas e a adequada organização das ofertas públicas.

Nesse sentido, destaca-se a importância da qualificação contínua do registro das informações no Cadastro Único, de modo a garantir maior fidedignidade dos dados e subsidiar de forma mais precisa o planejamento das políticas públicas.

6.10 Pessoas com deficiência

As famílias que possuem pessoas com deficiência em sua composição constituem um público prioritário para as políticas de proteção social, uma vez que apresentam maior vulnerabilidade socioeconômica e necessidade de apoio contínuo. A presença da deficiência impacta diretamente na dinâmica familiar, na capacidade de geração de renda e na demanda por

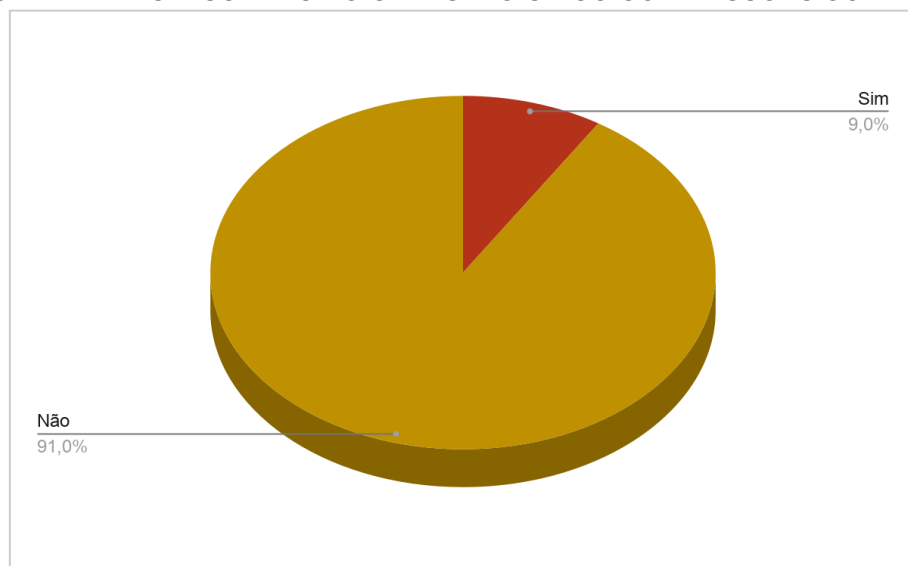
serviços especializados, exigindo articulação entre as políticas de assistência social, saúde, educação e trabalho.

A análise das informações referentes a esse grupo é fundamental para o planejamento e monitoramento das ações socioassistenciais, permitindo identificar necessidades específicas de cuidados permanentes, barreiras de acessibilidade e lacunas na oferta de serviços. Dessa forma, o estudo contribui para o fortalecimento da rede de proteção social e para a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência e de suas famílias.

6.10.1 Famílias que tem pessoas com deficiência

Conforme dados da SAGICAD, apresentados no Gráfico 52, observa-se a proporção de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal no município de Marmeleiro que possuem, em sua composição, pessoas com deficiência.

GRÁFICO 52 - FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA



FONTE: SAGICAD, 2026.

Do total de 3.183 famílias cadastradas, 9% (aproximadamente 286 famílias) possuem pelo menos uma pessoa com deficiência, enquanto 91% (cerca de 2.897 famílias) não registram essa condição. No total, foram identificadas 292 pessoas com deficiência entre as famílias inscritas no Cadastro Único.

A relação entre o número de famílias e o total de pessoas com deficiência indica que, na maioria dos casos, há uma pessoa com deficiência por núcleo familiar, sendo menos frequentes as situações em que há mais de um membro nessa condição. Ainda assim, mesmo quando presente em um único integrante, a deficiência tende a impactar toda a dinâmica familiar, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade.

Do ponto de vista socioterritorial, esse cenário evidencia a necessidade de atenção qualificada a essas famílias, considerando que a presença de uma pessoa com deficiência pode

implicar maior demanda por cuidados, necessidade de adaptações no domicílio e ampliação do acesso a serviços públicos. Além disso, persistem desafios relacionados à garantia de direitos, como inclusão produtiva, acesso à educação e atendimento na rede de saúde.

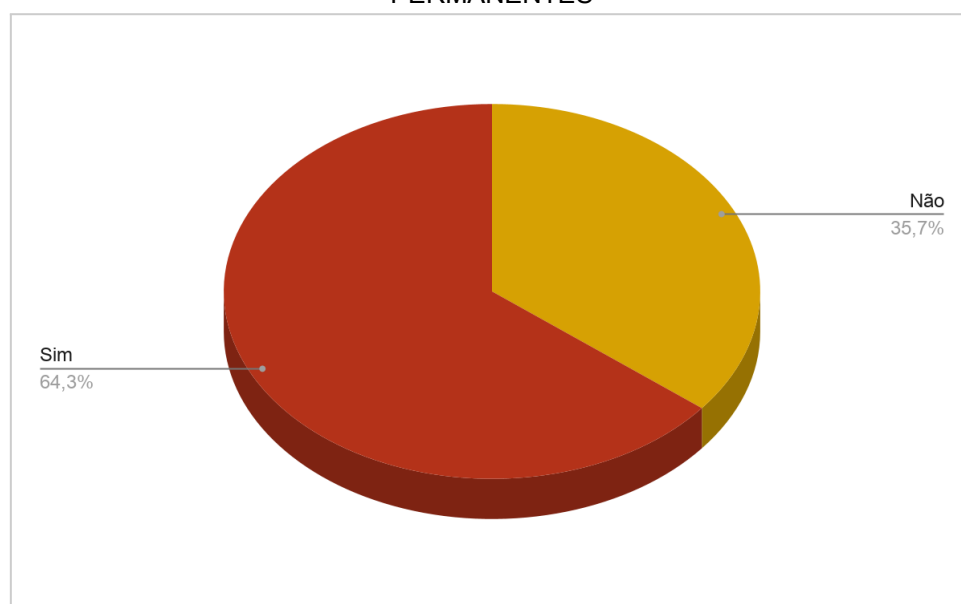
Entretanto, observa-se uma limitação importante na base de dados: não há registros no campo referente ao tipo de deficiência. Essa ausência compromete uma análise mais aprofundada sobre as especificidades desse público, dificultando a identificação de demandas diferenciadas, como deficiência física, intelectual, sensorial ou múltipla, que exigem respostas distintas das políticas públicas. A inexistência dessa informação pode indicar fragilidades no processo de coleta ou registro dos dados, seja por ausência de preenchimento, desconhecimento técnico ou dificuldades na identificação da condição.

Dessa forma, os dados podem não refletir integralmente a realidade, o que reforça a importância da qualificação contínua do Cadastro Único. A ausência de detalhamento sobre o tipo de deficiência limita o planejamento de ações mais direcionadas e efetivas, evidenciando a necessidade de aprimorar os registros para subsidiar políticas públicas mais precisas, equitativas e capazes de responder às diferentes necessidades das pessoas com deficiência no município.

6.10.2 Famílias que tem pessoas que recebem cuidados permanentes

O Gráfico 53 a seguir apresentam informações referentes às famílias que possuem pessoas com deficiência e que contam com integrantes que necessitam de cuidados permanentes de terceiros, conforme dados da SAGICAD (2026).

GRÁFICO 53 - FAMÍLIAS INSCRITAS QUE POSSUEM PESSOAS QUE RECEBEM CUIDADOS PERMANENTES



FONTE: SAGICAD, 2026.

A análise do Gráfico 53 evidencia que, entre as famílias que possuem pessoas com deficiência, 64,3% contam com integrantes que necessitam de cuidados permanentes de



terceiros, enquanto 35,7% não apresentam essa demanda. Esse dado revela que a maioria dessas famílias vivenciam situações que exigem acompanhamento contínuo, o que implica maior sobrecarga no cotidiano familiar, especialmente para os responsáveis pelo cuidado.

A necessidade de cuidados permanentes impacta diretamente a dinâmica familiar, podendo limitar a inserção dos cuidadores no mercado de trabalho, reduzir a renda familiar e ampliar a dependência de políticas públicas. Além disso, essa condição reforça a demanda por serviços especializados, apoio domiciliar, benefícios socioassistenciais e articulação com a rede de saúde.

Do ponto de vista socioterritorial, o elevado percentual de famílias com necessidade de cuidados contínuos indica a importância de fortalecer ações no âmbito do SUAS, especialmente no que se refere ao acompanhamento familiar, apoio aos cuidadores e ampliação da oferta de serviços que contribuam para a autonomia e a qualidade de vida dessas pessoas.

Entretanto, observa-se uma limitação relevante na base de dados: não há informações registradas no campo referente ao tipo de cuidado permanente de terceiros. Essa ausência compromete uma análise mais qualificada sobre as especificidades das demandas, como a intensidade do cuidado, o perfil do cuidador ou o tipo de apoio necessário. A falta desse detalhamento dificulta o planejamento de ações mais direcionadas e efetivas, podendo indicar fragilidades no preenchimento ou na coleta das informações.

Dessa forma, reforça-se a necessidade de qualificação dos registros no Cadastro Único, de modo a garantir maior precisão dos dados e subsidiar o planejamento de políticas públicas mais adequadas às reais necessidades das famílias que vivenciam situações de dependência de cuidados permanentes.

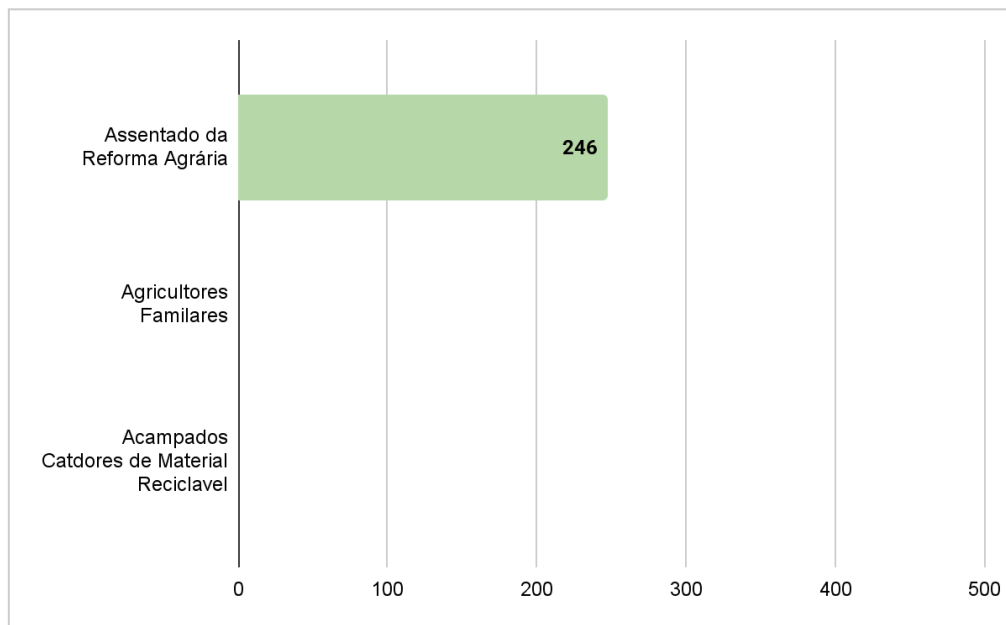
6.11 Pessoas em situação de rua, transeuntes e GPTE

As famílias pertencentes aos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs) constituem um público prioritário no âmbito das políticas públicas, especialmente no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Esses grupos incluem, entre outros, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, agricultores familiares, catadores de materiais recicláveis e população em situação de rua.

A relevância de sua identificação está associada às condições históricas de vulnerabilidade social, econômica e territorial que marcam esses segmentos, muitas vezes caracterizados por acesso limitado a serviços públicos, insegurança de renda e fragilidades nas condições de moradia. Nesse sentido, o reconhecimento dessas famílias no Cadastro Único é fundamental para orientar a formulação de políticas públicas mais equitativas, garantindo ações específicas, inclusão social e ampliação do acesso a direitos.

O Gráfico 54 apresenta a distribuição das famílias pertencentes aos GPTE no município, com base nos dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, disponibilizados pela SAGICAD.

GRÁFICO 54 - FAMÍLIAS EM OUTROS GRUPOS POPULACIONAIS TRADICIONAIS E ESPECÍFICOS



FONTE: SAGICAD, 2026.

Observa-se que há registro de 246 famílias classificadas como assentadas da reforma agrária, enquanto os demais grupos (como agricultores familiares, acampados e catadores de materiais recicláveis) não apresentaram registros no período analisado.

Ao comparar os dados do gráfico com o total de famílias identificadas como pertencentes aos GPTE (321 famílias), verifica-se uma diferença de 75 famílias que não estão representadas nas categorias exibidas. Essa divergência indica possíveis fragilidades no preenchimento ou na classificação das informações no Cadastro Único, especialmente no detalhamento do grupo populacional ao qual essas famílias pertencem. Assim, parte das famílias pode estar registrada como pertencente aos GPTE, mas sem a devida especificação do grupo, o que compromete a precisão da análise.

Além disso, observa-se que os campos referentes a famílias com membros em situação de rua e famílias indígenas ou quilombolas não geraram gráficos, pois apresentam valores não definidos. Essa ausência de dados pode indicar tanto a inexistência de registros dessas populações no sistema quanto possíveis situações de subnotificação ou falhas no preenchimento cadastral.

Do ponto de vista socioterritorial, essas limitações evidenciam a necessidade de qualificação contínua dos dados do Cadastro Único, com atenção à correta identificação dos grupos populacionais, de modo a garantir maior fidedignidade das informações e subsidiar o planejamento de políticas públicas mais adequadas às especificidades do território.

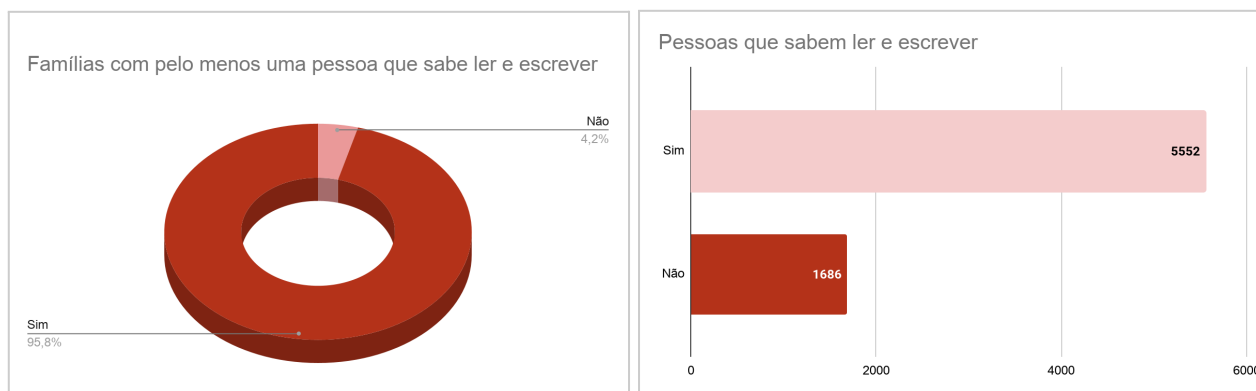
6.12 Escolaridade da população

O nível de escolaridade da população é um indicador fundamental para compreender as condições sociais e as oportunidades de desenvolvimento no território. Esse dado permite identificar desigualdades de acesso à educação, permanência escolar e possíveis barreiras que impactam a inserção no mercado de trabalho e o exercício pleno da cidadania. Além disso, a análise da escolaridade contribui para o planejamento de políticas públicas voltadas à inclusão educacional, qualificação profissional e promoção da autonomia das famílias.

6.12.1 Famílias e pessoas que sabem ler e escrever

Conforme dados da SAGICAD, os Gráficos 55 e 56 apresentam informações relacionadas à escolaridade das famílias e das pessoas inscritas no Cadastro Único.

GRÁFICOS 55 E 56 - FAMÍLIAS E PESSOAS ALFABETIZADAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO



FONTE: SAGICAD, 2026.

A análise conjunta dos gráficos evidencia aspectos relevantes sobre o perfil educacional das famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

O primeiro gráfico demonstra que 95,8% das famílias possuem pelo menos uma pessoa que sabe ler e escrever, enquanto 4,2% não contam com nenhum membro alfabetizado. Esse dado indica uma ampla presença de alfabetização nos núcleos familiares, o que, em geral, contribui para melhores condições de acesso à informação, serviços públicos e oportunidades sociais.

Entretanto, o segundo gráfico revela que, no total de pessoas, 5.552 sabem ler e escrever, enquanto 1.686 não possuem essa habilidade. Esse quantitativo expressivo de pessoas não alfabetizadas relativiza o dado anterior, evidenciando que, embora a maioria das famílias tenha ao menos um membro alfabetizado, ainda há um contingente significativo de indivíduos em situação de analfabetismo.

Do ponto de vista crítico, essa combinação de dados sugere que a alfabetização está presente de forma desigual dentro dos próprios núcleos familiares, podendo coexistir pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas na mesma família. Esse cenário pode indicar, por exemplo,

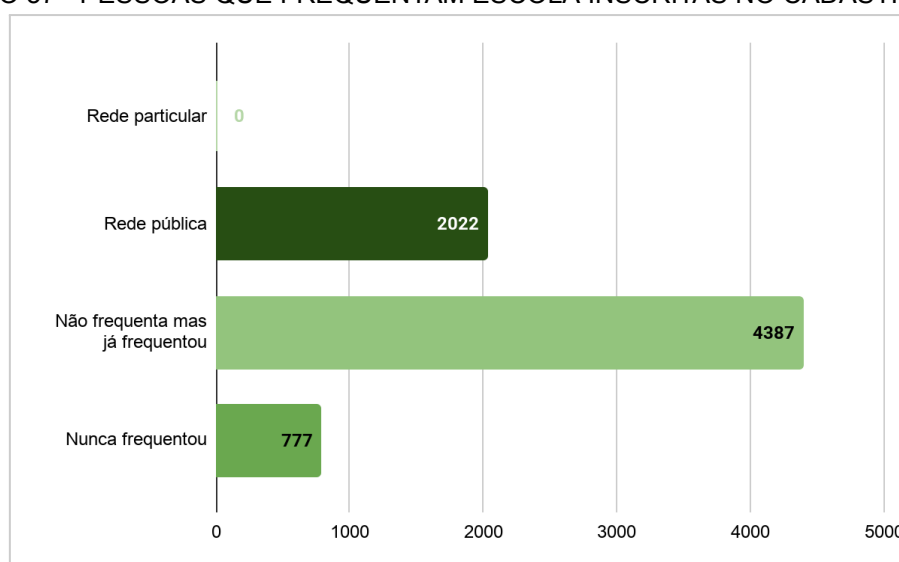
diferenças geracionais, com crianças e jovens em processo de escolarização, ou trajetórias marcadas por exclusão educacional entre adultos e idosos.

Além disso, a existência de 4,2% de famílias sem nenhum membro alfabetizado representa uma situação de maior vulnerabilidade social, uma vez que a ausência total de letramento no núcleo familiar pode dificultar significativamente o acesso a direitos, benefícios e políticas públicas, exigindo atenção prioritária das ações socioassistenciais.

6.12.2 Pessoas que frequentam a escola

De acordo com dados da SAGICAD (2026), o Gráfico 57 apresenta a proporção de pessoas cadastradas que frequentam a escola, permitindo analisar o acesso e a permanência da população nos processos de escolarização no território.

GRÁFICO 57 - PESSOAS QUE FREQUENTAM ESCOLA INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO



FONTE: SAGICAD, 2026.

Observa-se que 2.022 pessoas frequentam a rede pública de ensino, enquanto não há registros na rede particular, o que evidencia a forte dependência das famílias em relação à escola pública.

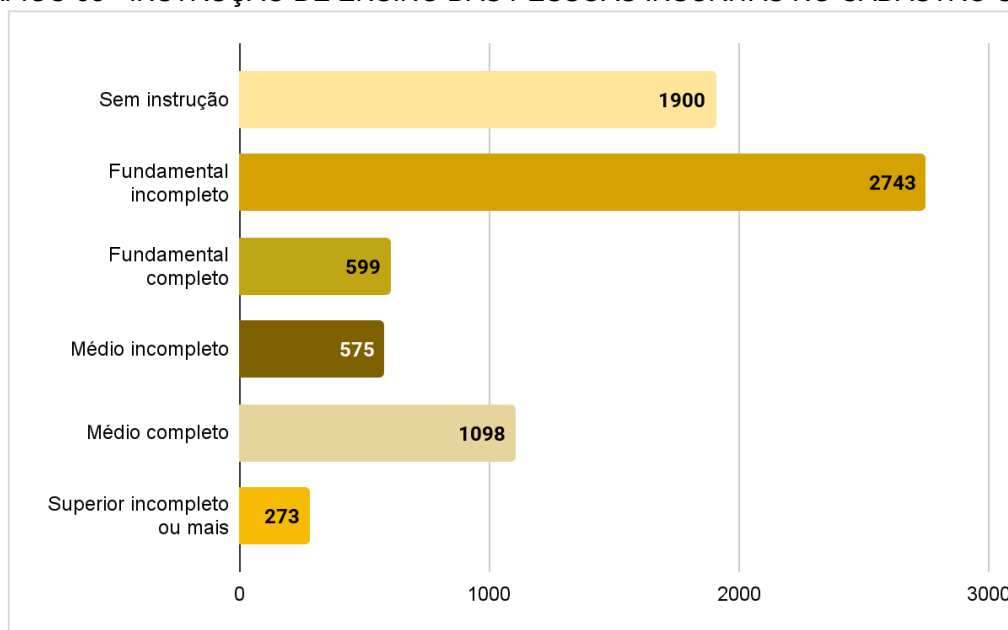
Por outro lado, chama atenção o elevado número de pessoas que não frequentam a escola, mas já frequentaram (4.387). Esse dado pode indicar trajetórias escolares interrompidas, evasão ou conclusão dos estudos, sendo necessário aprofundar a análise considerando a faixa etária para melhor compreensão. Ainda assim, o volume expressivo sugere possíveis fragilidades na permanência escolar ao longo do tempo.

Além disso, 777 pessoas nunca frequentaram a escola, o que representa um contingente significativo em situação de exclusão educacional. Esse grupo demanda atenção prioritária, pois a ausência total de acesso à escolarização compromete o desenvolvimento social, a inserção no mundo do trabalho e o exercício pleno da cidadania.

6.12.3 Pessoas por grau de instrução

Conforme dados da SAGICAD (2026), o Gráfico 58 apresenta a distribuição da população cadastrada segundo o grau de instrução, permitindo analisar os níveis de escolaridade e identificar possíveis desigualdades no acesso e na permanência nos processos educacionais no território.

GRÁFICO 58 - INSTRUÇÃO DE ENSINO DAS PESSOAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO



FONTE: SAGICAD, 2026

A análise da distribuição das pessoas por grau de instrução no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal evidencia um cenário marcado por baixa escolaridade predominante entre a população cadastrada.

Observa-se que os maiores contingentes concentram-se nos níveis mais baixos de escolarização, com 2.743 pessoas com ensino fundamental incompleto e 1.900 sem instrução, o que representa uma parcela expressiva da população em situação de maior vulnerabilidade educacional. Esses dados indicam dificuldades históricas de acesso e permanência na escola, refletindo desigualdades sociais estruturais.

Na sequência, verifica-se um número reduzido de pessoas que conseguiram concluir etapas mais avançadas da educação básica, sendo 599 com ensino fundamental completo, 575 com ensino médio incompleto e 1.098 com ensino médio completo. Ainda que o ensino médio completo apresenta um quantitativo relevante, ele não supera a soma dos níveis mais baixos, o que reforça a predominância de trajetórias escolares interrompidas.

Por fim, apenas 273 pessoas possuem ensino superior incompleto ou mais, evidenciando baixa inserção no ensino superior, o que pode limitar significativamente as oportunidades de inserção no mercado de trabalho formal e de melhoria das condições de renda.



Diante desse conjunto de informações, observa-se que, embora haja presença significativa de alfabetização e acesso à escola pública, persistem desafios estruturais relacionados à permanência, continuidade dos estudos e elevação da escolaridade da população cadastrada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. A concentração nos níveis mais baixos de instrução, associada ao número expressivo de pessoas fora da escola ou que nunca frequentaram, evidencia trajetórias educacionais marcadas por interrupções e desigualdades. Esse cenário reforça a necessidade de ações integradas entre as políticas de educação e assistência social, com foco na busca ativa, no acompanhamento das famílias, na ampliação da educação de jovens e adultos (EJA) e na promoção de estratégias que garantam não apenas o acesso, mas a permanência e a progressão escolar, contribuindo para a redução das desigualdades socioterritoriais no município.

Por fim, os dados do Cadastro Único constituem importante referência para identificação da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica. No entanto, é necessário considerar que tais informações refletem predominantemente a população acessada pelas políticas públicas, podendo não abranger integralmente todos os grupos em situação de pobreza ou extrema pobreza no território.

Nesse sentido, a distribuição territorial das famílias cadastradas pode estar associada não apenas à concentração de vulnerabilidade, mas também à proximidade com os serviços públicos e à capacidade de acesso aos equipamentos socioassistenciais, indicando a necessidade de estratégias de busca ativa em áreas com menor cobertura.

A análise integrada dos dados evidencia a importância de utilizar o Cadastro Único não apenas como instrumento de registro, mas como ferramenta estratégica de planejamento territorializado, permitindo identificar áreas prioritárias para intervenção e ampliação da cobertura da política de assistência social.



7. SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública constitui um dos pilares fundamentais para a garantia da ordem social e da qualidade de vida da população. A análise desse setor permite compreender não apenas a incidência de crimes e violências, mas também os padrões de risco, a efetividade das instituições de proteção e os impactos desses eventos sobre a comunidade. No presente diagnóstico, serão examinados dados relativos a ocorrências criminais, homicídios dolosos, tentativas de homicídio, feminicídios, mortes no trânsito, suicídios, violência doméstica e outras situações de vulnerabilidade social associadas à criminalidade. A partir dessas informações, torna-se possível identificar tendências, áreas de maior risco e demandas por políticas públicas mais efetivas, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e intervenção que promovam a segurança e o bem-estar da população.

No cenário atual, o município de Marmeleiro conta com uma unidade da Polícia Civil do Paraná instalada na sede urbana e com dois destacamentos da Polícia Militar do Paraná, sendo um localizado na sede municipal e outro no Distrito de Alto São Mateus, enquanto a Defesa Civil integra a estrutura administrativa da prefeitura municipal.

Além disso, o acesso aos serviços do Corpo de Bombeiros do Paraná e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) ocorre por meio de unidades instaladas em municípios vizinhos de maior porte, como Francisco Beltrão e Pato Branco. No âmbito do sistema judiciário, o município possui sede própria (comarca) do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que atende também os municípios de Renascença e Flor da Serra do Sul.

7.1 Registros de ocorrências

Conforme dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP, 2026), por meio do painel de indicadores estatísticos, Marmeleiro registrou 88 ocorrências entre 2019 e 2025, conforme disposto no Quadro 29.

QUADRO 29 - REGISTROS DE OCORRÊNCIAS/VÍTIMAS DE CRIMES NO MUNICÍPIO

CRIME/OCORRÊNCIA	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Feminicídio	0	0	0	1	0	0	1
Homicídio Doloso	0	1	0	4	0	4	0
Tentativa de Feminicídio	-	-	0	0	0	0	0
Tentativa de Homicídio	0	5	15	10	6	0	1
Latrocínio	0	0	0	0	0	0	0
Lesão corporal seguida de morte	0	0	0	0	0	0	0
Morte a esclarecer sem indícios de crime	0	0	1	0	0	0	0



Morte no Trânsito	0	9	4	2	0	2	7
Suicídio	0	1	1	2	6	2	2
Presos por cumprimento de mandato	0	0	1	0	0	0	0
TOTAL	0	16	22	19	12	8	11

FONTE: MJSP, 2026.

A análise dos dados de ocorrências criminais entre 2019 e 2025 evidencia oscilações relevantes na incidência de crimes graves, com picos concentrados em determinados anos. O total de registros passou de 16 ocorrências em 2020 para 22 em 2021, representando um aumento de aproximadamente 37,5%, indicando um período de maior incidência de eventos graves. Em 2022 houve leve redução para 19 casos (-13,6%), mantendo-se ainda em patamar elevado. A partir de 2023 observa-se tendência de queda, com 12 ocorrências (-36,8% em relação a 2022) e 8 registros em 2024 (-33,3%), o menor número da série desde 2020. Entretanto, em 2025 há nova elevação para 11 casos (+37,5%), sugerindo que, embora tenha ocorrido redução recente, os índices ainda apresentam instabilidade.

Entre os tipos de ocorrências, destacam-se as tentativas de homicídio, que representaram parcela significativa dos registros em alguns anos. Em 2021 foram 15 casos, correspondendo a aproximadamente 68,2% do total daquele ano, seguido de 10 casos em 2022 (cerca de 52,6%), indicando um período de maior violência interpessoal. Após esse pico, observa-se redução expressiva, chegando a zero registros em 2024, com apenas 1 caso em 2025, o que pode representar queda de aproximadamente 93% em relação ao pico de 2021. Já os homicídios dolosos apresentaram comportamento pontual, com maior incidência em 2022 e 2024 (4 casos em cada ano), enquanto nos demais anos permaneceram zerados ou com apenas um registro.

Outras ocorrências também merecem atenção, especialmente as mortes no trânsito, que tiveram grande participação no total de casos em determinados anos. Em 2020 foram registrados 9 casos, representando 56,3% das ocorrências daquele ano, enquanto em 2025 ocorreram 7 mortes, equivalentes a 63,6% do total anual, evidenciando que os acidentes de trânsito se configuram como um fator importante de mortalidade no período analisado. Os suicídios também apresentam crescimento relevante entre 2020 e 2023, passando de 1 para 6 casos, o que representa um aumento de 500%, seguido de redução para 2 registros em 2024 e 2025.

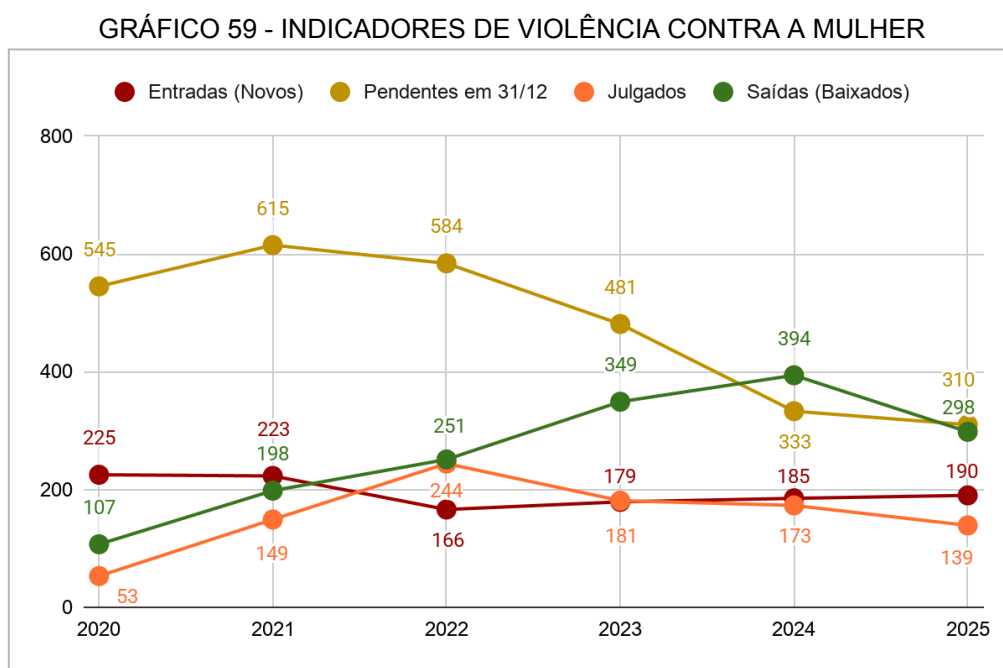
Esses dados sugerem possíveis impactos sociais e de saúde pública, indicando a necessidade de políticas preventivas voltadas à segurança viária, à promoção da saúde mental e à prevenção da violência, bem como o fortalecimento de ações integradas entre as áreas de segurança pública, assistência social e saúde. Entretanto, é importante considerar que, apesar das oscilações observadas ao longo dos anos, diversos fatores externos podem ter influenciado esses resultados. Entre eles, destaca-se o contexto da pandemia de COVID-19, que implicou períodos de isolamento social, mudanças na circulação de pessoas e alterações nas dinâmicas sociais, podendo impactar tanto a ocorrência quanto o registro de determinados eventos. Além

disso, deve-se considerar a possibilidade de subnotificação ou ausência de registros em alguns períodos, situação que pode ocorrer por diferentes motivos, como dificuldades de acesso aos serviços ou mudanças nos fluxos de registro das ocorrências. Dessa forma, a interpretação dos dados deve ser realizada com cautela, levando em conta o contexto social e institucional em que foram produzidos.

Por fim, ressalta-se que alguns dados disponibilizados pelo MJSP não se encontram desagregados por município, o que limita uma análise mais detalhada da realidade local. Entre essas informações estão ocorrências relacionadas a furtos e roubos, apreensão de drogas e armas de fogo, registros de pessoas desaparecidas e atendimentos bombeirísticos.

7.2 Violência contra a mulher

De acordo com dados do Painel de Violência contra a Mulher do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2026), o município de Marmeleiro apresentou, nos últimos seis anos, oscilações no número de notificações de casos de violência contra mulheres, conforme demonstrado no Gráfico 59.



FONTE: CNJ, 2026.

A análise dos dados sobre violência doméstica contra mulheres no período de 2020 a 2025 revela algumas mudanças importantes no fluxo de processos judiciais. Em relação às novas entradas, observa-se relativa estabilidade ao longo dos anos. Após 225 casos registrados em 2020, houve leve redução para 223 em 2021 (-0,9%) e queda mais significativa em 2022, quando os registros passaram para 166 casos (-25,6% em relação a 2021). Nos anos seguintes, verificou-se nova elevação: 179 casos em 2023 (+7,8%), 185 em 2024 (+3,4%) e 190 em 2025 (+2,7%). Esses dados indicam que, embora tenha ocorrido uma redução expressiva em 2022, o

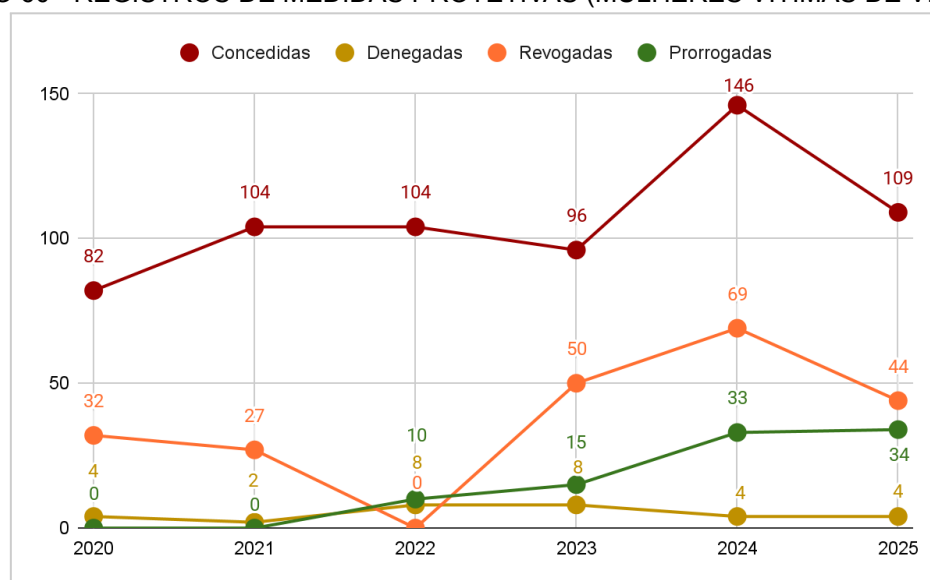
número de novos registros voltou a crescer gradualmente, mantendo-se em patamares próximos a 180–190 casos anuais.

Em relação ao estoque de processos pendentes, nota-se uma redução significativa ao longo do período. Em 2021, o número de casos pendentes atingiu 615, representando um aumento de 12,8% em relação a 2020 (545). A partir de então, observa-se uma queda contínua: 584 casos em 2022 (-5,0%), 481 em 2023 (-17,6%), 333 em 2024 (-30,8%) e 310 em 2025 (-6,9%). Considerando o período completo, houve redução de aproximadamente 49,5% no total de processos pendentes entre 2021 e 2025, o que sugere melhora na capacidade de tramitação e resolução dos casos.

Quanto à movimentação processual, especialmente julgamentos e baixas, também se observa avanço. O número de processos julgados aumentou significativamente entre 2020 e 2022, passando de 53 para 244 casos, um crescimento de cerca de 360%, indicando um esforço expressivo do sistema de justiça na apreciação dessas demandas. Embora tenha ocorrido redução nos anos seguintes (181 em 2023, 173 em 2024 e 139 em 2025), o volume ainda se mantém superior ao registrado no início da série histórica. Já as saídas (baixas) cresceram de forma consistente, passando de 107 em 2020 para 394 em 2024 (+268%), com leve redução para 298 em 2025 (-24,4% em relação a 2024). De modo geral, os dados indicam aumento da capacidade de resolução dos processos e redução do acúmulo de casos ao longo dos anos analisados.

No que se refere às medidas protetivas, o Gráfico 60 demonstra as variações nos casos de medidas protetivas concedidas, revogadas, denegadas e prorrogadas.

GRÁFICO 60 - REGISTROS DE MEDIDAS PROTETIVAS (MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA)



FONTE: CNJ, 2026.

A análise das medidas protetivas relacionadas à violência doméstica contra mulheres entre 2020 e 2025 evidencia variações importantes na concessão e no acompanhamento dessas



medidas. No que se refere às medidas concedidas, observa-se crescimento inicial entre 2020 e 2021, passando de 82 para 104 casos, o que representa um aumento de aproximadamente 26,8%. Em 2022 o número manteve-se estável (104), enquanto em 2023 houve leve redução para 96 (-7,7%). Em 2024 ocorreu o maior registro da série, com 146 medidas concedidas, representando crescimento de 52,1% em relação a 2023. Já em 2025 houve redução para 109 medidas (-25,3% em relação a 2024), embora o volume ainda permaneça 32,9% superior ao registrado em 2020, indicando ampliação do uso desse instrumento de proteção ao longo do período.

Em relação às medidas denegadas, os números permanecem bastante baixos durante todo o período, variando entre 2 e 8 casos por ano. O maior valor ocorreu em 2022 e 2023, com 8 medidas negadas, representando cerca de 7,7% e 8,3%, respectivamente, em comparação com as concedidas nesses anos. Nos demais períodos, as negativas foram ainda menores (entre 2 e 4 casos), sugerindo que a maior parte das solicitações de proteção foi deferida pelo Judiciário. Quanto às revogações, observa-se crescimento significativo ao longo da série: de 32 em 2020 para 69 em 2024, um aumento de aproximadamente 115,6%, seguido de redução para 44 em 2025 (-36,2%). Já as prorrogações, inexistentes em 2020 e 2021, passaram a ocorrer a partir de 2022, com 10 registros, aumentando para 15 em 2023 e atingindo 33 em 2024 (+120%). Em 2025 manteve-se praticamente estável, com 34 prorrogações (+3,0%), o que pode indicar maior necessidade de manutenção das medidas por períodos mais longos.

Ao relacionar esses dados com os registros de violência doméstica, observa-se que as medidas protetivas não acompanharam exatamente a mesma variação das entradas de processos. Enquanto os registros de violência apresentaram queda significativa em 2022 (-25,6%) e crescimento gradual nos anos seguintes, as medidas concedidas permaneceram estáveis entre 2021 e 2022 e apresentaram aumento expressivo apenas em 2024. Isso sugere que o uso das medidas protetivas pode estar relacionado não apenas ao número de casos registrados, mas também a fatores como maior acesso das vítimas à rede de proteção, fortalecimento das políticas de enfrentamento à violência e maior atuação institucional. Assim, mesmo em períodos de relativa estabilidade nas ocorrências, o aumento das medidas concedidas pode indicar maior utilização dos mecanismos legais de proteção às mulheres.

8. NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA

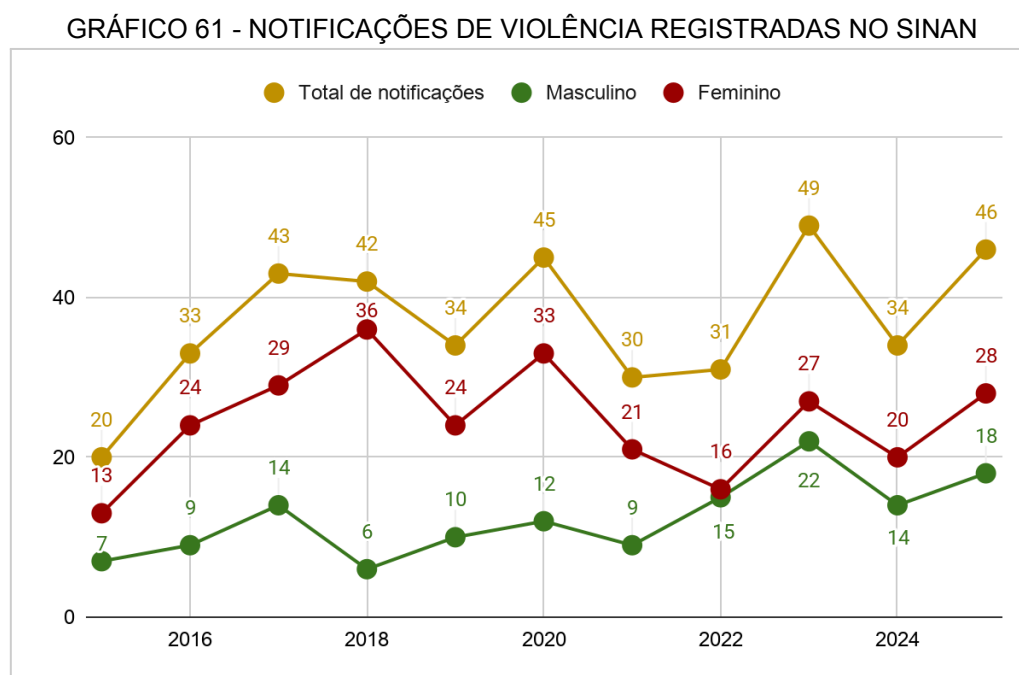
O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), elaborado pelo Ministério da Saúde (MS), tem como finalidade registrar e investigar doenças, agravos e outros problemas de saúde que necessitam de notificação compulsória no Brasil. Sua principal função é monitorar o estado de saúde da população, subsidiando o planejamento, a execução e a avaliação de políticas públicas de saúde.

Os registros realizados no SINAN abrangem diferentes tipos de agravos, sendo classificados em dois grandes grupos: violências e acidentes. Considera-se violência “o uso da força contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”.

Dessa forma, este tópico tem como objetivo tabular e analisar os dados registrados no SINAN classificados como violências, a fim de avaliar a situação atual do município, bem como identificar o histórico do número de notificações, os tipos de violência predominantes, a distribuição por faixa etária, sexo e outros fatores relevantes, com o propósito de subsidiar o diagnóstico situacional e orientar ações de prevenção e enfrentamento das violências no território.

8.1 Comparativo de notificações

Segundo dados do SINAN, o município de Marmeleiro vem apresentando oscilações significativas no número de notificações de violências interpessoais e autoprovocadas ao longo dos últimos dez anos, conforme demonstrado no Gráfico 61.



FONTE: MS, 2026c.



A análise das notificações de violência interpessoal e autoprovocada entre 2015 e 2025 evidencia oscilações ao longo do período, com tendência geral de crescimento quando se compara o início e o final da série histórica. Em 2015 foram registradas 20 notificações, enquanto em 2025 esse número alcançou 46 casos, representando um aumento de aproximadamente 130% no período. Observa-se também um crescimento progressivo entre 2015 e 2017, quando as notificações passaram de 20 para 43 casos (aumento de cerca de 115%). Após pequenas variações entre 2018 e 2019, os registros voltam a crescer em 2020, atingindo 45 notificações, o que pode estar relacionado a fatores sociais e psicológicos intensificados durante o período da pandemia.

No contexto da pandemia de COVID-19, diversos estudos apontaram aumento de situações de violência doméstica, conflitos familiares e sofrimento mental, fatores que podem ter contribuído para o aumento observado em 2020. Entretanto, em 2021 há uma redução para 30 notificações (queda de aproximadamente 33% em relação a 2020), o que pode estar associado tanto a uma diminuição real de casos quanto à subnotificação, já que o período ainda foi marcado por restrições de circulação, sobrecarga dos serviços de saúde e dificuldades de acesso aos canais de denúncia.

Nos anos mais recentes observa-se nova elevação dos registros, com destaque para 2023, que apresenta 49 notificações, o maior valor da série histórica e um aumento de cerca de 58% em relação a 2022. Esse crescimento pode refletir tanto um aumento real dos episódios de violência quanto o fortalecimento dos mecanismos de vigilância e notificação, maior conscientização da população e aprimoramento dos fluxos de registro pelos serviços de saúde e assistência social.

Quanto à distribuição por sexo, verifica-se predominância de vítimas do sexo feminino na maior parte do período, representando cerca de 60% do total das notificações na série histórica. Em alguns anos, como 2018, as mulheres corresponderam a aproximadamente 86% dos casos (36 de 42 notificações), evidenciando a forte relação entre violência interpessoal e questões de gênero, especialmente no contexto da violência doméstica e familiar. Ainda assim, observa-se aumento progressivo das notificações envolvendo homens em determinados anos, como 2022 e 2023, indicando que a violência e os agravos autoprovocados também impactam significativamente esse grupo, o que reforça a necessidade de políticas públicas integradas de prevenção da violência, promoção da saúde mental e fortalecimento das redes de proteção social.

8.2 Tipos de violência

Considerando as 407 notificações de violência registradas no município de Marmeleiro ao longo dos últimos dez anos, bem como a oscilação observada nas séries anuais, torna-se imprescindível a realização de um diagnóstico mais detalhado por tipo de violência, faixa etária e



sexo, com o objetivo de subsidiar o planejamento de políticas públicas e a definição de ações de prevenção e intervenção mais eficazes.

Nesse contexto, apresentam-se a seguir os dados referentes aos diferentes tipos de violência identificados nas notificações, dentre eles: violência de repetição, lesão autoprovocada, violência física, violência psicológica/moral, tortura, violência sexual, violência financeira/econômica, negligência/abandono, além de outros tipos de violência e dos meios ou instrumentos utilizados na sua prática.

Destaca-se que os valores apresentados não devem ser somados para a composição do total de notificações registradas no território, uma vez que uma mesma ocorrência pode envolver mais de um tipo de violência, ocorrendo assim sobreposição entre as categorias analisadas, resultando em registros múltiplos para um mesmo caso.

8.2.1 Violência de repetição

A violência de repetição refere-se a casos em que o evento violento notificado já havia ocorrido outras vezes anteriormente. Dessa forma, o Quadro 30 apresenta, em números, os registros notificados por meio do SINAN de violências de repetição ocorridas no município de Marmeleiro nos últimos seis anos, discriminados por sexo e faixa etária das vítimas.

QUADRO 30 - NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA DE REPETIÇÃO POR SEXO E FAIXA ETÁRIA

ANO	< 1		1-4		5-9		10-14		15-19		20-29		30-39		40-49		50-59		60+	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
2020	0	0	0	0	2	1	6	0	3	1	3	0	3	0	2	2	1	0	0	0
2021	0	0	0	0	2	0	2	0	0	0	1	1	2	2	1	0	0	0	0	0
2022	0	0	1	1	0	1	0	1	2	1	0	0	0	0	4	1	3	1	0	1
2023	0	0	0	0	1	5	2	3	3	2	3	0	2	1	3	0	0	0	0	1
2024	0	0	0	0	1	1	3	0	1	0	4	1	0	0	0	0	0	0	1	3
2025	0	0	1	1	0	2	2	1	2	0	3	1	1	1	3	1	1	0	2	0

FONTE: MS, 2026c.

A análise dos dados de violência de repetição entre 2020 e 2025 contabiliza 115 ocorrências no período, sendo, desse total, 77 casos envolveram vítimas do sexo feminino ($\approx 67,0\%$) e 38 do sexo masculino ($\approx 33,0\%$), evidenciando uma predominância significativa de mulheres entre as vítimas. Esse resultado indica que cerca de dois terços das notificações referem-se ao sexo feminino, padrão frequentemente associado à maior exposição das mulheres à violência doméstica e familiar, contexto em que a repetição das agressões tende a ocorrer devido a ciclos de violência e dificuldades de rompimento da relação com o agressor.



Em relação à distribuição etária, observa-se maior concentração entre adolescentes e adultos jovens. A faixa etária de 10 a 14 anos apresenta 20 casos (17,4%), sendo a mais frequente no período analisado. Em seguida aparecem as faixas de 20 a 29 anos e 40 a 49 anos, ambas com 17 registros cada (14,8%), além do grupo de 15 a 19 anos, com 15 casos (13,0%). Esses dados indicam que uma parcela significativa das ocorrências envolve adolescentes e pessoas em idade economicamente ativa, grupos que podem estar expostos a diferentes contextos de violência, como conflitos familiares, violência entre parceiros íntimos ou outras formas de violência interpessoal.

Por fim, observa-se que os registros apresentam oscilações ao longo dos anos, o que pode refletir tanto mudanças na ocorrência real da violência quanto fatores como subnotificação, maior sensibilização dos profissionais para a identificação dos casos ou alterações no acesso aos serviços de saúde e proteção. O período da pandemia de COVID-19 também pode ter influenciado esse cenário, seja pelo aumento da convivência prolongada no ambiente doméstico, potencializando conflitos, seja pela redução temporária das notificações em razão das restrições de acesso aos serviços. Dessa forma, os dados reforçam a importância do fortalecimento da rede de proteção, da vigilância epidemiológica e das estratégias de prevenção por meio da Proteção Social Especial, visando identificar precocemente situações de violência recorrente e interromper ciclos de agressão.

8.2.2 Lesão autoprovocada

A lesão autoprovocada compreende todo ato de violência que uma pessoa inflige contra si mesma, englobando tanto a automutilação quanto as tentativas de suicídio. O Quadro 31 apresenta, em números, os registros de casos notificados por meio do SINAN de lesões autoprovocadas no município de Marreleiro nos últimos seis anos, distribuídos conforme o sexo e a faixa etária das vítimas.

QUADRO 31 - NOTIFICAÇÕES DE LESÃO AUTOPROVOCADA POR SEXO E FAIXA ETÁRIA

ANO	< 1		1-4		5-9		10-14		15-19		20-29		30-39		40-49		50-59		60+	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
2020	0	0	0	0	0	0	1	0	4	1	0	2	4	1	0	3	0	0	0	0
2021	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	2	2	2	1	0	0	0	0	0
2022	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	1	0	1	0	1	0	1	2	0	0
2023	0	0	0	0	0	0	3	0	3	2	2	2	1	0	2	0	1	0	1	0
2024	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1	3	2	0	1	0	0	1	0	2
2025	0	0	0	0	0	0	2	1	3	0	3	1	2	1	0	1	1	1	1	0

FONTE: MS, 2026c.



A análise dos registros de lesões autoprovocadas em Marmeleiro entre 2020 e 2025 aponta a ocorrência de 83 casos no período. Observa-se variação ao longo dos anos, com 16 registros em 2020 (19,3%), redução para 10 casos em 2021 e 2022 (12,0% cada) e posterior crescimento para 17 casos em 2023 (20,5%), seguido de 13 em 2024 (15,7%) e novamente 17 em 2025 (20,5%). Esses dados sugerem uma tendência de retomada e aumento após o período mais crítico da pandemia, possivelmente relacionada tanto a impactos sociais e psicológicos do período quanto ao fortalecimento das redes de vigilância e notificação, que podem ter reduzido a subnotificação ao longo do tempo.

Quanto ao perfil das vítimas, há predominância do sexo feminino, com 51 registros (61,4%), enquanto 32 casos (38,6%) ocorreram entre homens. Em relação à faixa etária, observa-se maior concentração entre jovens e adultos jovens, especialmente nas idades de 20 a 29 anos (19 casos – 22,9%) e 15 a 19 anos (18 casos – 21,7%), seguidas pelas faixas de 30 a 39 anos (16 casos – 19,3%). Também se destacam 9 registros entre 10 e 14 anos (10,8%), evidenciando a presença de ocorrências já na adolescência inicial. As demais faixas etárias apresentam proporções menores, como 40 a 49 anos (10,8%), 50 a 59 anos (8,4%) e 60 anos ou mais (4,8%), enquanto os registros em crianças são raros.

Esse padrão etário indica que a lesão autoprovocada está fortemente associada a fases da vida marcadas por transições sociais, emocionais e econômicas, como adolescência e início da vida adulta. Entre os possíveis fatores explicativos estão questões relacionadas à saúde mental, conflitos familiares, vulnerabilidades socioeconômicas, uso de substâncias e pressões sociais. Assim, os dados reforçam a importância do fortalecimento das políticas públicas de prevenção ao suicídio e promoção da saúde mental, especialmente com foco em adolescentes e jovens adultos, além da ampliação das estratégias de identificação precoce, acolhimento psicossocial e integração entre os serviços de saúde, assistência social e educação no município.

8.2.3 Violência física

A violência física caracteriza-se por qualquer ato que utilize força física de forma intencional, resultando em dano, lesão ou comprometimento da integridade corporal ou da saúde da vítima. O Quadro 32 apresenta, em números, os registros de casos notificados por meio do SINAN de violência física ocorridos no município de Marmeleiro nos últimos seis anos, distribuídos segundo o sexo e a faixa etária das vítimas.

QUADRO 32 - NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA FÍSICA POR SEXO E FAIXA ETÁRIA

ANO	< 1		1-4		5-9		10-14		15-19		20-29		30-39		40-49		50-59		60+	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
2020	0	0	0	1	1	1	3	0	5	2	5	1	2	2	2	3	2	0	0	0



2021	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	2	2	2	1	1	1	1	0
2022	0	0	0	1	0	1	0	0	1	1	0	1	2	1	5	2	3	1	0
2023	0	0	1	0	0	4	3	2	1	0	4	3	3	2	4	0	2	0	1
2024	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	4	3	1	1	2	0	1	2	1
2025	0	0	0	0	0	2	0	1	3	0	3	3	4	0	4	2	0	2	0

FONTE: MS, 2026c.

A análise dos registros de violência física entre 2020 e 2025 evidencia 145 ocorrências notificadas no período, com variações importantes ao longo dos anos. Em 2020 foram registrados 30 casos (20,7%), seguido de uma redução significativa em 2021, com 15 ocorrências (10,3%), possivelmente relacionada a fatores como subnotificação ou alterações na dinâmica social durante o período da pandemia. A partir de 2022 observa-se nova elevação, com 21 registros (14,5%), atingindo o maior pico em 2023, com 31 casos (21,4%). Nos anos seguintes ocorre nova redução relativa, com 22 ocorrências em 2024 (15,2%), seguida de 26 casos em 2025 (17,9%), indicando que, apesar das oscilações, a violência física permanece como um problema recorrente e persistente.

Em relação ao perfil das vítimas, observa-se maior predominância do sexo feminino, com 84 casos (57,9%), enquanto o sexo masculino representa 61 registros (42,1%). Quanto à faixa etária, a concentração ocorre principalmente entre adultos jovens, com destaque para o grupo de 20 a 29 anos (30 casos; 20,7%), seguido pelas faixas de 40 a 49 anos (26 casos; 17,9%) e 30 a 39 anos (22 casos; 15,2%). Também merece atenção a faixa etária de 15 a 19 anos (17 registros; 11,7%), indicando que adolescentes e jovens estão entre os grupos mais vulneráveis à ocorrência desse tipo de violência. Já entre crianças pequenas e menores de 1 ano praticamente não há registros, o que pode refletir menor ocorrência ou possíveis dificuldades de identificação e notificação.

Esses dados sugerem que a violência física está fortemente associada a contextos sociais e relacionais envolvendo adultos jovens, faixa etária geralmente mais exposta a conflitos interpessoais, violência doméstica e situações de vulnerabilidade social. O crescimento observado a partir de 2022 pode estar relacionado tanto à retomada das interações sociais após os períodos mais restritivos da pandemia, quanto ao fortalecimento dos mecanismos de notificação e identificação dos casos pelos serviços de saúde.

8.2.4 Violência psicológica e moral

A violência psicológica ou moral compreende qualquer conduta que provoque dano emocional, diminuição da autoestima ou que tenha como objetivo degradar, controlar ações, comportamentos, crenças e decisões da vítima, comprometendo seu pleno desenvolvimento e sua capacidade de autodeterminação. O Quadro 33 apresenta, em números, os registros de casos de



violência psicológica notificados por meio do SINAN no município de Marmeleiro nos últimos seis anos, distribuídos conforme o sexo e a faixa etária das vítimas.

QUADRO 33 - NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA/MORAL POR SEXO E FAIXA ETÁRIA

ANO	< 1		1-4		5-9		10-14		15-19		20-29		30-39		40-49		50-59		60+	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
2020	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	1	0	0	1	1	0	1	0	0	0
2021	0	0	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	2	1	2	1	1	0	1	0
2022	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	2	0	3	0	1	0	0	0
2023	0	0	0	0	0	3	0	2	1	0	2	0	2	0	1	0	1	0	0	0
2024	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3	1	0	0	1	0	1	0	0	1
2025	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	2	0	2	0	2	1	0	1	1	0

FONTE: MS, 2026c.

A análise dos registros de violência física no período de 2020 a 2025 evidencia 58 ocorrências notificadas, com variações ao longo dos anos. Em 2020 foram registrados 7 casos (12,1%), número que aumentou para 11 ocorrências em 2021 (19,0%). Em 2022 houve redução para 8 registros (13,8%), seguida de novo crescimento em 2023, com 12 casos (20,7%), o maior quantitativo do período. Em 2024 observa-se nova queda para 8 ocorrências (13,8%), enquanto 2025 volta a apresentar aumento, com 12 casos (20,7%). Essa oscilação pode refletir tanto mudanças na dinâmica da violência quanto fatores como maior sensibilidade da rede de notificação, ampliação do acesso aos serviços ou variações na subnotificação.

Quanto ao sexo das vítimas, observa-se predominância significativa do sexo feminino, com 41 registros (70,7%), enquanto o sexo masculino soma 17 casos (29,3%). Esse padrão reforça evidências amplamente identificadas em estudos sobre violência interpessoal, nas quais mulheres figuram como as principais vítimas, especialmente em contextos de violência doméstica e de gênero. Tal cenário indica a necessidade de fortalecimento de políticas públicas de proteção, prevenção e acompanhamento das vítimas, bem como de ações intersetoriais envolvendo saúde, assistência social, segurança pública e educação.

Em relação à distribuição por faixa etária, destacam-se principalmente adultos e crianças. A maior concentração ocorre entre 40 e 49 anos, com 12 casos (20,7%), seguida das faixas 5 a 9 anos e 30 a 39 anos, ambas com 10 registros (17,2%), e da faixa 20 a 29 anos, com 9 ocorrências (15,5%). A presença expressiva de casos entre crianças e adultos em idade produtiva evidencia a amplitude do problema e seus potenciais impactos sociais, familiares e econômicos, podendo resultar em danos físicos, psicológicos e sobrecarga dos serviços públicos.



8.2.5 Tortura

A tortura é definida como qualquer ato intencional que cause dor ou sofrimento intenso, seja de natureza física ou psicológica, praticado com um propósito específico, como punição, intimidação, coerção ou discriminação. Trata-se de uma grave violação de direitos humanos, cujos impactos podem gerar danos profundos e duradouros às vítimas, comprometendo sua saúde física, mental e social.

No município de Marmeleiro, entre 2020 e 2025, foram registrados três casos de tortura no SINAN. Desses, duas ocorrências foram registradas em 2023: uma envolvendo vítima do sexo masculino na faixa etária de 10 a 14 anos e outra do sexo feminino entre 30 e 39 anos. Já em 2025, foi registrada uma ocorrência cuja vítima era uma adolescente do sexo feminino na faixa etária de 15 a 19 anos.

Embora o número absoluto de casos seja reduzido, a presença de registros envolvendo crianças, adolescentes e adultos evidencia a gravidade do fenômeno e a necessidade de atenção contínua das redes de proteção e vigilância em saúde.

8.2.6 Violência sexual

A violência sexual é definida como qualquer ato sexual, tentativa de ato sexual, insinuação sexual indesejada ou ação voltada à comercialização ou utilização da sexualidade de uma pessoa mediante coerção, sem o seu consentimento válido. O Quadro 34 apresenta, em números, os registros de casos notificados por meio do SINAN de violência sexual no município de Marmeleiro nos últimos seis anos, discriminados por sexo e faixa etária das vítimas.

QUADRO 34 - NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA SEXUAL POR SEXO E FAIXA ETÁRIA

ANO	< 1		1-4		5-9		10-14		15-19		20-29		30-39		40-49		50-59		60+	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
2020	0	0	0	0	2	1	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2021	0	0	3	0	1	0	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
2022	0	0	1	1	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2023	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2024	0	0	0	0	3	0	4	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
2025	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

FONTE: MS, 2026c.

A análise dos registros de violência sexual entre 2020 e 2025 evidencia forte concentração de casos em crianças e adolescentes, especialmente na faixa de 5 a 14 anos, que responde por



aproximadamente 72,5% do total de ocorrências (29 de 40 casos). Destaca-se o grupo de 10 a 14 anos, com 42,5% dos casos (17 de 40), seguido pela faixa de 5 a 9 anos, com 30% (12 casos). Esse padrão confirma a centralidade da violência sexual infantojuvenil no território, com maior incidência na pré-adolescência, indicando a necessidade de estratégias preventivas e protetivas focalizadas nesse público.

Outro aspecto relevante é a distribuição por sexo das vítimas, sendo que do total de registros, 77,5% são do sexo feminino (31 casos), enquanto 22,5% correspondem ao sexo masculino (9 casos). Embora haja predominância feminina, observa-se uma participação masculina mais significativa do que usualmente evidenciado em registros dessa natureza, o que pode estar relacionado ao maior acesso à notificação ou a especificidades do território. Ainda assim, é importante considerar possíveis barreiras culturais que impactam a revelação da violência, especialmente entre meninos, ressaltando a necessidade de qualificar o acolhimento e a escuta dessas vítimas.

Por fim, verifica-se ausência de registros nas faixas de menores de 1 ano, 15 a 19 anos e 20 a 29 anos, enquanto os casos fora das idades até 14 anos concentram-se exclusivamente na faixa de 30 a 39 anos, com 5% das ocorrências (2 de 40 casos). Observa-se que a grande maioria dos registros está concentrada até os 14 anos (95%; 38 de 40 casos), reforçando a incidência predominante da violência sexual em crianças. A inexistência de notificações em determinadas faixas etárias não deve ser interpretada como ausência de violência, mas pode refletir fragilidades nos processos de identificação, acesso aos serviços e notificação, além de possíveis situações de invisibilidade. As oscilações ao longo dos anos também sugerem influência da capacidade da rede de proteção em captar e registrar os casos, indicando a necessidade de qualificação contínua dos fluxos intersetoriais de atendimento.

8.2.7 Violência financeira e econômica

A violência financeira e econômica, também denominada violência patrimonial, refere-se a qualquer conduta que cause dano, perda, subtração, destruição ou retenção de bens, objetos, documentos pessoais, instrumentos de trabalho, valores ou direitos econômicos de uma pessoa. Essa forma de abuso visa limitar a autonomia da vítima, controlando seus recursos e restringindo sua capacidade de decisão financeira, o que compromete diretamente sua independência e segurança.

No município de Marmeleiro, foi identificado no SINAN apenas um registro de violência financeira e econômica no período de 2020 a 2026, envolvendo uma vítima do sexo feminino, na faixa etária de 50 a 59 anos, ocorrido no ano de 2020. Entretanto, esse dado isolado não necessariamente reflete a real incidência desse tipo de violência no território. A baixa notificação pode estar relacionada às dificuldades de identificação e reconhecimento dessa forma de abuso, tanto pelas vítimas quanto pelos serviços de atendimento, além do fato de que muitas situações



ocorrem no âmbito familiar ou doméstico, permanecendo invisibilizadas e, consequentemente, subnotificadas nos sistemas oficiais.

8.2.8 Negligência e abandono

A negligência e/ou o abandono configuram-se como a omissão no atendimento das necessidades básicas indispensáveis ao desenvolvimento físico, emocional e social da pessoa atendida ou vítima. Trata-se de uma forma de violência caracterizada pela ausência de cuidados essenciais, como alimentação adequada, atenção à saúde, proteção e acompanhamento, podendo gerar danos imediatos e comprometer o bem-estar e o desenvolvimento ao longo da vida.

No município de Marmeleiro, entre 2020 e 2025, foram registrados quatro casos de negligência e/ou abandono no SINAN. As ocorrências distribuíram-se ao longo do período da seguinte forma: em 2020 foi registrado um caso envolvendo vítima do sexo feminino na faixa etária de 10 a 14 anos; em 2022, um caso também do sexo feminino entre 15 e 19 anos; em 2023, um caso envolvendo vítima do sexo masculino entre 1 e 4 anos; e, em 2025, um caso registrado em pessoa do sexo masculino com 60 anos ou mais.

Apesar do número reduzido de registros, observa-se que as ocorrências atingem diferentes ciclos de vida, incluindo infância, adolescência e população idosa, grupos que apresentam maior vulnerabilidade e dependência de cuidados. Esse cenário evidencia a importância do fortalecimento das redes de proteção social e da atuação integrada entre saúde, assistência social e demais serviços públicos, visando à identificação precoce, notificação e acompanhamento adequado das situações de negligência e abandono.

8.2.9 Outros tipos de violência

Além das formas de violência já mencionadas, foram registradas no SINAN, 24 ocorrências classificadas como “outros tipos de violência” no município de Marmeleiro, conforme detalha o Quadro 35. Essa categoria reúne situações que não se enquadram nas tipificações previamente estabelecidas, evidenciando a necessidade de análise mais aprofundada para melhor compreensão dessas ocorrências no contexto local.

QUADRO 35 - NOTIFICAÇÕES DE OUTRAS VIOLÊNCIAS POR SEXO E FAIXA ETÁRIA

ANO	< 1		1-4		5-9		10-14		15-19		20-29		30-39		40-49		50-59		60+	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
2020	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0
2021	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0



2022	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
2023	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0
2024	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0
2025	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	2	0	2	1	0	0	1	0	1

FONTE: MS, 2026c.

A análise dos registros classificados como “outros tipos de violência”, totalizando 24 casos entre 2020 e 2025, revela uma ocorrência relativamente baixa e estável ao longo dos primeiros anos da série histórica, com variações entre 2 e 3 casos anuais (cada ano representando cerca de 8,3% a 12,5% do total). Contudo, observa-se um aumento expressivo em 2025, que concentra 10 registros, correspondendo a aproximadamente 41,7% de todos os casos analisados. Esse crescimento pode indicar ampliação das notificações, mudanças nos critérios de classificação ou a ocorrência de situações que não estão sendo adequadamente tipificadas, demandando maior atenção quanto à qualidade dos registros.

No que se refere à distribuição etária, verifica-se maior concentração entre adultos jovens de 20 a 39 anos, que somam 13 casos, equivalentes a 54,17% do total, com destaque para a faixa de 30 a 39 anos (8 casos; 33,3%), presente em praticamente todos os anos. As crianças e adolescentes (5 a 19 anos) totalizam 7 casos (29,2%), com crescimento mais evidente em 2025, especialmente na faixa etária de 10 a 14 anos. As demais faixas etárias apresentam menor incidência, incluindo 1 caso entre idosos (4,2%). Quanto ao sexo das vítimas, há predominância do sexo feminino, com 17 casos (70,8%), enquanto o sexo masculino representa 7 casos (29,2%), indicando maior vulnerabilidade das mulheres também nessa categoria residual de violência.

Destaca-se que a classificação “outros tipos de violência” deve ser cuidadosamente observada pelo município, uma vez que reúne casos que não se enquadraram em tipificações específicas já estabelecidas. Assim, é fundamental que a gestão municipal busque identificar e categorizar de forma mais precisa quais são essas ocorrências, qualificando a informação produzida. Esse aprimoramento é essencial para subsidiar o planejamento de ações mais eficazes de prevenção e enfrentamento, considerando que esses 24 casos representam situações ainda pouco compreendidas, mas que podem ocultar formas relevantes de violência no território.

8.3 Meios e instrumentos associados às ocorrências de violência

O SINAN também contempla informações acerca dos principais meios ou instrumentos utilizados na prática das violências analisadas ao longo deste tópico, tais como envenenamento, arma de fogo e uso de força corporal ou espancamento, entre outros. Esses elementos contribuem para uma compreensão mais aprofundada do contexto e da gravidade das ocorrências, conforme apresentado no Quadro 36.



QUADRO 36 - MEIOS OU INSTRUMENTOS UTILIZADOS PARA PRÁTICA DA VIOLÊNCIA

MEIO/INSTRUMENTO UTILIZADO	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Força corporal/espandamento	20	10	15	17	08	13
Enforcamento	03	02	00	02	04	05
Objeto Contundente	00	01	02	03	00	02
Objeto perfurante/cortante	04	03	03	07	06	03
Envenenamento	08	05	06	10	04	07
Arma de Fogo	00	02	00	01	02	00
Ameaça	02	03	04	02	02	06
Outra Agressão	02	03	03	10	04	13
Assédio Sexual	05	05	01	03	03	02
Estrupo	09	05	04	03	07	01
Pornografia Infantil	00	00	00	00	00	01
Outras Violências	00	00	00	01	00	02
Suspeita de uso de álcool	12	06	09	11	06	07

FONTE: MS, 2026c.

A análise dos dados evidencia que a força corporal/espandamento permanece como o principal meio utilizado na prática de violência ao longo do período de 2020 a 2025, somando 83 registros e correspondendo a 24,8% do total de ocorrências. Apesar de apresentar oscilações anuais, com maior incidência em 2020 (20 casos), queda em 2024 (8 casos) e retomada em 2025 (13 casos), esse padrão se mantém predominante, indicando que as violências interpessoais diretas, muitas vezes associadas ao convívio familiar ou comunitário, seguem como a principal forma de manifestação da violência no território.

Na sequência, destacam-se a suspeita de uso de álcool (51 registros; 15,2%) como fator relevante associado às ocorrências, seguida pelo envenenamento (40 casos; 11,9%) e pela categoria outra agressão (35 casos; 10,4%), que apresentou crescimento expressivo em anos mais recentes, especialmente em 2023 e 2025. Também se observam registros significativos envolvendo objeto perfurante/cortante (26 casos; 7,8%), evidenciando a presença de instrumentos que potencializam a gravidade das agressões. Por outro lado, meios como arma de fogo (1,5%) e objeto contundente (2,4%) apresentam baixa incidência relativa, o que pode indicar menor utilização desses instrumentos no contexto local.

No que se refere às violências de natureza sexual e outras tipificações, identificam-se registros de estupro (29 casos; 8,7%) e assédio sexual (19 casos; 5,7%), além de ameaça (5,7%), todos com presença contínua ao longo dos anos, ainda que com variações. Casos de enforcamento (4,8%) também merecem atenção pela sua gravidade, mesmo com menor



frequência. Já categorias como pornografia infantil (0,3%) e outras violências (0,9%) aparecem de forma residual, mas não devem ser desconsideradas. Destaca-se, por fim, que a diversidade de meios/instrumentos, especialmente nas categorias mais amplas, reforça a necessidade de qualificação das notificações, permitindo ao município compreender melhor as especificidades dos casos e, assim, planejar ações preventivas e estratégias de enfrentamento mais eficazes.

8.4 Relação dos agressores com a vítima

Outro aspecto importante a ser analisado nos registros de violências ocorridas em Marmeleiro é a relação do agressor com a vítima, conforme detalhado no Quadro 37.

QUADRO 37 - TIPO DE RELAÇÃO DOS AGRESSORES COM AS VÍTIMAS

AGRESSOR	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Pai	03	01	04	05	03	03
Mãe	03	00	02	03	01	03
Padrasto	00	01	00	01	01	01
Madrasta	00	00	00	00	00	00
Cônjuge	06	00	06	09	03	04
Ex-Cônjuge	03	00	01	00	01	02
Namorado(a)	04	00	01	00	01	00
Ex-Namorado(a)	00	00	00	01	00	00
Filho(a)	00	00	02	00	02	02
Irmão(a)	04	02	01	01	01	01
Amigos(as) e/ou Conhecidos(as)	03	09	07	08	00	02
Desconhecido(a)	00	00	01	00	00	00
Cuidador(a)	00	00	00	01	00	00
Pessoa com relação institucional	00	00	01	01	00	00
Outros vínculos	00	01	00	00	00	00

FONTE: MS, 2026c.

A análise dos dados evidenciam que as violência registradas ocorrem predominantemente no âmbito das relações próximas da vítima. Destacam-se, principalmente, os casos envolvendo amigos(as) e/ou conhecidos(as), que somam 29 ocorrências (22,8%), configurando o grupo mais frequente no período analisado. Em seguida, aparece o cônjuge, com 28 casos (22,0%), evidenciando a expressiva incidência de violência nas relações conjugais. No contexto familiar,



também se destacam os registros envolvendo pai, com 19 casos (15,0%), e mãe, com 12 casos (9,4%), reforçando a centralidade da violência intrafamiliar no município.

Outras categorias apresentam participação relevante, ainda que em menor proporção, como irmão(a), com 10 casos (7,9%), ex-cônjuge, com 7 casos (5,5%), e tanto filho(a) quanto namorado(a), com 6 casos cada (4,7%). Já o padrasto aparece com 4 registros (3,1%), indicando também a presença de violência em arranjos familiares reconstituídos. As categorias ex-namorado(a), desconhecido(a), cuidador(a) e outros vínculos apresentam baixa incidência, com 1 caso cada (0,8%), enquanto pessoa com relação institucional soma 2 casos (1,6%). Ressalta-se ainda a ausência de registros envolvendo madrasta no período analisado.

De forma geral, observa-se que aproximadamente 96% dos casos (122 ocorrências) envolvem agressores com algum tipo de vínculo prévio com a vítima, enquanto apenas uma parcela mínima refere-se a desconhecidos ou vínculos indiretos. Esse cenário evidencia que a violência no município está fortemente associada ao contexto relacional e interpessoal, ocorrendo majoritariamente no ambiente doméstico e comunitário. Diante disso, reforça-se a necessidade de estratégias de prevenção voltadas ao fortalecimento dos vínculos familiares, à mediação de conflitos e à identificação precoce de situações de risco.

Por fim, a análise integrada das notificações de violência evidenciam que o fenômeno está longe de ser episódico ou isolado, configurando-se como expressão persistente das desigualdades, vulnerabilidades sociais e fragilidades nas relações familiares e comunitárias. O crescimento das notificações ao longo da série histórica, aliado à predominância de violências no âmbito doméstico e envolvendo vínculos próximos, demonstra que o território demanda atuação contínua e qualificada da Política de Assistência Social.

A recorrência de casos, a expressiva incidência entre mulheres, crianças, adolescentes e jovens, bem como a presença de lesões autoprovocadas, indicam a necessidade de fortalecer estratégias de prevenção, identificação precoce e acompanhamento sistemático de famílias e indivíduos em situação de risco, com ações que articulem proteção, cuidado e garantia de direitos. Os dados também revelam desafios como subnotificação, classificação inadequada e invisibilidade de violências, como a financeira e a negligência, o que fragiliza o planejamento e a intervenção do poder público. Torna-se, assim, imprescindível o aprimoramento dos fluxos intersetoriais, a qualificação dos registros e a integração entre saúde, assistência social, educação, segurança pública e sistema de justiça.

Mais do que responder às situações já instaladas, o município precisa investir em ações estruturantes de fortalecimento da rede de proteção, ampliação do acesso aos serviços, apoio às famílias e promoção da autonomia dos sujeitos, de modo a romper ciclos de violência e assegurar direitos. Esse tópico do diagnóstico aponta, portanto, para a urgência de consolidar uma política pública territorializada, preventiva e resolutiva, capaz de enfrentar as múltiplas dimensões da violência e promover proteção social efetiva à população, com ações contínuas de monitoramento, avaliação e capacitação permanente das equipes da rede de proteção social.



9. SAÚDE

A análise da área da saúde constitui elemento central para a compreensão das condições de acesso, cobertura e qualidade dos serviços ofertados à população no território. A quantidade de estabelecimentos de saúde, a disponibilidade e a distribuição dos profissionais, bem como a infraestrutura existente, configuram indicadores essenciais para aferir a capacidade local de resposta às demandas da comunidade.

Nesse contexto, o exame desse eixo também permite identificar desigualdades socioterritoriais, fragilidades na organização da atenção básica e desafios relacionados às ações de prevenção e promoção da saúde, contribuindo para uma leitura mais abrangente das vulnerabilidades e potencialidades do território no âmbito da proteção social.

9.1 Estabelecimentos e profissionais de saúde

Os dados referentes aos estabelecimentos de saúde do município, apresentados conforme Quadro 38, permitem observar a evolução da rede de serviços disponíveis entre os anos de 2020 e 2024. A partir dessas informações, é possível identificar tendências de expansão, manutenção ou redução das estruturas voltadas à atenção básica, especializada e de apoio diagnóstico.

QUADRO 38 - ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE EXISTENTES NO MUNICÍPIO

TIPO DE ESTABELECIMENTO	2020	2021	2022	2023	2024
Academia da Saúde	01	01	01	01	01
Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	02	02	02	02	02
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde (UBS)	03	03	03	03	03
Clínica Especializada/Ambulatório Especializado	04	02	02	02	01
Consultórios	05	07	07	07	07
Hospital Geral	-	-	-	-	-
Policlínica	-	-	-	-	-
Posto de Saúde	02	02	02	02	03
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	06	07	09	10	11
Unidade de Vigilância em Saúde	-	-	-	-	-
Unidade Móvel de Nível Pré-Hospitalar - Urgência/Emergência	-	-	-	-	-
Unidade de Pronto Atendimento (UPA)	-	-	-	-	-



Outros Tipos	04	07	07	07	07
TOTAL	27	31	33	34	35

FONTE: IPARDES, 2026.

A análise da evolução dos estabelecimentos de saúde no município de Marmeleiro entre 2020 e 2024 evidencia um crescimento gradual da rede instalada, passando de 27 para 35 unidades, o que representa um aumento de aproximadamente 29,6% no período. Esse incremento está concentrado, sobretudo, na ampliação das Unidades de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia, que cresceram de 6 para 11 unidades (aumento de 83,3%), e no número de consultórios, que passaram de 5 para 7 (crescimento de 40%). Por outro lado, observa-se redução significativa nas Clínicas/Ambulatórios Especializados, que diminuíram de 4 para 1 unidade (queda de 75%), o que pode indicar uma fragilização na oferta de atendimentos especializados no próprio território. Os demais equipamentos, como UBS, CAPS e Academia da Saúde, mantiveram-se estáveis ao longo dos anos, sugerindo uma manutenção da estrutura da atenção básica.

Apesar do crescimento quantitativo, a análise qualitativa revela limitações estruturais importantes. Destaca-se a inexistência de hospital geral no município em todo o período analisado, o que impõe à população a necessidade de deslocamento para municípios de referência, especialmente Francisco Beltrão, que concentra serviços hospitalares do Sistema Único de Saúde (SUS). Considerando que a população de Marmeleiro já ultrapassa 15 mil habitantes, essa ausência representa um ponto crítico, sobretudo em situações que demandam internação, procedimentos de média e alta complexidade ou atendimento de urgência. Soma-se a isso a inexistência de Unidade de UPA e de unidades móveis de urgência/emergência, o que pode comprometer a resolutividade e a agilidade no atendimento de casos agudos.

Nesse contexto, embora haja avanço na ampliação de serviços de apoio diagnóstico e manutenção da rede básica, persistem desafios significativos relacionados à integralidade da atenção à saúde. A dependência de serviços externos, aliada à ausência de equipamentos estratégicos para urgência e emergência, evidencia uma lacuna importante na rede de atenção à saúde local. Tal cenário pode gerar sobrecarga nos serviços de municípios vizinhos, dificuldades de acesso para a população mais vulnerável e riscos associados ao tempo de resposta em situações críticas, reforçando a necessidade de planejamento regionalizado e de fortalecimento da rede local, especialmente no que se refere à atenção especializada e aos serviços de urgência e emergência.

Além disso, conforme apresentado no Quadro 39, também é possível analisar a evolução do número de profissionais de saúde no município entre os anos de 2020 e 2024, permitindo identificar a capacidade de atendimento e a composição da força de trabalho disponível no período.



QUADRO 39 - PROFISSIONAIS DE SAÚDE NA REDE MUNICIPAL

TIPO DE PROFISSIONAL	2020	2021	2022	2023	2024
Médicos	11	09	09	12	24
Enfermeiros	16	18	17	16	16
Dentistas	06	06	07	08	08
Farmacêuticos	05	09	07	09	10
TOTAL	38	42	40	45	58

FONTE: IPARDES, 2026.

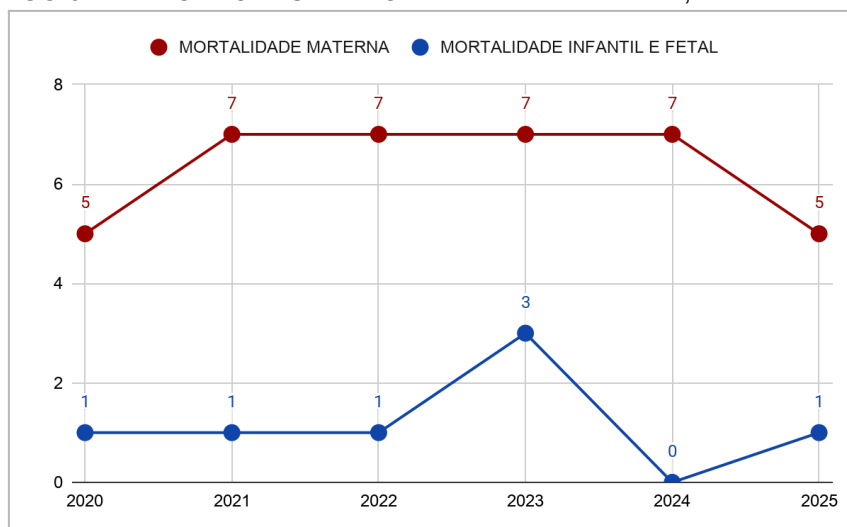
Observa-se por outro lado que a evolução do quantitativo de profissionais de saúde demonstra um crescimento expressivo da força de trabalho, passando de 38 para 58 profissionais, o que representa um aumento de aproximadamente 52,6% no período, com destaque para a ampliação do número de médicos, que saltou de 11 para 24, configurando um crescimento de 118,2%, ainda que tenha havido uma redução inicial entre 2020 e 2022 antes da expansão mais acentuada. Os farmacêuticos também apresentaram variação relevante, passando de 5 para 10 profissionais, com crescimento de 100%, apesar de oscilações no período, enquanto os dentistas tiveram aumento mais moderado, de 6 para 8 (33,3%), e os enfermeiros mantiveram relativa estabilidade, evidenciando uma estrutura mais consolidada nessa categoria.

Esse cenário indica um fortalecimento importante da capacidade de atendimento, especialmente na ampliação do corpo médico, o que pode contribuir para maior cobertura e acesso da população aos serviços de saúde, contudo, a análise integrada com a estrutura de estabelecimentos evidencia desafios persistentes, uma vez que o aumento de profissionais não é acompanhado pela expansão de serviços de maior complexidade, como hospital geral ou unidades de pronto atendimento, o que pode limitar a efetiva resolutividade da rede local. Além disso, a relativa estagnação no número de enfermeiros pode representar um ponto de atenção, considerando o papel estratégico desses profissionais na atenção básica e na coordenação do cuidado, reforçando a necessidade de planejamento equilibrado entre recursos humanos e infraestrutura, de modo a garantir não apenas ampliação quantitativa, mas também qualidade e integralidade na oferta dos serviços de saúde no município.

9.2 Mortalidade materna e infantil

A mortalidade materna e infantil é um importante indicador de saúde pública, refletindo a qualidade do atendimento pré-natal, parto, assistência neonatal e condições gerais de saúde da população. O Gráfico 62 demonstra o comportamento destes números em Marmeleiro entre 2020 e 2025.

GRÁFICO 62 - INDICADORES DE MORTALIDADE MATERNA, INFANTIL E FETAL



FONTE: MS, 2026a.

A análise dos dados de mortalidade materna em Marmeleiro no período de 2020 a 2025 revela um cenário de oscilação com tendência de estabilidade em patamares elevados, partindo de 5 óbitos em 2020, com aumento para 7 em 2021, mantendo-se nesse nível até 2024 e retornando a 5 em 2025, o que representa um crescimento de 40% entre 2020 e 2021, seguido de estabilidade e posterior redução de 28,6% em 2025. Ainda que a queda mais recente possa indicar um avanço pontual, o comportamento geral dos dados sugere a persistência de fragilidades na atenção à saúde materna, especialmente no acompanhamento pré-natal, no acesso a serviços especializados e na assistência ao parto, aspectos que tendem a ser ainda mais sensíveis em municípios que não dispõem de estrutura hospitalar própria.

Em relação à mortalidade infantil e fetal, observa-se um padrão relativamente baixo ao longo da série histórica, com manutenção de 1 óbito entre 2020 e 2022, elevação para 3 em 2023 (aumento de 200%), seguida de redução para 0 em 2024 e novo registro de 1 óbito em 2025, o que evidencia oscilações importantes, embora em números absolutos reduzidos, esse comportamento pode indicar vulnerabilidades pontuais na atenção à gestante e ao recém-nascido, sobretudo diante da inexistência de serviços de maior complexidade no município, reforçando a dependência de deslocamento para outros centros e os riscos associados ao acesso oportuno aos cuidados, o que demanda o fortalecimento das ações de atenção básica, vigilância em saúde e articulação regional para redução de agravos evitáveis e garantia da integralidade do cuidado.

9.3 Mortalidade por tipo de causa (CID)

No Quadro 40 estão apresentados os dados de mortalidade no município de Marmeleiro referentes ao período de 2020 a 2024, organizados segundo os principais grupos de causas definidos pela Classificação Internacional de Doenças (CID). As informações permitem analisar o comportamento dos óbitos ao longo dos anos, evidenciando as causas mais prevalentes, bem



como aquelas que apresentam variações significativas no período, contribuindo para a compreensão do perfil epidemiológico local.

A leitura desses dados possibilita, ainda, identificar tendências, possíveis fatores de risco associados e padrões que refletem as condições de saúde da população, subsidiando a formulação de estratégias de prevenção, promoção e organização dos serviços, em consonância com as demandas identificadas no território.

QUADRO 40 - MORTALIDADE POR CAUSAS (CID-10) NO MUNICÍPIO

CAUSA	2020	2021	2022	2023	2024
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	15	35	11	03	08
Neoplasias (tumores)	17	20	18	25	22
Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	01	01	00	00	00
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	03	04	03	07	05
Transtornos mentais e comportamentais	00	00	00	01	01
Doenças do sistema nervoso	01	03	04	04	07
Doenças do ouvido e da apófise mastóide	00	00	01	00	00
Doenças do aparelho circulatório	20	38	27	29	32
Doenças do aparelho respiratório	09	08	15	15	15
Doenças do aparelho digestivo	05	11	04	09	06
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	00	00	00	00	01
Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	00	00	00	02	01
Doenças do aparelho geniturinário	05	02	03	04	05
Algumas afec originadas no período perinatal	01	01	01	04	00
Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	00	03	00	02	02
Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	01	02	08	06	02
Causas externas de morbidade e mortalidade	14	13	19	15	19

FONTE: MS, 2026b.

A análise das causas de mortalidade em Marmeleiro entre 2020 e 2024 evidencia a predominância das doenças crônicas não transmissíveis, com destaque para as doenças do aparelho circulatório, que passaram de 20 óbitos em 2020 para 32 em 2024, representando um aumento de 60% no período, ainda que com oscilações intermediárias, seguidas pelas neoplasias, que se mantiveram em patamar elevado, variando de 17 para 22 óbitos (crescimento de 29,4%), com pico em 2023. Além disso, observa-se crescimento relevante das doenças do sistema nervoso, que aumentaram de 1 para 7 óbitos (elevação de 600%), e estabilidade em níveis

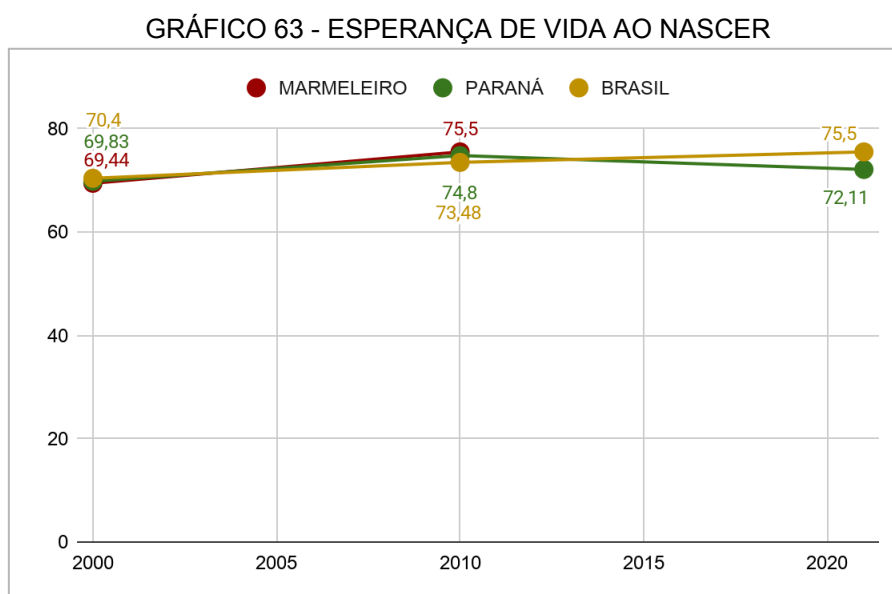
relativamente elevados das doenças respiratórias, que passaram de 9 para 15 óbitos (aumento de 66,7%), esse conjunto de dados reforça um perfil epidemiológico marcado pelo envelhecimento populacional e pela maior incidência de condições crônicas, demandando ações contínuas de prevenção, diagnóstico precoce e manejo adequado na atenção básica

Por outro lado, algumas causas apresentaram redução ou comportamento oscilante, como as doenças infecciosas e parasitárias, que reduziram de 15 para 8 óbitos no período (queda de 46,7%), apesar de um pico expressivo em 2021, e as afecções originadas no período perinatal, que chegaram a 4 óbitos em 2023, mas zeraram em 2024, enquanto as causas externas mantiveram-se elevadas e instáveis, passando de 14 para 19 óbitos (crescimento de 35,7%), evidenciando a relevância de fatores como acidentes e violências no perfil de mortalidade local.

Nesse contexto, ainda se destacam oscilações em causas menos frequentes, como doenças digestivas e anomalias congênitas, o que, mesmo em números absolutos menores, pode indicar fragilidades pontuais na rede de atenção. Por fim, ressalta-se que parte dessas variações podem ter sido influenciadas pelos impactos da pandemia de COVID-19, especialmente nos anos iniciais da série, afetando tanto o acesso aos serviços de saúde quanto o próprio perfil de mortalidade observado no período.

9.4 Esperança de vida ao nascer

A esperança de vida ao nascer constitui um dos principais indicadores da dimensão Longevidade do IDH e relaciona-se diretamente ao ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, que busca assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. Nesse contexto, o Gráfico 63 apresenta sua evolução em Marmeleiro, com comparativo entre os cenários estadual e nacional, embora os dados disponíveis se restrinjam aos anos de 2000 e 2010, o que limita uma análise mais atualizada da dinâmica do indicador no município.



FONTE: Atlas Brasil, 2026.



A análise da esperança de vida ao nascer evidencia uma evolução significativa entre 2000 e 2010, com destaque para o município de Marreleiro, que passou de 69,44 para 75,5 anos — um aumento de aproximadamente 8,7%, superando o crescimento observado no Paraná (+7,1%, de 69,83 para 74,8) e no Brasil (+4,4%, de 70,4 para 73,48). Em 2000, Marreleiro apresentava um indicador ligeiramente inferior ao estadual (-0,6%) e ao nacional (-1,4%), mas, em 2010, ultrapassou ambos, ficando cerca de 0,9% acima do Paraná e 2,7% acima do Brasil. Esse avanço pode indicar melhorias nas condições de vida, acesso a serviços de saúde e políticas públicas locais, refletindo positivamente nas condições de longevidade da população.

Entretanto, ao observar o cenário mais recente, nota-se uma inflexão importante no estado e no país. Em 2021, o Paraná registrou queda para 72,11 anos (redução de cerca de 3,6% em relação a 2010), enquanto o Brasil apresentou aumento para 75,5 anos (+2,7%), possivelmente refletindo diferenças metodológicas ou impactos diferenciados da pandemia de COVID-19. A ausência de dados atualizados para Marreleiro em 2021 limita uma análise comparativa mais precisa, mas o contexto sugere que o município pode ter sido igualmente afetado por fatores como aumento da mortalidade, sobrecarga dos serviços de saúde e agravamento das vulnerabilidades sociais. Assim, os dados reforçam a necessidade de fortalecer ações intersetoriais voltadas à promoção da saúde, prevenção de agravos e proteção social, especialmente para grupos mais vulneráveis, considerando que oscilações na longevidade refletem diretamente desigualdades no acesso a condições dignas de vida.

9.5 Indicadores epidemiológicos

No que se refere aos dados epidemiológicos, o Quadro 41 demonstra o quantitativo de casos por tipo de notificação, segundo informações do Ministério da Saúde, permitindo observar a evolução e a distribuição das notificações ao longo do período analisado.

QUADRO 41 - NOTIFICAÇÕES EPIDEMIOLÓGICAS NO MUNICÍPIO

TIPO DE NOTIFICAÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Acidente de Trabalho	194	261	281	311	240	118
Acidente por Animais Peçonhentos	53	50	58	84	96	59
Acidente de Trabalho com Exposição a Material Biológico	08	08	06	04	03	10
Atendimento Antirrábico Humano	52	67	64	84	69	24
Coqueluche	00	00	00	00	15	00
Dengue	57	06	221	06	1.951	29
Sarampo e Rubéola	00	00	00	00	00	02
Hepatites Virais	05	10	03	04	-	-



Intoxicação Exógena	31	28	21	24	25	32
Leishmaniose Tegumentar Americana	00	00	01	00	00	00
Leptospirose	00	00	00	00	01	00
Malária	00	00	00	00	01	-
Sífilis Adquirida	12	16	11	20	02	-
Sífilis em Gestante	08	02	05	06	01	-
Zika Vírus	00	00	00	01	00	00
Violência Interpessoal/Autoprovocada	45	30	31	49	34	45

FONTE: MS, 2026.

A análise dos dados epidemiológicos de Marmeleiro entre 2020 e 2025 evidencia um perfil marcado pela coexistência de agravos relacionados ao trabalho, doenças transmissíveis e situações de vulnerabilidade social. Destaca-se a elevada incidência de acidentes de trabalho, que cresceram de 194 casos (2020) para 311 (2023), representando um aumento de aproximadamente 60,3% no período, seguido de redução para 118 casos em 2025 (queda de 62,1% em relação ao pico). Os acidentes por animais peçonhentos também apresentaram tendência de crescimento até 2024, passando de 53 para 96 casos (aumento de 81,1%), com posterior redução em 2025. Esses dados sugerem vulnerabilidades associadas ao contexto ocupacional e ambiental, especialmente em áreas rurais, demandando ações articuladas entre assistência social, saúde e políticas de trabalho.

No campo das doenças transmissíveis, observa-se forte oscilação nos casos de dengue, com destaque para o expressivo aumento de 6 casos (2023) para 1.951 casos em 2024, o que representa um crescimento abrupto de aproximadamente 32.400%, caracterizando um cenário epidêmico. Em 2025, há queda significativa para 29 casos (redução de 98,5%), indicando possível controle, ainda que sujeito a novas oscilações. Outras ocorrências, como coqueluche (15 casos em 2024) e registros pontuais de leptospirose e malária, demonstram a persistência de riscos sanitários.

Ressalta-se que, no caso de sarampo, foram registrados 03 casos no período, sendo um deles sem informação do ano de notificação no sistema. Além disso, é importante destacar que onde consta “-” indica ausência de dados disponíveis, não significando inexistência de casos, o que evidencia limitações nos sistemas de informação.

Por fim, as notificações de violência interpessoal/autoprovocada mantêm-se relativamente estáveis, variando de 30 a 49 casos anuais, com aumento de 30 (2021) para 45 (2025), representando crescimento de 50% no período, o que reforça a persistência de vulnerabilidades sociais e familiares. Os casos de sífilis adquirida apresentaram aumento de 12 (2020) para 20 (2023) (crescimento de 66,7%), seguido de queda expressiva para 2 casos em 2024 (redução de 90%), enquanto a sífilis em gestantes também reduziu ao longo do período. Já a intoxicação



exógena manteve relativa estabilidade, com variação de 31 (2020) para 32 (2025), indicando leve aumento de 3,2%. Nesse contexto, os dados reforçam a necessidade de fortalecimento da vigilância em saúde e da vigilância socioassistencial, bem como da política de trabalho, com ênfase na atuação intersetorial, visando à prevenção de doenças e violências, à ampliação das ações de conscientização e promoção da saúde, e ao enfrentamento das desigualdades socioterritoriais, por meio de estratégias integradas que considerem as especificidades e vulnerabilidades do território.

9.6 Outros indicadores de saúde

Em complemento aos dados abordados anteriormente, o Atlas Brasil apresenta outros relevantes indicadores de saúde, desagregados por sexo e cor/raça, elaborados a partir dos registros do Ministério da Saúde, conforme apresentado no Quadro 42.

QUADRO 42 - OUTROS INDICADORES DE SAÚDE

INDICADOR	TOTAL 2016	TOTAL 2017	NEGROS 2017	BRANCOS 2017	MULHERES 2017	HOMENS 2017
Taxa bruta de mortalidade	6,07	7,02	0,69	6,33	2,27	4,75
Taxa de mortalidade por doenças não transmissíveis	324,03	371,41	13,76	357,66	123,80	247,61
Taxa de mortalidade infantil	10,20	33,18	103,45	22,22	10,75	50,85
Taxa de incidência de AIDS	0,00	0,00	0,00	6,88	6,88	6,88
Taxa de mortalidade por acidente de trânsito	41,37	6,88	-	6,88	-	6,88
Taxa de mortalidade por suicídio	13,79	6,88	6,88	-	-	6,88
% de internações de por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado	15,03	13,65	0,00	15,26	14,53	12,61
% de adolescentes de 15 a 17 anos de idade que tiveram filhos	18,37	12,80	20,69	18,49	-	-

FONTE: ATLAS BRASIL (2026).

A análise destes indicadores evidencia, inicialmente, um agravamento geral da mortalidade no município entre 2016 e 2017, com a taxa bruta passando de 6,07 para 7,02, além do aumento expressivo da mortalidade por doenças não transmissíveis (de 324,03 para 371,41). Esse cenário reforça a presença de um perfil epidemiológico associado ao envelhecimento populacional e a condições crônicas, exigindo da política de assistência social maior articulação com a saúde para ações de cuidado continuado, apoio a famílias e promoção de hábitos saudáveis. Destaca-se



ainda a desigualdade racial, com taxas muito inferiores registradas para a população negra em comparação à branca, o que pode indicar subnotificação ou limitações no registro de dados, devendo ser analisado com cautela.

A taxa de mortalidade infantil apresenta crescimento significativo (de 10,20 para 33,18), com valores extremamente elevados entre a população negra (103,45) e também superiores entre homens (50,85), evidenciando forte desigualdade e possível vulnerabilidade no acesso a serviços de pré-natal, parto e cuidado neonatal. Esse dado é particularmente sensível para a assistência social, pois aponta fragilidades nas condições de vida, renda e acesso a políticas públicas básicas. Além disso, a incidência de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), inexistente em 2016, aparece em 2017 (6,88), especialmente entre população branca e ambos os sexos, sinalizando a necessidade de intensificação de ações preventivas e educativas. Ressalta-se que, onde constam valores “-”, não há dados disponíveis, o que não significa ausência de ocorrências, mas sim limitações na produção ou registro das informações.

Além disso, observa-se redução na mortalidade por acidentes de trânsito (de 41,37 para 6,88) e por suicídio (de 13,79 para 6,88), ainda que os números permaneçam relevantes e com lacunas de informação em alguns recortes. As internações por doenças relacionadas ao saneamento inadequado diminuíram levemente (de 15,03% para 13,65), mas ainda atingem principalmente a população branca (15,26) e mulheres (14,53), indicando persistência de problemas estruturais. Já a proporção de adolescentes de 15 a 17 anos que tiveram filhos caiu de 18,37% para 12,80%, embora permaneça elevada, sobretudo entre adolescentes negras (20,69), reforçando a necessidade de políticas intersetoriais voltadas à educação sexual, permanência escolar e proteção social.

Por fim, a análise integrada de todos os dados de saúde apresentados sobre o município de Marmeleiro evidenciam um cenário de avanços importantes, porém marcado por fragilidades estruturais que impactam diretamente a integralidade do cuidado. Destaca-se, por um lado, a ampliação da rede de estabelecimentos (crescimento de 29,6%) e, sobretudo, o aumento expressivo do número de profissionais de saúde (52,6%), com ênfase na expansão do corpo médico (118,2%). Entretanto, esses avanços quantitativos não se traduzem plenamente em resolutividade, uma vez que persistem lacunas críticas na infraestrutura, como a inexistência de hospital geral, de UPA e de serviços de urgência e emergência. Essa condição impõe forte dependência de municípios de referência, o que pode agravar desigualdades de acesso, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade, além de comprometer o tempo de resposta em situações críticas.

No campo epidemiológico, o município apresenta um perfil típico de transição demográfica e epidemiológica, com predominância de doenças crônicas não transmissíveis, como as do aparelho circulatório (crescimento de 60%) e neoplasias (29,4%), associadas ao envelhecimento populacional. Ao mesmo tempo, persistem agravos evitáveis e sensíveis às condições sociais, como o aumento expressivo da dengue em 2024 (1.951 casos), a elevação dos acidentes de



trabalho (crescimento de 60,3% até 2023) e a manutenção de níveis relevantes de violências interpessoais. Soma-se a isso a oscilação e, em alguns momentos, elevação da mortalidade materna e infantil, além de desigualdades importantes evidenciadas em indicadores por sexo e raça. Esse conjunto de evidências reforça a forte relação entre saúde e determinantes sociais, como renda, condições de trabalho, saneamento e acesso a políticas públicas.

Diante desse contexto, torna-se necessário que o município priorize o fortalecimento da atenção básica como ordenadora do cuidado, com ampliação das ações de prevenção, promoção da saúde e acompanhamento de condições crônicas, aliado à qualificação da rede de atenção materno-infantil. Paralelamente, é fundamental avançar na articulação regional para garantir acesso oportuno a serviços de média e alta complexidade, especialmente urgência e emergência, reduzindo os impactos da ausência de estrutura hospitalar local. Do ponto de vista da política de assistência social, destaca-se a necessidade de intensificar a atuação intersetorial com a saúde, vigilância epidemiológica e política de trabalho, com foco no enfrentamento das violências, na redução de agravos relacionados ao trabalho e no combate e enfrentamento de epidemias. Por fim, é imprescindível qualificar os sistemas de informação e vigilância socioassistencial, garantindo dados mais completos e confiáveis, capazes de orientar o planejamento e a tomada de decisão, com foco na redução das desigualdades socioterritoriais e na proteção integral da população.



10. EDUCAÇÃO

O setor educacional constitui um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento social e econômico do município de Marmeleiro, desempenhando papel central na formação cidadã e na ampliação do acesso a oportunidades para a população. Neste contexto, este tópico do diagnóstico socioterritorial aborda aspectos relevantes da educação local, contemplando a quantidade de estabelecimentos de ensino, a composição do corpo docente, as taxas de aprovação e alfabetização, bem como os índices de evasão escolar. A análise integrada desses indicadores possibilita compreender a cobertura, a qualidade e os principais desafios do sistema educacional do município, fornecendo subsídios para a formulação e o aprimoramento de políticas públicas, com foco na melhoria do desempenho escolar e na redução das desigualdades educacionais.

10.1 Rede de educação básica

A rede de educação básica desempenha papel fundamental na garantia do direito à educação e no desenvolvimento social do município, abrangendo as etapas da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A análise de sua estrutura e funcionamento permite identificar a capacidade de atendimento da rede, bem como subsidiar o planejamento e a formulação de políticas públicas educacionais. Nesse contexto, o Quadro 43 apresenta o número de matrículas na rede de educação básica de Marmeleiro desde 2020.

QUADRO 43 - MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA POR MODALIDADE DE ENSINO

MODALIDADE DE ENSINO	2020	2021	2022	2023	2024
Creche/CMEI	327	251	283	287	295
Pré-Escola	312	405	436	431	387
Ensino Fundamental	1.819	1.625	1.734	1.752	1.726
Ensino Médio	533	478	501	462	453
Educação Profissional	88	105	102	93	93
Educação Especial - Classes Exclusivas	83	78	78	78	75
EJA - Ensino Fundamental	62	59	62	62	56
EJA - Ensino Médio	-	-	-	-	-
TOTAL¹	3.053	2.818	3.016	2.994	2.917

FONTE: IPARDES, 2026.

¹ A soma das parcelas pode divergir do total em razão de que um aluno pode estar matriculado em mais de uma modalidade de ensino.



A análise das matrículas na educação básica de Marmeleiro entre 2020 e 2024 revela oscilações relevantes que dialogam diretamente com as condições socioterritoriais e o acesso a direitos. O total de matrículas apresentou queda de aproximadamente 4,5% no período (de 3.053 para 2.917), com um recuo mais acentuado entre 2020 e 2021 (-7,7%), possivelmente associado aos impactos da pandemia de COVID-19. Embora tenha havido recuperação parcial em 2022 (+7,0%), observa-se nova tendência de queda até 2024 (-3,2% em relação a 2022), o que pode indicar redução da população em idade escolar, evasão ou fragilidades na permanência dos estudantes. Esse cenário demanda atenção da política de assistência social, especialmente na articulação com a educação para identificação de famílias em situação de vulnerabilidade que possam estar contribuindo para o afastamento escolar.

Na educação infantil, verifica-se comportamento desigual entre creche e/ou Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) e pré-escola. As matrículas em creche caíram significativamente entre 2020 e 2021 (-23,2%), com recuperação gradual até 2024, ainda assim permanecendo cerca de 9,8% abaixo do nível inicial. Já a pré-escola apresentou crescimento expressivo entre 2020 e 2022 (+39,7%), seguido de queda até 2024 (-11,2% em relação a 2022), embora ainda acima de 2020 (+24,0%). Esses dados sugerem possíveis dificuldades de acesso às vagas em creche, etapa crucial para o desenvolvimento infantil e apoio às famílias trabalhadoras, e uma maior capacidade de universalização da pré-escola, ainda que com sinais recentes de retração. Recomenda-se ampliar a oferta de vagas em creche, priorizando territórios com maior vulnerabilidade, bem como fortalecer estratégias de busca ativa para crianças fora da escola.

Nos demais níveis, o ensino fundamental apresentou relativa estabilidade, com redução de 5,1% no período, enquanto o ensino médio registrou queda mais acentuada de 15,0%, indicando possível evasão ou dificuldade de continuidade dos estudos, especialmente entre adolescentes em contextos de vulnerabilidade social. A educação profissional teve crescimento até 2021 (+19,3%), mas perdeu fôlego e estabilizou-se abaixo desse pico, evidenciando a necessidade de maior articulação com políticas de inclusão produtiva. Já a educação especial apresentou leve redução (-9,6%), o que pode indicar desafios na identificação ou inclusão desse público. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) também teve queda (-9,7%), reforçando a persistência de barreiras ao retorno escolar. Diante disso, recomenda-se intensificar ações intersetoriais entre assistência social e educação, com foco na permanência escolar, ampliação da educação profissional e fortalecimento de políticas de inclusão e equidade, especialmente para adolescentes, jovens e públicos historicamente excluídos. Além disso, o Quadro 44 detalha o número de docentes presentes na educação básica de Marmeleiro.

QUADRO 44 - DOCENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA POR MODALIDADE DE ENSINO

MODALIDADE DE ENSINO	2020	2021	2022	2023	2024
Creche/CMEI	39	36	39	45	45



Pré-Escola	19	25	40	43	41
Ensino Fundamental	127	121	127	140	141
Ensino Médio	53	52	52	60	52
Educação Profissional	22	22	24	21	18
Educação Especial - Classes Exclusivas	17	18	11	11	09
EJA - Ensino Fundamental	11	08	09	10	07
EJA - Ensino Médio	-	-	-	-	-
TOTAL²	202	196	203	221	209

FONTE: IPARDES, 2026.

A evolução do número de docentes na educação básica de Marmeleiro entre 2020 e 2024 evidencia oscilações que, quando analisadas em conjunto com as matrículas, revelam aspectos importantes sobre a capacidade de atendimento e a qualidade da oferta educacional. O total de docentes cresceu 3,5% no período (de 202 para 209), com pico em 2023 (221 professores, +9,4% em relação a 2020) e posterior retração em 2024 (-5,4% em relação a 2023). Esse movimento contrasta com a queda de 4,5% nas matrículas no mesmo intervalo, indicando, em termos gerais, uma leve melhoria na relação aluno/docente — fator positivo para a qualidade do ensino —, embora essa melhora não seja homogênea entre as etapas.

Na educação infantil, observa-se expansão significativa do quadro docente, especialmente na pré-escola, que saltou de 19 para 41 professores entre 2020 e 2024 (+115,8%), enquanto as matrículas cresceram cerca de 24,0% no período. Esse descompasso sugere melhora expressiva na razão aluno/professor, potencialmente qualificando o atendimento. Nas creches, o número de docentes aumentou 15,4% (de 39 para 45), enquanto as matrículas ainda permanecem abaixo do patamar de 2020 (-9,8%), o que também indica redução no número médio de crianças por professor. Sob a ótica socioterritorial, esse cenário é positivo, pois amplia a capacidade de cuidado e desenvolvimento infantil; entretanto, a persistência de demanda reprimida em creches (indicada anteriormente) sugere a necessidade de expansão equilibrada entre estrutura física e recursos humanos.

Nos demais níveis, o ensino fundamental apresentou crescimento de docentes (+11,0%) superior à variação das matrículas (-5,1%), indicando melhoria na cobertura pedagógica. Já o ensino médio revela um ponto crítico: apesar da queda de 15,0% nas matrículas, o número de docentes manteve-se praticamente estável (-1,9%), com oscilações ao longo dos anos. Isso pode refletir subutilização da força de trabalho ou, por outro lado, uma tentativa de conter a evasão por meio de turmas menores — o que exige análise qualitativa. Em contrapartida, áreas sensíveis apresentaram retração preocupante: a educação especial teve redução de 47,1% no número de

² A soma das parcelas pode divergir do total em razão de que um docente pode trabalhar em mais de uma modalidade de ensino.



docentes (de 17 para 9), enquanto as matrículas caíram apenas 9,6%, indicando possível sobrecarga e risco à qualidade do atendimento inclusivo. A EJA também sofreu redução de 36,4% no quadro docente, em um contexto já marcado por baixa adesão, o que pode agravar a exclusão educacional de jovens e adultos. Diante disso, recomenda-se recomposição e qualificação do quadro de docentes nessas modalidades mais vulneráveis, além de planejamento mais equitativo da alocação de profissionais, articulado com a política de assistência social para enfrentamento das desigualdades educacionais.

Por fim, o Quadro 45 detalha o número de estabelecimentos de ensino na educação básica presentes em Marmeleiro:

QUADRO 45 - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

MODALIDADE DE ENSINO	2020	2021	2022	2023	2024
Creche/CMEI	04	04	04	04	04
Pré-Escola	08	09	09	10	10
Ensino Fundamental	11	11	11	11	11
Ensino Médio	03	03	03	03	03
Educação Profissional	01	01	01	01	01
Educação Especial - Classes Exclusivas	01	01	01	01	01
EJA - Ensino Fundamental	01	01	01	01	01
EJA - Ensino Médio	-	-	-	-	-
TOTAL³	13	13	13	13	13

FONTE: IPARDES, 2026.

A análise do número de estabelecimentos de ensino em Marmeleiro entre 2020 e 2024 evidencia um cenário de estagnação estrutural, com manutenção de 13 unidades ao longo de todo o período, apesar das oscilações nas matrículas e no quadro docente. Esse dado, quando articulado ao diagnóstico socioterritorial, sugere que não houve expansão física da rede para acompanhar possíveis mudanças na demanda educacional, especialmente em contextos de vulnerabilidade social e crescimento pontual de determinadas etapas. Ainda que o total de matrículas tenha apresentado leve redução (-4,5%), a ausência de ampliação da rede pode indicar limitações na capacidade de absorver demandas específicas, como a ampliação do acesso à creche, já identificada como necessidade.

Na educação infantil, observa-se um pequeno avanço na pré-escola, que passou de 8 para 10 unidades (+25%), acompanhando parcialmente o crescimento das matrículas até 2022. No entanto, as creches permaneceram estagnadas em 4 unidades durante todo o período, mesmo

³ A soma das parcelas pode divergir do total do em razão de que um estabelecimento pode oferecer mais de uma modalidade de ensino.

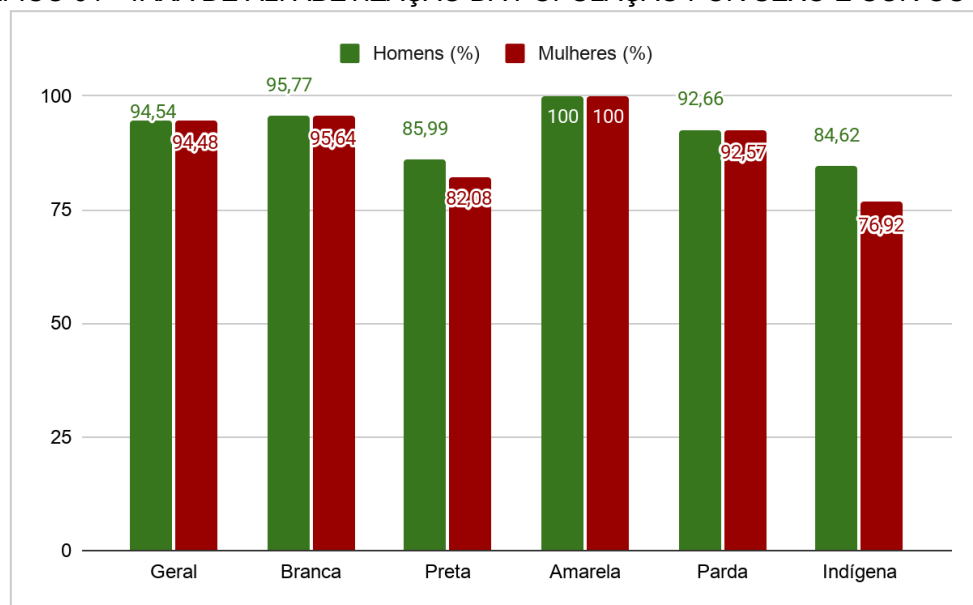
diante da queda inicial e posterior recuperação das matrículas. Esse dado reforça a hipótese de demanda reprimida por vagas em creche, sobretudo em territórios mais vulneráveis, onde o acesso a esse serviço é fundamental tanto para o desenvolvimento infantil quanto para a inserção das famílias no mercado de trabalho. A ampliação do número de docentes, sem correspondente expansão de unidades, pode indicar sobrecarga da infraestrutura existente ou estratégias de adaptação interna, como aumento de turmas ou turnos.

Nos demais níveis, a estabilidade no número de estabelecimentos (ensino fundamental com 11 unidades, ensino médio com 3, e demais modalidades com 1 unidade cada) contrasta com as variações nas matrículas e docentes, especialmente no ensino médio (queda de 15% nas matrículas) e na educação especial e EJA, que já operam com estrutura mínima. Essa rigidez estrutural pode dificultar respostas mais ágeis às mudanças no perfil da demanda educacional, como a necessidade de reordenamento territorial da oferta ou criação de estratégias mais inclusivas. Do ponto de vista da política de assistência social, recomenda-se o fortalecimento da articulação intersetorial para identificação de territórios com maior vulnerabilidade e possível *déficit* de cobertura educacional, bem como o planejamento de expansão ou readequação da rede física, especialmente na educação infantil e nas modalidades voltadas a públicos historicamente excluídos.

10.2 Taxa de alfabetização

De acordo com dados do IBGE (2022), 12.048 pessoas residentes no município de Marmeleiro são alfabetizadas, o que corresponde a 94,51% da população, enquanto 5,49% são não alfabetizadas, posicionando assim o município na 1.359ª colocação no ranking nacional. O Gráfico 64 apresenta essas proporções desagregadas por sexo e cor ou raça.

GRÁFICO 64 - TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO POR SEXO E COR OU RAÇA



FONTE: IBGE, 2022a.



A análise da taxa de alfabetização no município de Marmeleiro revela, em termos gerais, um cenário relativamente positivo, com índices elevados tanto entre homens (94,54%) quanto entre mulheres (94,48%). Esse dado indica uma cobertura ampla do acesso à alfabetização básica, sugerindo avanços históricos nas políticas educacionais e na universalização do ensino. Contudo, ao desagregar os dados por cor ou raça, emergem desigualdades significativas que demandam atenção no âmbito do diagnóstico socioterritorial da política de assistência social.

Observa-se que a população branca apresenta taxas superiores à média geral (95,77% entre homens e 95,64% entre mulheres), enquanto grupos historicamente vulnerabilizados, como a população preta, parda e indígena, registram índices consideravelmente inferiores. Destaca-se, de forma crítica, a situação da população indígena, com taxas de alfabetização de 84,62% entre homens e apenas 76,92% entre mulheres. Esse cenário se confirma também em números absolutos, com 21 indígenas alfabetizados (80,77%) e 5 não alfabetizados (19,23%), evidenciando uma parcela relevante ainda excluída do acesso à alfabetização. Tal dado explicita não apenas desigualdades raciais, mas também uma acentuada vulnerabilidade de gênero dentro desse grupo. De modo semelhante, a população preta apresenta índices reduzidos, especialmente entre as mulheres (82,08%), reforçando a persistência de desigualdades estruturais. Ainda que a população amarela apresenta 100% de alfabetização, é necessário cautela na interpretação, considerando o possível baixo número absoluto de indivíduos neste grupo.

Nesse contexto, evidencia-se que, embora haja avanços no acesso à alfabetização, persistem desigualdades importantes que refletem processos históricos de exclusão social. Como desafio central, destaca-se a necessidade de políticas públicas intersetoriais que articulem educação, assistência social e promoção da igualdade racial, com foco nos grupos mais vulneráveis. Recomenda-se o fortalecimento de estratégias de busca ativa, programas de EJA e ações territorializadas que considerem as especificidades culturais e sociais, especialmente da população indígena e negra. Além disso, é fundamental incorporar recortes de gênero nas ações, visando reduzir as disparidades observadas entre homens e mulheres dentro desses grupos, bem como intensificar o acompanhamento das famílias em situação de maior vulnerabilidade por meio da rede socioassistencial.

Além disso, essas taxas apresentam variações conforme as diferentes faixas etárias, conforme detalhado no Quadro 46.

QUADRO 46 - TAXAS DE ALFABETIZAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA

FAIXAS ETÁRIAS	TAXA (2022)
De 15 a 19 anos	99,03
De 20 a 24 anos	98,82
De 25 a 34 anos	98,97
De 35 a 44 anos	98,04



De 45 a 54 anos	95,79
De 55 a 64 anos	89,92
De 65 anos ou mais	83,52
De 75 anos ou mais	81,03
De 80 anos ou mais	78,57

FONTE: IBGE, 2022a.

A análise da taxa de alfabetização por faixa etária no município de Marmeleiro evidencia um padrão bastante positivo entre as gerações mais jovens, com índices próximos da universalização. As faixas de 15 a 19 anos (99,03%), 20 a 24 anos (98,82%) e 25 a 34 anos (98,97%) demonstram que o acesso à educação básica tem sido efetivo nas últimas décadas, refletindo avanços consistentes nas políticas educacionais e na ampliação da escolarização. Mesmo nas faixas de 35 a 44 anos (98,04%), os dados ainda se mantêm elevados, indicando que esse processo de expansão do acesso à alfabetização já vinha ocorrendo há algum tempo no município.

Entretanto, ao observar as faixas etárias mais avançadas, percebe-se um declínio progressivo das taxas, evidenciando desigualdades geracionais importantes. A partir dos 45 a 54 anos (95,79%), há uma queda mais acentuada, que se intensifica nas faixas de 55 a 64 anos (89,92%) e, principalmente, entre pessoas com 65 anos ou mais (83,52%). Esse cenário torna-se ainda mais crítico entre os idosos mais longevos, com taxas de 81,03% (75 anos ou mais) e 78,57% (80 anos ou mais), revelando que uma parcela significativa dessa população não teve acesso à alfabetização em períodos anteriores. Esses dados dialogam diretamente com contextos históricos de maior exclusão educacional, sobretudo em áreas rurais e entre populações mais vulneráveis, o que pode se sobrepor a recortes de renda, raça e território já identificados no município.

Esses achados apontam para a necessidade de ações específicas voltadas à população idosa, especialmente no que se refere à inclusão educacional tardia e ao acesso a direitos. A baixa alfabetização entre os mais velhos pode impactar diretamente o acesso a serviços, benefícios e informações, ampliando situações de vulnerabilidade social. Como recomendação, destaca-se o fortalecimento de programas de EJA com estratégias adaptadas ao público idoso, bem como a articulação com a rede socioassistencial para identificação e acompanhamento dessas pessoas.

10.3 Taxas de aprovação e abandono escolar na educação básica

As taxas de aprovação e abandono escolar são indicadores essenciais para avaliar o desempenho e a permanência dos estudantes, permitindo identificar desafios e orientar ações de melhoria no sistema educacional. O Quadro 47 apresentará esses dados.



QUADRO 47 - TAXAS DE APROVAÇÃO (AP) E ABANDONO (AB) ESCOLAR

ETAPAS DO ENSINO	2020		2021		2022		2023		2024	
	Ap.	Ab.	Ap.	Ab.	Ap.	Ab.	Ap.	Ab.	Ap.	Ab.
Ensino Fundamental	98,5	-	98,3	-	97,1	0,3	99,5	-	99,6	0,1
Anos Iniciais	99,5	-	97,5	-	98,1	0,3	99,5	-	99,9	-
Anos Finais	97,2	-	99,3	-	95,9	0,3	99,5	0,1	99,3	0,2
Ensino Médio	89,8	-	96,8	0,5	90,4	-	99,3	0,2	96,0	0,2

FONTE: IPARDES, 2026.

A análise das taxas de aprovação (AP) e abandono (AB) escolar no município de Marmeleiro entre 2020 e 2024 revela, de modo geral, um cenário positivo no Ensino Fundamental, ainda que com oscilações pontuais que merecem atenção. No conjunto do Ensino Fundamental, a aprovação se manteve elevada ao longo do período, saindo de 98,5% (2020) para 99,6% (2024), com uma queda relevante em 2022 (97,1%), possivelmente refletindo os impactos da pandemia. O abandono, praticamente inexistente nos primeiros anos, aparece em 2022 (0,3%) e retorna de forma residual em 2024 (0,1%), indicando que, embora controlado, não está totalmente superado. Nos Anos Iniciais, observa-se recuperação consistente após queda em 2021 (97,5%), atingindo 99,9% em 2024, o que demonstra forte capacidade de recomposição da aprendizagem e permanência escolar. Já nos Anos Finais, apesar da melhora significativa de 95,9% (2022) para 99,3% (2024), nota-se maior instabilidade e presença de abandono (até 0,3%), evidenciando maior vulnerabilidade dessa etapa.

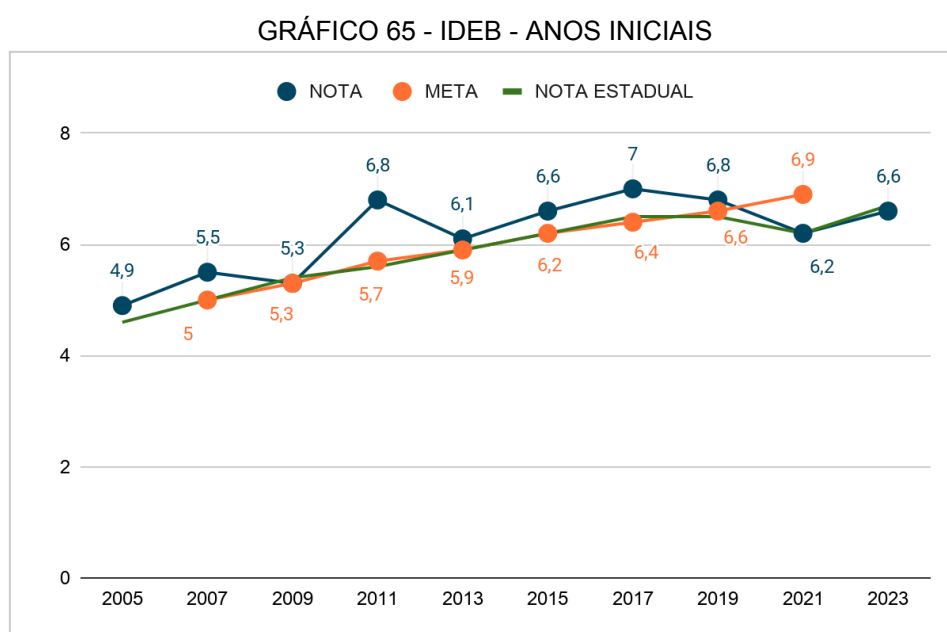
No Ensino Médio, o comportamento dos indicadores é mais irregular, evidenciando desafios estruturais mais complexos. A taxa de aprovação apresenta forte oscilação: parte de 89,8% (2020), sobe expressivamente para 96,8% (2021), recua para 90,4% (2022), atinge um pico de 99,3% (2023) e volta a cair para 96,0% (2024). Esse movimento sugere fragilidade na consolidação de trajetórias escolares, possivelmente associada a fatores como necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, desmotivação ou dificuldades de aprendizagem acumuladas. O abandono, embora baixo (máximo de 0,5% em 2021 e 0,2% em 2023 e 2024), deve ser analisado com cautela, pois pode estar subestimado frente a fenômenos como evasão não captada ou migração escolar. A combinação de oscilação na aprovação com abandono residual indica risco de exclusão educacional progressiva, especialmente entre jovens em situação de vulnerabilidade social.

Diante desse cenário, aponta-se a necessidade de estratégias intersetoriais entre educação e assistência social, com foco especial nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, como o fortalecimento de ações de busca ativa escolar, acompanhamento familiar sistemático e programas de incentivo à permanência. Além disso, é fundamental investir em políticas de recomposição da aprendizagem, orientação profissional e ampliação de oportunidades para jovens, reduzindo a pressão por evasão. Embora os dados indiquem avanços importantes,

especialmente na elevação das taxas de aprovação, as oscilações e a persistência, ainda que baixa, do abandono escolar evidenciam que o município deve manter vigilância contínua e ações focalizadas para garantir não apenas o acesso, mas a permanência qualificada e o sucesso escolar.

10.4 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador que avalia a qualidade do ensino no Brasil, ao combinar o fluxo escolar (taxa de aprovação) com o desempenho dos estudantes nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Nesse contexto, o Gráfico 65 apresenta a comparação entre as notas obtidas e as metas estabelecidas para o município no período de 2005 a 2023, referente aos anos iniciais.



FONTE: INEP, 2026.

A análise do IDEB dos anos iniciais em Marmeleiro, entre 2005 e 2023, demonstra uma trajetória robusta de crescimento até 2017, quando o município atingiu seu ápice com nota 7,0 — um aumento de aproximadamente 42,8% em relação a 2005 (4,9). Ao longo desse período, o desempenho local superou de forma consistente as metas estabelecidas e, na maior parte dos anos, também a média estadual, evidenciando um ciclo de forte consolidação da qualidade educacional. Destacam-se 2011 e 2017, quando o município superou as metas em cerca de 19,3% e 9,4%, respectivamente, indicando elevada capacidade de resposta das políticas educacionais locais.

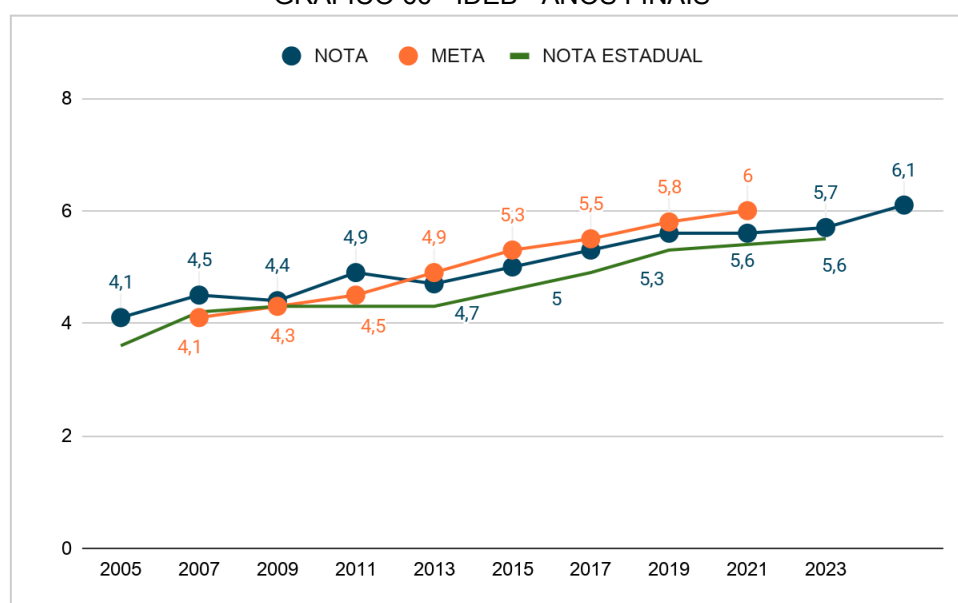
A partir de 2019, contudo, observa-se uma inflexão nesse padrão de crescimento. Apesar de ainda superar a meta em 2019 (+3,0%), há queda em relação ao ciclo anterior (-2,9% frente a 2017). Em 2021, o município registra seu pior desempenho recente (6,2), ficando 10,1% abaixo da

meta (6,9), o que sugere impactos significativos de fatores externos, como a pandemia, sobre o processo de aprendizagem. Em 2023, há recuperação parcial para 6,6 (+6,5% em relação a 2021), porém abaixo da média estadual (6,7), indicando perda relativa de desempenho.

Esse movimento aponta para um cenário de alerta: embora haja uma base educacional consolidada nos anos iniciais, há sinais de desaceleração e perda de vantagem comparativa, sugerindo a necessidade de atenção à manutenção da qualidade e à recomposição das aprendizagens, especialmente entre estudantes em situação de maior vulnerabilidade, evitando que dificuldades acumuladas nesta etapa repercutam nas fases seguintes da trajetória escolar.

Nesta mesma perspectiva, o Gráfico 66 também demonstra o desempenho nos anos finais.

GRÁFICO 66 - IDEB - ANOS FINAIS



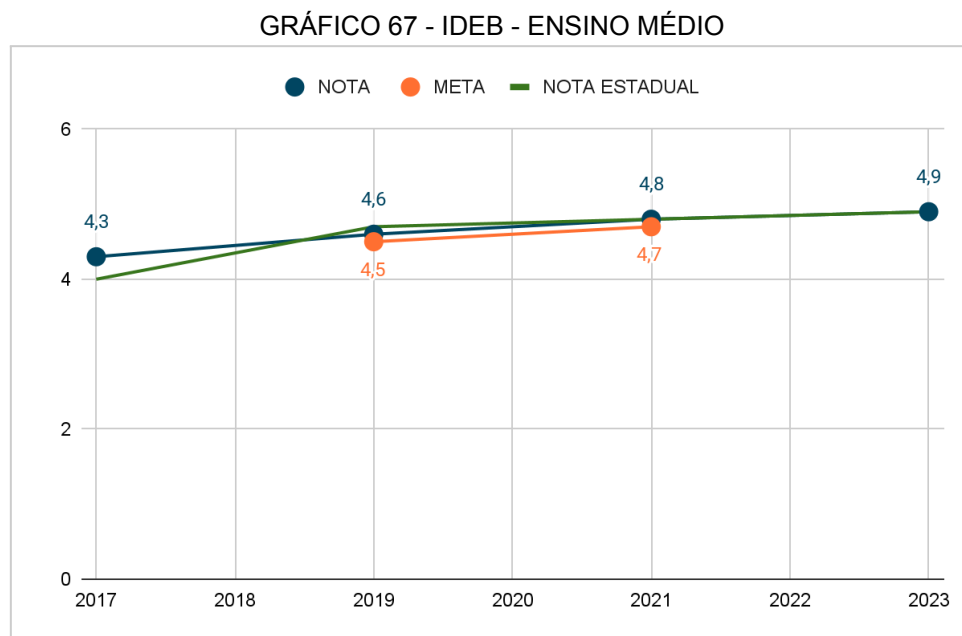
FONTE: IDEB, 2026.

Nos anos finais, a evolução do IDEB em Marmeleiro entre 2005 e 2023 apresenta crescimento mais moderado (de 4,1 para 5,7, cerca de +39%), porém com maior irregularidade e dificuldade de cumprimento das metas. Até 2011, o município demonstrou bom desempenho, superando as metas em 2007 (+9,8%) e 2011 (+8,9%), além de manter resultados superiores à média estadual. Entretanto, a partir de 2013, inicia-se um padrão persistente de não alcance das metas, ainda que as notas continuem crescendo gradualmente.

Entre 2013 e 2021, o município ficou sistematicamente abaixo das metas, com destaque para 2021, quando o resultado (5,6) ficou 6,7% abaixo do esperado (6,0). Apesar disso, não houve queda expressiva nas notas, mas sim uma estagnação em patamares próximos (entre 5,3 e 5,7), indicando dificuldade de avanço qualitativo. Em 2023, há leve melhora (+1,8% em relação a 2021), atingindo 5,7 e mantendo-se acima da média estadual (5,5), o que demonstra certa resiliência, mas ainda insuficiente para cumprir as projeções estabelecidas.

Os anos finais configuram um ponto crítico da trajetória educacional, no qual se intensificam desafios relacionados à permanência, engajamento e progressão escolar. A combinação entre crescimento lento, descumprimento de metas e estabilidade em níveis intermediários sugere a presença de barreiras estruturais que dificultam a melhoria contínua da qualidade do ensino nessa etapa.

Dessa forma, o Gráfico 67 apresenta as notas obtidas durante o ensino médio.



FONTE: IDEB, 2026.

No ensino médio, considerando o período de 2017 a 2023, observa-se uma evolução contínua, ainda que em ritmo moderado. A nota passou de 4,3 em 2017 para 4,9 em 2023, representando um crescimento de aproximadamente 14%. Em 2019, o município superou a meta em 2,2% (4,6 frente a 4,5), embora tenha ficado abaixo da média estadual (-2,1%). Em 2021, manteve a trajetória positiva, atingindo 4,8 (+2,1% em relação à meta) e igualando o desempenho estadual. Já em 2023, alcançou 4,9, novamente em alinhamento com o estado.

Apesar da evolução, o ensino médio apresenta um padrão distinto das etapas anteriores: o município não se destaca em relação ao estado, mantendo desempenho equivalente, sem ganhos expressivos de vantagem comparativa. Isso indica que os avanços observados acompanham uma tendência mais ampla, sem diferenciais locais significativos. Além disso, o crescimento mais lento sugere limites estruturais para a elevação mais acelerada da qualidade educacional nessa etapa.

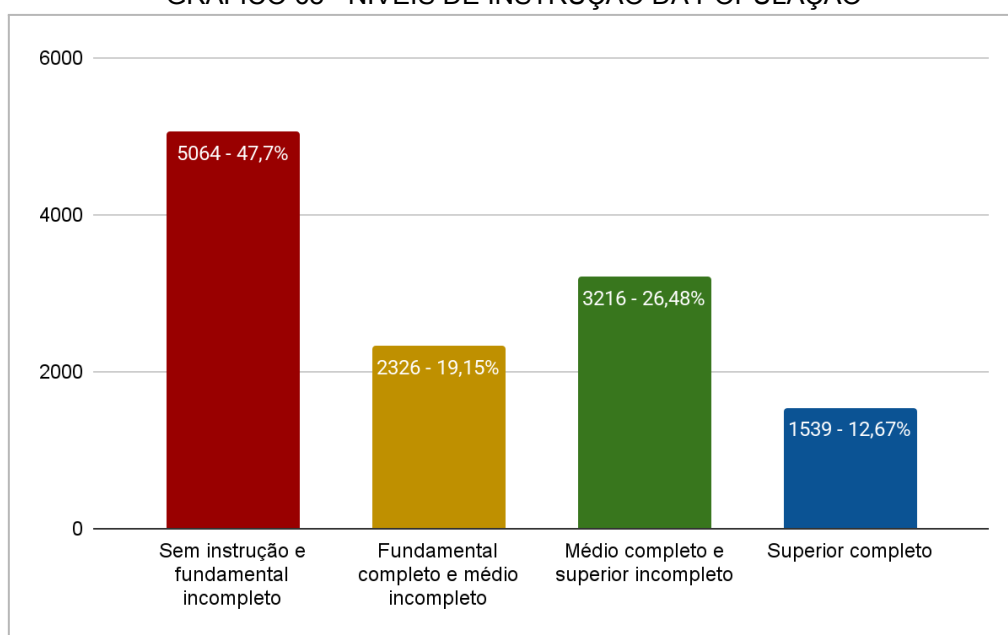
A análise integrada das três etapas evidencia que, embora o município tenha construído uma base sólida nos anos iniciais, há sinais de desaceleração recente, ao mesmo tempo em que os anos finais se configuram como o principal ponto de estrangulamento, marcado por estagnação e dificuldade recorrente de cumprimento das metas. No ensino médio, por sua vez, observa-se evolução, porém sem destaque em relação ao estado, indicando que os avanços ocorrem em ritmo semelhante ao contexto estadual. De forma transversal, os dados sugerem que fatores

socioeconômicos continuam influenciando o desempenho educacional, especialmente entre adolescentes e jovens, impactando a permanência, o engajamento e o progresso escolar. Nesse sentido, torna-se fundamental o fortalecimento de estratégias intersetoriais entre educação e assistência social, com foco nos territórios mais vulneráveis, ampliando o acompanhamento familiar, a busca ativa de estudantes em risco, as ações de recomposição das aprendizagens e o apoio psicossocial. Além disso, é necessário investir em políticas voltadas à permanência e ao projeto de vida dos jovens, articulando educação e inserção produtiva, de modo a enfrentar os desafios identificados de forma integrada e sustentável.

10.5 Nível de instrução

O nível de instrução da população é um indicador essencial para compreender as condições sociais e as desigualdades de um território, permitindo identificar o acesso à educação formal e as fragilidades no percurso escolar, sobretudo entre pessoas com baixa escolaridade, que tendem a enfrentar maiores dificuldades socioeconômicas. Nesse sentido, a análise da distribuição da população por níveis de ensino contribui para orientar ações mais direcionadas e integradas entre as políticas públicas, conforme demonstra o Gráfico 68.

GRÁFICO 68 - NÍVEIS DE INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO



FONTE: IBGE, 2022a.

A análise do nível de instrução da população de Marmeleiro revela um cenário marcado por importantes desigualdades educacionais, com forte concentração nos níveis mais baixos de escolaridade. Observa-se que 47,70% da população (5.064 pessoas) encontra-se na condição de sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, o que representa quase metade dos habitantes e indica um contingente expressivo com limitações significativas de acesso ao



conhecimento formal. Esse dado evidencia uma fragilidade estrutural relevante, uma vez que baixos níveis de escolaridade estão diretamente associados a menores oportunidades de inserção no mercado de trabalho, maior dependência de políticas públicas e maior exposição a situações de vulnerabilidade social.

Por outro lado, 19,15% da população (2.326 pessoas) possui ensino fundamental completo ou médio incompleto, o que, somado ao grupo anterior, totaliza 66,85% da população com escolaridade até o nível médio incompleto. Esse dado reforça a existência de um gargalo educacional importante, especialmente na transição e conclusão da educação básica. Já os indivíduos com ensino médio completo ou superior incompleto representam 26,48% (3.216 pessoas), enquanto apenas 12,67% (1.539 pessoas) possuem ensino superior completo, evidenciando uma baixa proporção de população com maior qualificação educacional.

Estes dados apontam para a necessidade de fortalecimento de políticas públicas voltadas à elevação da escolaridade da população, especialmente entre jovens e adultos que não concluíram a educação básica. A elevada concentração nos níveis mais baixos de instrução pode impactar diretamente outros indicadores sociais, como renda, empregabilidade e acesso a direitos, reforçando ciclos de vulnerabilidade. Dessa forma, torna-se fundamental a articulação entre assistência social e educação, com estratégias que envolvam busca ativa, incentivo à permanência e retorno à escola, além de ações de qualificação profissional e inclusão produtiva, visando ampliar as oportunidades e reduzir as desigualdades no território.

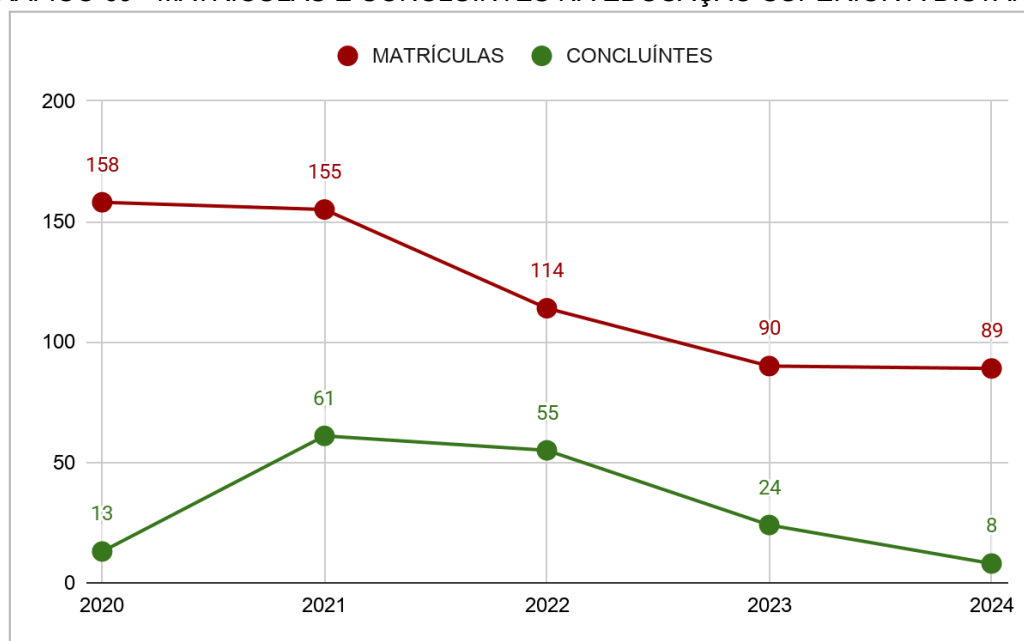
10.6 Ensino superior

A análise do ensino superior no território amplia a compreensão sobre o nível de qualificação da população e suas possibilidades de inserção em ocupações mais especializadas. Indicadores como o número de matrículas e concluintes permitem avaliar o acesso, a permanência e a conclusão nessa etapa educacional, enquanto a distribuição das pessoas com nível superior completo por área de formação contribui para identificar o perfil profissional predominante no município. Esses elementos são fundamentais para compreender a dinâmica local de formação de capital humano e subsidiar o planejamento de políticas públicas voltadas à educação, trabalho e desenvolvimento social.

No cenário atual de Marmeleiro, observa-se a ausência de matrículas e de concluintes na educação superior presencial, bem como a inexistência de docentes vinculados a essa modalidade, o que se explica, em grande medida, pela ausência de instituições de ensino superior instaladas no município (IPARDES, 2026). Esse contexto evidencia uma limitação estrutural no acesso direto ao ensino superior, exigindo o deslocamento da população para outros centros ou a busca por alternativas educacionais. Por outro lado, destaca-se a presença de polos de educação superior a distância, que assumem papel relevante na ampliação do acesso à formação acadêmica. Conforme apresentado no Gráfico 69, essa modalidade concentra as matrículas e os

concluintes no município, configurando-se como uma estratégia importante para a democratização do ensino superior no território.

GRÁFICO 69 - MATRÍCULAS E CONCLUÍNTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA



FONTE: IPARDES, 2026.

Estes dados evidenciam uma tendência de redução no número de ingressantes ao longo do período, acompanhada de oscilações no quantitativo de concluintes. As matrículas caíram de 158 em 2020 para 89 em 2024, representando uma redução de aproximadamente 43,7%, o que pode indicar diminuição da demanda, dificuldades de acesso/permanência ou mudanças no interesse da população por essa modalidade. Em contrapartida, o número de concluintes apresentou comportamento irregular, com destaque para 2021 (61) e 2022 (55), anos em que houve maior volume de finalizações, possivelmente refletindo o encerramento de ciclos iniciados em períodos anteriores.

A partir de 2023, observa-se queda mais acentuada também no número de concluintes, passando de 24 para apenas 8 em 2024 (redução de 66,7%), o que pode sinalizar dificuldades crescentes na permanência e conclusão dos cursos. A relação entre matrículas e concluintes sugere desafios no percurso acadêmico dos estudantes, especialmente em uma modalidade que exige maior autonomia e condições adequadas de estudo. Neste contexto, esses dados reforçam a importância de estratégias que incentivem não apenas o acesso ao ensino superior, mas também a permanência e a conclusão, considerando fatores como apoio pedagógico, inclusão digital e condições socioeconômicas da população, que podem impactar diretamente a continuidade dos estudos.

Nesta perspectiva, o Quadro 48 também demonstra o número de pessoas com nível superior completo por área de formação, segundo dados do Censo do IBGE em 2022.



QUADRO 48 - PESSOAS COM NÍVEL SUPERIOR COMPLETO POR ÁREA DE FORMAÇÃO

ÁREA DE FORMAÇÃO	PESSOAS COM NÍVEL SUPERIOR COMPLETO
Educação	312
Artes e humanidades	112
Ciências sociais	100
Negócios	411
Ciências naturais	81
Computação e TIC	61
Engenharia	99
Agricultura	79
Saúde e bem-estar	212
Serviços	36

FONTE: IBGE, 2022a.

A distribuição das pessoas com nível superior completo por área de formação em Marmeleiro, segundo o Censo 2022, revela um perfil concentrado em áreas tradicionalmente associadas ao setor de serviços e à administração. Destacam-se os cursos de Negócios (411 pessoas) e Educação (312), que juntos representam uma parcela significativa dos graduados, indicando uma tendência de formação voltada à gestão, comércio e docência. Na sequência, aparecem as áreas de Saúde e bem-estar (212) e Artes e humanidades (112), enquanto Ciências sociais (100) e Engenharia (99) apresentam quantitativos semelhantes. Por outro lado, áreas estratégicas para o desenvolvimento tecnológico e produtivo, como Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) (61), Ciências naturais (81) e Agricultura (79), possuem menor representatividade, assim como o campo de Serviços (36), o que pode indicar limitações na diversificação e especialização da força de trabalho local.

Esse perfil sugere uma formação superior relativamente concentrada e pouco alinhada a áreas de maior inovação tecnológica ou potencial produtivo regional, o que pode impactar as dinâmicas de desenvolvimento econômico e inserção qualificada no mercado de trabalho. A baixa presença de profissionais em áreas como tecnologia, engenharia e ciências naturais pode limitar a atração de investimentos e a modernização de setores produtivos, ao passo que a concentração em negócios e educação pode refletir tanto a oferta de cursos mais acessíveis quanto as oportunidades locais disponíveis. Além disso, quando analisado em conjunto com a redução recente das matrículas e concluintes no ensino superior a distância, esse cenário aponta para desafios tanto no acesso quanto na diversificação da formação acadêmica no município.

Diante desse contexto, recomenda-se que o município fortaleça estratégias de incentivo ao acesso, permanência e conclusão no ensino superior, especialmente na modalidade a distância,



considerando a ausência de oferta presencial. Também é fundamental promover a diversificação das áreas de formação, com estímulo a cursos alinhados às demandas contemporâneas, como tecnologia, inovação e setores produtivos locais. Adicionalmente, destaca-se a importância de o município busca atrair polos presenciais de ensino superior, ampliando a oferta local, bem como facilitar e promover o acesso ao transporte para estudantes que necessitam se deslocar para cursar graduação em municípios vizinhos, como Francisco Beltrão, localizada a aproximadamente 10 km e que conta com universidades públicas gratuitas, além de instituições privadas. A articulação entre educação, assistência social e desenvolvimento econômico deve ser intensificada, com ações de orientação profissional, apoio aos estudantes e incentivo à qualificação, de modo a ampliar o número de concluintes e equilibrar o perfil de formação da população, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do território.

Por fim, a análise dos indicadores educacionais de Marmeleiro revela um cenário de contrastes que exige uma atuação intersetorial estratégica da política de assistência social. Embora o município apresente taxas de alfabetização próximas à universalização entre as gerações mais jovens e resultados consolidados no IDEB dos anos iniciais, persiste uma rigidez estrutural na rede física, exemplificada pela estagnação do número de creches e unidades de ensino médio entre 2020 e 2024. Essa imobilidade da infraestrutura, somada à queda acentuada de 15% nas matrículas do ensino médio e à redução drástica de 47,1% no quadro docente da educação especial, sinaliza que o sistema educacional enfrenta dificuldades para absorver demandas específicas e reter adolescentes em situação de vulnerabilidade. A educação, portanto, apresenta-se não apenas como um serviço, mas como um termômetro de riscos sociais, onde a evasão e a queda no desempenho escolar frequentemente mascaram precariedades socioeconômicas e a necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho.

Em suma, o diagnóstico aponta que o principal desafio de Marmeleiro reside na superação das desigualdades históricas que ainda se manifestam nos recortes de raça, gênero e geração. A acentuada disparidade na alfabetização da população indígena (com apenas 76,92% entre as mulheres) e o elevado índice de adultos sem instrução ou com fundamental incompleto (47,70%) reforçam o ciclo de exclusão e a dependência de transferências de renda. Conclui-se que a garantia do direito à educação no município depende do fortalecimento da Vigilância Socioassistencial na identificação de territórios com déficit de cobertura e no monitoramento da frequência escolar como alerta para situações de negligência ou trabalho infantil. Somente através de uma busca ativa sistemática e da expansão qualificada da rede será possível transformar o acesso escolar em um mecanismo efetivo de proteção social e mobilidade para as famílias marmeleirenses.



11. ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Política de Assistência Social no Brasil consolidou-se como direito do cidadão e dever do Estado a partir da Constituição Federal de 1988, que a integrou ao Sistema de Seguridade Social, ao lado da Saúde e da Previdência. Em 1993, a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) regulamentou esse direito, definindo princípios, diretrizes e competências das três esferas de governo, com foco na proteção social e na garantia de mínimos sociais.

A partir de 2004, com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e, em 2005, com a implantação do SUAS, a política passou a ter um modelo organizativo descentralizado e participativo, estruturado em dois níveis de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Esse processo fortaleceu a gestão municipal, ampliou a oferta de serviços e consolidou instrumentos de planejamento e monitoramento, como o Cadastro Único e o Censo SUAS, fundamentais para o diagnóstico socioterritorial e a vigilância socioassistencial.

11.1 Aspecto históricos da implantação da Assistência Social no município

Os primeiros registros da assistência social em Marmeleiro remontam à criação da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI), em 1969, que se constituiu como a principal iniciativa socioassistencial do período, com caráter voluntário e assistencialista. Após um período sem registros sistemáticos, a entidade é reativada em 1982, retomando ações voltadas ao atendimento de crianças e famílias em situação de vulnerabilidade, marcadas por práticas pontuais, campanhas e respostas emergenciais.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, observa-se a ampliação dessas ações e o início de um processo de organização mais estruturada, com destaque para a realização de cadastros de famílias, articulação com o Conselho Tutelar e a realização de conferências municipais, indicando aproximação gradual às diretrizes das políticas públicas e ao fortalecimento do controle social.

Nos anos 2000, ocorreu avanço na estruturação administrativa e técnica da política, com a inserção de profissionais, discussões sobre a organização institucional da assistência social e a adoção de instrumentos de planejamento. A partir de 2009, com a implementação do SUAS, o município inicia um processo de reordenamento institucional, com a definição do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) como unidade pública de referência da Proteção Social Básica (PSB) e a diferenciação do papel das Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

Nos anos seguintes, houve ampliação das ações e parcerias, bem como a implantação da Proteção Social Especial (PSE) em 2018, evidenciando avanços na estruturação da política. Entretanto, persistem fragilidades na sistematização das informações e na consolidação de práticas continuadas, indicando que o processo de transição do modelo assistencialista para a lógica de direitos ainda se encontra em construção no município.



O Quadro 49 apresenta, de forma comparativa e cronológica, os principais marcos da política de assistência social no Brasil e os registros históricos de sua implementação no município de Marmeleiro. A organização das informações permite visualizar o processo de transição do modelo assistencialista para o início do processo de consolidação da assistência social como política pública de direitos, evidenciando a relação entre o contexto nacional e o desenvolvimento institucional no âmbito municipal.

QUADRO 49 - TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: ÂMBITO NACIONAL E MUNICIPAL

PERÍODO (ANO)	BRASIL - MARCOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	MARMELEIRO - PRINCIPAIS REGISTROS
1960-1970	Predominância do modelo assistencialista, baseado em ações filantrópicas e caridade	1969: Fundação da APMI, com caráter voluntário e assistencial
1980 - 1993	Ampliação do debate sobre direitos sociais; Constituição Federal de 1988 reconhece a assistência social como direito	1982: Reativação da APMI; 1983: atendimento a famílias atingidas por enchentes; ações comunitárias e emergenciais
1990 - 1993	Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993) institui a assistência como política pública	1990s: Início de organização de ações; 1997: articulação com assistência social e Conselho Tutelar
1996 - 2004	Consolidação gradual da política; criação de instrumentos de gestão e controle social	1999: Conferências municipais (Assistência Social e Direitos da Criança e Adolescente); início da institucionalização local
2005	Instituição do SUAS	Município ainda em fase de transição, com predominância de práticas assistencialistas
2000 - 2008	Estruturação inicial do SUAS; expansão dos serviços socioassistenciais	2001: Inserção de profissional de psicologia; manutenção de ações como distribuição de cestas básicas; 2002: discussão sobre criação do Departamento de Assistência Social
2009–2012	Consolidação do SUAS, com foco em serviços tipificados e territorialização	2009: Reordenamento institucional; diferenciação entre CRAS e APMI; CRAS assume centralidade; 2010: serviços para idosos; 2012: parcerias e projetos integrados
2013–2017	Aperfeiçoamento da gestão, vigilância socioassistencial e qualificação dos serviços	2015–2016: Execução de projetos sociais; fragilidade na continuidade dos registros a partir de 2017
2018	Expansão da Proteção Social Especial e qualificação da rede SUAS	Implantação da Proteção Social Especial no município
2019	Ênfase na qualificação dos serviços, monitoramento e integração intersetorial	Persistência de práticas pontuais; avanços institucionais com desafios na consolidação do acompanhamento sistemático e na



FONTE: Dados próprios, 2026.

Do ponto de vista analítico, o percurso histórico do município acompanha, ainda que de forma gradual e com defasagens, o movimento nacional de transição da assistência social de uma prática assistencialista para uma política pública de direitos. Enquanto o SUAS foi instituído nacionalmente em 2005, estabelecendo diretrizes como a oferta de serviços tipificados, a territorialização e a centralidade no acompanhamento familiar, no município sua implementação mais estruturada ocorreu a partir de 2009. Nesse processo, observa-se que, embora o CRAS tenha sido instituído como unidade pública de referência da PSB, sua implantação incorporou práticas historicamente assistencialistas, como o recebimento de doações e a execução de projetos pontuais, contribuindo para a manutenção de ações fragmentadas.

Esse contexto evidencia que a transição para a lógica de direitos ainda se encontra em construção, uma vez que, apesar da existência de equipe técnica de referência e da estrutura formal dos serviços, o diagnóstico aponta predominância de atendimentos pontuais e individualizados, indicando a necessidade de avançar na consolidação do acompanhamento familiar sistemático, contínuo e planejado, conforme preconizado pelo SUAS. Soma-se a isso a persistência de fragilidades na sistematização das informações e na cultura de planejamento, monitoramento e avaliação, aspectos essenciais para a efetividade da Vigilância Socioassistencial e para a qualificação da gestão, evidenciando a necessidade de aprofundamento do reordenamento institucional e da qualificação técnico-metodológica dos serviços, com foco na consolidação da assistência social como política pública de caráter continuado, territorializada e orientada à garantia de direitos.

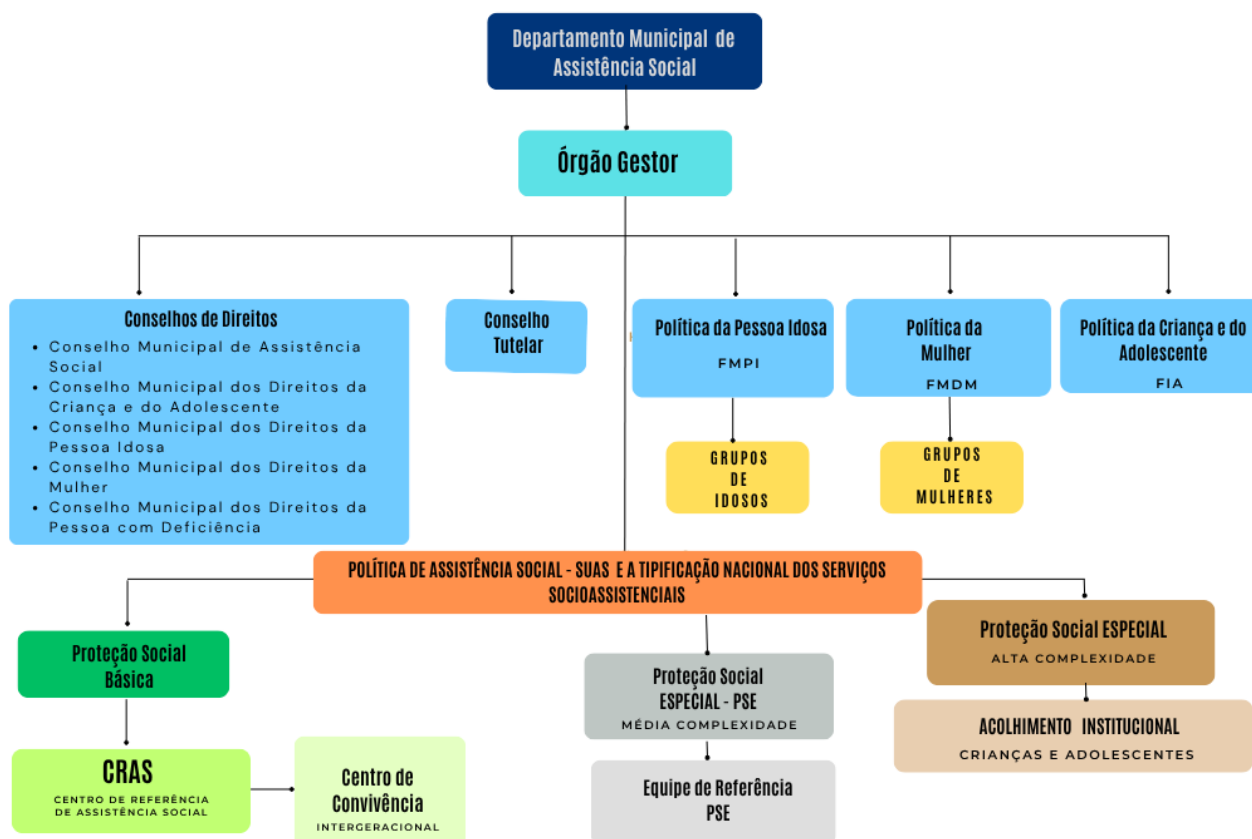
11.2 Estrutura atual da Política de Assistência Social

Dando continuidade à abordagem histórica da assistência social em Marmeleiro, é fundamental destacar como a política municipal está estruturada atualmente.

O Departamento Municipal de Assistência Social organiza-se de forma a promover a proteção social de maneira integrada e eficiente, garantindo o acesso aos direitos socioassistenciais. Sua estrutura contempla diferentes níveis de gestão, serviços e programas que atuam de maneira articulada, assegurando acompanhamento, prevenção e apoio às famílias, indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social.

A Figura 05 ilustra a composição administrativa e operacional do Departamento, evidenciando as principais áreas, funções e responsabilidades que sustentam a execução da política de assistência social no município, reforçando o compromisso com a qualidade, transparência e efetividade dos serviços prestados.

FIGURA 05 - ORGANOGRAMA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MARMELEIRO - PARANÁ**

FONTE: Elaboração própria, 2026.

11.3 Gestão municipal do SUAS

A gestão municipal do SUAS é responsável pela coordenação, execução e monitoramento das políticas públicas de assistência social no território, assegurando a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais à população em situação de vulnerabilidade ou risco social.

11.3.1 Estrutura administrativa

De acordo com a NOB/SUAS, a estrutura administrativa da gestão municipal deve contemplar instâncias e setores que garantam a organização, o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação da política de assistência social. Essa estrutura é composta por áreas de gestão que asseguram o funcionamento do sistema: Gestão do SUAS, Regulação, Gestão do Trabalho, Vigilância Socioassistencial, Gestão Financeira e Orçamentária, PSB, PSE, Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família, e Gestão de Benefícios. Cada uma dessas dimensões é essencial para consolidar a gestão descentralizada e participativa, garantindo a integração entre os serviços, programas e benefícios socioassistenciais.



A Quadro 50 apresenta a estrutura administrativa da gestão municipal de assistência social no órgão gestor, segundo a constituição de subdivisões administrativas, conforme informações da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), obtidas por meio do Censo SUAS 2023.

QUADRO 50 - ESTRUTURA DO ÓRGÃO GESTOR E SUAS SUBDIVISÕES ADMINISTRATIVAS

SUBDIVISÕES ADMINISTRATIVAS	CONSTITUIÇÃO E FORMALIZAÇÃO
Gestão do SUAS	Sim, na estrutura formal do órgão gestor
Vigilância Socioassistencial (Inclusive áreas de monitoramento e avaliação)	Não constituída
Gestão do Trabalho	Sim, na estrutura formal do órgão gestor
Regulação do SUAS	Sim, na estrutura formal do órgão gestor
Gestão Financeira e Orçamentária	Sim, na estrutura formal do órgão gestor
Proteção Social Básica	Sim, na estrutura formal do órgão gestor
Proteção Social Especial	Sim, na estrutura formal do órgão gestor
Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família	Sim, na estrutura formal do órgão gestor
Gestão de Benefícios	Sim, na estrutura formal do órgão gestor

FONTE: SNAS, 2026.

A análise evidencia que a gestão municipal da política de assistência social em Marmeleiro apresenta uma estrutura administrativa formalmente instituída e relativamente completa, contemplando a maior parte das funções estratégicas previstas no SUAS.

Observa-se que áreas centrais, como Gestão do SUAS, Gestão do Trabalho, Regulação, Gestão Financeira e Orçamentária, PSB, PSE, Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família e Gestão de Benefícios estão formalmente constituídas no órgão gestor. Esse arranjo indica um nível importante de institucionalização da política de assistência social no município, favorecendo a organização das ofertas, a gestão dos recursos e a operacionalização dos serviços e benefícios socioassistenciais.

Entretanto, destaca-se como principal fragilidade a ausência de constituição da Vigilância Socioassistencial, incluindo as áreas de monitoramento e avaliação. Essa lacuna é particularmente relevante, uma vez que a vigilância é responsável pela produção, sistematização e análise de informações territoriais sobre vulnerabilidades, riscos sociais e oferta de serviços. Sua inexistência formal pode comprometer a capacidade do município de realizar diagnósticos contínuos, planejar ações com base em evidências e monitorar a efetividade das políticas públicas.

Do ponto de vista crítico, a ausência dessa função estratégica pode gerar uma gestão mais reativa do que preventiva, com menor capacidade de antecipação de demandas e de identificação



de prioridades territoriais. Além disso, pode impactar diretamente a qualidade do planejamento, do acompanhamento dos serviços e da avaliação dos resultados alcançados.

Nesse sentido, recomenda-se como ação prioritária a estruturação e formalização da Vigilância Socioassistencial no órgão gestor, com definição de equipe de referência, atribuições claras e integração com os sistemas de informação existentes, como o Cadastro Único e os sistemas do SUAS. O fortalecimento dessa área tende a qualificar significativamente a gestão, permitindo uma atuação mais estratégica, territorializada e orientada por evidências.

De modo geral, os dados indicam que o município possui uma base administrativa consolidada, porém com necessidade de aprimoramento em um componente essencial para a qualificação da gestão e para o fortalecimento da política de assistência social como um todo.

11.3.2 Gestão do SUAS

Conforme preconiza a NOB/SUAS, uma gestão qualificada requer a existência de instrumentos de planejamento, mecanismos de acompanhamento da rede socioassistencial e processos contínuos de capacitação e apoio técnico.

O Quadro 51 apresenta informações referentes à gestão do SUAS no município, com base nos dados da SNAS, obtidos por meio do Censo SUAS 2023.

QUADRO 51 - INDICADORES DA GESTÃO NO SUAS

INDICADORES	EXECUÇÃO
Recebeu Apoio Técnico do estado, participou de videoconferências e transmissões ao vivo e recebeu materiais orientativos	Sim
Possui Plano Municipal de Assistência Social	Sim
Possui Lei do SUAS	Sim
Realiza Acompanhamento da execução do Plano Municipal de Assistência Social	Sim
Possui Diagnóstico socioterritorial	Não
Realiza visitas técnicas à rede socioassistencial	Sim
Realiza a gestão/validação das informações prestadas sobre as unidades	Sim
Possui instrumentos de coleta de dados próprios para levantamento de informações junto aos serviços	Sim
Produção de indicadores próprios para aferição volume e qualidade dos serviços socioassistenciais	Sim
Realiza a gestão, informações prestadas sobre as unidades	Sim
Não realiza atividades de monitoramento da qualidade dos serviços	sim

FONTE: SNAS, 2026.



A análise dos indicadores da gestão do SUAS no município evidencia um cenário de estrutura institucional consolidada e com importantes avanços na organização da gestão, especialmente no que se refere ao planejamento e à articulação com outras esferas de governo.

Destaca-se positivamente o fato de o município possuir instrumentos fundamentais de gestão, como o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) e a Lei do SUAS, além de realizar o acompanhamento da execução do plano na maior parte dos casos (88,7%). Também é relevante a participação em ações de apoio técnico do Estado, o que demonstra articulação federativa e acesso a processos de qualificação da gestão.

No campo da gestão da informação, observa-se que o município realiza a validação das informações prestadas pelas unidades, desenvolve instrumentos próprios de coleta de dados e produz indicadores para acompanhamento dos serviços, o que indica uma preocupação com a organização e sistematização das informações.

Entretanto, algumas fragilidades merecem destaque. A principal delas é a ausência de diagnóstico socioterritorial, instrumento essencial para o planejamento e direcionamento das ações da política de assistência social. Além disso, apesar de o município produzir indicadores e coletar dados, há inconsistência quando se observa que não realiza atividades de monitoramento da qualidade dos serviços, o que pode comprometer a avaliação da efetividade das ações ofertadas.

De modo geral, os dados revelam uma gestão que possui bases estruturadas e instrumentos importantes já implementados, porém com necessidade de avançar na consolidação de práticas estratégicas, especialmente no que diz respeito ao diagnóstico socioterritorial e ao monitoramento da qualidade dos serviços, fundamentais para uma gestão mais eficiente, planejada e orientada por evidências.

11.3.3 Serviços

A oferta de serviços socioassistenciais constitui o eixo central da operacionalização do SUAS, sendo responsável por garantir a PSB e PSE a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social. Esses serviços visam prevenir violações de direitos, fortalecer vínculos familiares e comunitários e promover a inclusão social, em conformidade com os níveis de proteção definidos pela PNAS e pela NOB/SUAS.

No âmbito municipal, os serviços ofertados devem estar estruturados de acordo com o tipo de proteção, básica ou especial, de modo a atender às diferentes demandas do território. A SNAS, por meio do Censo SUAS 2023, apresenta os principais indicadores relacionados à execução desses serviços, conforme demonstra o Quadro 52.



QUADRO 52 - SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS OFERTADOS POR TIPO DE ATENDIMENTO

TIPO DE SERVIÇO	EXECUÇÃO
Atendimento de Violação de Direitos	Sim
Oferta Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e a pessoa idosa	Não
Oferta atendimento pra adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de meio aberto LA e/ou PSC	Sim
Oferece serviços de Abordagem Social para pessoas em situação de rua	Não

FONTE: SNAS, 2026.

A análise dos serviços socioassistenciais ofertados no município indica que há estruturação parcial da rede de atendimento, com presença de serviços importantes, mas também com lacunas relevantes na cobertura de determinadas demandas.

Observa-se positivamente a oferta de atendimento a situações de violação de direitos pela equipe de referência alocada no órgão gestor, o que demonstra a atuação do município frente a demandas mais complexas e a presença de serviços vinculados à PSE. Da mesma forma, a execução de atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (LA e/ou PSC) evidencia o compromisso com a responsabilização acompanhada e a reinserção social desse público.

Por outro lado, destacam-se ausências significativas na oferta de serviços. A inexistência de atendimento domiciliar no âmbito da PSB para pessoas com deficiência e idosas indica uma fragilidade importante, considerando que esse público frequentemente apresenta limitações de mobilidade e maior necessidade de acompanhamento contínuo. Essa ausência pode resultar em dificuldades de acesso aos serviços e maior sobrecarga familiar.

Além disso, a não oferta do serviço de abordagem social para pessoas em situação de rua revela uma lacuna na atenção a um público em extrema vulnerabilidade, podendo indicar tanto a baixa incidência dessa população no município quanto a ausência de estrutura específica para sua identificação e acompanhamento.

11.3.4 Benefícios

Os benefícios socioassistenciais integram a Política de Assistência Social como instrumentos fundamentais para a garantia de proteção social a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, compondo o conjunto de ações do SUAS. Entre esses benefícios, destacam-se o BPC, que assegura renda mensal a pessoas idosas ou com deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, e os Benefícios Eventuais, voltados ao atendimento de necessidades temporárias decorrentes de situações de risco, emergência ou vulnerabilidade.



Esses benefícios são operacionalizados pela gestão municipal, em articulação com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e com os serviços da rede socioassistencial, conforme previsto na LOAS e nas normativas do SUAS.

Os Quadros 53 e 54 apresentam dados de acordo com o Censo SUAS 2023, da SNAS.

QUADRO 53 - AÇÕES RELACIONADAS AO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)

AÇÃO DESENVOLVIDA	EXECUÇÃO
Orienta a população usuária sobre seus direitos e procedimentos para acesso do BPC	Sim
Apoia e acompanha o processo de concessão do BPC	Sim
Articula com outros setores a inserção dos beneficiários nas diversas políticas sociais	Sim
Articula com outros setores a inserção das(os) beneficiárias(os) do BPC no Cadastro Único	Sim
Articula ações com INSS acerca do requerimento e manutenção do BPC	Sim

FONTE: SNAS, 2026.

QUADRO 54 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO MUNICÍPIO

TIPO DE BENEFÍCIO EVENTUAL	EXECUÇÃO	LOCAL DA CONCESSÃO
Morte	Sim	Sede do órgão gestor
Natalidade	Sim	Unidades da rede socioassistencial
Calamidade Pública	Sim	Em ambas
Vulnerabilidade temporária	Sim	Em ambas

FONTE: SNAS, 2026.

A análise dos dados referentes aos benefícios socioassistenciais no município evidencia uma atuação estruturada e alinhada às normativas do SUAS, especialmente no que se refere à gestão do BPC e à oferta de benefícios eventuais.

No âmbito do BPC, observa-se que o município desenvolve todas as ações estratégicas relacionadas ao benefício, incluindo orientação à população, apoio no processo de concessão, articulação intersetorial e integração com o Cadastro Único, além da interlocução com o INSS. Esse conjunto de ações demonstra uma gestão qualificada, que vai além do acesso ao benefício, buscando promover a inclusão dos beneficiários nas demais políticas públicas, o que é fundamental para a efetivação da proteção social.

Em relação aos benefícios eventuais, verifica-se que o município realiza a concessão de todas as modalidades previstas, natalidade, morte, calamidade pública e vulnerabilidade temporária, com organização da oferta tanto na sede do órgão gestor quanto nas unidades da rede socioassistencial, e em alguns casos de forma descentralizada. Essa estrutura favorece o



acesso da população aos benefícios, garantindo maior capilaridade e resposta às situações emergenciais.

Entretanto, é importante destacar um ponto de atenção quanto ao processo de concessão desses benefícios. Conforme as normativas do SUAS, a concessão de benefícios eventuais deve ser realizada por profissional de nível superior, garantindo análise técnica qualificada das demandas. Nesse sentido, a centralização de parte dessas concessões no órgão gestor requer cuidado para assegurar o cumprimento desse critério. Por outro lado, a presença da equipe de referência da PSE no próprio órgão gestor pode justificar essa organização, desde que esteja assegurada a atuação técnica adequada.

De modo geral, os dados indicam que o município possui uma gestão organizada e abrangente dos benefícios socioassistenciais, porém é fundamental manter atenção à qualificação dos processos de concessão, garantindo rigor técnico e alinhamento às normativas, de forma a assegurar a equidade e a adequada resposta às situações de vulnerabilidade da população.

11.3.5 Gestão do trabalho

A Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS é um dos eixos estruturantes da política, tendo como objetivo organizar e qualificar os recursos humanos que atuam na rede socioassistencial. Essa gestão compreende o planejamento, a capacitação e a valorização dos trabalhadores, garantindo a profissionalização e a educação permanente como estratégias para aprimorar a oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios.

A SNAS, por meio do Censo SUAS 2023, apresenta os principais indicadores referentes à estrutura e às ações desenvolvidas pelo município na área da gestão do trabalho, conforme demonstra o Quadro 55.

QUADRO 55 - INDICADORES DA GESTÃO DO TRABALHO NO SUAS

INDICADOR	EXECUÇÃO
Possui Plano Municipal de Capacitação e Educação Permanente	Não
Realizou ações de capacitação e formação para trabalhadores(as) e conselheiros do SUAS	Não
Possui Núcleo de Educação Permanente	Não

FONTE: SNAS, 2026.

A análise dos indicadores da Gestão do Trabalho no município evidencia fragilidades significativas na estruturação desse eixo estratégico da política de assistência social.

Observa-se a ausência de instrumentos fundamentais, como o Plano Municipal de Capacitação e Educação Permanente e a inexistência de um Núcleo de Educação Permanente, além da não realização de ações de capacitação voltadas aos trabalhadores e conselheiros do SUAS. Esses elementos indicam que a gestão do trabalho não está institucionalizada de forma



sistemática, o que pode comprometer a qualificação contínua das equipes e, consequentemente, a qualidade da oferta dos serviços socioassistenciais.

A ausência de processos estruturados de educação permanente limita o aprimoramento técnico, a atualização normativa e o fortalecimento das práticas profissionais, especialmente em um contexto de demandas sociais complexas e em constante transformação. Além disso, impacta diretamente na capacidade de planejamento, execução e avaliação das ações no âmbito do SUAS.

Dessa forma, os dados apontam para a necessidade de priorizar a implantação de uma política de gestão do trabalho, com a elaboração de um plano de capacitação e a estruturação de espaços permanentes de formação, visando fortalecer as equipes, qualificar os serviços e garantir maior efetividade na proteção social ofertada à população.

11.4 Conselhos de direito vinculados ao Departamento

Os conselhos de direitos constituem instâncias colegiadas fundamentais no âmbito das políticas públicas, especialmente na política de assistência social, por exercerem funções de deliberação, controle social, normatização e acompanhamento das ações governamentais. Compostos de forma paritária entre governo e sociedade civil, esses espaços garantem a participação democrática na formulação, fiscalização e avaliação das políticas, contribuindo para a transparência, a efetividade e o alinhamento das ações às reais demandas da população. No âmbito municipal, tratam-se de conselhos de direitos vinculados ao Departamento de Assistência Social, o que reforça sua articulação com a gestão da política e com a rede socioassistencial.

No âmbito municipal, destacam-se os seguintes conselhos:

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) é responsável por deliberar, normatizar e fiscalizar a política de assistência social no município. Atua na aprovação do Plano Municipal, do orçamento e no acompanhamento da execução dos serviços, programas, projetos e benefícios do SUAS, sendo um dos principais instrumentos de controle social dessa política.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDI) tem como finalidade assegurar os direitos da população idosa, acompanhando e fiscalizando as políticas públicas voltadas a esse público. Também atua na proposição de ações que promovam o envelhecimento digno, ativo e com garantia de direitos.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD) é voltado à promoção, defesa e garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Seu papel inclui acompanhar políticas de inclusão, acessibilidade e equidade, além de propor ações que eliminem barreiras e ampliem a participação social desse público.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) é responsável por deliberar sobre a política de atendimento à criança e ao adolescente, conforme o Estatuto da



Criança e do Adolescente (ECA). Atua na gestão do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), no registro e fiscalização de entidades e na formulação de diretrizes para a proteção integral.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) tem como objetivo promover e garantir os direitos das mulheres, atuando no enfrentamento às desigualdades de gênero e às violências, além de propor e acompanhar políticas públicas que assegurem equidade, autonomia e participação social feminina.

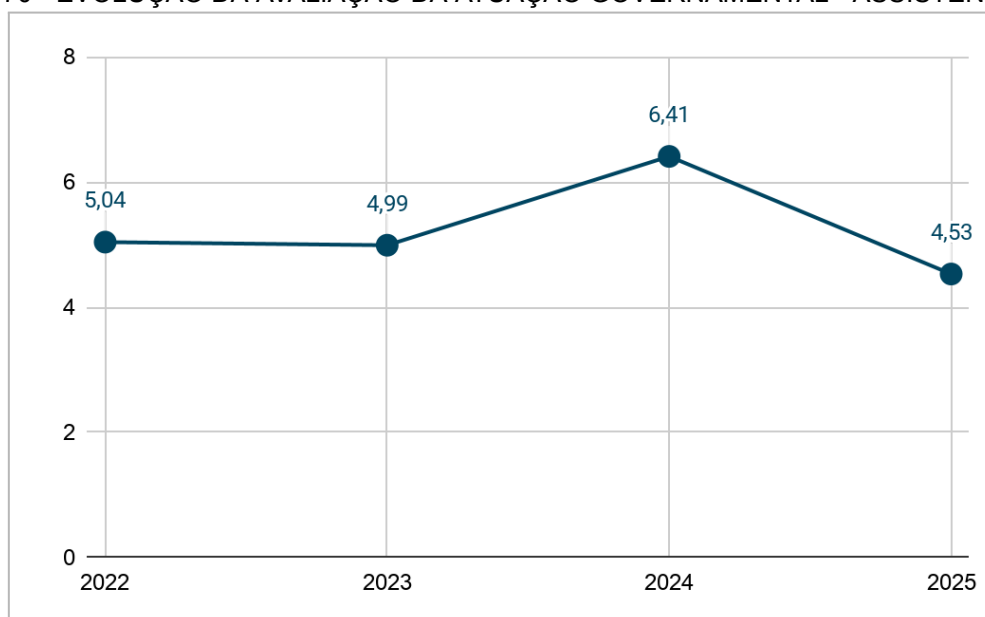
De forma geral, esses conselhos fortalecem a gestão democrática e participativa, sendo essenciais para a consolidação das políticas públicas e para a garantia de direitos nos territórios.

11.5 Programa de Avaliação de Contas Municipais de Governo (ProGov - TCE/PR)

Em 2021, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) instituiu o Programa de Avaliação de Contas Municipais de Governo (ProGov), promovendo uma significativa reformulação no processo de prestação de contas dos prefeitos dos municípios paranaenses. Dentre as principais inovações, destaca-se a inclusão da Avaliação da Atuação Governamental, a qual passou a compor o parecer prévio emitido pelo Tribunal, anteriormente fundamentado predominantemente em aspectos orçamentários, contábeis e financeiros.

Com a implementação do ProGov, a análise das contas de governo passou a incorporar o desempenho da gestão municipal em oito áreas estratégicas de relevância social e administrativa: Administração Financeira, Aquisições e Contratações, Assistência Social, Educação, Meio Ambiente, Previdência Social, Saúde e Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão. Nesse contexto, o Gráfico 70 apresenta o desempenho do município de Marmeleiro na Assistência Social desde 2022.

GRÁFICO 70 - EVOLUÇÃO DA AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL - ASSISTÊNCIA SOCIAL



FONTE: TCE-PR, 2026.

Nos últimos anos, observa-se uma tendência de redução nas notas obtidas pelo município. Contudo, é importante considerar que tais avaliações são baseadas em questionários autodeclaratórios preenchidos pela própria administração municipal, os quais vêm sendo progressivamente aprimorados pelo Tribunal. Em 2025, por exemplo, passou-se a exigir a apresentação de comprovações documentais para determinadas respostas, o que confere maior rigor metodológico e confiabilidade aos resultados, aproximando-os de um retrato mais fidedigno da realidade da gestão pública.

Dessa forma, a redução observada não deve ser interpretada exclusivamente como um retrocesso na qualidade da política pública, mas como possível reflexo do aprimoramento dos instrumentos de avaliação. Ainda assim, os resultados indicam a necessidade de qualificação contínua dos serviços socioassistenciais, com foco no fortalecimento da gestão, ampliação da cobertura e melhoria da efetividade das ações desenvolvidas. Considerando que não estão previstas novas alterações metodológicas nos questionários até 2028, torna-se ainda mais relevante que o município adote estratégias estruturadas para evolução dos indicadores.

A Figura 06, por sua vez, possibilita uma análise pormenorizada do desempenho por dimensão avaliada, permitindo a identificação de áreas mais fragilizadas que demandam atenção prioritária por parte da gestão municipal.

FIGURA 06 - AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL - ASSISTÊNCIA SOCIAL EM 2025



FONTE: TCE-PR, 2026.

Observa-se um desempenho heterogêneo entre as dimensões avaliadas, evidenciando avanços pontuais, mas também fragilidades estruturais relevantes. Destacam-se positivamente os indicadores de Recursos físicos e humanos (7,29) e PAIF (6,67), os quais sugerem que o município dispõe de uma base operacional relativamente consolidada, com equipe e estrutura capazes de sustentar a oferta dos serviços socioassistenciais, especialmente no âmbito da PSB.

Por outro lado, há fragilidades significativas em dimensões estratégicas da gestão do SUAS, como a Vigilância Socioassistencial (1,07), que apresenta desempenho crítico, indicando insuficiência na produção, sistematização e análise de dados territoriais, elemento essencial para



o planejamento, monitoramento e a tomada de decisão qualificada; contudo, tal aspecto tende a ser aprimorado com a conclusão do presente diagnóstico socioterritorial. Da mesma forma, os Instrumentos Normativos e de Planejamento (3,00) revelam limitações na formalização, atualização e efetividade dos instrumentos de gestão, como planos, diagnósticos e regulamentações.

Os indicadores de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio (SPSBD) (3,24) também apontam necessidade de fortalecimento, especialmente no que se refere à capilaridade dos serviços e à capacidade de atendimento às famílias em seus territórios, o que pode impactar diretamente na prevenção de vulnerabilidades sociais. Já a dimensão de Articulação e fomento ao acesso (5,92) apresenta desempenho intermediário, sugerindo que, embora existam esforços de integração e encaminhamento, ainda há espaço para aprimorar a intersectorialidade e o acesso efetivo da população aos serviços.

De forma geral, o cenário evidencia que o município possui capacidade instalada razoável, mas enfrenta desafios importantes. Assim, recomenda-se priorizar o fortalecimento da Vigilância Socioassistencial, a qualificação dos instrumentos de gestão e a ampliação da cobertura dos serviços no território, de modo a promover maior efetividade, equidade e integração da política de assistência social.



12. BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS

No âmbito da Política de Assistência Social, os benefícios e programas socioassistenciais constituem instrumentos estratégicos para a garantia das seguranças de renda, acolhida e sobrevivência às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Considerando que o PBF e o BPC já foram analisados anteriormente sob a perspectiva da renda e do perfil das famílias inscritas no Cadastro Único, este tópico volta-se à análise das provisões complementares e das iniciativas voltadas à segurança alimentar e à proteção social imediata no território.

Assim, a abordagem a seguir contempla os Benefícios Eventuais e programas correlatos, como o Cartão Comida Boa e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), examinando sua fundamentação normativa, organização municipal, dinâmica de execução e aderência às diretrizes do SUAS. A análise desses instrumentos permite avaliar sua efetividade na mitigação de vulnerabilidades, especialmente aquelas relacionadas à insegurança alimentar, bem como sua articulação com os serviços da PSB e da PSE.

12.1 Benefícios Eventuais Municipal no Âmbito do SUAS

Os Benefícios Eventuais, no âmbito da Política de Assistência Social, constituem provisões suplementares e provisórias destinadas a indivíduos e famílias que enfrentam contingências que agravam situações de vulnerabilidade social. Sua previsão legal está estabelecida no art. 22 da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993), sendo regulamentados pelo Decreto nº 6.307/2007, que define parâmetros para organização, oferta e financiamento no âmbito do SUAS.

De acordo com as normativas nacionais, os Benefícios Eventuais integram as garantias socioassistenciais e destinam-se ao atendimento de situações decorrentes de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária e calamidade pública. Possuem caráter não contributivo, temporário e não continuado, devendo sua concessão observar critérios objetivos definidos em legislação municipal específica e estar fundamentada em avaliação técnica.

No âmbito do SUAS, os Benefícios Eventuais não substituem serviços continuados, mas compõem o conjunto de respostas emergenciais voltadas à garantia das seguranças socioassistenciais. Sua oferta deve estar articulada aos serviços da PSB e da PSE, assegurando que a concessão do benefício esteja vinculada à análise da situação familiar e, quando necessário, à inserção ou manutenção da família em acompanhamento sistemático.

A concessão dos Benefícios Eventuais pode ser realizada por profissionais técnicos de referência familiar vinculados aos serviços socioassistenciais da rede municipal, tanto da PSB quanto da PSE, desde que observados os fluxos institucionais e critérios estabelecidos em lei. Assim, assistentes sociais e demais técnicos responsáveis pelo atendimento direto às famílias, no CRAS, CREAS e demais unidades da rede, podem proceder à avaliação social, emitir parecer



técnico e encaminhar a concessão do benefício, garantindo que a provisão esteja integrada ao planejamento de acompanhamento familiar e não ocorra de forma isolada e desarticulada da rede.

No município de Marmeleiro, conforme a Lei nº 1.771/2011, a regulamentação dos Benefícios Eventuais reforça e operacionaliza as diretrizes nacionais do SUAS, estabelecendo critérios objetivos para acesso, concessão e acompanhamento. A normativa municipal define que esses benefícios constituem provisões da PSB, de caráter suplementar e temporário, destinadas a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade que não possuem meios de enfrentar contingências sociais. Nesse sentido, a legislação local organiza a oferta a partir de critérios de elegibilidade baseados, principalmente, na renda familiar per capita, igual ou inferior a meio salário mínimo, podendo ser mais restritiva em determinadas situações, e na exigência de residência mínima no município, ressalvados os casos em que a avaliação técnica indique a necessidade de concessão excepcional. Tal processo é condicionado à realização de estudo socioeconômico, podendo incluir visita domiciliar e emissão de parecer técnico, assegurando que o acesso ocorra de forma fundamentada, equitativa e alinhada às reais necessidades das famílias.

No que se refere às modalidades, o município estrutura os Benefícios Eventuais em diferentes formas, como auxílio-natalidade, auxílio-funeral, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio-habitação e auxílio-documentação, além de outras provisões voltadas ao enfrentamento de situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública. A oferta pode ocorrer por meio de bens, serviços ou, em alguns casos, pecúnia, sempre orientada pelo princípio da dignidade humana. A operacionalização dos benefícios se dá, prioritariamente, no âmbito do CRAS, enquanto unidade de referência da PBS, com participação da equipe técnica responsável pela avaliação, concessão e acompanhamento, em articulação com a rede socioassistencial e sob a coordenação do órgão gestor, bem como com o acompanhamento e controle social exercido pelo CMAS.

Do ponto de vista crítico, a regulamentação municipal evidencia avanços ao estabelecer critérios objetivos que contribuem para a organização do acesso e para a transparência na concessão dos benefícios, sem desconsiderar a complexidade das situações de vulnerabilidade, uma vez que a previsão de avaliação técnica e de concessão em caráter excepcional garante a necessária flexibilidade para efetivação do direito. A centralização da oferta no CRAS mostra-se adequada enquanto porta de entrada da política, porém, nos casos em que a família já esteja em acompanhamento por outros serviços da rede socioassistencial, é possível que o próprio profissional de referência realize a avaliação e o encaminhamento da concessão, promovendo maior agilidade e continuidade no atendimento.

Destaca-se ainda que essa atribuição não se restringe ao assistente social, mas abrange todos os profissionais de nível superior que atuam como referência nos serviços socioassistenciais, em consonância com o trabalho interdisciplinar preconizado pelo SUAS. Por fim, reforça-se que os Benefícios Eventuais devem estar articulados ao acompanhamento familiar,

não sendo utilizados de forma isolada ou substitutiva aos serviços continuados, de modo a assegurar a efetividade da proteção social e contribuir para a superação das vulnerabilidades.

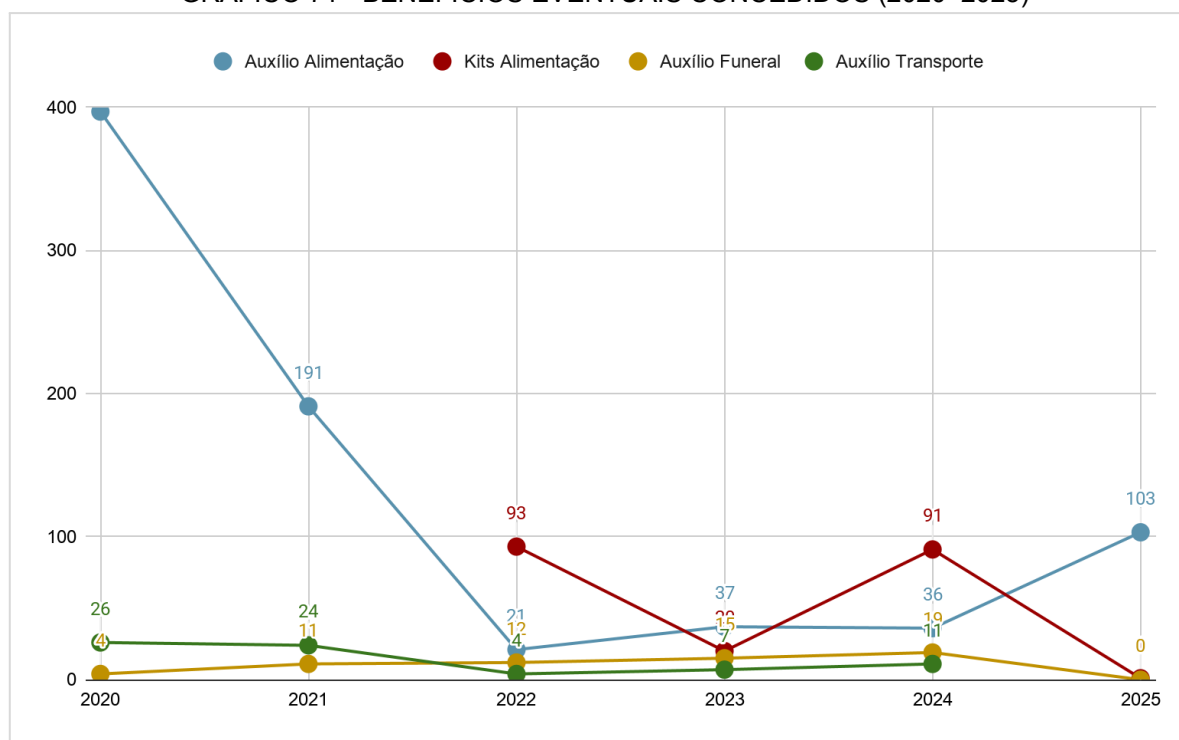
Conforme dados do sistema de informação IDS, o Quadro 56 e o Gráfico 71 complementar evidenciam os quantitativos e as modalidades dos Benefícios Eventuais concedidos no município no período de 2020 a 2025.

QUADRO 56 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS CONCEDIDOS (2020–2025)

BENEFÍCIO	2020	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL
Auxílio Alimentação	397	191	21	37	36	103	785
Kit Alimentação			93	20	91	01	205
Auxílio Funeral	04	11	12	15	19	0	61
Auxílio Natalidade	18	12	03	0	1	30	64
Auxílio Transporte	26	24	04	07	11	0	72
Auxílio Habitação	0	16	25	04	15	0	55

FONTE: Registros administrativos - Dados Internos do Sistema de Informação IDS, 2025.

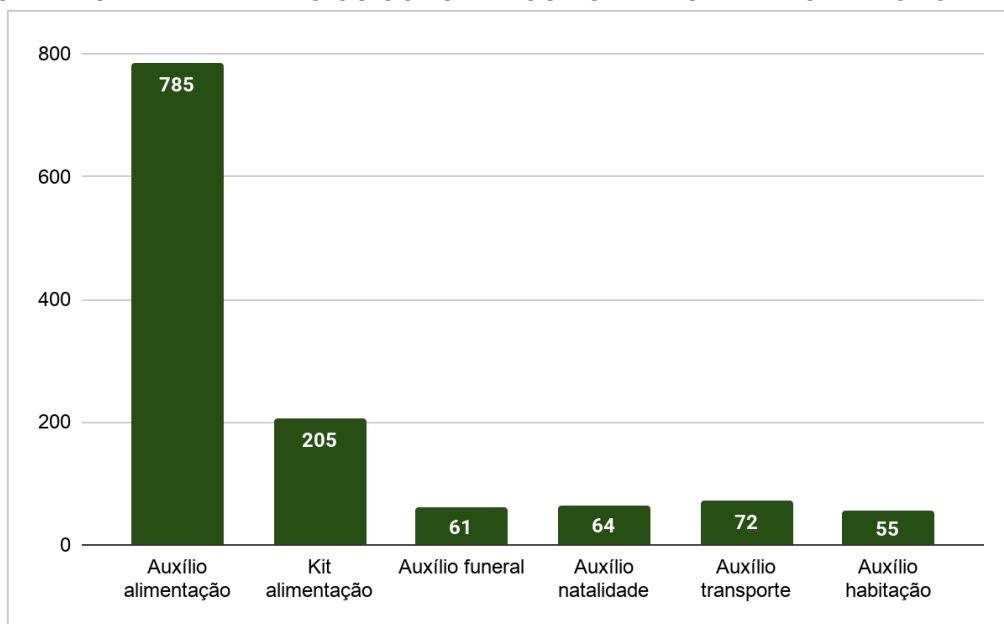
GRÁFICO 71 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS CONCEDIDOS (2020–2025)



FONTE: Registros administrativos - Dados Internos do Sistema de Informação IDS, 2025.

O Gráfico 72 apresenta a distribuição do total de Benefícios Eventuais concedidos por modalidade no município, no período de 2020 a 2025, com base nos dados do sistema de informação IDS.

GRÁFICO 72 - TOTAL DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS POR NATUREZA NO PERÍODO DE 2020-2025



FONTE: Registros administrativos - Dados Internos do Sistema de Informação IDS, 2025.

A análise dos dados referentes à concessão de Benefícios Eventuais no período de 2020 a 2025 evidencia diferenças significativas entre as modalidades ofertadas, permitindo identificar padrões de demanda e influências do contexto socioeconômico local. Observa-se que o Auxílio Alimentação concentra o maior volume de concessões ao longo do período, totalizando 785 atendimentos, o que reforça a centralidade da insegurança alimentar como uma das principais expressões da vulnerabilidade social no município.

Entretanto, ao analisar de forma mais detalhada os dados, especialmente a partir de 2022, é necessário considerar mudanças na forma de provisão desse benefício. Nesse ano, a gestão da assistência social de Marmeleiro instituiu um novo formato denominado “alimentos”, decorrente das contingências do período pandêmico. Em razão do recebimento de doações significativas, tanto em kits já organizados quanto em gêneros alimentícios a granel, a oferta da cesta básica convencional, anteriormente adquirida por meio de processo licitatório, foi parcialmente substituída por esses aportes. Essa alteração na estratégia de provisão impacta diretamente a leitura dos dados, especialmente na redução dos números do Auxílio Alimentação tradicional e na presença dos registros vinculados ao Kit Alimentação, evidenciando a capacidade de adaptação da política pública diante de contextos emergenciais.

Os benefícios de Auxílio Funeral (61 concessões) e Auxílio Natalidade (64 concessões) apresentam maior estabilidade ao longo dos anos, o que está relacionado à sua natureza vinculada a eventos específicos e previsíveis do ciclo de vida. Esses dados indicam que tais provisões cumprem seu papel de garantir proteção social em situações sensíveis, assegurando dignidade às famílias.

No que se refere ao Auxílio Transporte (72 concessões) e ao Auxílio Habitação (55 concessões), observa-se uma incidência menor, porém contínua, ao longo do período. Esses



benefícios tendem a responder a demandas mais específicas e situacionais, como deslocamentos para acesso a serviços ou enfrentamento de precariedades habitacionais, o que pode justificar sua menor frequência quando comparados às demandas alimentares.

De modo geral, os dados demonstram que os Benefícios Eventuais têm sido fundamentais como respostas imediatas às necessidades da população, com forte predominância das demandas relacionadas à alimentação. Ao mesmo tempo, evidenciam a importância da flexibilidade na gestão, especialmente em contextos de crise, como o período pandêmico, no qual estratégias alternativas de provisão foram necessárias. Por fim, reforça-se que a efetividade desses benefícios está diretamente relacionada à sua articulação com os serviços continuados do SUAS e ao acompanhamento familiar, evitando práticas fragmentadas e contribuindo para a superação das situações de vulnerabilidade social.

12.2 Cartão Comida Boa

O Programa Cartão Comida Boa consiste em um benefício estadual de transferência de renda, voltado ao fortalecimento da segurança alimentar de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da concessão mensal de R\$ 80,00, creditados no dia 25 em cartão alimentação, para uso exclusivo em estabelecimentos credenciados.

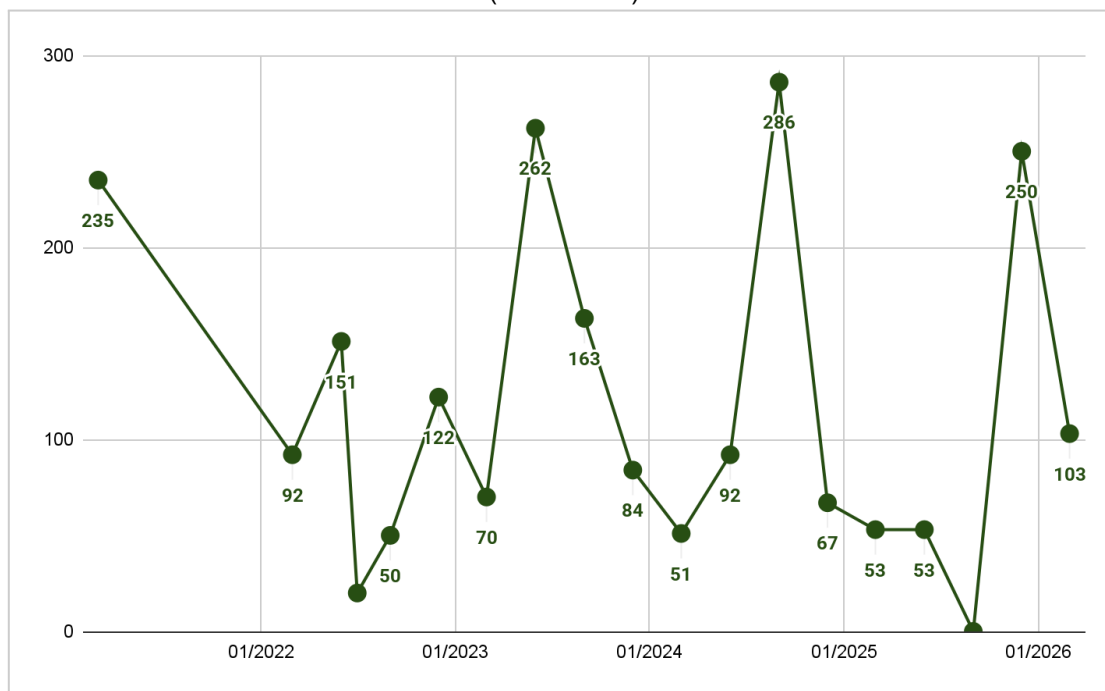
Podem acessar o benefício famílias com Cadastro Único atualizado e renda familiar per capita de até R\$ 218,00, sendo priorizadas aquelas que não são beneficiárias do Programa Bolsa Família, sem prejuízo da inclusão de famílias que o recebem, desde que atendidos os critérios estabelecidos.

A inclusão no programa ocorre de forma automática pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), com reavaliação periódica da folha de pagamento a cada 90 dias. Ao Departamento Municipal de Assistência Social, por meio do CRAS, cabe a entrega dos cartões emitidos nos ciclos trimestrais.

No município de Marreleiro, o Programa Comida Boa apresenta dinâmica de atendimento variável ao longo dos ciclos de liberação, refletindo a lógica de inclusão automática e reavaliação periódica do benefício em nível estadual. A análise dos dados por trimestre evidencia que o número de beneficiários oscila de forma significativa entre os períodos, sem manutenção de um padrão contínuo de atendimento, o que indica que o acesso ao programa está diretamente condicionado à atualização cadastral das famílias e aos critérios de elegibilidade vigentes em cada ciclo.

O Gráfico 73 apresenta a evolução do número de beneficiários do Programa Comida Boa no município de Marreleiro, por trimestre de liberação, no período de 2021 a 2026, com base em dados do CRAS.

GRÁFICO 73 - EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA CARTÃO COMIDA BOA (2021–2026)



FONTE: Registros Administrativos do CRAS, 2026.

A análise do gráfico evidencia elevada oscilação no número de beneficiários ao longo dos ciclos trimestrais, com picos expressivos em determinados períodos, como junho de 2023 (262 beneficiários), setembro de 2024 (286 beneficiários) e dezembro de 2025 (250 beneficiários), intercalados com reduções significativas, incluindo situações de baixa cobertura e até ausência de beneficiários, como observado em setembro de 2025 (0 beneficiários). Esse comportamento demonstra instabilidade no acesso ao benefício, o que pode dificultar a garantia contínua da segurança alimentar das famílias.

O aumento expressivo de beneficiários em determinados períodos pode estar associado a atualizações massivas no Cadastro Único, ampliação temporária dos critérios de elegibilidade ou contextos específicos de agravamento das vulnerabilidades sociais. Por outro lado, as quedas acentuadas e a descontinuidade em alguns ciclos indicam possível exclusão de famílias por desatualização cadastral, mudanças nos critérios ou ausência de acompanhamento sistemático das famílias elegíveis.

Nesse contexto, observa-se que, embora o programa possua potencial relevante como complemento na garantia da segurança alimentar, sua efetividade no município depende diretamente da capacidade de gestão local em manter o Cadastro Único atualizado, realizar busca ativa e orientar as famílias quanto aos critérios de acesso e permanência. A análise reforça a necessidade de fortalecimento dessas estratégias, bem como da articulação com a gestão estadual, visando reduzir a instabilidade na cobertura e assegurar maior regularidade no atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade.

De forma sintética, a análise dos benefícios e programas socioassistenciais no município de Marmeleiro evidencia que essas provisões cumprem papel relevante na resposta imediata às



situações de vulnerabilidade, especialmente no que se refere à segurança alimentar. A predominância dos benefícios vinculados à alimentação, associada à dinâmica variável de programas complementares como o Comida Boa, reforça a centralidade dessa demanda no território. Ao mesmo tempo, os dados apontam para a necessidade de qualificação contínua da gestão, especialmente no que se refere à sistematização das informações, regularidade da oferta e fortalecimento das estratégias de busca ativa e atualização cadastral. Destaca-se, ainda, que a efetividade dessas provisões está diretamente condicionada à sua articulação com os serviços continuados do SUAS, de modo a garantir que os benefícios não se configuram como respostas isoladas, mas como parte de um conjunto integrado de ações voltadas ao acompanhamento familiar e à superação das vulnerabilidades sociais.



13. EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os equipamentos públicos que compõem a rede socioassistencial desempenham papel estratégico na garantia da proteção social às famílias e indivíduos, conforme estabelecido pela PNAS e demais normativas do SUAS. A rede organiza-se em dois níveis de proteção: PSB e PSE, abrangendo média e alta complexidade. Cada nível é estruturado por equipamentos públicos estatais responsáveis pela oferta de serviços, programas, benefícios e ações continuadas que assegurem a prevenção e o enfrentamento das vulnerabilidades e violações de direitos.

Na PSB, destaca-se o CRAS, responsável pela oferta do PAIF. Neste equipamento, são realizadas ações de acolhida, acompanhamento familiar, oficinas com famílias, atividades coletivas e encaminhamentos, com foco na prevenção de situações de risco social, no fortalecimento de vínculos e na ampliação do acesso às políticas públicas. Também integra a proteção básica o Centro de Convivência, espaço que executa o SCFV, organizado em grupos por faixas etárias. O SCFV contribui para o desenvolvimento de capacidades, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e a prevenção da ruptura de vínculos, por meio de atividades socioeducativas sistematizadas.

Em contrapartida a PSE organiza-se em dois níveis: média e alta complexidade, destinados a atender indivíduos e famílias que vivenciam situações de violação de direitos ou que apresentam risco pessoal e social significativamente agravado.

A média complexidade envolve serviços que oferecem apoio, orientação especializada e acompanhamento continuado, sem a necessidade de afastamento do convívio familiar e comunitário. Já a alta complexidade compreende a oferta de proteção integral para situações em que há ruptura ou impossibilidade temporária da convivência familiar, demandando acolhimento institucional ou familiar e cuidados especializados contínuos.

No âmbito da média complexidade, o equipamento de referência é o CREAS, responsável pela oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Esse serviço atende pessoas que vivenciam violações de direitos, como violência física, psicológica, negligência, abuso e exploração sexual, abandono, trabalho infantil, entre outras situações, que exigem intervenções técnicas especializadas, acompanhamento sistemático e articulação intersetorial.

Além do PAEFI, o CREAS pode ofertar outros serviços de média complexidade, garantindo orientação qualificada, encaminhamentos especializados e ações articuladas com a rede de proteção local, fortalecendo a responsabilização, a superação das violações e a prevenção de novos agravamentos.

Já na alta complexidade, integram o sistema as unidades de acolhimento institucional ou familiar, destinadas a assegurar proteção integral quando a permanência no núcleo familiar se mostra inviável, garantindo cuidados, segurança e condições para a reconstrução de vínculos e o retorno à vida familiar e comunitária.



Essa rede de equipamentos, organizada conforme as normativas do SUAS, constitui a estrutura pública que assegura a oferta contínua, qualificada e territorializada dos serviços socioassistenciais, garantindo o direito à proteção social às famílias, aos indivíduos e aos territórios do município.

Além dos equipamentos públicos, a PNAS prevê a atuação de organizações da sociedade civil que ofertam serviços socioassistenciais em parceria com o poder público, especialmente na proteção básica (como entidades que ofertam SCFV) e na proteção especial (instituições de acolhimento, serviços especializados).

13.1 Proteção Social Básica (PSB)

A PSB do SUAS constitui o nível de proteção voltado à prevenção de situações de risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso a direitos. Destina-se a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade decorrente da pobreza, do acesso precário a serviços públicos, da fragilização de vínculos ou de outras situações que possam comprometer sua autonomia e qualidade de vida.

Organizada de forma territorializada, a PSB tem no CRAS sua principal unidade pública de referência, responsável pela oferta do PAIF e pela articulação com os demais serviços, programas e benefícios socioassistenciais, como o SCFV e os benefícios eventuais.

Sua atuação fundamenta-se na prevenção, na matricialidade sociofamiliar e na intersetorialidade, buscando fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ocorrência de situações de violação de direitos e contribuir para a melhoria das condições de vida no território.

13.1.1 Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

O CRAS é a principal porta de entrada do SUAS no território municipal. Sua função é oferecer PSB às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, fortalecendo vínculos familiares e comunitários, prevenindo situações de risco e promovendo o acesso a direitos.

O CRAS desenvolve ações de caráter preventivo, protetivo e proativo, organizadas em torno do PAIF, que tem como objetivo o acompanhamento familiar e a promoção do protagonismo das famílias. Além do PAIF, o CRAS também oferta o SCFV, voltado a diferentes faixas etárias, buscando estimular a socialização, a convivência comunitária e a construção de projetos de vida.

Outras atividades incluem a inclusão e atualização de famílias no Cadastro Único para Programas Sociais, o encaminhamento para benefícios eventuais e programas de transferência de renda, bem como o desenvolvimento de ações comunitárias e intersetoriais.

No município de Marmeleiro, o CRAS exerce papel fundamental na organização e fortalecimento da PSB, atuando de forma articulada com a rede socioassistencial e demais



políticas públicas. O município conta com um CRAS em funcionamento, responsável por atender a população local e desenvolver as ações previstas na Política Nacional de Assistência Social.

13.1.2 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

O PAIF é o principal serviço continuado de PSB do SUAS, ofertado nos CRAS. Tem como objetivo fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de vínculos, promover o acesso a direitos e contribuir para a melhoria da qualidade de vida, considerando as especificidades de cada território.

De acordo com as normativas do SUAS, especialmente a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (TNSS), a PNAS e as atualizações constantes nas Trilhas do PAIF 2025, o serviço deve ser desenvolvido a partir do trabalho social com famílias e com o território.

O serviço é desenvolvido a partir do trabalho social com famílias e com o território, estruturado em escuta, acolhida, acompanhamento e articulação intersetorial, valorizando o protagonismo das famílias e suas potencialidades. O PAIF inclui ações como acolhida, oficinas com famílias, ações comunitárias, ações particularizadas e encaminhamentos, planejadas e avaliadas com a participação das famílias e da comunidade local.

O desenvolvimento do trabalho social com famílias ocorre por meio de dois processos complementares. O primeiro refere-se ao atendimento imediato às famílias ou a alguns de seus membros, que consiste na prestação ou oferta de atenção em resposta a demandas específicas da família ou do território, significando a inserção da família, ou de alguns de seus membros, nas ações do PAIF, como acolhida, ações particularizadas, ações comunitárias, oficinas com famílias e encaminhamentos. O segundo processo corresponde ao acompanhamento familiar, que consiste em um conjunto de intervenções desenvolvidas de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais, envolvendo a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar, mediações periódicas, inserção em ações do PAIF e o alcance gradativo de aquisições, com superação progressiva das vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias.

O Quadro 57 apresenta a evolução mensal das ações realizadas no âmbito do PAIF, no município, nos anos de 2024 e 2025, contemplando o número de famílias em acompanhamento, famílias com Plano de Acompanhamento Familiar (PAF) elaborado, atendimentos particularizados realizados no CRAS e visitas domiciliares, com base em dados extraídos do RMA.

QUADRO 57 - FAMÍLIAS EM ACOMPANHAMENTO PELO PAIF E VOLUME DE ATENDIMENTOS

MÊS	NÚMERO DE FAMÍLIAS EM ACOMPANHAMENTO PELO PAIF		NÚMERO DE FAMÍLIAS COM PAF ELABORADO		NÚMERO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS NO CRAS		NÚMERO DE VISITAS DOMICILIARES	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025

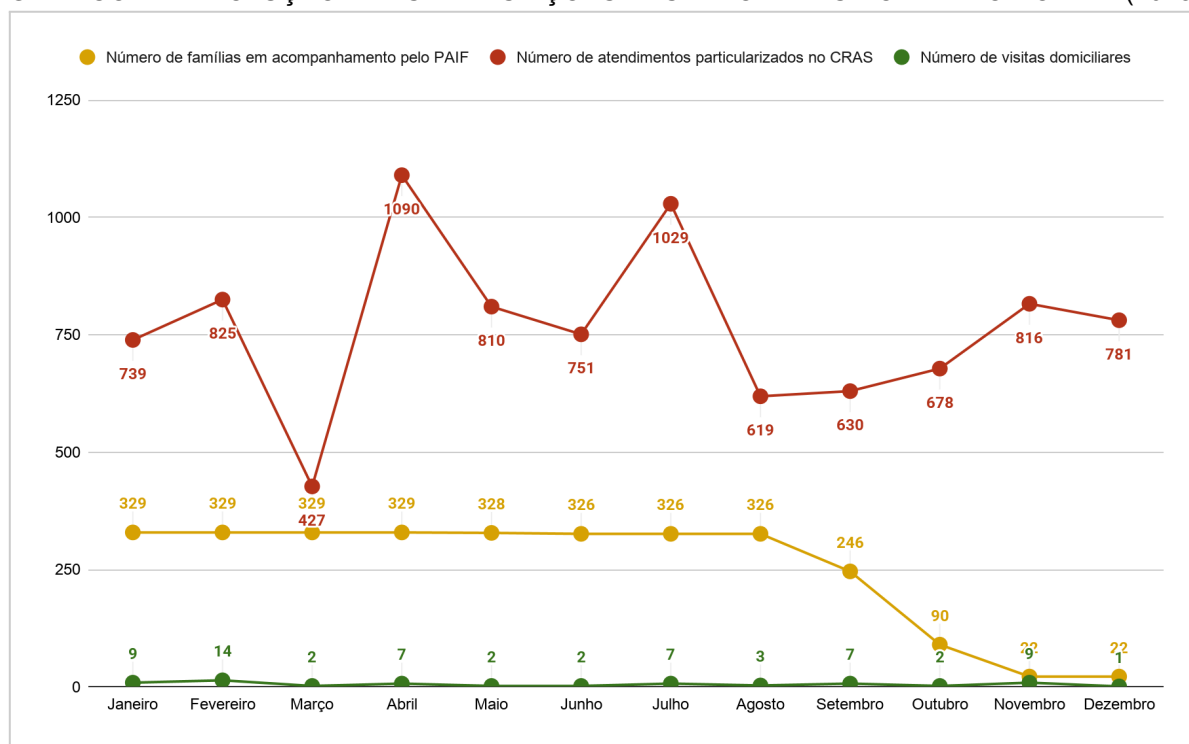


Janeiro	346	329	0	0	856	739	03	9
Fevereiro	346	329	0	0	904	825	05	14
Março	346	329	0	0	707	427	06	2
Abril	346	329	0	0	848	1090	34	7
Maiο	329	328	0	0	651	810	13	2
Junho	329	326	0	0	757	751	31	2
Julho	329	326	0	0	738	1029	10	7
Agosto	329	326	0	0	734	619	24	3
Setembro	329	246	0	4	635	630	20	7
Outubro	329	90	0	4	722	678	14	2
Novembro	329	22	0	4	524	816	11	9
Dezembro	329	22	0	4	102	781	01	1

FONTE: SNAS – RMA, 2026.

O Gráfico 74 apresenta a evolução mensal das ações desenvolvidas no âmbito do PAIF no ano de 2025, evidenciando o número de famílias em acompanhamento, os atendimentos particularizados realizados no CRAS e as visitas domiciliares. O gráfico permite visualizar a dinâmica da execução do serviço ao longo do ano, possibilitando a análise das variações no volume de atendimentos e no acompanhamento familiar, com base em dados do RMA.

GRÁFICO 74 - EVOLUÇÃO MENSAL DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO PAIF (2025)



FONTE: SNAS – RMA, 2026.



A análise do Quadro 57, em diálogo com o Gráfico 74, evidencia elementos centrais sobre a organização e a execução do PAIF no município, especialmente quando interpretada à luz das normativas do SUAS. Observa-se que, ao longo de 2024, o número de famílias em acompanhamento se mantém elevado e relativamente estável (entre 329 e 346 famílias), indicando um volume expressivo de registros que ultrapassa, de forma significativa, a capacidade técnica instalada de um CRAS com equipe mínima, estimada em até 60 famílias em acompanhamento simultâneo (considerando dois técnicos de referência com até 30 famílias cada). Esse descompasso sugere fragilidade na distinção entre acompanhamento sistemático e atendimentos pontuais, indicando que parte dos registros pode não corresponder, de fato, a processos continuados, planejados e monitorados, conforme preconiza o PAIF.

Em 2025, o gráfico evidencia uma inflexão importante, com manutenção do quantitativo de famílias até meados do ano e, posteriormente, uma redução acentuada no último trimestre, chegando a 22 famílias em dezembro. Essa mudança deve ser compreendida à luz do processo de reordenamento do PAIF iniciado pelo município nesse período, quando passa a haver maior rigor técnico na definição de acompanhamento, restringindo o registro às famílias que efetivamente recebem o serviço conforme previsto nas normativas. Assim, a redução não indica necessariamente diminuição da demanda, mas sim uma qualificação conceitual e metodológica do registro, alinhando-o à lógica do acompanhamento sistemático, com planejamento, intencionalidade e continuidade.

Esse movimento, contudo, evidencia de forma ainda mais clara uma fragilidade estrutural: a ausência quase total de registros de PAF ao longo dos dois anos, com valores zerados em 2024 e incipientes em 2025. Considerando que o PAF é instrumento central do PAIF, construído conjuntamente com a família é responsável por orientar o percurso do acompanhamento, sua inexistência compromete a materialização do trabalho social essencial do serviço, fragilizando a definição de objetivos, metas, estratégias e critérios de desligamento das famílias.

Paralelamente, observa-se elevado volume de atendimentos particularizados no CRAS, com variações expressivas ao longo de 2025 (como 1.090 atendimentos em abril e 1.029 em julho), o que, associado à baixa incidência de visitas domiciliares e à ausência de registros sistemáticos de acompanhamento estruturado, indica uma atuação fortemente centrada na resposta imediata à demanda espontânea. Ainda que o atendimento individualizado seja componente essencial do PAIF, sua predominância, dissociada de um processo de acompanhamento continuado e articulado com outras estratégias, como visitas domiciliares e atividades coletivas, pode comprometer a efetividade do serviço na superação das vulnerabilidades.

No que se refere às visitas domiciliares, embora presentes, os registros demonstram baixa frequência e irregularidade, especialmente em 2025, o que reforça indícios de fragilidade na operacionalização de estratégias fundamentais para o conhecimento aprofundado da realidade das famílias, o fortalecimento de vínculos e o acompanhamento territorializado. Ademais, não há



evidências, a partir dos dados apresentados, da estruturação sistemática de grupos de acompanhamento, que, conforme as normativas, devem contemplar até 15 famílias e constituem espaço estratégico para o desenvolvimento de ações coletivas continuadas, articuladas ao acompanhamento familiar.

De forma integrada, os dados do quadro e do gráfico indicam que, até o processo de reordenamento, o PAIF no município operava com fragilidades na organização metodológica do acompanhamento, com registros inflacionados, ausência de instrumentos estruturantes e centralidade em atendimentos pontuais. Por outro lado, o movimento iniciado no último trimestre de 2025 sinaliza um avanço importante na qualificação do serviço, ao pactuar fluxos e outros instrumentais buscando alinhar os registros à efetiva oferta do acompanhamento conforme previsto nas normativas. Esse processo, no entanto, demanda continuidade e aprofundamento, com ênfase na implantação sistemática do PAF, na organização da agenda dos técnicos de referência, no equilíbrio entre atendimentos individuais e ações coletivas, e na consolidação de um modelo de acompanhamento que articule, de forma planejada e contínua, atendimentos particularizados, visitas domiciliares, atividades coletivas e encaminhamentos, até a superação das situações de vulnerabilidade e o desligamento qualificado das famílias.

13.1.3 Programa Nossa Gente Paraná

O Programa Nossa Gente Paraná integra a política estadual de enfrentamento às vulnerabilidades e desigualdades sociais, com o objetivo de promover o desenvolvimento social, o fortalecimento de vínculos e a ampliação do acesso das famílias a direitos e políticas públicas. O programa prioriza famílias em situação de pobreza ou que apresentem acentuadas fragilidades sociais, ofertando acompanhamento sistemático, apoio técnico e articulação intersetorial para a melhoria das condições de vida. Nesse contexto, constitui-se como uma estratégia relevante para a atuação integrada das políticas públicas, buscando não apenas o atendimento imediato das demandas, mas também a construção de respostas mais estruturantes para a superação das vulnerabilidades.

No município de Marreleiro, conforme registros administrativos do CRAS, o programa acompanha atualmente 36 famílias, sendo operacionalizado por meio de diferentes estratégias articuladas que envolvem a identificação e o acompanhamento familiar, com a elaboração de planos de ação individualizados voltados à superação das vulnerabilidades, bem como a realização de encaminhamentos para acesso a direitos, incluindo benefícios sociais e serviços das políticas públicas, como saúde, educação, qualificação profissional e habitação. Soma-se a isso a promoção de ações intersetoriais, que visam garantir a articulação entre diferentes áreas e assegurar um atendimento integral às famílias, fortalecendo a atuação em rede e ampliando a efetividade das intervenções.



Além disso, o programa atua no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de atendimentos, orientações e participação em atividades coletivas, ao mesmo tempo em que contribui para a melhoria das condições de vida das famílias, com iniciativas relacionadas ao acesso à documentação, inclusão produtiva e apoio em situações emergenciais. No âmbito local, destaca-se ainda que o Programa Nossa Gente Paraná desempenha papel importante na organização e qualificação da rede de atendimento, potencializando o acompanhamento das famílias e promovendo maior efetividade nas ações desenvolvidas pelos profissionais, em consonância com os princípios do trabalho social no âmbito do SUAS.

13.1.4 Nascer Bem Paraná

O Programa Nascer Bem Paraná é uma iniciativa do Governo do Estado voltada ao apoio a gestantes em situação de vulnerabilidade social, por meio da oferta de kits enxoval, orientações e articulação com a rede socioassistencial e de saúde. O programa está normatizado pelo Decreto Estadual nº 8.820/2025, que regulamenta seus critérios de atendimento, as responsabilidades dos municípios e a organização da entrega dos benefícios.

No âmbito do município, no ano de 2026, foram beneficiadas 11 famílias por meio do referido programa, evidenciando sua contribuição no atendimento às demandas relacionadas à proteção social de gestantes e ao cuidado com o início da vida.

13.1.5 Programa Caixa d'Água Boa

O Programa Caixa d'Água Boa consiste em uma iniciativa de caráter socioassistencial e intersetorial, voltada à melhoria das condições de habitabilidade de famílias em situação de vulnerabilidade social, por meio da disponibilização de reservatórios de água. A ação tem como objetivo garantir o acesso e o armazenamento adequado de água para consumo e higiene, contribuindo para a promoção da saúde e a prevenção de agravos decorrentes da precariedade nas condições domiciliares.

O acesso ao programa está condicionado à identificação de famílias em situação de vulnerabilidade, considerando critérios socioeconômicos e as condições da moradia, sendo operacionalizado com apoio da rede socioassistencial, especialmente por meio do CRAS. Trata-se de uma ação pontual, que deve estar articulada ao acompanhamento familiar e integrada a outras políticas públicas, como saúde e saneamento, reforçando a atuação intersetorial no território.

No município de Marmeleiro, os registros administrativos do CRAS indicam a concessão do benefício a 15 famílias no ano de 2021 e a 23 famílias em 2026, evidenciando ampliação no número de atendimentos ao longo do período. Ainda que os dados disponíveis sejam pontuais e não apresentem série histórica contínua, observa-se um aumento de 8 famílias atendidas, o que corresponde a uma variação de aproximadamente 53,3% entre os dois períodos.



Do ponto de vista analítico, esse crescimento pode indicar maior identificação das demandas relacionadas às condições de habitação e acesso à água, bem como possível ampliação da oferta do programa ou fortalecimento das estratégias de busca ativa e encaminhamento pela rede socioassistencial. Por outro lado, a limitação de dados sistematizados ao longo dos anos restringe uma análise mais aprofundada sobre a regularidade da oferta, a cobertura do programa e o perfil das famílias beneficiadas.

Nesse sentido, destaca-se a necessidade de qualificação dos registros e da sistematização das informações, de modo a subsidiar a Vigilância Socioassistencial e o planejamento das ações. Além disso, reforça-se a importância da articulação intersetorial, especialmente com as políticas de saúde e saneamento, para potencializar os efeitos do programa e garantir que a intervenção contribua de forma efetiva para a melhoria das condições de vida das famílias atendidas.

13.1.6 Centro de Convivência

O Centro de Convivência constitui-se como equipamento público integrante da rede socioassistencial do SUAS, vinculado à PSB, caracterizando-se como um espaço estruturado para o desenvolvimento de ações socioassistenciais de caráter preventivo e comunitário. Sua atuação está voltada à promoção da convivência, da participação social e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, contribuindo para a prevenção de situações de risco social e para o desenvolvimento de potencialidades dos usuários. No município de Marmeleiro, há 01 (um) Centro de Convivência, no qual é ofertado o SCFV, devidamente referenciado ao CRAS, atendendo grupos organizados de crianças, adolescentes e pessoas idosas, conforme a organização por ciclos de vida e o planejamento técnico da PSB.

Enquanto unidade de referência territorial, o Centro de Convivência atua de forma articulada ao CRAS e às demais políticas públicas, integrando-se à rede local de proteção social e fortalecendo a lógica do trabalho em rede preconizada pelo SUAS. Essa articulação possibilita a ampliação do acesso dos usuários a direitos e serviços, ao mesmo tempo em que qualifica as ações preventivas desenvolvidas no território. Dessa forma, o equipamento contribui de maneira significativa para a consolidação das estratégias de PSB, promovendo o fortalecimento de vínculos, a inclusão social e a melhoria das condições de vida das famílias atendidas.

13.1.7 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

O SCFV, ofertado no âmbito da PBS do SUAS, constitui-se como um serviço complementar ao PAIF, com a finalidade de prevenir situações de risco social por meio do desenvolvimento de atividades socioeducativas em grupo. Suas ações são direcionadas ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, à promoção da convivência social, ao



estímulo à autonomia dos usuários e à ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais. Organizado por faixas etárias, o SCFV possui caráter preventivo, protetivo e proativo, atendendo crianças, adolescentes, jovens, adultos e pessoas idosas em situação de vulnerabilidade, devendo funcionar de forma contínua e articulada ao território, considerando as especificidades das famílias e a integração com a rede socioassistencial e demais políticas públicas.

No âmbito governamental, o SCFV é ofertado pelo CRAS ou em Centros de Convivência, podendo também ser executado em parceria com organizações da sociedade civil, ampliando a cobertura e atendendo demandas específicas do território. Essa organização contribui para o fortalecimento da rede socioassistencial e para a ampliação das oportunidades de acesso a atividades de caráter social, cultural, esportivo e educativo, favorecendo o desenvolvimento de capacidades e a construção de vínculos. No município de Marmeleiro, o serviço é ofertado em Centro de Convivência governamental, referenciado ao CRAS, o que possibilita maior integração com o PAIF e com as demais ações da PSB, qualificando o acompanhamento das famílias e potencializando os resultados das intervenções realizadas.

13.1.7.1 Número de inseridos por faixa etária

O número de usuários pactuados para atendimento no SCFV decorre do pacto federativo estabelecido entre o município e a União, no âmbito do cofinanciamento da PSB, sendo formalizado por meio do Sistema de Informações do SCFV (SISC), que registra as metas de atendimento e subsidia o repasse regular de recursos federais. Conforme orientações da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o serviço deve ser ofertado de forma contínua, organizado por ciclos de vida e com prioridade para usuários em situação de vulnerabilidade social, considerando o território, as especificidades das famílias e a articulação com a rede socioassistencial.

No município, a capacidade de atendimento pactuada para o SCFV é de 190 usuários. Conforme o último relatório do SISC, de dezembro de 2025, o número total de usuários atualmente inseridos é de 95, dos quais 61 encontram-se em situação prioritária. Esses dados evidenciam a existência de capacidade de atendimento ainda não ocupada, indicando a necessidade de monitoramento contínuo da execução do serviço quanto ao alcance das metas pactuadas e à adequação da oferta às demandas do território.

13.1.7.2 Caracterização do Público Prioritário e não Prioritário do SCFV

Na sequência do diagnóstico do quantitativo pactuado do SCFV, faz-se necessário analisar a composição do público atendido, especialmente no que se refere às situações prioritárias, conforme orientações do Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência Social e regulamentações vinculadas ao cofinanciamento federal. De acordo com as diretrizes nacionais,



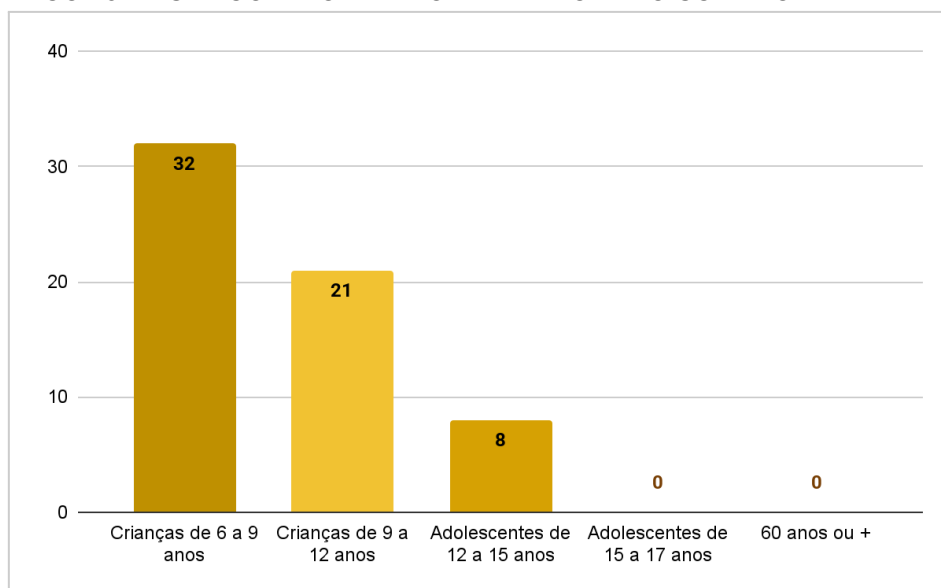
no mínimo 50% das vagas pactuadas devem ser destinadas ao público prioritário, entendido como indivíduos e famílias que vivenciam situações de vulnerabilidade social mais acentuada. Esse parâmetro orienta o planejamento das ofertas, a organização das turmas por ciclos de vida e o adequado registro das informações no SISC, assegurando que o serviço cumpra sua função preventiva e protetiva com foco nas situações de maior vulnerabilidade. Desse modo, o acompanhamento sistemático desse indicador torna-se uma ferramenta indispensável para a gestão local, permitindo mensurar a eficácia social do serviço e o alinhamento com as metas republicanas de superação das desigualdades.

No município, considerando a capacidade pactuada de 190 usuários, o quantitativo mínimo de atendimento ao público prioritário corresponde a 95 vagas. Entretanto, conforme os dados disponíveis, dos 95 usuários atualmente inseridos no serviço, apenas 61 encontram-se em situação prioritária, evidenciando que o município ainda não atinge o mínimo exigido pelas normativas quando considerado o total pactuado. Esse cenário demonstra que, além da necessidade de ampliação da cobertura do serviço, é fundamental o fortalecimento de estratégias que assegurem a inserção do público prioritário, como a busca ativa e a articulação com a rede socioassistencial e demais políticas públicas. Essa articulação intersetorial é crucial para identificar as demandas reprimidas no território e capilarizar o acesso aos serviços socioassistenciais. Ainda assim, observa-se que, entre os usuários atualmente atendidos, há predominância de público prioritário, o que indica um direcionamento adequado da oferta, devendo o município avançar na ampliação do atendimento sem comprometer a focalização.

Conforme as Resoluções da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) nº 01/2013 e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 01/2013, são considerados público prioritário do SCFV, no caso de crianças e adolescentes, aqueles que vivenciam situações de isolamento social, trabalho infantil, violência e/ou negligência, defasagem escolar superior a dois anos ou afastamento da escola, acolhimento institucional, cumprimento ou egresso de medidas socioeducativas, abuso e/ou exploração sexual, aplicação de medidas de proteção, situação de rua ou vulnerabilidades relacionadas à deficiência, evidenciando a centralidade desse público para a efetividade das ações desenvolvidas no âmbito do serviço. O reconhecimento dessas especificidades normativas valida o papel do SCFV como um espaço de superação de violações de direitos, demandando das equipes técnicas uma escuta qualificada e metodologias dinâmicas.

O Gráfico 75 apresenta o quantitativo de usuários em situação prioritária atendidos pelo SCFV, distribuídos por faixa etária, conforme registros administrativos do serviço (2026). O demonstrativo permite visualizar a composição etária do público prioritário inserido no SCFV, subsidiando a análise do perfil dos usuários atendidos e a adequação da organização das ofertas por ciclos de vida, conforme as diretrizes do serviço. A partir do cruzamento dessas variáveis etárias, a gestão municipal dispõe de subsídios concretos para o reordenamento das atividades e para o planejamento orçamentário anual voltado à proteção social básica.

GRÁFICO 75 – PÚBLICO PRIORITÁRIO ATENDIDO PELO SCFV POR FAIXA ETÁRIA



FONTE: Registros Administrativos do SISC, 2026.

A análise dos dados referentes ao mês de dezembro de 2025 evidencia a distribuição dos usuários do SCFV por faixa etária, totalizando 61 participantes. Observa-se maior concentração na faixa de 6 a 9 anos, com 32 usuários (52,5%), seguida pela faixa de 9 a 12 anos, com 21 usuários (34,4%). Já as faixas de 12 a 15 anos e 15 a 17 anos apresentam participação significativamente menor, com 8 usuários (13,1%) e nenhum registro, respectivamente. Não há participação de pessoas com 60 anos ou mais no período analisado.

Esse cenário indica que a oferta do serviço está fortemente concentrada no público infantil, com menor alcance entre adolescentes, especialmente na faixa etária de 15 a 17 anos, o que pode sinalizar desafios na adesão, na busca ativa ou na adequação das atividades oferecidas a esse público. A ausência de idosos também evidencia a inexistência ou baixa oferta de grupos intergeracionais ou específicos para essa faixa etária no período.

No que se refere às situações prioritárias, identifica-se uma fragilidade no registro das informações no sistema SISC, uma vez que todos os usuários constam como “Com Medida de Proteção do ECA”, o que não reflete a diversidade real das situações atendidas. Esse padrão uniforme de preenchimento compromete a qualidade da informação e limita a capacidade de análise qualificada das vulnerabilidades e demandas específicas do público atendido.

Destaca-se, contudo, que o fluxo de qualificação dessas informações encontra-se em processo de aprimoramento, com revisão já realizada pelo CRAS, o que tende a possibilitar, nos próximos períodos, maior precisão no registro das situações prioritárias. Essa adequação é fundamental para subsidiar o planejamento das ações, a definição de estratégias de atendimento e o fortalecimento da Vigilância Socioassistencial, permitindo intervenções mais direcionadas e efetivas junto aos usuários do serviço.

De forma integrada, a análise da PSB no município de Marmeleiro evidencia avanços importantes na estruturação dos serviços e na ampliação do acesso da população às ações



socioassistenciais, especialmente com a consolidação do CRAS como unidade de referência territorial e a diversificação de programas e iniciativas complementares. Contudo, os dados e análises apresentadas indicam que ainda persistem desafios relevantes no que se refere à consolidação da lógica do trabalho social com famílias, à organização metodológica dos serviços e à qualificação dos registros e instrumentos técnicos, como o PAF.

Observa-se a necessidade de maior equilíbrio entre atendimentos pontuais e acompanhamento continuado, bem como o fortalecimento de estratégias de busca ativa, ampliação da cobertura e priorização dos públicos mais vulneráveis, conforme preconizado nas normativas do SUAS. Nesse contexto, destaca-se a importância de continuidade do processo de reordenamento técnico, com investimento na Vigilância Socioassistencial, na educação permanente das equipes e na articulação intersetorial, visando consolidar a PSB como espaço efetivo de prevenção de riscos, fortalecimento de vínculos e promoção de direitos no território.

13.2 Proteção Social Especial (PSE)

A PSE, no âmbito do SUAS, destina-se ao atendimento de indivíduos e famílias que vivenciam situações de violação de direitos, demandando intervenções técnicas especializadas, acompanhamento sistemático e articulação com a rede de proteção. Sua atuação ocorre quando as vulnerabilidades ultrapassam o caráter preventivo da PSB, exigindo respostas qualificadas voltadas à interrupção das situações de risco e à garantia da proteção integral dos usuários.

Conforme a TNSS, a PSE organiza-se em níveis de Média e Alta Complexidade, definidos a partir da gravidade das violações, do grau de risco social e da necessidade ou não de afastamento do convívio familiar e comunitário, pressupondo planejamento técnico, registros qualificados, acompanhamento continuado e articulação intersetorial com as demais políticas públicas e com o Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

13.2.1 Proteção Social Especial de Média Complexidade

A PSE de Média Complexidade destina-se ao atendimento de famílias e indivíduos que vivenciam situações de violação de direitos, como violência física, psicológica ou sexual, negligência, abandono, trabalho infantil e cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, mas que ainda mantêm vínculos familiares e comunitários. Diferentemente da PSB, cuja atuação é predominantemente preventiva, a Média Complexidade intervém em contextos nos quais a violação já se concretizou, exigindo acompanhamento técnico especializado, sistemático e continuado, fundamentado na escuta qualificada, na elaboração de Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar e na articulação permanente com a rede socioassistencial e intersetorial. Nos municípios de Pequeno Porte I, não há obrigatoriedade de implantação de CREAS; nesse contexto, em Marmeleiro, a oferta da PSE de Média Complexidade é executada por equipe técnica, composta por Assistente Social e Psicóloga, vinculados à gestão municipal, responsável



pelo atendimento e acompanhamento dos casos, pela articulação com a rede de proteção e pela garantia da efetivação do serviço no território.

13.2.1.1 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)

O PAEFI, integrante da PSE de Média Complexidade, tem como finalidade o acompanhamento especializado de indivíduos e famílias com direitos violados, por meio de ações continuadas, articuladas e planejadas, visando à superação das situações de violência, ao fortalecimento das funções protetivas familiares e à garantia de direitos. No município, observa-se a existência de acompanhamento sistemático dos casos identificados, para além de atendimentos pontuais, estruturados por meio de atendimentos individualizados e familiares, conduzidos por técnico de referência.

Do ponto de vista técnico-normativo, o acompanhamento realizado contempla o trabalho social essencial do PAEFI, incluindo acolhida, escuta qualificada, estudo social, diagnóstico socioeconômico, orientação e encaminhamentos, atendimento psicossocial, articulação com a rede socioassistencial e intersetorial, defesa de direitos e apoio à função protetiva da família. Esse conjunto de ações pressupõe acompanhamento sistemático, planejado e continuado, desenvolvido por meio de atendimentos particularizados, visitas domiciliares e estratégias coletivas diretamente vinculadas ao processo de acompanhamento.

Nesse contexto, destaca-se a distinção entre o acompanhamento coletivo realizado pelo técnico de referência e as atividades coletivas complementares. O acompanhamento coletivo constitui parte integrante do trabalho social do PAEFI e deve ocorrer de forma sistemática, articulado ao Plano Individual e/ou Familiar de Acompanhamento (PIA) e voltado aos usuários em acompanhamento, como estratégia contínua de intervenção. Por outro lado, as atividades coletivas complementares, como oficinas e ações temáticas, possuem caráter pontual ou eventual, podendo ser realizadas com ou sem parcerias, com o objetivo de potencializar o acompanhamento, sem, contudo, substituí-lo.

Entretanto, o diagnóstico evidencia fragilidades nos registros e na sistematização das informações, o que limita a mensuração dos atendimentos, a identificação do público alcançado e a avaliação dos resultados. Além disso, ressalta-se a necessidade de verificação quanto à natureza dessas ações coletivas, a fim de identificar se o município realiza, de forma sistemática, o acompanhamento coletivo vinculado ao técnico de referência, conforme previsto nas normativas do PAEFI, ou se as ações têm se concentrado predominantemente em atividades pontuais, como oficinas. Essa distinção é fundamental para avaliar a aderência do serviço às diretrizes do SUAS e para qualificar o processo de acompanhamento ofertado às famílias e indivíduos em situação de violação de direitos.

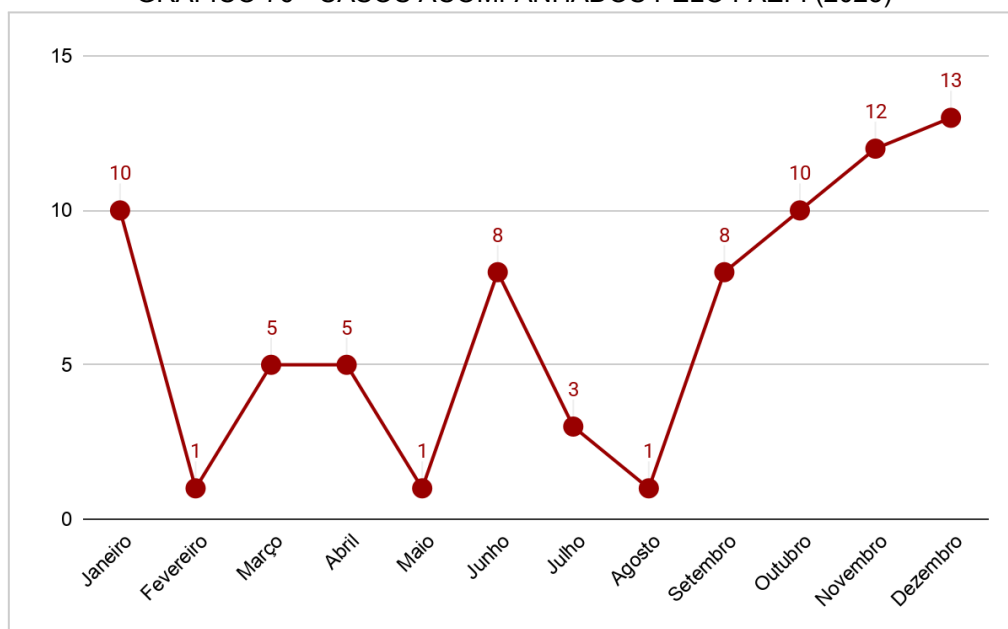
O Quadro 58 e o Gráfico 76 apresentam, de forma complementar, o quantitativo de casos acompanhados pelo PAEFI no município, referentes ao ano de 2025, com base em dados levantados pela equipe técnica da PSE em 2026.

QUADRO 58 - CASOS EM ACOMPANHAMENTO PELO PAEFI (2025)

MÊS	CASOS EM ACOMPANHAMENTO
Janeiro	10
Fevereiro	1
Março	5
Abril	5
Maió	1
Junho	8
Julho	3
Agosto	1
Setembro	8
Outubro	10
Novembro	12
Dezembro	13
TOTAL	77

FONTE: Registros Administrativos da PSE, 2026.

GRÁFICO 76 - CASOS ACOMPANHADOS PELO PAEFI (2025)



FONTE: Registros Administrativos da PSE, 2026.

A análise dos dados referentes aos casos acompanhados pelo PAEFI no ano de 2025 evidencia um total de 77 acompanhamentos no período, com variações significativas ao longo dos meses, o que indica um comportamento oscilante da demanda e/ou da capacidade de acompanhamento do serviço. Observa-se que os meses de janeiro (10 casos), outubro (10



casos), novembro (12 casos) e dezembro (13 casos) concentram os maiores quantitativos de acompanhamento, com destaque para o último trimestre do ano, que apresenta crescimento progressivo e atinge o pico em dezembro. Esse movimento pode estar relacionado tanto ao aumento da identificação de situações de violação de direitos quanto ao aprimoramento dos fluxos de encaminhamento, da articulação com a rede de proteção ou da intensificação das ações de busca ativa e acompanhamento no período.

Por outro lado, verifica-se baixa incidência de casos registrados em determinados meses, como fevereiro (1 caso), maio (1 caso) e agosto (1 caso), além de números reduzidos em julho (3 casos) e março e abril (5 casos cada). Essa oscilação acentuada pode indicar fragilidades no registro e na sistematização das informações, descontinuidade nos acompanhamentos ou variações nos fluxos de encaminhamento e identificação das demandas ao longo do ano. Considerando a natureza do PAEFI, que pressupõe acompanhamento continuado e sistemático, a redução abrupta de casos em determinados períodos não necessariamente reflete a diminuição das situações de violação de direitos no território, podendo estar associada a limites operacionais ou inconsistências nos registros administrativos.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de qualificar a leitura desses dados, uma vez que o quantitativo mensal não permite identificar, de forma isolada, se os números correspondem a novos casos inseridos, casos em acompanhamento contínuo ou desligamentos, o que restringe a análise da dinâmica real do serviço. A ausência dessa distinção dificulta a compreensão sobre a capacidade de acompanhamento da equipe, o tempo de permanência dos casos no serviço e a efetividade das intervenções realizadas.

Do ponto de vista da Vigilância Socioassistencial, os dados indicam a necessidade de aprimoramento dos registros administrativos e da padronização das informações, de modo a garantir maior consistência e confiabilidade na produção dos dados.

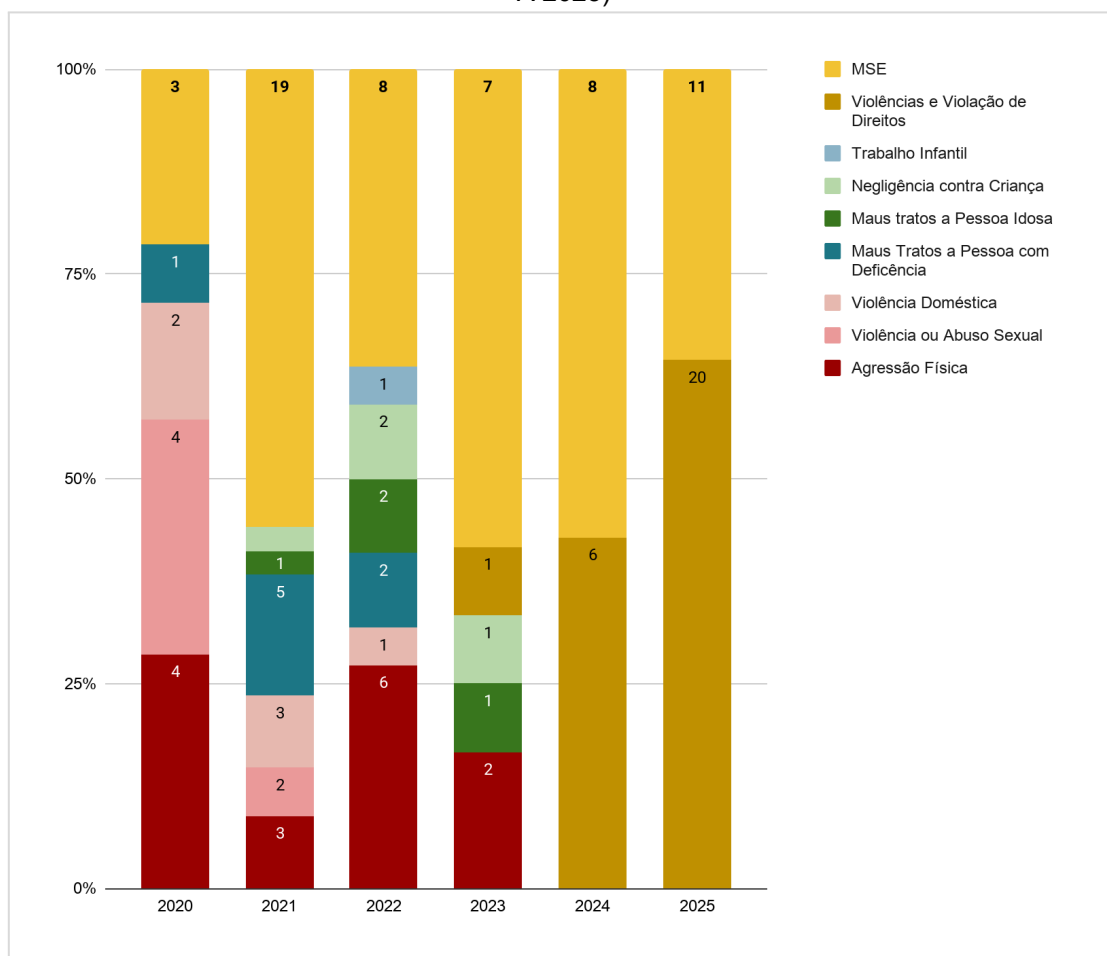
Recomenda-se a adoção de instrumentos que permitam diferenciar inclusão, acompanhamento ativo e desligamento de casos, bem como o monitoramento sistemático dos fluxos mensais, possibilitando análises mais precisas sobre a demanda, a cobertura e a capacidade de resposta do PAEFI. Esses aprimoramentos são fundamentais para qualificar o planejamento, fortalecer a gestão do serviço e assegurar a efetividade das ações no enfrentamento das situações de violação de direitos no município.

13.2.1.2 Principais tipos de violação de direitos, por categoria

O Gráfico 77 apresenta a evolução anual das demandas atendidas pelo PAEFI no município, no período de 2020 a 2025, com base nos registros administrativos da PSE. Elaborado na forma de colunas empilhadas, o gráfico permite visualizar, de maneira integrada, o quantitativo de atendimentos por ano e a distribuição dos diferentes tipos de violações de direitos,

evidenciando a participação de cada demanda no total anual e possibilitando a análise das tendências e variações ao longo do período.

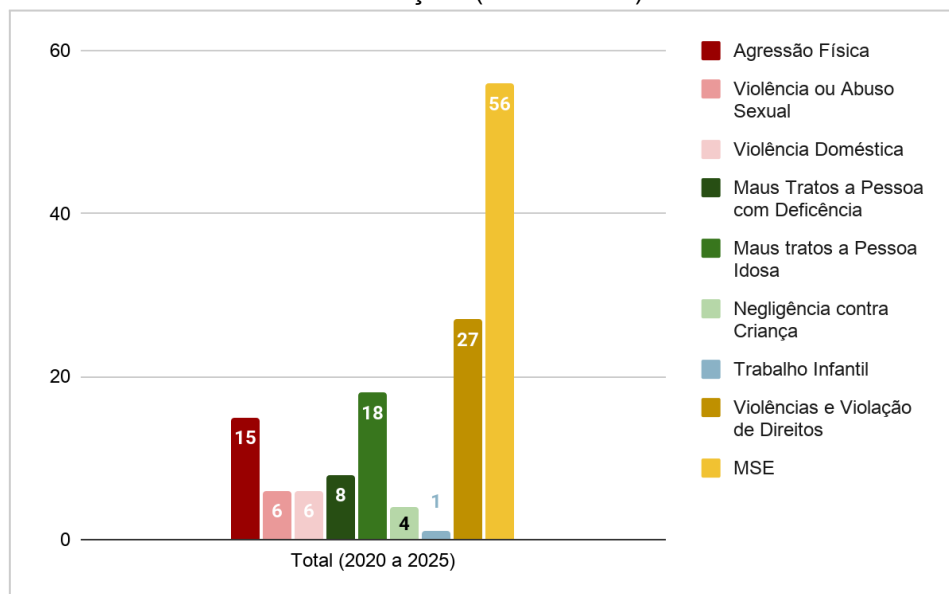
GRÁFICO 77 - EVOLUÇÃO DAS DEMANDAS ATENDIDAS PELO PAEFI POR TIPO DE VIOLAÇÃO (2020 A 2025)



FONTE: Registros Administrativos da PSE, 2026.

O Gráfico 78 apresenta o total de atendimentos realizados pelo PAEFI por tipo de demanda no município, no período de 2020 a 2025, com base nos registros administrativos da PSE. O gráfico permite identificar a incidência acumulada de cada tipo de violação de direitos no período analisado, evidenciando as demandas mais recorrentes e subsidiando a compreensão do perfil das situações acompanhadas pelo serviço, bem como o direcionamento do planejamento e da oferta de ações socioassistenciais. A análise dessa série temporal histórica é fundamental para compreender o comportamento e a evolução das vulnerabilidades locais ao longo dos anos, permitindo antecipar tendências e identificar gargalos na rede de proteção. Com isso, os dados consolidam-se como um valioso instrumento de monitoramento e avaliação, indispensável para o fortalecimento das metodologias de acompanhamento familiar e para a eficácia das intervenções técnicas no território.

GRÁFICO 78 - DISTRIBUIÇÃO TOTAL DAS DEMANDAS ATENDIDAS PELO PAEFI POR TIPO DE VIOLAÇÃO (2020 A 2025)



FONTE: Registros Administrativos da PSE, 2026.

A análise integrada dos dados apresentados nos gráficos evidencia um total de 141 atendimentos realizados pelo PAEFI no período de 2020 a 2025, revelando tanto o perfil das demandas quanto sua evolução ao longo do tempo. Observa-se que a Medida Socioeducativa em Meio Aberto (MSE) se destaca como a principal demanda do serviço, com 56 casos (39,7%), indicando a centralidade do atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no município. Em seguida, a categoria “violências e violações de direitos” totaliza 27 casos (19,1%), seguida por maus-tratos a idosos (18 casos – 12,8%) e agressões físicas (15 casos – 10,6%), configurando um conjunto expressivo de situações que demandam acompanhamento técnico especializado e contínuo.

Ao analisar a evolução anual das demandas, observa-se uma mudança no perfil dos atendimentos ao longo do período. Nos anos iniciais (2020 a 2022), há maior incidência de registros relacionados a maus-tratos a idosos, agressões físicas e outras formas de violência, enquanto, a partir de 2023, verifica-se a introdução e crescimento da categoria “violências e violações de direitos”, com aumento expressivo em 2024 (6 casos) e, principalmente, em 2025 (20 casos). Destaca-se que esse crescimento não é acompanhado por uma redução proporcional das demais tipologias, que permanecem registradas ao longo do período, o que pode indicar não necessariamente o surgimento de novas demandas, mas sim uma mudança no padrão de registro e classificação das ocorrências.

Nesse sentido, cabe destacar que a categoria “violências e violações de direitos” apresenta caráter amplo e pouco específico, podendo agregar diferentes situações que, do ponto de vista técnico, deveriam ser tipificadas de forma mais detalhada (como violência física, psicológica, negligência, entre outras). Essa forma de registro pode comprometer a precisão da análise diagnóstica, dificultando a identificação do perfil real das violações no território e a



adequada definição de estratégias de intervenção. Assim, o aumento dessa categoria a partir de 2023 pode estar mais relacionado à fragilidade na padronização dos registros do que, necessariamente, a uma mudança concreta no padrão das violações.

No que se refere às situações de violência ou abuso sexual, totalizando 5 casos (3,5%), observa-se baixa incidência nos registros, o que pode indicar subnotificação, considerando a complexidade dessas violações. Situações como negligência contra crianças (4 casos – 2,8%) e trabalho infantil (1 caso – 0,7%) também apresentam baixa frequência, reforçando a necessidade de fortalecimento dos fluxos de identificação e notificação no âmbito da rede de proteção.

De forma geral, os dados evidenciam que o PAEFI atende a um conjunto diversificado de violações de direitos, com predominância de demandas relacionadas ao sistema socioeducativo e mudanças recentes no padrão de registro das informações. Contudo, a presença de categorias amplas e a ausência de padronização na tipificação indicam a necessidade de qualificação dos registros administrativos, aprimoramento dos instrumentos de coleta de dados e alinhamento técnico da equipe quanto à classificação das violações, garantindo maior fidedignidade das informações. Para a Vigilância Socioassistencial, essa análise integrada é fundamental para subsidiar o planejamento das ações, a priorização de públicos e territórios e o fortalecimento da atuação intersetorial no enfrentamento das violações de direitos.

Na sequência da análise dos gráficos, que já evidenciam limitações relacionadas à padronização e qualificação dos registros, observa-se que a ausência de informações referentes ao perfil das vítimas, ao perfil dos violadores de direitos e à localização territorial dos usuários em acompanhamento no PAEFI, no ano de 2025, constitui uma lacuna ainda mais significativa para o diagnóstico socioterritorial. Embora tais dados tenham sido formalmente solicitados para subsidiar a análise, o município informou não ser possível identificá-los ou mensurá-los, o que indica fragilidade nos processos de registro, sistematização e gestão das informações no âmbito do serviço.

A inexistência de dados sobre o perfil das vítimas, considerando variáveis como sexo, faixa etária e tipologia da violação, impede a compreensão aprofundada dos públicos mais afetados, dificultando a identificação de grupos prioritários, padrões de incidência e especificidades das situações de violência no território. Da mesma forma, a ausência de informações sobre o perfil dos agressores compromete a análise das dinâmicas relacionais das violações de direitos, limitando a identificação de vínculos predominantes (familiares, comunitários ou institucionais) e a construção de estratégias mais qualificadas de intervenção e prevenção.

No que se refere à dimensão territorial, a falta de dados sobre o local de residência dos usuários, tanto no perímetro urbano quanto rural, inviabiliza a territorialização das demandas, impedindo a identificação de áreas com maior concentração de casos e a definição de territórios prioritários para atuação da política de assistência social. Essa lacuna compromete diretamente a função da Vigilância Socioassistencial, que depende de informações territorializadas para orientar a organização da oferta de serviços, a alocação de recursos e a articulação intersetorial.



De forma articulada com os achados anteriores, essa ausência de dados reforça a hipótese de que parte das limitações observadas, como o uso de categorias amplas de registro, decorre de fragilidades estruturais nos instrumentos e fluxos de informação do serviço. Assim, evidencia-se a necessidade de fortalecimento dos processos de registro e monitoramento, padronização dos instrumentos de coleta de dados, implantação ou qualificação de sistemas informatizados e capacitação contínua da equipe técnica, de modo a assegurar a produção de informações consistentes, detalhadas e territorializadas. O aprimoramento desses aspectos é fundamental para qualificar o diagnóstico, fortalecer o planejamento das ações do PAEFI e ampliar a efetividade das respostas às situações de violação de direitos no município.

13.2.2 Proteção Social Especial de Alta Complexidade

A PSE de Alta Complexidade integra o SUAS e destina-se ao atendimento de famílias e indivíduos que se encontram em situação de grave violação de direitos e com rompimento ou fragilização extrema dos vínculos familiares e comunitários, demandando acolhimento provisório fora do núcleo familiar de origem.

Essa proteção garante segurança de acolhida, por meio da oferta de moradia, alimentação, higiene, vestuário e acompanhamento técnico especializado, assegurando proteção integral enquanto perdurar a necessidade de afastamento. O atendimento deve ser pautado na provisoriedade e na excepcionalidade da medida, priorizando estratégias de reintegração familiar ou, quando não for possível, o encaminhamento para família substituta.

Os serviços de Alta Complexidade são tipificados pela Resolução CNAS nº 109/2009 e incluem, entre outros, o Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, mulheres em situação de violência, bem como o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e as Repúblicas.

13.2.2.1 Serviço de Acolhimento Institucional e Familiar de Crianças e Adolescentes

O Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes integra a PSE de Alta Complexidade do SUAS e destina-se a crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco pessoal e social, quando a família não consegue, temporária ou permanentemente, garantir os cuidados e a proteção necessários. Trata-se de medida excepcional e provisória, aplicada quando esgotadas as possibilidades de permanência no convívio familiar, priorizando-se sempre a reintegração à família de origem ou, quando não sendo possível, o encaminhamento para família substituta.

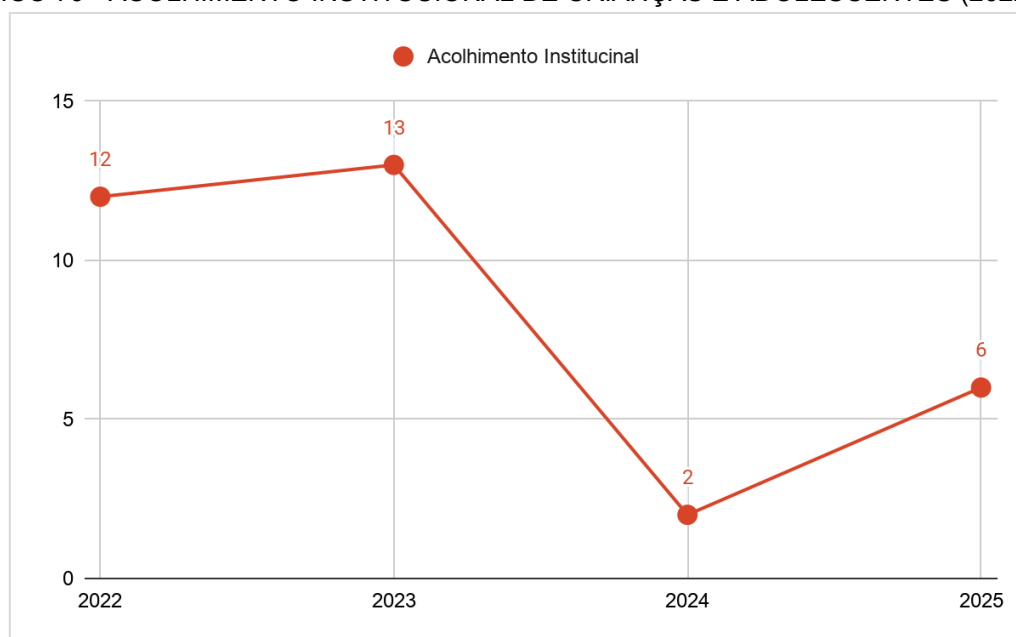
O serviço pode ser ofertado em duas modalidades principais. O Acolhimento Institucional é realizado em unidades específicas, com equipe técnica e cuidadores responsáveis por assegurar proteção integral, cuidados básicos, acompanhamento psicossocial e apoio ao processo de

escolarização e à convivência comunitária. Já o Acolhimento em Família Acolhedora consiste na inserção temporária da criança ou do adolescente em família previamente selecionada, capacitada e acompanhada pela equipe técnica, proporcionando ambiente familiar e atenção individualizada, modalidade que favorece o desenvolvimento afetivo e a preservação de vínculos.

No município de Marmeleiro, o serviço de acolhimento é ofertado exclusivamente na modalidade de acolhimento institucional.

O Gráfico 79 apresenta a evolução do número de crianças e adolescentes acolhidos na modalidade de acolhimento institucional no município de Marmeleiro, no período de 2022 a 2025, com base em registros administrativos da PSE.

GRÁFICO 79 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (2022–2025)



FONTE: Registros Administrativos da PSE, 2026.

A análise dos dados evidencia variação no número de acolhimentos institucionais ao longo do período, com 12 casos em 2022, 13 em 2023, redução expressiva para 2 em 2024 e posterior aumento para 6 em 2025. Esse comportamento demonstra a natureza não linear da demanda por serviços de alta complexidade, diretamente relacionada à ocorrência de situações de violação de direitos que demandam medidas protetivas excepcionais.

A redução acentuada observada em 2024 pode indicar, por um lado, maior efetividade das ações preventivas e do acompanhamento familiar no âmbito da PSB e da Média Complexidade, contribuindo para evitar o afastamento do convívio familiar. Por outro lado, também pode refletir fragilidades nos processos de identificação, notificação ou encaminhamento dos casos, hipótese que requer análise mais aprofundada.

Além disso, o fato de o município ofertar exclusivamente a modalidade de acolhimento institucional evidencia limitação na diversificação das estratégias de proteção, considerando que o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora deve ser priorizado em relação ao acolhimento



institucional, conforme preconiza o ECA. Essa modalidade assegura o direito à convivência familiar e comunitária a todas as crianças e adolescentes, mesmo quando afastados da família de origem, configurando-se como alternativa mais adequada à garantia de proteção integral. Nesse sentido, a ausência dessa oferta no município indica a necessidade de avaliação quanto à sua implantação, visando qualificar a rede de proteção e ampliar as possibilidades de atendimento conforme as normativas vigentes.

Do ponto de vista técnico, os dados reforçam a importância da articulação entre os serviços da rede socioassistencial e do Sistema de Garantia de Direitos, bem como da qualificação dos fluxos de entrada e saída do serviço, com ênfase na elaboração e acompanhamento do PIA, visando à reintegração familiar ou encaminhamento para família substituta. Evidenciam, ainda, a necessidade de fortalecimento das ações preventivas e do acompanhamento familiar, de modo a reduzir a incidência de acolhimentos e assegurar que essa medida permaneça, de fato, como excepcional e provisória, conforme preconizado pelo SUAS.

O Quadro 59 apresenta a distribuição dos motivos que ensejaram o acolhimento institucional de crianças e adolescentes no município de Marmeleiro, no período de 2022 a 2025, com base em registros administrativos da PSE.

QUADRO 59 - MOTIVOS DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
(2022–2025)

MOTIVO DO ACOLHIMENTO	2022	2023	2024	2025
Negligência				
Conflito Social				
Conflito Familiar	01	02		02
Entrega consciente				01
Maus Tratos	10	08		
Abandono Familiar	01	02	01	01
Situação de Rua		01		
Devolução (Reversão de adoção)			01	
Violência Doméstica contra a Mulher				01
Transferência de abrigo				01
TOTAL	12	13	02	06

FONTE: Registros Administrativos da PSE, 2026.



A análise dos dados evidencia diversidade nos motivos que levaram ao acolhimento institucional ao longo do período analisado, indicando a complexidade das situações de violação de direitos que incidem sobre crianças e adolescentes no município. Destacam-se, quantitativamente, os casos relacionados a maus-tratos, com 10 registros em 2022 e 8 em 2023, configurando-se como o principal fator de afastamento do convívio familiar nesses anos. Também se observam ocorrências de conflito familiar (1 em 2022, 2 em 2023 e 2 em 2025) e abandono familiar (1 em 2022, 2 em 2023, 1 em 2024 e 1 em 2025), evidenciando fragilidades nas relações familiares e na capacidade protetiva dos núcleos familiares. Além disso, aparecem registros mais específicos, como situação de rua, devolução por reversão de adoção, entrega consciente, violência doméstica contra a mulher e transferência de abrigo, que expressam a complexidade das trajetórias vivenciadas, mas também indicam a utilização de diferentes níveis de detalhamento nos registros.

Do ponto de vista normativo, conforme o ECA e as orientações técnicas dos serviços de acolhimento, os motivos de acolhimento devem estar relacionados a situações de violação de direitos definidas, como negligência, abandono, violência física, psicológica ou sexual, entre outras. Nesse sentido, observa-se a necessidade de padronização dos registros administrativos, de modo que os motivos sejam classificados de forma consistente e alinhada às categorias previstas nas normativas. Situações mais específicas, como transferência de abrigo, violência doméstica contra a mulher ou situação de rua, podem e devem constar nos prontuários e estudos de caso, como elementos qualificadores da situação vivenciada, mas não substituem a necessidade de identificação do motivo principal do acolhimento. A ausência dessa padronização pode comprometer a análise das demandas e o planejamento das ações no âmbito da política de assistência social.

De forma sintética, a análise do Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes no município de Marmeleiro evidencia avanços na garantia de proteção em situações de violação de direitos, porém também revela desafios estruturais e técnico-operacionais que demandam aprimoramento. A variação no número de acolhimentos ao longo dos anos, associada à diversidade e à baixa padronização dos motivos registrados, indica a necessidade de qualificação dos fluxos de identificação, registro e acompanhamento dos casos, bem como de fortalecimento da Vigilância Socioassistencial. Soma-se a isso a ausência de registros sistematizados referentes ao sexo e à faixa etária dos acolhidos, o que limita a análise do perfil do público atendido e dificulta o planejamento de ações mais direcionadas. Destaca-se, ainda, a limitação da oferta exclusivamente na modalidade institucional, em desacordo com a diretriz de priorização do acolhimento em família acolhedora, o que restringe alternativas mais adequadas à garantia do direito à convivência familiar e comunitária. Nesse contexto, reforça-se a importância do fortalecimento das ações preventivas, da articulação intersetorial e da qualificação técnico-metodológica dos serviços, com ênfase na centralidade do PIA, na reintegração familiar e



na consolidação do acolhimento como medida excepcional, provisória e orientada à proteção integral, conforme preconizado pelo SUAS e pelo ECA.

13.2.2.2 Dados das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI's)

No âmbito da PSE de Alta Complexidade, o SUAS prevê o Serviço de Acolhimento em Instituição de Longa Permanência (ILPI), destinado a pessoas idosas e pessoas com deficiência, quando constatada a inexistência de condições de autossustento, ausência ou fragilidade de vínculos familiares e comunitários, ou situações de risco pessoal e social que inviabilizam a permanência no domicílio. Trata-se de medida excepcional, que deve assegurar proteção integral, cuidados contínuos, respeito à dignidade, preservação de direitos e promoção da autonomia, conforme as normativas do SUAS, o Estatuto da Pessoa Idosa e a legislação de proteção à pessoa com deficiência.

No município de Marreleiro, o acolhimento nessa modalidade é realizado por meio da contratação de vagas em Instituições de Longa Permanência. A análise histórica evidencia que os acolhimentos ocorrem de forma pontual e esporádica ao longo dos anos, sem configuração de demanda contínua ou regular, indicando baixa recorrência desse tipo de atendimento no âmbito da PSE de Alta Complexidade.

O Quadro 60 apresenta a distribuição dos acolhimentos realizados em ILPIs para pessoas idosas e pessoas com deficiência no município de Marreleiro, por ano, evidenciando o histórico de atendimentos no período analisado, com base em registros administrativos da PSE, sistematizados em 2026.

QUADRO 60 - ACOLHIMENTOS EM ILPIs

ANO	PESSOA IDOSA	PESSOA COM DEFICIÊNCIA	TOTAL	OBSERVAÇÕES
2008	1	0	1	
2013	0	1	1	PCD
2018	5	0	5	Maior Concentração
2019	3	0	3	
2022	1	0	1	
2024	1	0	1	
2025	0	0	0	Sem acolhimento
TOTAL	11	1	12	

FONTE: Registros Administrativos da PSE, 2026.

Do ponto de vista analítico, a baixa incidência e a irregularidade dos acolhimentos podem indicar, por um lado, a reduzida demanda por esse tipo de serviço no município ou a presença de



estratégias familiares e comunitárias que ainda conseguem absorver parte das necessidades de cuidado. Por outro lado, também podem refletir possíveis fragilidades na identificação e encaminhamento de situações que demandam proteção de alta complexidade. Nesse contexto, destaca-se a importância do fortalecimento dos fluxos de identificação, avaliação e encaminhamento, bem como da articulação intersetorial, especialmente com a saúde, visando garantir acesso oportuno à proteção integral quando necessário. Além disso, reforça-se a necessidade de qualificação dos registros e do monitoramento dessas demandas, de modo a subsidiar o planejamento e assegurar que o acolhimento institucional permaneça como medida excepcional, aplicada de forma criteriosa e alinhada às normativas do SUAS.

De forma sintética, a PSE em Marmeleiro apresenta avanços na oferta de atendimentos e no registro das violações de direitos; contudo, evidencia fragilidades na materialização do acompanhamento conforme preconizado pelo SUAS, especialmente no âmbito do PAEFI, onde não se observa a consolidação de processos sistemáticos, contínuos e planejados, com utilização efetiva de instrumentos como o PAF/PIA, prevalecendo atendimentos, projetos e oficinas de caráter pontual. Além disso, na Alta Complexidade, verifica-se a ausência da modalidade de acolhimento em família acolhedora, o que limita a garantia do direito à convivência familiar e comunitária. Soma-se a isso a existência de fragilidades na qualidade e padronização dos registros, especialmente quanto à identificação do perfil dos acolhidos, comprometendo a Vigilância Socioassistencial. Nesse contexto, destaca-se a necessidade de qualificação técnico-operacional da PSE, com ênfase na organização do acompanhamento sistemático, no aprimoramento dos registros e no fortalecimento da articulação em rede, visando maior efetividade na proteção aos usuários.

13.3 Procedimento de Escuta Especializada

A proteção de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência constitui um eixo estratégico para a garantia de direitos no território. Nesse sentido, a Lei nº 13.431 de 2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.603 de 2018, institui o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência e estabelece diretrizes para a atuação articulada das políticas públicas. Entre essas diretrizes, destaca-se a escuta especializada, procedimento destinado ao atendimento protetivo no âmbito da assistência social, saúde, educação e demais serviços que compõem a rede.

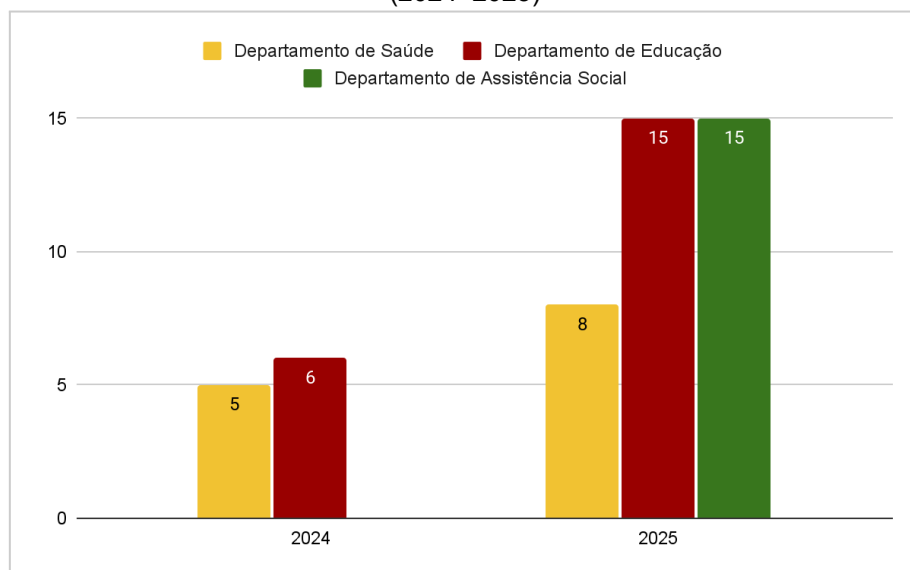
A escuta especializada é definida como o procedimento de acolhimento do relato da criança ou adolescente, conduzido por profissional capacitado e realizado em ambiente adequado, com foco no cuidado, na proteção e na interrupção dos ciclos de violência. Diferencia-se do depoimento especial, realizado exclusivamente pelo Sistema de Justiça, por não ter finalidade probatória, evitando a revitimização e assegurando que o usuário não seja submetido a repetidas narrativas do fato violento.

Compreender a dinâmica da escuta especializada é fundamental para identificar capacidades instaladas, fluxos intersetoriais, demandas de formação, qualidade da articulação institucional e eventuais fragilidades na rede de proteção. A análise desse procedimento permite qualificar a leitura territorial sobre as situações de violência, orientar o planejamento dos serviços e fortalecer a atuação das equipes na garantia da proteção integral de crianças e adolescentes.

No município de Marmeleiro, a escuta especializada é realizada pelos Departamentos de Saúde, Assistência Social e Educação, evidenciando a atuação intersetorial na proteção de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Essa organização indica a existência de múltiplos pontos de acesso para o atendimento, o que pode favorecer a identificação e o acolhimento das situações de violência no território. Contudo, também demanda a definição clara de fluxos, protocolos e responsabilidades entre as áreas, a fim de garantir a padronização dos procedimentos, evitar sobreposição de atendimentos e assegurar a proteção integral, conforme previsto na normativa vigente.

O Gráfico 80 apresenta o quantitativo de procedimentos de escuta especializada realizados no município de Marmeleiro, por órgão executor (Departamentos de Saúde, Educação e Assistência Social) nos anos de 2024 e 2025, com base em registros administrativos da equipe da PSE, sistematizado em 2026.

GRÁFICO 80 - ESCUTA ESPECIALIZADA POR ÓRGÃO EXECUTOR NO MUNICÍPIO DE MARMELEIRO (2024–2025)



FONTE: Registros Administrativos da PSE, 2026.

A análise dos dados evidencia ampliação no número de escutas especializadas realizadas entre 2024 e 2025, especialmente nos Departamentos de Educação (de 6 para 15 registros) e Saúde (de 5 para 8 registros), indicando possível fortalecimento dos processos de identificação e acolhimento de situações de violência nesses setores. Destaca-se, ainda, que em 2024 não há registro de atendimentos pela Assistência Social, enquanto em 2025 são contabilizadas 15



escutas, o que pode indicar tanto a implantação ou fortalecimento da atuação do setor nesse procedimento quanto a qualificação dos registros administrativos.

Apesar do avanço quantitativo, os dados também evidenciam possíveis assimetrias na atuação intersetorial, sugerindo que a escuta especializada pode não estar sendo realizada de forma equilibrada entre as políticas públicas. A ausência de registros em 2024 na Assistência Social, seguida de um aumento expressivo em 2025, levanta a hipótese de fragilidade anterior na institucionalização do procedimento ou na sistematização das informações. Além disso, a concentração de atendimentos na Educação em 2025 pode refletir maior proximidade com o público infantojuvenil, mas também reforça a necessidade de compartilhamento de responsabilidades entre os setores.

Nos Quadros 61 e 62, conforme registros administrativos sistematizados pela equipe da PSE em 2026, observa-se que a distribuição territorial dos casos de escuta especializada no município de Marreleiro apresenta maior concentração no perímetro urbano, com registros distribuídos entre diversos bairros, enquanto, no meio rural, os casos aparecem em menor proporção e de forma mais dispersa entre as comunidades. Essa configuração evidencia a centralidade dos equipamentos públicos urbanos na identificação e atendimento das situações de violência, ao mesmo tempo em que sinaliza a necessidade de fortalecimento das estratégias de acesso, identificação e acompanhamento nos territórios rurais.

QUADRO 61 - DISTRIBUIÇÃO DOS CASOS DE ESCUTA ESPECIALIZADA POR BAIRROS DO PERÍMETRO URBANO, SEGUNDO ÓRGÃO EXECUTOR (2024–2025)

BAIRROS (PERÍMETRO URBANO)	DEPARTAMENTO DE SAÚDE		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Alvorada	1	1	1	2		1
Araucária				1		
Centro		1	1			2
Copamar				1		
Ipiranga	1	1	1			2
Jardim Bandeira	1		2	1		3
Jardim Soletti (Cohapar III)	1	1				2
Passarela			1	3		
Perin				1		
Santa Rita	1	1				
Três Pinheiros						2
Vila Roma		1				



TOTAL	5	6	6	9		12
--------------	----------	----------	----------	----------	--	-----------

FONTE: Registros Administrativos da PSE, 2026.

QUADRO 62 - DISTRIBUIÇÃO DOS CASOS DE ESCUTA ESPECIALIZADA POR COMUNIDADES RURAIS, SEGUNDO ÓRGÃO EXECUTOR (2024-2025)

BAIRROS (PERÍMETRO RURAL)	DEPARTAMENTO DE SAÚDE		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Acampamento Karl Max						
Alto São Mateus						1
Bela Vista		1				
Boa Vista						1
KM 02				1		
KM 04						1
KM 15				1		
Linha Hípica						
Linha Pocinho				1		
Linha São Francisco				3		
São Luiz		1				
Total		2		6		3

FONTE: Registros Administrativos da PSE, 2026.

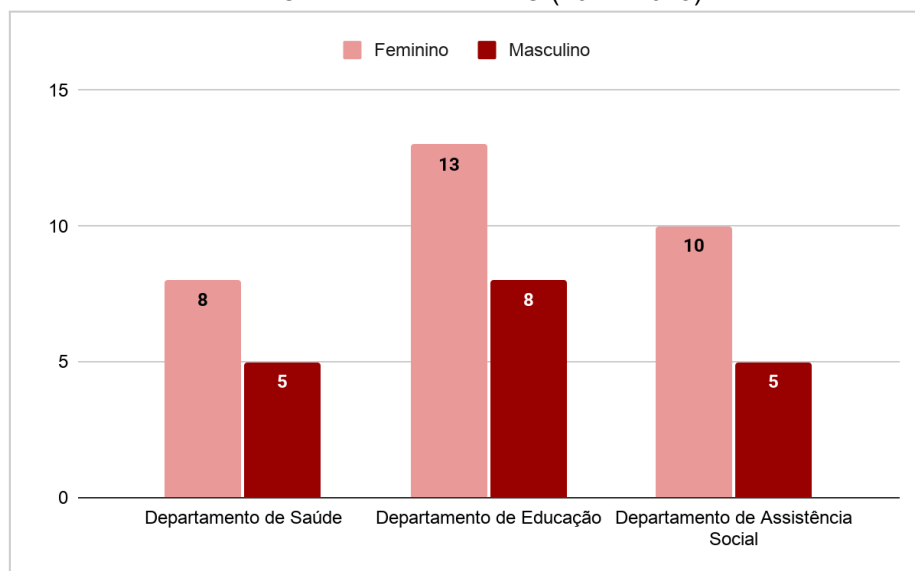
A análise crítica dos dados evidencia que a concentração de casos no perímetro urbano não necessariamente indica maior incidência de violência, mas, sobretudo, maior capacidade de identificação, registro e encaminhamento pelas políticas públicas, especialmente nos setores de Educação e Assistência Social. Esse cenário sugere que a rede urbana está mais estruturada ou sensibilizada para a realização da escuta especializada, enquanto, no meio rural, a menor quantidade de registros pode estar associada a subnotificação, dificuldades de acesso aos serviços, distâncias territoriais e menor capilaridade da rede de proteção.

Além disso, observa-se variação entre os órgãos executores, com ampliação significativa dos registros em 2025, especialmente na Educação e na Assistência Social, o que pode indicar avanços na institucionalização da escuta especializada e maior alinhamento às normativas. No entanto, a ausência ou baixa incidência de registros em determinados territórios e períodos reforça fragilidades na padronização dos fluxos, na integração intersetorial e na sistematização das informações.

O Gráfico 81 apresenta a distribuição total dos atendimentos de escuta especializada realizados no município de Marmeleiro, considerando o somatório dos anos de 2024 e 2025,

segundo o sexo das crianças e adolescentes atendidos e o departamento responsável. Os dados evidenciam a predominância de atendimentos ao público feminino em todos os setores, bem como maior volume de registros no âmbito do Departamento de Educação, seguido pela Assistência Social e pela Saúde, conforme sistematização realizada pela equipe da PSE em 2026.

GRÁFICO 81 - DISTRIBUIÇÃO TOTAL DOS ATENDIMENTOS DE ESCUTA ESPECIALIZADA POR SEXO E POR DEPARTAMENTO (2024–2025)



FONTE: Registros Administrativos da PSE, 2026.

A análise dos dados evidencia a predominância de atendimentos ao público feminino em todos os departamentos, o que pode estar relacionado tanto à maior incidência de determinadas formas de violência entre meninas, especialmente aquelas de natureza sexual e intrafamiliar, quanto à maior visibilidade e notificação desses casos no âmbito da rede de proteção. Esse padrão é recorrente em dados nacionais e reforça a necessidade de estratégias específicas de prevenção e atendimento voltadas a esse público.

Ao mesmo tempo, a presença de atendimentos ao público masculino, ainda que em menor número, não deve ser desconsiderada, pois pode indicar situações de violência igualmente relevantes, muitas vezes subnotificadas, especialmente em contextos marcados por barreiras culturais à revelação. Nesse sentido, torna-se fundamental que a rede esteja preparada para identificar e acolher essas demandas de forma qualificada.

Outro aspecto relevante refere-se à maior concentração de registros no Departamento de Educação, o que sugere o papel estratégico da escola como espaço privilegiado de identificação de situações de violência, em função do contato cotidiano com crianças e adolescentes. A Assistência Social também apresenta volume significativo de atendimentos, indicando sua centralidade no acolhimento e acompanhamento dos casos. Por outro lado, o menor número de registros na Saúde pode sinalizar a necessidade de fortalecimento dos fluxos de identificação e notificação nesse setor, bem como de maior integração com a rede intersetorial.



O Quadro 63 apresenta a distribuição dos casos de escuta especializada no município de Marmeleiro, segundo o perfil dos supostos agressores e o departamento responsável pelo atendimento (Saúde, Educação e Assistência Social), considerando os anos de 2024 e 2025. Os dados evidenciam a diversidade de vínculos entre vítimas e agressores, abrangendo relações familiares, comunitárias e institucionais. Observa-se maior concentração de registros no Departamento de Educação em 2025 (16 casos), seguido pela Assistência Social (15 casos) e pela Saúde (8 casos), conforme sistematização realizada pela equipe da PSE em 2026.

QUADRO 63 - PERFIL DOS SUPOSTOS AGRESSORES NOS CASOS DE ESCUTA ESPECIALIZADA, POR DEPARTAMENTO EXECUTOR (2024–2025)

PERFIL DOS AGRESSORES	DEPARTAMENTO DE SAÚDE		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Ambos os pais	1					1
Amigo da Família		2				
Avô				1		1
Colegas de escola			1			
Companheiro da Avó						1
Irmão						
Namorado						2
Madrasta						
Mãe	1	1	1	5		1
Padrasto		2	3	5		5
Pai		1	1			1
Primo				1		
Professor				4		1
Tio		1	1			
Vendedor						
Vizinho				1		1
Desconhecido						1
Não constatado	3	1	1			
Total	5	8	6	16		15

FONTE: Registros Administrativos da PSE, 2026.

A análise dos dados revela que a maior parte das situações de violência está associada ao núcleo familiar ou a vínculos próximos da vítima, com destaque para figuras como mãe, padrasto,



pai e ambos os pais, o que reforça a centralidade da violência intrafamiliar no contexto das violações de direitos de crianças e adolescentes. Entre esses, o padrasto se destaca com número expressivo de registros, especialmente nos atendimentos realizados pela Educação e Assistência Social, indicando a necessidade de atenção específica a essas configurações familiares no planejamento das ações de prevenção e proteção.

Além do ambiente familiar, também aparecem agressores vinculados ao convívio comunitário e institucional, como colegas de escola, professores, vizinhos e amigos da família, evidenciando que as situações de violência extrapolam o espaço doméstico e demandam respostas articuladas entre diferentes políticas públicas, especialmente educação e assistência social.

No que se refere ao ano de 2024, observa-se que o Departamento de Educação registrou 6 casos, porém com 8 agressores identificados, o que indica a ocorrência de situações em que uma mesma vítima esteve exposta a mais de um agressor. Contudo, não há detalhamento dessas ocorrências nos registros administrativos, o que evidencia fragilidade na sistematização das informações, uma vez que não permite compreender a dinâmica das violências nem a relação entre os envolvidos, limitando a análise qualitativa dos casos.

Outro aspecto relevante refere-se à presença de registros classificados como “não constatado” e “desconhecido”, o que indica fragilidades nos processos de investigação, registro ou acompanhamento dos casos. Essa limitação compromete a compreensão mais precisa das dinâmicas de violência e dificulta a definição de estratégias mais direcionadas de intervenção.

Observa-se ainda a concentração de registros no Departamento de Educação, especialmente em 2025, o que reforça o papel estratégico da escola na identificação das situações de violência. No entanto, também evidencia a necessidade de maior equilíbrio na atuação intersetorial, com fortalecimento da participação da Saúde e qualificação dos fluxos de registro na Assistência Social.

De forma avaliativa, a análise da escuta especializada no município de Marmeleiro evidencia que, embora exista atuação intersetorial instituída e ampliação dos registros, o processo ainda não está plenamente consolidado. As fragilidades concentram-se na ausência de padronização dos registros, no uso de categorias pouco precisas e na incompletude de informações essenciais, como a faixa etária das vítimas, o que limita a compreensão do perfil das violações e compromete a resposta da rede. Diante disso, observa-se que a produção de dados ainda não subsidia de forma consistente a Vigilância Socioassistencial. Nesse contexto, o principal desafio centra-se na qualificação técnico-operacional do serviço, com ênfase na definição de fluxos claros, no aprimoramento dos instrumentos de registro e na consolidação de práticas alinhadas à proteção integral, evitando a revitimização de crianças e adolescentes e garantindo maior efetividade no enfrentamento das violências no território.



14. RECURSOS HUMANOS NO SUAS

Os recursos humanos de atuação no SUAS representam um dos principais eixos estruturantes da política de assistência social, pois são os profissionais que executam, planejam e monitoram as ações voltadas à garantia dos direitos socioassistenciais. A gestão do trabalho no SUAS envolve o provimento, a qualificação e a valorização desses trabalhadores, assegurando equipes técnicas com formação adequada e vínculo institucional estável.

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) define parâmetros para composição das equipes de referência, dimensionamento de pessoal, condições éticas e técnicas de trabalho, além de diretrizes para processos de educação permanente, que visam o aprimoramento contínuo das práticas profissionais.

Os recursos humanos estão distribuídos nos diferentes níveis de proteção, básica e especial, de média e alta complexidade, e incluem assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais, orientadores, auxiliares administrativos e gestores, entre outros. Sua atuação integrada é essencial para garantir o acolhimento qualificado, o acompanhamento familiar, a articulação intersetorial e o fortalecimento da rede de proteção social.

14.1 Composição da Equipe do Órgão Gestor da Assistência Social

O Departamento de Assistência Social é responsável pela coordenação, gestão e articulação da Política de Assistência Social no município, contando com equipe técnica da PSE, para atender a demanda dos serviços socioassistenciais previstos neste nível de proteção e administrativa vinculada ao órgão gestor, conforme demonstra o Quadro 64.

QUADRO 64 - QUADRO DE PROFISSIONAIS DO ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

NOME COMPLETO	FUNÇÃO	TIPO DE VÍNCULO	FORMAÇÃO
Luana Verginia Ribas	Diretora	Cargo comissionado	Direito
Idiones Maria Bruni Padilha	Chefe da Divisão de Assistência Social.	Cargo comissionado	Geografia
Marivone de Fátima Francescon	Administrativo	Estatutário	Gestão Pública
Marieli Bonato	Psicóloga	Processo Seletivo Simplificado	Psicologia
Girlei da Rosa Braz	Assistente Social	Estatutário	Serviço Social
Armando Laval	Motorista	Processo Seletivo Simplificado	Ensino Médio
Rosinete Aparecida Malaquias	Servente Geral	processo Seletivo Simplificado	Fundamental

FONTE: Registro Administrativo do Órgão Gestor, 2026.



A análise da composição da equipe do órgão gestor da Assistência Social em Marmeleiro, composta por diretora, chefe de divisão, profissional administrativo, motorista e servente geral, evidencia a existência de estrutura mínima para o funcionamento administrativo da política. A diretora e a chefe de divisão assumem funções estratégicas de coordenação, enquanto o apoio administrativo contribui para a organização dos processos internos. À luz da NOB/SUAS e da NOB-RH/SUAS, destaca-se que a normativa não exige um modelo fechado de equipe de gestão, mas estabelece a necessidade de organização de funções essenciais, incluindo equipe responsável pela gestão da política (planejamento, coordenação, monitoramento e avaliação), equipes de execução dos serviços socioassistenciais (PSB e PSE) e profissional ou equipe específica para a Vigilância Socioassistencial.

No contexto analisado, observa-se que os profissionais da PSE (assistente social e psicóloga), embora vinculados ao órgão gestor (o que é compatível com a realidade de municípios de pequeno porte sem CREAS) acumulam funções, especialmente no caso do assistente social, que também responde pelas demandas da Vigilância Socioassistencial. Essa sobreposição de atribuições evidencia fragilidade na distinção entre funções estruturantes do SUAS, podendo comprometer tanto a qualidade do acompanhamento técnico especializado no âmbito do PAEFI, que exige atuação contínua, planejada e intensiva, quanto a efetividade da Vigilância Socioassistencial, responsável pela produção, sistematização e análise de informações territorializadas.

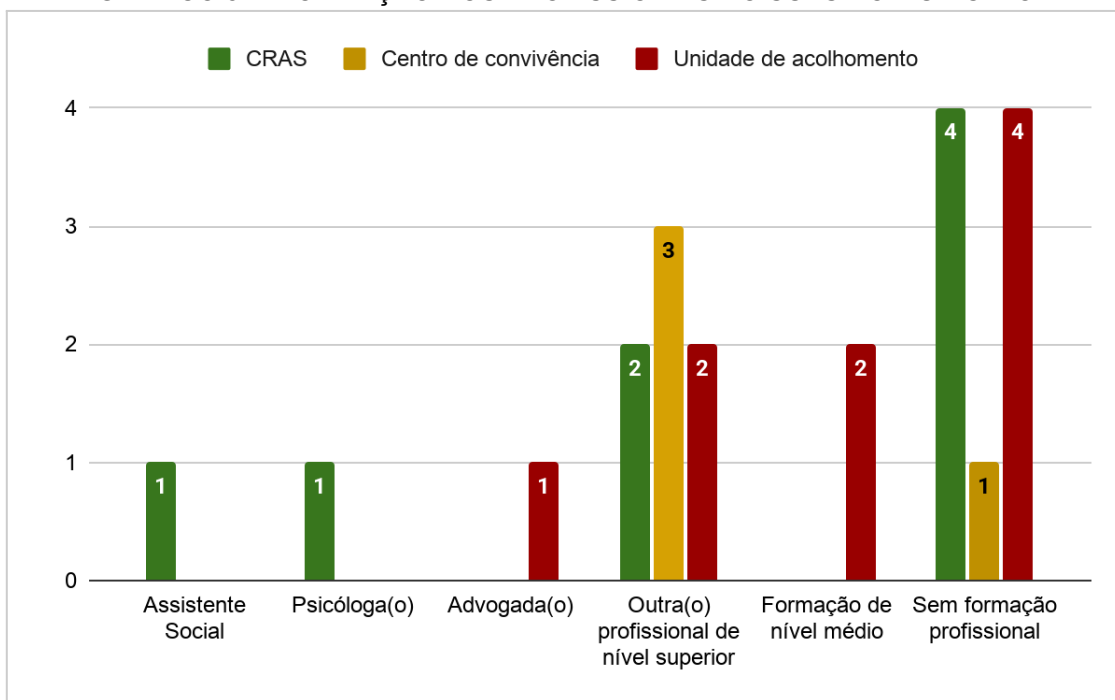
A ausência de profissional específico para a Vigilância limita a consolidação dessa função estratégica, fragilizando o monitoramento das demandas e a capacidade de planejamento da política. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de estruturação mais adequada das funções no âmbito do órgão gestor, com a designação de profissional exclusivo para a Vigilância Socioassistencial, a fim de evitar sobrecarga, qualificar as entregas das áreas envolvidas e fortalecer a produção de informações estratégicas, subsidiando de forma mais consistente a equipe de gestão na condução da política de assistência social no município.

14.2 Equipes de referência dos serviços socioassistenciais

De acordo com dados da SNAS, extraídos do Censo SUAS 2023, apresenta-se a seguir a configuração das equipes de referência dos serviços socioassistenciais no município de Marmeleiro. A análise abrange o CRAS, o Centro de Convivência e a Unidade de Acolhimento, componentes fundamentais para a operacionalização da proteção social local.

O Gráfico 82 detalha a composição das equipes quanto à formação profissional. Essa análise é fundamental para verificar se o município atende aos parâmetros de escolaridade exigidos pela NOB-RH/SUAS, garantindo que as funções técnicas sejam ocupadas por profissionais com a graduação específica exigida para cada serviço.

GRÁFICO 82 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SUAS NO MUNICÍPIO



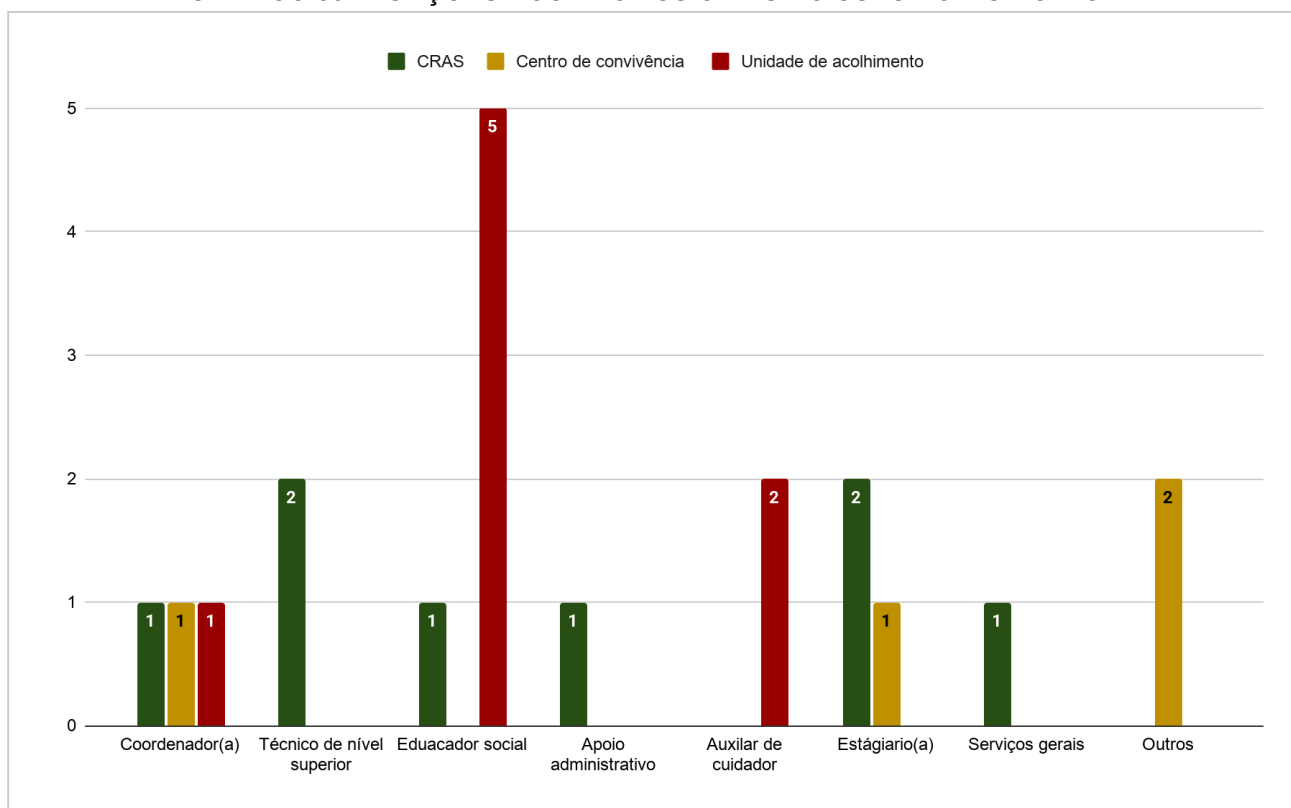
FONTE: SNAS, 2026.

A análise do Gráfico 82 demonstra que o município de Marmeleiro cumpre os parâmetros de Equipe de Referência no CRAS, contando com os profissionais de nível superior exigidos (Assistente Social e Psicólogo). No Centro de Convivência, a ausência de técnicos de nível superior justifica-se pelo fato de o serviço ser referenciado ao CRAS, que assume a responsabilidade técnica pelas diretrizes metodológicas e pelo acompanhamento social dos usuários.

Um ponto de atenção reside na Unidade de Acolhimento (Casa Lar): embora conte com equipe operacional, o gráfico aponta a carência de equipe técnica de nível superior própria (Assistente Social e Psicólogo). Diferente do Centro de Convivência, a Unidade de Acolhimento, enquanto proteção de alta complexidade, exige equipe técnica exclusiva conforme a TNSS, para a elaboração e acompanhamento dos PIAs. Essa lacuna técnica pode sobrecarregar a rede de proteção básica e especializada, evidenciando a urgência de um planejamento para a contratação de profissionais dedicados a essa modalidade. Por fim, os profissionais "Sem formação profissional" nas unidades correspondem às equipes de apoio (serviços gerais, motoristas, etc.), essenciais para a operacionalidade diária dos equipamentos.

O Gráfico 83 apresenta a distribuição das funções desempenhadas pelos profissionais no território de Marmeleiro. O mapeamento permite identificar a organização da força de trabalho e o papel de cada categoria na execução direta das ações de proteção social e no acompanhamento das famílias. A compreensão exata dessa engrenagem humana é indispensável para subsidiar futuras readequações na gestão do trabalho do SUAS, otimizando a distribuição de tarefas de acordo com a real demanda de cada equipamento.

GRÁFICO 83 - FUNÇÕES DOS PROFISSIONAIS DO SUAS NO MUNICÍPIO



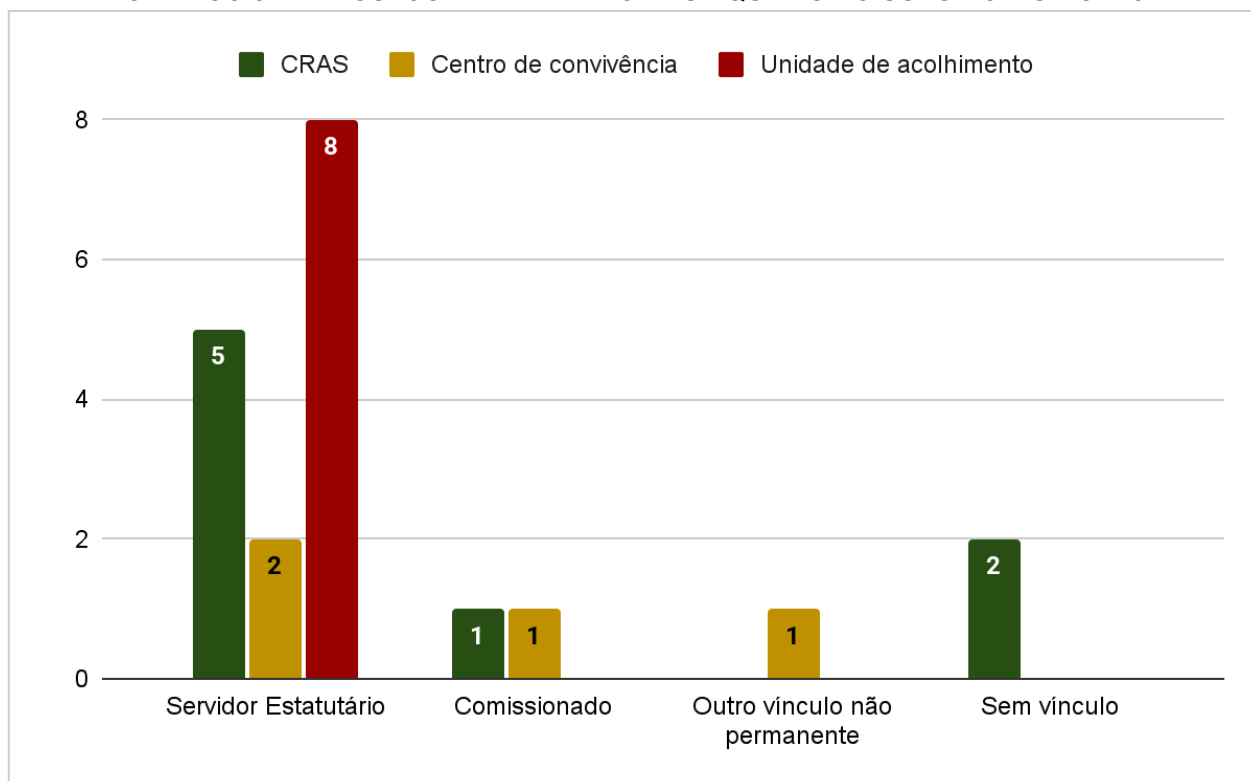
FONTE: SNAS, 2026.

A distribuição de funções reflete a organização institucional do SUAS no município. Destaca-se positivamente a Unidade de Acolhimento com 05 Educadores Sociais, garantindo o cuidado direto e a rotina dos acolhidos. No CRAS, a estrutura de funções está em plena conformidade com a NOB-RH/SUAS para municípios de pequeno porte, integrando Coordenador, Técnicos de Nível Superior e Apoio Administrativo.

Quanto ao Centro de Convivência, o gráfico mostra uma estrutura focada em estagiários e profissionais de apoio. Como este equipamento é referenciado ao CRAS, o suporte técnico é realizado de forma compartilhada, o que é uma prática comum e normatizada. Contudo, é fundamental que a gestão assegure que a equipe técnica do CRAS possua carga horária e condições de trabalho suficientes para dar o suporte necessário aos educadores e estagiários do Centro de Convivência, sem comprometer as demandas próprias do PAIF. Esse equilíbrio operacional é chave para evitar a descontinuidade das ações e garantir que as oficinas socioeducativas mantenham seu caráter protetivo e emancipatório.

O Gráfico 84 analisa os tipos de vínculo dos profissionais que compõem o SUAS em Marmeleiro. A estabilidade da força de trabalho é um indicador de qualidade, pois vínculos permanentes favorecem a continuidade do acompanhamento familiar e o fortalecimento dos vínculos comunitários. Investigar o modelo de contratação vigente permite avaliar o grau de rotatividade das equipes, um fator que impacta diretamente a relação de confiança estabelecida entre os técnicos e as famílias referenciadas no território.

GRÁFICO 84 - VÍNCULOS DE TRABALHO DAS EQUIPES DO SUAS NO MUNICÍPIO



FONTE: SNAS, 2026.

O cenário de Marmeleiro é bastante positivo no que tange à estabilidade. A predominância de Servidores Estatutários (especialmente os 8 na Unidade de Acolhimento e 5 no CRAS) demonstra o compromisso do município com o concurso público e com a continuidade da política pública, evitando a rotatividade excessiva. No entanto, a existência de profissionais "Sem vínculo" no CRAS (2) e vínculos temporários no Centro de Convivência acende um alerta para a necessidade de regularização desses postos, visando a segurança jurídica do trabalhador e a memória técnica dos serviços.

Em conclusão, o panorama dos Recursos Humanos do SUAS em Marmeleiro evidencia o cumprimento das normativas vigentes no que tange à PSB. O CRAS atende aos requisitos de equipe mínima, e o modelo de referenciamento do Centro de Convivência demonstra uma organização administrativa eficiente e alinhada às possibilidades normativas.

O principal desafio identificado para o fortalecimento da rede de proteção reside na PSE. A estruturação de uma equipe técnica de nível superior (Assistente Social e Psicólogo) exclusiva para a Unidade de Acolhimento e a designação de um profissional dedicado à Vigilância Socioassistencial no Órgão Gestor são as metas prioritárias. Tais medidas visam desonerar a atual equipe técnica e garantir que o atendimento especializado e a produção de dados territoriais ocorram com a profundidade necessária. Com uma base de servidores estatutários já consolidada, o município possui o alicerce ideal para avançar na profissionalização dessas funções estratégicas, qualificando ainda mais a oferta de serviços à população.



15. ANÁLISE TERRITORIAL E DISTRIBUIÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO

A compreensão do território é o elemento central na organização da Proteção Social, pois é nele que se manifestam as vulnerabilidades, as potencialidades comunitárias e as diversas expressões das desigualdades sociais que incidem sobre as famílias. No âmbito do SUAS, o território transcende o espaço geográfico: ele abrange o conjunto de relações sociais, econômicas, culturais e institucionais que estruturam a vida cotidiana. Assim, o trabalho social realizado pelos equipamentos da rede socioassistencial utiliza o território como referência para o planejamento, a oferta de serviços e a construção de respostas integrais às situações de risco e violação de direitos.

A organização deste trabalho fundamenta-se no reconhecimento de que o mapeamento das dinâmicas locais, incluindo redes comunitárias, infraestrutura disponível e acesso às políticas públicas, permite identificar grupos expostos a violações e avaliar indicadores de desproteção de forma assertiva. Nesse cenário, o trabalho intersetorial torna-se indispensável. Ele garante que as famílias acessem de forma articulada outras políticas essenciais, como saúde, educação, habitação e segurança alimentar, fortalecendo as redes de proteção e ampliando o alcance das ações de inclusão social.

Portanto, os serviços da PSB e PSE devem considerar a realidade territorial para otimizar a busca ativa, pactuar fluxos de atendimento e construir estratégias eficazes de acompanhamento familiar. Essa perspectiva orienta a elaboração de diagnósticos socioterritoriais e o monitoramento de riscos, assegurando intervenções contextualizadas. Tal diretriz está consolidada nas normativas do SUAS, especialmente na PNAS e na NOB-SUAS, e é reforçada pela TNSS, que vincula o acompanhamento técnico às especificidades locais e à articulação intersetorial.

15.1 Rede de Proteção

A Rede de Proteção constitui um arranjo intersetorial de serviços, programas, órgãos de defesa e políticas públicas que atuam de forma articulada para prevenir, identificar, atender, acompanhar e responsabilizar situações de violação de direitos. O foco abrange crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência e demais grupos vulneráveis. Trata-se de um sistema de cooperação que visa garantir a integridade física, psicológica e social dos indivíduos, consolidando o território como um espaço estratégico e central de proteção.

Do ponto de vista normativo, sua organização alinha-se às diretrizes da PNAS/2004, da TNSS e ao Sistema de Garantia de Direitos (Resolução Conanda nº 113/2006). Esses marcos estabelecem que a proteção social exige a atuação coordenada entre Assistência Social, Saúde, Educação, Segurança Pública, Justiça e órgãos de defesa.

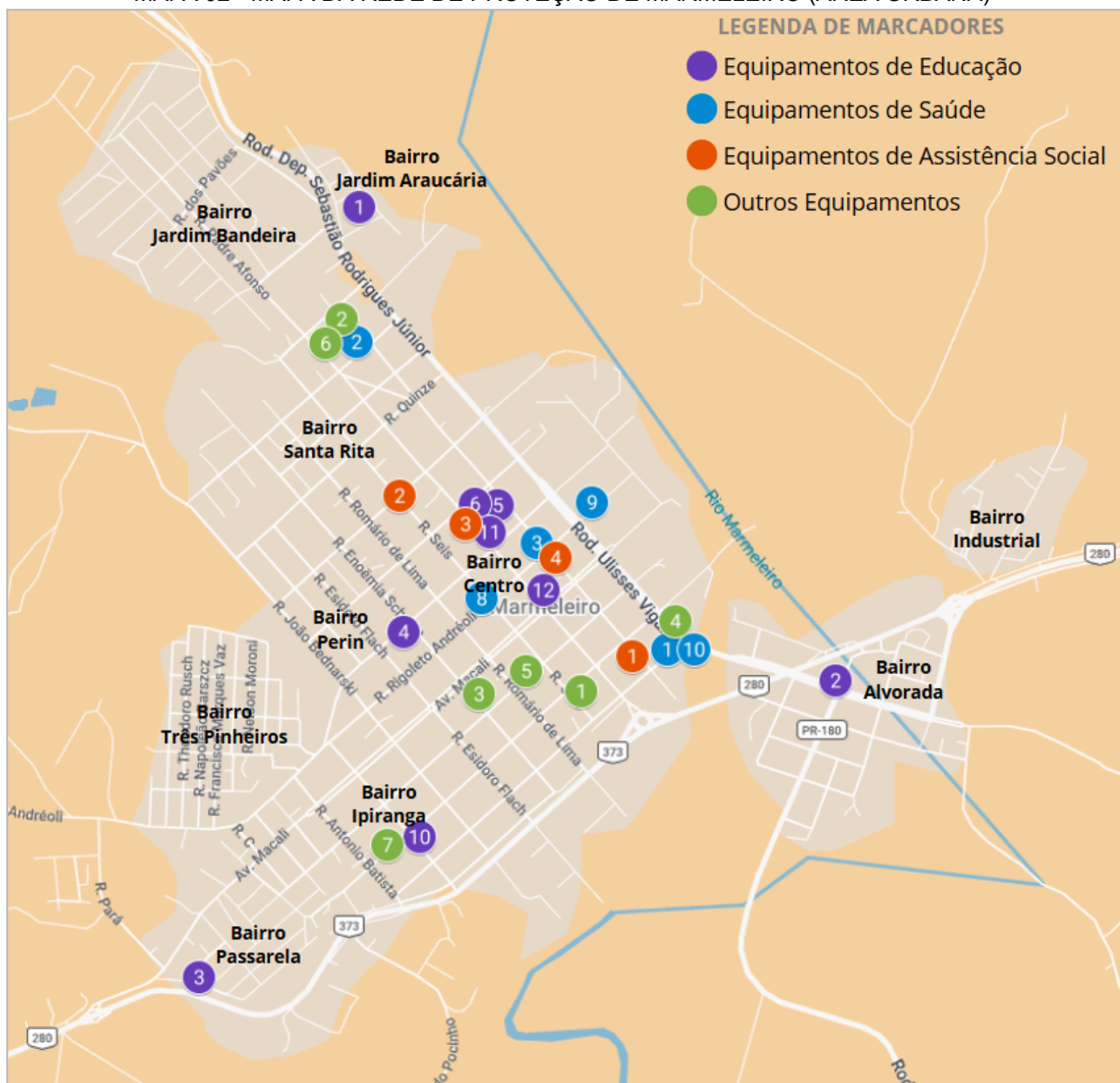
Para grupos específicos, a rede é fortalecida por marcos legais complementares que reforçam os fluxos de cuidado e proteção:

- Pessoas Idosas e com Deficiência: Amparadas pelo Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) e pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).
- Mulheres: Protegidas pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que define diretrizes específicas para a articulação da rede de atendimento e proteção.

15.2 Mapeamento da rede socioassistencial e intersetorial

A fim de subsidiar a leitura crítica sobre a acessibilidade e a cobertura das políticas públicas no município, apresenta-se o Mapa 02.

MAPA 02 - MAPA DA REDE DE PROTEÇÃO DE MARMELEIRO (ÁREA URBANA)



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA, 2026⁴.

⁴ Mapa interativo:

<https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1lgK1vvqpBKi7dQvCpKXdQbAiWmcv9HA&usp=sharing>



Este recurso cartográfico identifica a localização estratégica dos equipamentos de Assistência Social, Saúde, Educação e demais órgãos que integram a Rede de Proteção de Marmeleiro. A distribuição geográfica dos pontos destacados na legenda a seguir revela o arranjo institucional disponível para o enfrentamento das vulnerabilidades e situações de risco identificadas neste diagnóstico.

15.2.1 Identificação das unidades de atendimento

A rede de proteção de Marmeleiro é composta por equipamentos que executam serviços de atendimento direto, gestão e defesa de direitos. A seguir, detalham-se as unidades conforme sua área de atuação e localização (urbana ou rural).

15.2.1.1 Equipamentos de Educação

A política de educação é uma das principais portas de entrada para a identificação de violações de direitos. A rede municipal e estadual em Marmeleiro apresenta uma capilaridade importante, inclusive na área rural:

- 1 - Escola Municipal Perseverança
- 2 - Escola Municipal Dom Pedro I - Educação Infantil e Ensino Fundamental
- 3 - Centro Municipal de Educação Infantil Regina Verônica Muller
- 4 - Colégio Estadual Telmo Octávio Muller EF N
- 5 - Centro Municipal de Educação Infantil – Hilda Berlatto Vivan
- 6 - Colégio Estadual De Marmeleiro
- 7 - Escola Rural Municipal Novo Progresso (Interior)
- 8 - Colégio Estadual Bom Jesus - EFM (Interior)
- 9 - Escola Rural Municipal Souza Naves – Educação Infantil e Ensino Fundamental (Interior)
- 10 - Escola Municipal São Judas Tadeu – Educação Infantil e Ensino Fundamental
- 11 - Escola Municipal Padre Afonso - Educação Infantil e Ensino Fundamental
- 12 - Departamento de Educação e Cultura (Gestão)

15.2.1.2 Equipamentos de Saúde

A saúde compõe a rede de proteção através do cuidado biopsicossocial, com destaque para a atenção primária e os serviços de saúde mental (CAPS), essenciais no acompanhamento de situações de violência e uso de substâncias:

- 1 - Centro de Saúde de Marmeleiro
- 2 - ESF Santa Rita Marmeleiro



- 3 - Centro de Especialidades e Reabilitação
- 4 - Posto de Saúde Bom Jesus (Interior)
- 5 - Posto de Saúde Novo Progresso (Interior)
- 6 - Unidade Básica de Saúde Alto São Mateus (Interior)
- 7 - Unidade de Apoio Barra Bonita (Interior)
- 8 - CAPS I Elo De Vida: Equipamento estratégico para saúde mental.
- 9 - CAPS AD III: Referência para situações envolvendo álcool e outras drogas.
- 10 - Departamento de Saúde (Gestão)

15.2.1.3 Equipamentos de Assistência Social

Responsáveis pela oferta de serviços de proteção básica e especial, bem como pela gestão da política no território:

- 1 - CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) Unidade de porta de entrada da proteção básica e prevenção.
- 2 - Serviço de Acolhimento Institucional: (Casa Lar): Proteção Especial de Alta Complexidade
- 3 - SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos): Prevenção e fortalecimento de laços comunitários.
- 4 - Departamento de Assistência Social: Órgão gestor da política municipal.

15.2.1.4 Outros Equipamentos e Órgão de Defesa

Compõem o SGD, atuando na fiscalização, defesa, segurança e inclusão produtiva/social:

- 1 - Conselho Tutelar: Órgão zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- 2 - Departamento de Esportes
- 3 - Delegacia de Polícia Civil de Marmeleiro
- 4 - Polícia Militar
- 5 - Polícia Ambiental
- 6 - Fórum De Marmeleiro (Poder Judiciário)
- 7 - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)

15.3 Cobertura da Rede de Proteção

A análise do cenário socioterritorial de Marmeleiro revela um paradoxo geográfico: enquanto a estrutura administrativa e de proteção se concentra densamente na região central, a vulnerabilidade social mais aguda desloca-se para as periferias, criando "vazios institucionais" críticos. O Bairro Centro, embora concentre o maior volume absoluto do Cadastro Único com



13,03% das famílias (375), possui a vantagem da proximidade física com quase todos os equipamentos de assistência, saúde, educação e segurança. Em contrapartida, o Bairro Jardim Bandeira emerge como o ponto de maior atenção técnica; apesar de deter 11,01% dos cadastros (343 famílias), ele apresenta a maior taxa de beneficiários do Bolsa Família no município (13,83%), o que indica uma concentração de pobreza extrema em uma área que não possui nenhum equipamento da rede de proteção.

Essa distância entre a necessidade e a oferta é agravada pela localização estratégica, ou falta dela, dos serviços de assistência social. O CRAS, que deveria ser a porta de entrada para a proteção básica, encontra-se praticamente na saída sul da cidade, criando uma barreira física excludente para os moradores dos bairros Jardim Bandeira, Três Pinheiros, Passarela etc. Para uma família em situação de insegurança alimentar ou violação de direitos no extremo noroeste (Jardim Bandeira), o acesso ao atendimento exige um deslocamento longitudinal por toda a extensão urbana, o que muitas vezes inviabiliza a busca ativa e o acompanhamento sistemático pelo PAIF. Além do Jardim Bandeira, os bairros Três Pinheiros, Perin e Industrial formam um cinturão de desassistência, onde não existem equipamentos de educação, saúde ou assistência, deixando essas populações em um isolamento institucional que dificulta a prevenção de riscos sociais.

No setor da saúde, o diagnóstico aponta uma lacuna severa de capilaridade. A concentração dos postos no Centro e no eixo Santa Rita deixa descobertas áreas densamente povoadas e vulneráveis como o Ipiranga, que possui 9,02% das famílias no CadÚnico, além do Três Pinheiros, Passarela, Alvorada, Industrial, etc. Sem postos de saúde locais, o monitoramento das condicionalidades do Bolsa Família torna-se precário, rompendo o ciclo de intersetorialidade essencial entre saúde e assistência. O Bairro Ipiranga, especificamente, com 281 famílias cadastradas e 69 beneficiárias do Bolsa Família, carece de um ponto de apoio que minimize o fluxo em direção ao saturado Centro de Saúde.

Portanto, a configuração atual da rede em Marmeleiro exige uma revisão das estratégias de atendimento para evitar a cristalização dessa desigualdade territorial. A centralização excessiva de serviços como o Conselho Tutelar, SCFV e Delegacia no núcleo urbano central, somada à "fuga" do CRAS para a porção sul, impõe aos cidadãos das periferias não apenas um custo financeiro de deslocamento, mas um custo de cidadania. O diagnóstico reforça que o enfrentamento à pobreza no município não depende apenas da existência do serviço, mas da sua distribuição geográfica equitativa, sendo urgente o estudo de unidades volantes, estratégias de transporte e busca-ativa ou a descentralização de atividades para os bairros do quadrante norte e oeste, onde a vulnerabilidade é estatisticamente mais severa e a presença do Estado é, atualmente, praticamente inexistente.



16. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO DIAGNÓSTICO

O Diagnóstico Socioterritorial afirma-se como um instrumento estratégico primordial para a gestão do SUAS neste município, transcendendo a mera coleta estatística para se consolidar como um guia analítico das vulnerabilidades e riscos sociais presentes no território. Ao fundamentar o planejamento, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas, este documento oferece o suporte técnico necessário à formulação de estratégias que garantam a proteção social e a promoção da cidadania. A integração entre a Vigilância Socioassistencial e fontes complementares reforça o compromisso desta gestão com a transparência e a eficiência, assegurando que as metas governamentais estejam estritamente alinhadas à realidade local.

O mapeamento aqui apresentado detalha o perfil sociodemográfico da população, incluindo públicos como pessoas com deficiência, idosos, crianças e adolescentes, vítimas de violência, etc. A análise das ofertas socioassistenciais vigentes permitiu identificar não apenas as potencialidades da rede, mas, sobretudo, as lacunas protetivas que ainda persistem, tornando-se um subsídio indispensável para a reorientação dos serviços e a superação das desigualdades territoriais. Dessa forma, a análise dos dados consolidados evidencia a imperatividade de expansão e fortalecimento das ofertas no município, sendo fundamental que estes resultados balizem a revisão de planos municipais e orientem a alocação de recursos orçamentários, visando a consolidação de uma rede de proteção social que seja, ao mesmo tempo, capilar, resolutiva e capaz de responder à complexidade das expressões da questão social identificadas.

A análise da caracterização geral do município revela um cenário de solidez fiscal, com crescimento consistente das receitas, superior a 80% entre 2020 e 2024, e ampliação da capacidade de investimento público. Entretanto, persistem desafios estruturais no território, como a assimetria no acesso ao saneamento básico, especialmente nas áreas rurais, onde a cobertura de coleta e tratamento de resíduos ainda enfrenta obstáculos de adesão e logística. Recomenda-se que o município priorize investimentos em infraestrutura rural e estratégias de sensibilização ambiental para reduzir riscos socioambientais e garantir que o desenvolvimento econômico seja convertido em equidade territorial, reduzindo as distâncias entre o centro urbano e as áreas rurais/periféricas.

O perfil demográfico indica um processo nítido de transição, com concentração predominante de adultos e um envelhecimento populacional acentuado. Observa-se uma feminização da velhice, o que impõe a necessidade de readequar os serviços de convivência sob a ótica da matricialidade sociofamiliar, fortalecendo a articulação com a saúde para o manejo de condições crônicas. É imperativo que a rede de proteção social desenvolva estratégias que garantam o envelhecimento ativo e o protagonismo desse segmento, ao mesmo tempo em que cria condições para a fixação da juventude no território, atenuando o êxodo produtivo.

Por sua vez, o mercado de trabalho formal demonstrou resiliência e crescimento nos vínculos empregatícios, contudo, persiste uma disparidade significativa de rendimentos entre



trabalhadores formais e informais, além de uma baixa remuneração média entre trabalhadores domésticos, o que aprofunda a feminização da pobreza e a dependência direta de benefícios de transferência de renda. Dessa forma, recomenda-se o fomento a políticas de qualificação profissional e incentivo ao empreendedorismo feminino, buscando promover a autonomia financeira das famílias e reduzir as vulnerabilidades econômicas estruturais.

Essa disparidade de rendimentos projeta um impacto direto no futuro demográfico do município: ao cruzar a "feminização da pobreza" no mercado de trabalho com a "feminização da velhice" identificada no perfil populacional, evidencia-se um cenário de vulnerabilidade cumulativa para as mulheres idosas. Tal convergência justifica a urgência de aprimorar o SCFV para idosos, garantindo que as atividades não se restrinjam ao lazer, mas contemplem oficinas socioeducativas voltadas também à orientação sobre direitos socioassistenciais, acesso a benefícios, autonomia e fortalecimento da convivência comunitária. Sob essa ótica, os dados do Cadastro Único confirmam essa pressão econômica, revelando que 57,6% das famílias inscritas vivem em situação de severa restrição de renda. Embora a gestão municipal demonstre eficiência com 88,7% de dados atualizados, o aumento expressivo de famílias unipessoais (31,03% em 2023) exige monitoramento contínuo para assegurar a correta focalização dos benefícios. Outro ponto crítico é a sobrecarga das famílias com pessoas com deficiência, onde 64,3% dos casos exigem cuidados permanentes, tornando fundamental que as políticas públicas reconheçam a economia do cuidado, provendo suporte aos cuidadores que muitas vezes abdicam de sua autonomia laboral para o zelo familiar, mantendo a busca ativa em áreas isoladas.

O perfil epidemiológico reflete novamente o envelhecimento populacional, com aumento de óbitos por doenças crônicas e respiratórias. O diagnóstico aponta a necessidade de fortalecer a prevenção e a integração da Assistência Social no acompanhamento domiciliar de dependentes. A formalização de protocolos intersetoriais é recomendada para garantir que a rede suporte a demanda crescente por cuidados continuados, evitando que agravos de saúde se convertam em situações de isolamento ou desproteção social.

Além disso, se o envelhecimento traz desafios aos cuidados continuados, os dados de violência notificados pelo SINAN indicam que a desproteção também se manifesta de forma aguda no ciclo de vida anterior, onde as violações possuem um caráter predominantemente intrafamiliar. O pico de violência física em 2023 e o retorno da alta nos índices de violência contra a mulher em 2025 (190 casos) exigem o fortalecimento imediato da rede de proteção especial, sendo recomendado a reestruturação dos fluxos intersetoriais e da escuta especializada para assegurar o acolhimento qualificado e a não-revitimização de mulheres, crianças, adolescentes e outras vítimas em situação de risco, articulando-se com todos os atores do Sistema de Garantia de Direitos.

A área educacional apresenta avanços nos anos iniciais, mas enfrenta o desafio da evasão no Ensino Médio, onde houve queda de 15% nas matrículas. Além disso, a existência de 4,2% de famílias sem nenhum membro alfabetizado configura uma situação de vulnerabilidade extrema,



dificultando o acesso a direitos e a compreensão de condicionalidades. Ao buscar romper esse ciclo intergeracional de exclusão pela educação, abre-se espaço para a transição institucional da própria Assistência Social, que em Marmeleiro busca superar as raízes de um modelo assistencialista e fragmentado em direção à consolidação do SUAS como política de garantias de direitos.

Embora o município possua uma estrutura administrativa formalmente constituída e uma rede de proteção básica e especial ativa, a análise revela lacunas estratégicas, como a ausência de uma unidade formal de Vigilância Socioassistencial e de uma política de Educação Permanente. Essas fragilidades impactam diretamente a capacidade de resposta da rede frente ao aumento das demandas geradas pelo envelhecimento populacional e pelas vulnerabilidades de renda e educação identificadas. Para avançar, é imperativo que a gestão municipal fortaleça o monitoramento de dados, integrando de forma mais robusta os benefícios e serviços às demais políticas setoriais, garantindo que a assistência atue não apenas na remediação de crises, mas na prevenção e proteção proativa das famílias no território.

No âmbito das seguranças de sobrevivência e rendimento, o diagnóstico revela que os Benefícios Socioassistenciais desempenham um papel crucial na redução da insegurança alimentar, demanda que se consolidou como a principal expressão da vulnerabilidade local. A análise das provisões revela uma gestão capaz de adaptar-se a contingências, como a adequação da oferta de cestas básicas frente ao recebimento e concessão de kits de doações, o que reduziu a necessidade de provisões regulares em períodos sazonais, mas também aponta para a necessidade de maior estabilidade e monitoramento. A acentuada oscilação no acesso ao programa estadual Cartão Comida Boa evidencia a dependência direta da qualidade da gestão do Cadastro Único e da busca ativa territorial. Portanto, recomenda-se que a concessão de benefícios eventuais seja cada vez mais integrada ao acompanhamento técnico sistemático das equipes do CRAS e da PSE, sendo que o desafio reside em garantir que essas provisões temporárias não se tornem ações fragmentadas, mas sim portas de entrada para os serviços continuados do SUAS.

A análise da rede de equipamentos e serviços socioassistenciais em Marmeleiro revela um cenário de transição qualitativa, onde a estrutura física consolidada busca alinhar-se rigorosamente às normativas do SUAS. O diagnóstico identifica que, historicamente, a PSB operou com registros de acompanhamento familiar inflacionados e centrados em atendimentos pontuais, mas que o processo de reordenamento iniciado em 2025 já demonstra uma inflexão positiva rumo à qualificação técnica. O desafio imediato reside na superação de fragilidades estruturantes, como a quase inexistência de PAFs e a baixa frequência de visitas domiciliares, elementos essenciais para a efetividade do trabalho social. Assim, a consolidação da rede exige que o município avance na agenda técnica dos profissionais, equilibrando a resposta à demanda espontânea com um acompanhamento familiar planejado, intencional e territorializado.



No que concerne aos Recursos Humanos, o diagnóstico revela uma base sólida de servidores estatutários, fator essencial para a confiança nos vínculos do SUAS. Entretanto, a eficácia dessa força de trabalho encontra limites na acumulação de funções e na ausência de equipes exclusivas para áreas estratégicas. A sobrecarga de um dos técnicos da Proteção Social Especial, que atualmente absorve as demandas de Vigilância Socioassistencial, compromete a produção de dados diagnósticos e a profundidade do atendimento especializado. Além disso, a carência de uma equipe técnica de nível superior exclusiva para a Unidade de Acolhimento, conforme preconiza a TNSS, surge como uma lacuna urgente a ser sanada. O fortalecimento da política municipal depende da profissionalização dessas funções, da estruturação formal da Vigilância e da implementação de um Plano de Educação Permanente que valorize os trabalhadores frente às novas complexidades territoriais identificadas.

Por fim, a análise da Rede de Proteção descortina um desafio geográfico e institucional crítico: a necessidade de converter a solidez administrativa em capilaridade territorial. Embora o município conte com uma rede intersetorial completa, a distribuição espacial dos equipamentos revela uma centralização que gera "vazios institucionais" em áreas de vulnerabilidade aguda, como os bairros Jardim Bandeira, Três Pinheiros e Passarela. A localização periférica do CRAS e a ausência de pontos de apoio de saúde e assistência nos cinturões de pobreza do quadrante noroeste impõem barreiras físicas que dificultam a prevenção de riscos sociais. Assim, a eficácia da rede de proteção não depende apenas da existência dos serviços, mas da superação desse isolamento institucional através de estratégias de busca ativa intensificadas e descentralização.

Em última análise, a elaboração deste Diagnóstico Socioterritorial não se encerra em sua função descritiva, mas consolida-se como o alicerce indispensável para a reorientação estratégica da gestão pública em Marmeleiro. A precisão dos dados aqui apresentados deve, obrigatoriamente, subsidiar a formulação e o aprimoramento das políticas públicas, servindo de base técnica para a revisão do Plano Municipal de Assistência Social e para o alinhamento de instrumentos orçamentários decisivos, como o Plano Plurianual (PPA). Ignorar as evidências de desigualdade territorial e as lacunas de vigilância aqui apontadas seria perpetuar um modelo de gestão reativo e desconectado da realidade dos territórios.

Portanto, este documento convoca o município a transitar de uma administração de demandas para uma gestão de resultados, onde o planejamento é orientado pela garantia de direitos e pela justiça social. Diante do cenário exposto, fica a reflexão: estamos preparados para estruturar uma rede de proteção que não apenas receba o cidadão em suas unidades, mas que tenha a coragem e a capacidade técnica de alcançá-lo onde quer que a vulnerabilidade se manifeste?



REFERÊNCIAS

ABREU, Raphael Lorenzeto de. Map locator of Paraná's Marmeleiro city. 2006. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Parana_Municip_Marmeleiro.svg. Acesso em: 15 jan. 2026.

ATLAS BRASIL. Brasil. **Painel de Indicadores**. 2026. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/410650>. Acesso em: 19 jan. 2026.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS/2012. Brasília: MDS, 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf. Acesso em: 12 jan. 2026.

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Brasil. **Painel de Informações**. 2026. Disponível em: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php. Acesso em: 10 mar. 2026.

CECAD - Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único. **CECAD 2.0**. 2026. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2026.

CEDEC - COORDENADORIA ESTADUAL DA DEFESA CIVIL. **DASHBOARD DE OCORRÊNCIAS E DECRETOS VIGENTES**. 2026. Disponível em: <https://bi2.pr.gov.br/single/?appid=47cda2a2-9ddf-4ce2-ac9c-6725815479bb&sheet=83a81ddb-9fbc-459c-875d-5c5258c570fa&opt=currrel%2Cctxmenu>. Acesso em: 20 jan. 2026.

CNJ - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Brasil. **Painel de Violência contra a Mulher**. 2026. Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-violencia-contramulher/>. Acesso em: 16 mar. 2026.

FGV DGPE - Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais. **FGV Municípios: Indicadores Municipais**. 2026. Disponível em: <https://municipios.fgv.br/indicadores>. Acesso em: 12 jan. 2026.

GRUPO MARISTA. **Cadê Paraná: crianças e adolescentes em dados estatísticos**. crianças e adolescentes em dados estatísticos. 2022. Disponível em: <https://cadeparana.org.br/orcamento-publico/>. Acesso em: 20 jan. 2026.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil. **Panorama Cidades e Estados**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/marmeleiro/panorama>. Acesso em: 19 jan. 2026.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil. **Panorama Censo 2022**. 2022a. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 19 jan. 2026.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil. **Censo Demográfico 2022: pessoas com deficiência e pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro autista: resultados preliminares da amostra**. 2022b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=43453&t=resultados>. Acesso em: 19 jan. 2026.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tabelas - Trabalho e rendimento | Resultados preliminares da amostra**. 2022c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=44663&t=resultados>. Acesso em: 19 jan. 2026.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil. **Cidades e Estados**. 2026. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/marmeleiro.html>. Acesso em: 19 jan. 2026.



IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil. **Biblioteca do IBGE**. 2026a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=34065>. Acesso em: 19 jan. 2026.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Brasil. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 22 jan. 2026.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Brasil. **Painel Estatístico - Censo da Educação Superior**. 2026a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 22 jan. 2026.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Brasil. **Caderno Estatístico Municipal**. 2026. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Caderno-Estatistico-Municipal>. Acesso em: 19 jan. 2026.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Brasil. **Censos Demográficos**. 2026a. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Censos-Demograficos>. Acesso em: 19 jan. 2026.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Mulheres do Paraná**. 2026b. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Mulheres-do-Parana>. Acesso em: 19 jan. 2026.

MARMELEIRO. **Relatório de Análise Temática Integrada**. 2019. Disponível em: <https://www.marmeleiro.pr.gov.br/arquivos/planodiretor/2022/final/ati.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2026.

MJSP - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Brasil. **Dados Nacionais de Segurança Pública - Painel de Indicadores Estatísticos**. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica>. Acesso em: 26 jan. 2026.

MS - MINISTÉRIO DA SAÚDE. **DATASUS - Tabnet**: renda média domiciliar per capita. 2010. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/censo/cnv/rendabr.def>. Acesso em: 26 jan. 2026.

MS - MINISTÉRIO DA SAÚDE. Brasil. **DATASUS**: doenças e agravos de notificação - 2007 em diante (SINAN). Doenças e Agravos de Notificação - 2007 em diante (SINAN). 2026. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/acesso-a-informacao/doencas-e-agravos-de-notificacao-de-2007-em-diante-sinan/>. Acesso em: 26 jan. 2026.

MS - MINISTÉRIO DA SAÚDE. Brasil. **DATASUS**: painel de monitoramento da mortalidade de MIF e materna – notificação e investigação. 2026a. Disponível em: <https://svs.aids.gov.br/daent/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/mortalidade/materna/>. Acesso em: 26 jan. 2026.

MS - MINISTÉRIO DA SAÚDE. Brasil. **DATASUS - Tabnet**: mortalidade. 2026b. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/obt10br.def>. Acesso em: 26 jan. 2026.

MS - MINISTÉRIO DA SAÚDE. **DATASUS - Tabnet**: violência interpessoal/autoprovocada. 2026c. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinanet/cnv/violebr.def>. Acesso em: 26 jan. 2026.

SAGICAD - SECRETARIA DE AVALIAÇÃO, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CADASTRO ÚNICO. Brasil. **Observatório do Cadastro Único**. 2026. Disponível em:



<https://paineis.mds.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index.html>. Acesso em: 10 mar. 2026.

SAGICAD - SECRETARIA DE AVALIAÇÃO, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CADASTRO ÚNICO. Brasil. **VIS DATA 3**: beta. 2026a. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em: 13 mar. 2026.

SNAS - SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Brasil. **Observatório do Censo SUAS**: Referência - Censo SUAS 2023. 2026. Disponível em: <https://paineis.mds.gov.br/public/extensions/observatorio-do-censo-suas/index.html>. Acesso em: 13 mar. 2026.

SIPIA - SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA. Brasil. **Sistema de Informação Para Infância e Adolescência**. 2026. Disponível em: <https://www.sipia.gov.br/>. Acesso em: 28 jan. 2026.

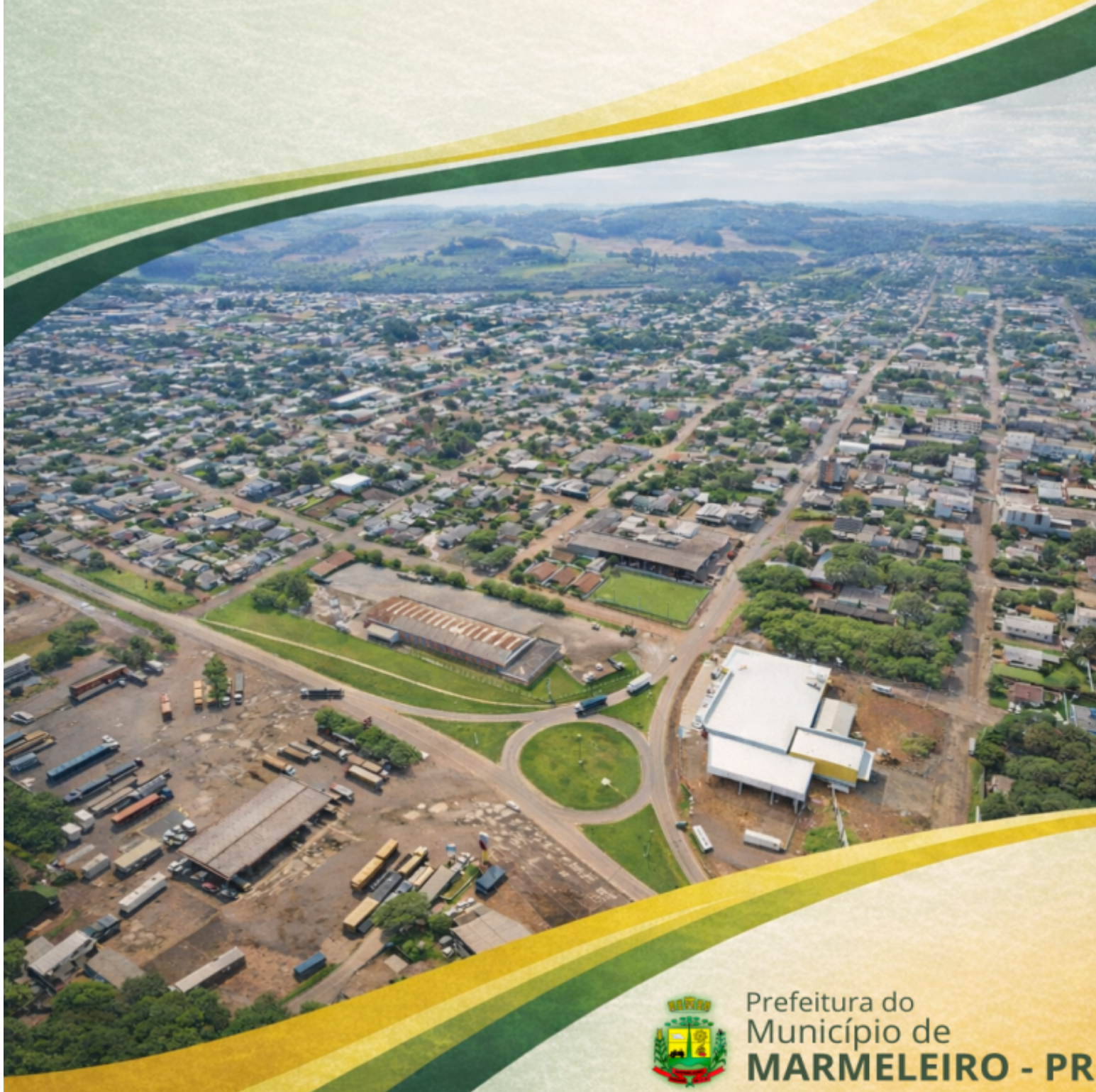
TCE-PR - Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **Programa de Avaliação de Contas Municipais de Governo (ProGov)**: Avaliação da Atuação Governamental - Assistência Social. 2026. Disponível em: <https://www.tce.pr.gov.br/transparencia/municipios/contas-municipais-de-governo.htm>. Acesso em: 09 abr. 2026.

TSE - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Brasil. **Estatísticas Eleitorais**. 2026. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao/home?session=17112009236550>. Acesso em: 19 jan. 2026.

Siga nossas redes sociais



@marmeleiopr
@crasmarmeleiro



Prefeitura do
Município de
MARMELEIRO - PR